

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Trabalho dos professores em estados e capitais
do Brasil: da exclusão à inclusão educacional,
precarização e reflexos sobre a saúde**

Elaine Cristina Simões

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de concentração: Saúde Pública

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Regina
Alves Cardoso

São Paulo

2023

Trabalho dos professores em estados e capitais do Brasil: da exclusão à inclusão educacional, precarização e reflexos sobre a saúde

Elaine Cristina Simões

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de concentração: Saúde Pública

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Regina
Alves Cardoso

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Simões, Elaine Cristina

Trabalho dos professores em estados e capitais do Brasil: da exclusão à inclusão educacional, precarização e reflexos sobre a saúde / Teachers' work in Brazilian states and capitals: from exclusion to educational inclusion, job insecurity, and reflections on health / Elaine Cristina Simões; orientadora Maria Regina Alves Cardoso. -- São Paulo, 2023.
288 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2023.

1. Saúde do Trabalhador. 2. Docentes. 3. Educação. 4. Saúde Mental. 5. Psicologia Social. I. Cardoso, Maria Regina Alves, orient. II. Título.

Dedico aos professores, especialmente aos que atendi, por compartilharem comigo seus sentimentos e experiências, e serem resilientes.

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de nomear todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, mas não daria. Minha família, especialmente minha mãe, me ajudou muito, com seu apoio e incentivo, aliás, como sempre, assim como meu irmão João Luíz. Foram muitos amigos que ouviram, debateram e acompanharam, como a Meire O. Matsuo, a Kátia Novaes e a Susana Giannini, e colegas como Eduardo Caetano e Janete da Silva. Agradeço aos professores da Universidade de São Paulo, em especial a prof.^a. Frida M. Fischer da Faculdade de Saúde Pública; a prof.^a. Leny Sato e o prof. Fábio de Oliveira do Instituto de Psicologia, e o prof. Rubens Camargo da Faculdade de Educação. Entre tantas pessoas, as queridas Carolina Bertoni e Fernanda Ritt, da pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública. Agradeço a todos pelo período tão gratificante, apesar das turbulências.

Dedico um agradecimento especial à amizade e parceria da Prof.^a Dr.^a Maria Regina Alves Cardoso.

Durante o processo de execução deste trabalho passamos por uma pandemia e por um longo período de desinformações e incertezas quanto ao futuro. Porém, com muita sorte e dedicação, este projeto pode se desenvolver. Felizmente pude encontrar vozes coerentes e animadoras e persistir na intenção de concluir este estudo, esperando que seja útil aos coletivos de trabalho dos professores, aos pesquisadores e interessados na questão.

Melhor ainda é perceber que a pandemia está indo embora e que a desinformação, embora não tenha acabado, se enfraqueceu. É um alívio, e um sentimento de superação, socialmente alcançada.

RESUMO

Simões EC. Trabalho dos professores em estados e capitais do Brasil: da exclusão à inclusão educacional, precarização e reflexos sobre a saúde [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2023.

No Brasil, de 1960 a 2020 a Educação pública transformou seu modelo educacional: de um sistema forçosamente seletivo para um modelo inclusivo. Estudamos os reflexos desta mudança sobre eventos do trabalho e saúde dos professores, sob o enfoque da Saúde do Trabalhador e das contribuições da Psicologia Social do Trabalho. Levantamos a evolução em séries históricas de informações sobre a Educação no Brasil, por meio de bases de dados. No IBGE foram consultadas as matrículas e quantidade de docentes de 1960 a 1995. No INEP pesquisamos as Sinopses da Educação Básica e do Ensino Superior de 1995 a 2018. Na RAIS consultamos a variação anual em: quantidade de profissionais, faixa etária, relação entre a categoria e a população geral empregada no país, evolução em seu rendimento médio, escolaridade dos docentes, tipos de vínculos empregatícios e dos rendimentos de homens e mulheres na carreira, de 1985 a 2018. Consultamos administrações públicas estaduais e municipais solicitando dados sobre quantidade de professores, quantidade de licenças médicas, quantidade de professores que se licenciaram, diagnósticos das licenças para tratamento de saúde, aposentadorias (voluntárias, por invalidez e compulsórias), readaptações funcionais, exonerações e desligamentos. Os principais resultados foram apresentados para os estados do Acre, Ceará, Minas Gerais e São Paulo, e para os municípios de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo. Sob o padrão educacional vigente até o final dos anos 80 aproximadamente 50% dos estudantes não eram promovidos, em cada série e a cada ano. A retenção massiva afunilava o processo educacional produzindo exclusão educacional da maior parte dos alunos. Com a democratização do ensino, a partir de 1988, houve ampliação de matrículas e de escolas no país, ampliando o acesso da população à Educação. Entretanto, entre 1985 e 2018 os docentes aumentaram apenas 1,17% em relação à população geral empregada. Nesse período, a categoria envelheceu, se qualificou, porém, sem melhorar seus rendimentos em relação a categorias de mesma qualificação. Os jovens se afastaram da carreira. Observamos que de 2008 a 2018, aumentaram os vínculos empregatícios temporários, aumentaram as licenças médicas na categoria e aumentou o adoecimento de profissionais. Aposentadorias por invalidez aumentaram, Transtornos Mentais e Comportamentais representaram até 49,71% delas.

Readaptações funcionais aumentaram até 51,73%. São prevalentes e aumentaram os diagnósticos em saúde mental. Problemas osteomusculares e fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde também foram frequentes. Determinados modelos de gestão estimulam a competição entre colegas e a burocratização, podendo exercer controle gerencial sobre o planejamento da atividade em todos os níveis educacionais, limitando a autonomia dos profissionais e promovendo a evasão de docentes. Estes mecanismos, além da ausência de apoio coletivo entre os colegas, operam no sentido de diminuir a participação da subjetividade (individual e coletiva) do trabalhador na atividade, condição apontada na literatura como prejudicial ao sujeito, como ao processo produtivo. A precarização do trabalho docente parece afetar a saúde dos profissionais e operar no sentido oposto à premissa de inclusão social escolar, que mobilizou o processo de democratização do ensino.

Palavras chaves: Saúde do Trabalhador; Docentes; Educação; Saúde Mental; Psicologia Social

ABSTRACT

Simões EC. Teachers' work in Brazilian states and capitals: from exclusion to educational inclusion, job insecurity, and reflections on health [*Thesis*]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2023. Portuguese.

In Brazil, from 1960 to 2020, public education transformed its educational model: from a substantially selective system to an inclusive model. Under the focus of Worker's Health and Social Psychology of Work, we studied the reflexes of this change on work events and teachers' health. We surveyed the evolution in time series of information on Education in Brazil using databases. At the IBGE, enrolments and number of teachers from 1960 to 1995 were consulted. At the INEP we researched the Synopses of Basic Education and Higher Education from 1995 to 2018. At RAIS we consulted the annual variation in number of professionals, age group, relationship between the category and the general population employed in the country, the evolution of their average income, education of teachers, types of employment relationships and the income of men and women in career, from 1985 to 2018. We consulted state and municipal public administrations requesting data on the number of teachers, number of medical leaves, number of teachers who took their leave, diagnoses of leaves for health care, retirements (voluntary, disability and compulsory), functional readaptations, exonerations and dismissals. The main results were presented for the states of Acre, Ceará, Minas Gerais, and São Paulo and for municipalities of Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, and São Paulo. Under the educational standard prevailing until the end of the 1980s, in each grade, approximately 50% of the students were not promoted. The funnelling of the educational process produced educational exclusion for most students. With the democratization of education, as of 1988, there was an increase in enrolments and schools in the country, expanding the population's access to education. However, between 1985 and 2018, teachers increased by only 1.17% in relation to the general employed population. In this period, the category got older, the teachers qualified themselves, however, without improving their income in relation to categories of the same qualification. Young people walked away from the career. We observed that from 2008 to 2018 temporary employment contracts increased, sick leave in the category increased and illness among professionals increased. Disability retirements increased, Mental and Behavioural Disorders represented up to 49.71% of them. Functional readaptations increased up to 51.73%. Diagnoses in mental health are prevalent and showed an increase.

Musculoskeletal problems and factors that influence health status and contact with health services were also frequent. Certain management models encourage competition among colleagues and bureaucratization, being able to exercise managerial control over the planning of the activity at all educational levels, limiting the autonomy of professionals and promoting evasion of teachers. These mechanisms, in addition to the absence of collective support among colleagues, operate to reduce the participation of subjectivity (individual and collective) of the worker in the activity, a condition pointed out in the literature as harmful to the subject, as well as to the production process. The weakness of teaching work seems to affect the health of professionals and operate in the opposite direction regarding the premise of school social inclusion, which mobilized the process of democratization of teaching.

Keywords: Occupational Health; Faculty; Education; Mental Health; Psychology, Social

Lista de Figuras

Figura 1. Modelo hipotético conceitual das interações entre fatores da organização do trabalho docente e o interesse dos jovens pela carreira, o número de professores e os desfechos de saúde na categoria.....	43
Figura 2. Quantitativo de matrículas por níveis de escolaridade entre 1960 e 1974.....	48
Figura 3. Proporção das matrículas de 2º e 3º grau em relação às matrículas de 1º grau, em 1960, 1964, 1969 e 1974.	49
Figura 4. Distribuição dos docentes em 1961, 1964, 1969 e 1974, segundo o nível de escolaridade em que atuavam.	49
Figura 5. Relação matrículas por docente em 1964, 1969 e 1974, segundo os níveis educacionais.....	50
Figura 6. Distribuição da população a partir de 5 anos de idade, segundo alfabetização, em 1970.	51
Figura 7. Distribuição da população de 5 anos ou mais de idade segundo condição de alfabetização, em 1980.	52
Figura 8. Distribuição da população a partir de cinco anos de idade segundo condição de alfabetização, em 1991.	54
Figura 9. Distribuição de matrículas entre os níveis educacionais em 1975,1985 e 1995.	56
Figura 10. Distribuição de docentes entre os níveis educacionais em 1975, 1985 e 1995.....	56
Figura 11. Evolução da escolaridade líquida percentual segundo as Unidades Federativas do Brasil, em 1980, 1991, 2000, e 2015.	58
Figura 12. Distribuição das matrículas na Educação Básica por dependência administrativa em 1995 e 2018.	63
Figura 13. Distribuição de Matrículas em cursos superiores entre instituições federais, estaduais e municipais em 1995 e 2018.	64
Figura 14. Pirâmide etária dos professores do Brasil em 1985.	69
Figura 15. Pirâmide etária dos professores do Brasil em 2018.	69
Figura 16. Distribuição percentual de professores por faixa etária em 1985.	70
Figura 17. Distribuição percentual de professores por faixa etária em 2018.	70

Figura 18. Distribuição de vínculos de professores no Brasil nos anos 1985, 1996, 2007 e 2018, segundo faixa etária.	71
Figura 19. Faixa etária e número de vínculos de professor no Brasil nos anos 1985 e 2018... ..	71
Figura 20. Distribuição de vínculos de professores e de trabalhadores em geral, por faixa etária, em 1985.	72
Figura 21. Distribuição de vínculos de professores e de trabalhadores em geral, por faixa etária, em 2018.	72
Figura 22. Porcentagem de vínculos de professor em relação à população geral de empregados, por faixa etária, em 1985 e 2018.	73
Figura 23. Distribuição dos vínculos de professor por remuneração média em salário-mínimo e faixa etária, em 1985 (12 faixas de rendimentos).	75
Figura 24. Distribuição dos vínculos de professor por remuneração média em salário-mínimo e faixa etária, em 2018 (13 faixas de rendimentos).	76
Figura 25. Distribuição da remuneração média em salário-mínimo por faixa etária de vínculos de professor, em 2018 (12 faixas de rendimentos).	77
Figura 26. Distribuição da população empregada em 1985, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).	78
Figura 27. Distribuição da população empregada em 2018, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).	79
Figura 28. Distribuição de vínculos docentes em 1985, segundo escolaridade e faixas de rendimentos.	81
Figura 29. Distribuição dos vínculos docentes em 2018, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).	82
Figura 30. Distribuição dos docentes segundo escolaridade em 2018.	83
Figura 31. Distribuição de vínculos empregatícios no Brasil, em 1985, segundo a escolaridade e a faixa de rendimentos.	84
Figura 32. Distribuição de vínculos empregatícios no Brasil, em 2018, segundo a escolaridade e a remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).	85
Figura 33. Distribuição da proporção de vínculos docentes graduados (Superior) em relação ao total de vínculos graduados, em 1985, segundo a faixa de rendimentos.	86
Figura 34. Distribuição da porcentagem dos vínculos docentes graduados em relação ao total de vínculos graduados, segundo 12 faixas de rendimentos, em 2018.	88
Figura 35. Distribuição de vínculos graduados, docentes e outros profissionais, em 1985, segundo faixas de rendimentos.	89

Figura 36. Distribuição de vínculos graduados entre professores e outros profissionais graduados, em 2018, por 12 faixas de remuneração.	90
Figura 37. Distribuição de docentes em 1985, por tipo de vínculo e remuneração média em salários-mínimos.....	91
Figura 38. Distribuição de vínculos docentes em 2018, por tipo de vínculo e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).	92
Figura 39. Distribuição de docentes em 1985, segundo o sexo e remuneração média em salários-mínimos.	93
Figura 40. Distribuição de docentes em 2018, segundo a remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).	94
Figura 41. Distribuição de docentes efetivos, temporários e do total dessas categorias, na rede estadual do Acre, de 2013 a 2020.....	97
Figura 42. Professores afastados e licenciados para tratamento de saúde da rede pública estadual do Acre, 2008-2018.	97
Figura 43. Distribuição dos professores licenciados, afastados, efetivos e temporários da rede estadual do Acre, de 2013 a 2018.....	98
Figura 44. Matrículas na Educação Básica da rede pública estadual do Acre, 2008-2020.	99
Figura 45. Quantidade de docentes da rede pública estadual do Ceará, de 2008 a 2018.	101
Figura 46. Docentes que receberam licença para tratamento de saúde, rede pública estadual do Ceará, de 2008 a 2018.	102
Figura 47. Professores e professores licenciados da rede estadual de Educação Básica do estado do Ceará, 2008-2018.	102
Figura 48. Porcentagem de professores que tiveram licença em relação ao total de professores em cada ano, de 2008 a 2018, no Ceará.	103
Figura 49. Matrículas na Educação Básica na rede estadual do Ceará, 2008-2018.	103
Figura 50. Distribuição dos professores da Educação Básica Fundamental I e II, da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.....	105
Figura 51. Distribuição de professores dos níveis Fundamental e Educação Infantil, da Educação Básica da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008 – 2018.	106
Figura 52. Professores I e II que se licenciaram, nível Fundamental, da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008 – 2018.	106
Figura 53. Professores I e II e licenciados I e II, da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.....	107

Figura 54. Proporção entre quantidade de licenciados e quantidade de professores nos níveis Fundamental I e II da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.....	108
Figura 55. Quantidade de professores do Fundamental I, II e total e de professores licenciados do Fundamental I, II e total, da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.....	108
Figura 56. Matrículas na rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.....	109
Figura 57. Matrículas em Educação Básica segundo o nível educacional, na rede particular da cidade de Rio de Janeiro, 2008-2018.....	110
Figura 58. Quantidade de matrículas na Educação Básica nas redes privada e pública municipal da cidade do Rio de Janeiro, 2008-2018.....	110
Figura 59. Professores da Educação Infantil da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2008-2018.	115
Figura 60. Professores da Educação Básica (exceto Educação Infantil) da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2008-2018.	115
Figura 61. Licenças médicas (dias) entre professores da rede pública municipal de Belo Horizonte, de 2008 a 2018.....	116
Figura 62. Novas aposentadorias, exonerações e demissões entre professores (Educação Básica e Educação Infantil) da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2008-2019.....	117
Figura 63. Matrículas na Educação Básica da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2008-2018.	117
Figura 64. Distribuição dos professores de Minas Gerais, segundo nível de ensino e situação funcional, de 2009 a 2020.....	121
Figura 65. Professores ativos, Ed. Básica e Ensino Superior, em Minas Gerais, de 2009 a 2020.	121
Figura 66. Professores do Ensino Superior de Minas Gerais, conforme situação funcional, de 2009 a 2020.	122
Figura 67. Professores do Ensino Superior de Minas Gerais ativos (efetivos e não efetivos), de 2009 a 2020.	123
Figura 68. Distribuição de professores da Educação Básica de Minas Gerais, conforme situação funcional, de 2009 a 2020.....	124
Figura 69. Professores ativos da Educação Básica de Minas Gerais, de 2009 a 2018.....	125
Figura 70. Distribuição de professores da Educação Básica em atividade e professores que se licenciaram em Minas Gerais, de 2009 a 2020.....	126
Figura 71. Distribuição de professores em geral e de professores licenciados para tratamento de saúde em Minas Gerais, de 2016 a 2018.	126

Figura 72. Distribuição total de professores e de professores licenciados, conforme situação funcional, de 2016 a 2018.....	127
Figura 73. Distribuição das licenças, segundo o capítulo (diagnóstico) da CID-10, entre professores do Ensino Básico da rede pública estadual de Minas Gerais, de 2011 a 2020....	128
Figura 74. Distribuição de licenças entre professores do Ensino Básico de Minas Gerais segundo os 7 grupos diagnósticos mais prevalentes no período 2011 - 2020.	129
Figura 75. Distribuição das licenças segundo o capítulo (diagnóstico) da CID-10 entre professores do Ensino Básico da rede pública estadual de Minas Gerais, em 2011 e em 2020.	130
Figura 76. Professores em ajustamento funcional da rede estadual de Minas Gerais, prevalência e ingressantes em cada ano, no período 2011-2018.	131
Figura 77. Professores com entrada em afastamento preliminar à aposentadoria, aposentadorias publicadas e com entrada em aposentadoria por invalidez da rede pública estadual de Minas Gerais, 2011-2018.	131
Figura 78. Professores rede estadual de Minas Gerais conforme situação funcional: ativos, aposentados, licenciados, em ajustamento funcional, novas aposentadorias por invalidez e aposentadorias, 2011-2018.	133
Figura 79. Professores efetivos, professores que se licenciaram, aposentados, em ajustamento funcional e que se exoneraram da Educação Básica e Ensino Superior da rede pública estadual de Minas Gerais, entre 2011 e 2018.	134
Figura 80. Distribuição de professores I e II da Educação Básica da rede pública estadual do São Paulo em 1998, 2008 e 2018.	141
Figura 81. Quantidade de docentes da Educação Básica que passaram por perícia para tratamento de saúde da rede pública estadual de São Paulo, de 2014 a 2018.	141
Figura 82. Quantidade de licenças recebidas por professores de Educação Básica da rede estadual de São Paulo de acordo com o capítulo diagnóstico da CID-10, de 2014 a 2018....	142
Figura 83. Quantidade de dias concedidos para professores de Educação Básica da rede pública estadual de São Paulo segundo o capítulo diagnóstico da CID-10, de 2014 a 2018.	143
Figura 84. Aposentadorias por tipo (compulsória, invalidez, voluntária) entre professores da Educação Básica I, II e total, da rede pública estadual de São Paulo, 2010-2018.	145
Figura 85. Matrículas na rede pública estadual de São Paulo, 2008-2018.....	146
Figura 86. Quantidade de professores da rede pública municipal de Curitiba, de 2008 a 2018.	151
Figura 87. Quantidade de professores e de licenças médicas em Curitiba, de 2008 a 2018. .	151

Figura 88. Proporção entre a quantidade de licenças para tratamento de saúde e a quantidade de professores da Educação Básica da rede pública municipal de Curitiba, de 2008 a 2018.	152
Figura 89. Quantidade de professores e de licença de saúde em dias de afastamento, na rede pública municipal de Curitiba, de 2008 a 2018.	152
Figura 90. Distribuição de professores licenciados para tratamento de saúde segundo a quantidade de dias de licença, da rede pública municipal de Curitiba, 2008-2018.	153
Figura 91. Distribuição percentual de professores licenciados para tratamento de saúde segundo a quantidade de dias de licença, da rede pública municipal de Curitiba, 2008-2018.	153
Figura 92. Quantidade de professores readaptados da rede pública municipal de Curitiba, em cada ano, de 2008 a 2018.	156
Figura 93. Matrículas na rede pública municipal de Curitiba, 2008-2018.	156
Figura 94. Distribuição de docentes e de docentes que se licenciaram (por tipo de licença), da rede pública municipal de Educação Básica de São Paulo, entre 2009 e 2019.	158
Figura 95. Distribuição de docentes e de docentes licenciados por eventos de saúde segundo os quatro tipos mais numerosos: tratamento de saúde, tratamento de familiar, acidente de trabalho, licença gestante e total dessas quatro categorias, da Educação Básica da rede pública municipal de São Paulo, entre 2009 e 2019.	159
Figura 96. Distribuição de docentes e de licenças médicas da categoria da rede municipal de São Paulo, entre 2008 e 2018.	160
Figura 97. Distribuição das licenças médicas de professores da cidade de São Paulo, por diagnóstico, entre 2008 e 2017.	161
Figura 98. Licenças entre professores da rede municipal de São Paulo, segundo os diagnósticos: Mental, Osteomuscular, Respiratório e Sinais e Sintomas, entre 2008 e 2017.	162
Figura 99. Professores readaptados da rede pública municipal de São Paulo, 2010-2018.	163
Figura 100. Diagnósticos das readaptações funcionais de professores da rede municipal de São Paulo, entre 2008 e 2018.	164
Figura 101. Prevalência de aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsórias, entre professores da rede municipal de São Paulo, 2008-2018.	165
Figura 102. Diagnósticos de aposentadoria por invalidez entre professores da rede municipal de São Paulo, entre 2008 e 2017.	166
Figura 103. Distribuição de docentes, licenças, aposentadorias e readaptados da rede pública municipal de São Paulo, de 2008 a 2018.	167

Lista de Tabelas

Tabela 1. Distribuição de docentes e de matrículas em 1975, segundo os níveis educacionais, Brasil, 1975.....	51
Tabela 2. Distribuição de matrículas e de funções docentes em exercício, segundo os níveis educacionais, Brasil, 1985.....	53
Tabela 3. Distribuição de vínculos docentes em exercício e de matrículas em 1995, segundo os níveis educacionais.....	55
Tabela 4. Taxas de promoção escolar, por grau e série de ensino, Brasil, 1984-1995.....	57
Tabela 5. Distribuição de docentes e de matrículas, segundo os níveis educacionais, em 1995 - INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).....	61
Tabela 6. Distribuição das matrículas, na Educação Básica e no Ensino Superior, e de docentes, em 2018.....	62
Tabela 7. Número médio de aluno por professor no nível secundário*, segundo a pesquisa World Education Indicators (WEI).	65
Tabela 8. Correlações entre as variáveis ano, professores licenciados, professores afastados, efetivos, temporários, total de professores e matrículas, na Educação Básica da rede estadual do Acre, de 2013 a 2018.....	99
Tabela 9. Correlações entre a quantidade de Professores I e II, Professores licenciados I e II e matrículas, na rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.....	109
Tabela 10. Correlações entre as variáveis: ano, licenças (em dias), professores municipais, professores de educação infantil, total de professores, total de desligamentos e de matrículas na Educação Básica da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2009-2018.....	118
Tabela 11. Correlações entre situações funcionais dos professores da rede pública estadual de Minas Gerais, 2011-2018.	135
Tabela 12. Códigos diagnósticos que determinaram as licenças por Transtornos Mentais e Comportamentais de professores* da Educação Básica da rede pública municipal de Curitiba, em 2018.....	155
Tabela 13. Correlações entre as variáveis relativas aos docentes da rede pública municipal de São Paulo, entre 2008 e 2018.	167

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 Relação trabalho e saúde: Psicopatologia do Trabalho, Ergonomia e Psicologia Social do Trabalho	24
1.2 Penosidade no Trabalho e suas Consequências	27
1.3 Práticas em Educação Pública no Brasil, LDB, Financiamento do Sistema e Plano de Carreira Docente	29
1.4 Gerenciamento da Função docente: produtivismo, intensificação e alienação... 32	
1.5 Desprofissionalização e Perda de Autonomia no Trabalho Docente.....	34
1.6 Pesquisas em Saúde dos Professores	35
1.7 Problemas de Saúde, Licenças Médicas e Readaptações.....	39
1.8 O trabalho e a saúde dos professores	41
2 OBJETIVOS E HIPÓTESE	42
2.1 Objetivo Geral.....	42
2.2 Objetivos Específicos	42
2.3 Hipótese	42
3 MÉTODOS.....	44
3.1 Variáveis de Estudo	44
3.2 Critérios de inclusão	45
3.3 Aspectos Éticos.....	45
3.3.1 Riscos	45
3.4 Análise de Dados	45
3.5 Tamanho da população de estudo	46
4 RESULTADOS	47
4.1 IBGE – Dados sobre a Educação no Brasil	47
4.1.1 Dados sobre a Educação no Brasil de 1960 a 1974.....	48
4.1.2 Dados sobre a Educação no Brasil em 1970 e 1975	50

4.1.3 Dados sobre a Educação no Brasil em 1980 e 1985	52
4.1.4 Dados sobre a Educação no Brasil em 1991 e 1995	54
4.1.5 Retenção Estrutural e Escolaridade Líquida	57
4.2 INEP – Sinopses Estatísticas da Educação no Brasil	59
4.2.1 Sinopses da Educação Básica e do Ensino Superior em 1995: Matrículas e Funções Docentes	60
4.2.2. Sinopses da Educação Básica e do Ensino Superior em 2018: Matrículas e Docentes	61
4.2.3 Sinopses de 1995 e 2018	63
4.3 RAIS – Dados sobre o Trabalho Docente.....	66
4.3.1 Estudo de Dados da RAIS - Professores	67
4.3.2 Distribuição da Categoria no País segundo a Faixa Etária.....	68
4.3.3 Distribuição de Professores em relação à População Geral Empregada.....	72
4.3.4 Rendimento Médio dos Professores	74
4.3.5 Remuneração Docente e Rendimentos da População Geral Empregada	78
4.3.6 Faixas Salariais e Escolaridade nos Vínculos Docentes	80
4.3.7 Faixas salariais e Escolaridade nos Vínculos Empregatícios em Geral.....	84
4.3.8 Rendimentos dos Vínculos com Escolaridade Superior entre docentes e outros profissionais	86
4.3.9 Tipos de Vínculos Docentes e Remuneração.....	91
4.3.10 Docentes: Rendimentos segundo o Sexo	93
4.4 Administrações Públicas – Dados sobre Trabalho e Saúde Docente.....	94
4.4.1 Acre	96
4.4.2 Ceará.....	101
4.4.3 Município do Rio de Janeiro	104
4.4.4 Belo Horizonte	114
4.4.5 Minas Gerais	120
4.4.6 Estado de São Paulo	140

4.4.7 Curitiba.....	150
4.4.8 Cidade de São Paulo.....	157
5 DISCUSSÃO.....	173
5.1 De 1960 a 1995 – Educação para poucos	173
5.2 De 1995 a 2018 – Ampliação do sistema de ensino	176
5.3 De 1985 a 2018 – Trabalho Docente e Precarização	178
5.3.1 Rendimentos da Categoria Docente	179
5.3.2. Educação e Feminização	181
5.4 Precarização e Eventos de Saúde entre Docentes.....	182
5.4.1 Diminuição na quantidade de professores.....	182
5.4.2 Vínculos empregatícios temporários, Desligamentos, Evasão de docentes e Exonerações	184
5.4.3 Afastamento para tratamento de saúde e licenças médicas.....	185
5.4.4 Diagnósticos prevalentes entre professores.....	187
5.4.5 Psicologia do Trabalho e Psicopatologia do Trabalho – a complexidade do Trabalho Docente.....	188
5.5 Limitações.....	191
6 CONCLUSÕES.....	195
7 REFERÊNCIAS	197
ANEXOS e APÊNDICE	205
Anexo – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	205
Anexo – INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira...	222
Anexo – RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.....	236
Anexo – Administrações Públicas	260
Anexos Acre	260
Anexos Ceará.....	262
Anexos Município do Rio de Janeiro	264
Anexos Belo Horizonte.....	266

Anexos Minas Gerais.....	270
Anexos Estado de São Paulo	275
Anexos Curitiba	277
Anexos Município de São Paulo.....	281
Apêndice	286
CURRÍCULOS LATTES	287

1 INTRODUÇÃO

BAUMAN (2001), citando Polanyi, afirma que “o ponto de partida da “grande transformação” que trouxe à vida a nova ordem industrial foi a separação dos trabalhadores de suas fontes de existência. (...) assim se criaram as condições para que o trabalho (assim como a terra e o dinheiro) fosse considerado como mera mercadoria e tratado como tal”. Em outras palavras, a separação entre trabalho e trabalhador fez com que o trabalho passasse a ser tomado como mercadoria e o trabalhador como meio. Nessa operação não são considerados os efeitos gerados pelo trabalho na mente e no corpo do trabalhador – sendo este último muitas vezes tratado como mero suporte operacional. Ao mesmo tempo em que o trabalho representa um eixo de estruturação na vida das pessoas, em diversas atividades podem ocorrer agravos à saúde do trabalhador.

Segundo MENDES e DIAS (1991), a partir da década de 70 observa-se a tendência à “terceirização” da economia nos países desenvolvidos e a transferência de indústrias para o Terceiro Mundo. Enquanto isso, se desenvolvem os processos de automação e informatização que produziram intensas transformações na organização do trabalho permitindo uma espécie de “retomada” do Taylorismo: a interferência direta nos métodos, processos, planejamento e controle do trabalho. Naquele momento, ganhou relevância a teoria da determinação social do processo saúde-doença-trabalho. As mudanças nos processos produtivos, marcadamente a terceirização (com o incremento do setor de serviços), a automação e a informatização levaram ao rompimento com o antigo modelo da saúde ocupacional, ao questionamento da medicalização e do papel de objeto ocupado pelos trabalhadores até então. Nos novos estudos da relação trabalho-saúde, ganham destaque o reconhecimento do papel da organização do trabalho, a teoria da determinação social do processo saúde-doença-trabalho e a inclusão dos trabalhadores, agora como sujeitos participantes no processo. Os autores referem a percepção da importância da organização do trabalho na relação trabalho/saúde e que a utilização de novas tecnologias (como: automação, informatização) levam ao surgimento de novos riscos à saúde, os quais geralmente decorrem da organização do trabalho e são de difícil medicalização. Ocorrem também mudanças no perfil de morbidade causada pelo trabalho: a preocupação se desloca para outras “doenças relacionadas ao trabalho” como: as cardiovasculares, distúrbios mentais, estresse e câncer, entre outras.

MENDES e DIAS (1991) relatam que a Saúde do Trabalhador constitui um campo em construção no espaço da saúde pública, tendo como objeto o processo saúde-doença dos grupos

humanos em sua relação com o trabalho. Referem que a Saúde do Trabalhador rompe com a concepção de vínculo causal entre doença e um agente específico, ou diretamente relacionado a fatores de risco presentes no trabalho. Este campo busca superar o enfoque na determinação social, reduzido ao processo produtivo, que desconsidera a subjetividade dos trabalhadores. Segundo eles, a Saúde do Trabalhador envolve o estudo dos processos de trabalho, de forma articulada com os valores, crenças, ideias, representações sociais e possibilidade de consumo de bens e serviços, além de considerar o trabalho como organizador da vida social. Sob este enfoque, os trabalhadores assumem o papel de sujeitos capazes de pensar e de se pensarem, produzindo uma experiência própria na sociedade (MENDES e DIAS, 1991).

Discutindo o processo de construção deste campo, DIAS (2001) afirma que no Brasil coexistem diversas situações de trabalho, em diferentes formas de organização e gestão. A autora destaca a precarização do trabalho caracterizada pela desregulamentação e perda de direitos trabalhistas e sociais, a legalização do trabalho temporário e a informalização dos trabalhadores, em contexto associado à exclusão social e à deterioração das condições de saúde. Por outro lado, DIAS aponta que com a intensificação do uso de novas tecnologias ocorre o aumento da prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, como as lesões por esforços repetitivos (LER), também conhecidas como Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), além de estresse, fadiga física e mental, entre outras manifestações de sofrimento relacionadas ao trabalho. As questões entre trabalho e violência são consideradas: a violência contra o trabalhador representada pelos acidentes e doenças do trabalho; a violência decorrente de relações deterioradas, a violência relativa à exclusão social, a violência ligada às questões de gênero (assédio sexual) e a violência representada pelas agressões entre pares, chefias e subordinados. Segundo a autora, tem crescido as agressões contra profissionais de educação, saúde e serviço social, além de policiais e vigilantes, levando a problemas de saúde e ao sofrimento mental, que guardam relação com o trabalho. A autora ainda refere a violência que atinge os trabalhadores rurais e as questões relativas aos acidentes de trajeto, como também consideradas no âmbito da Saúde do Trabalhador (DIAS, 2001).

ASSUNÇÃO e LIMA (2003) defendem que a prevenção em Saúde do Trabalhador deve se basear no estudo das condições normais de trabalho e de sua nocividade, sustentando que esta última não deve ser confundida com a ideia de fator de risco. Sob o referencial da análise ergonômica do trabalho, os autores consideram que risco e condição insegura são relações e não uma condição ou fator em si, pois os fatores de risco se combinam no ambiente para agir sobre o corpo do trabalhador. Nesse sentido, criticam a tolerância das organizações em relação

ao que chamam de “acidentes normais” e a dinâmica de se colocar a prevenção a reboque dos acidentes, tornando-a uma prática corretiva. Por analogia, entendemos que no contexto do trabalho em educação parece ocorrer uma naturalização das agressões e nocividades, que apesar de se refletirem em eventos de saúde podem estar sendo consideradas “normais”, sendo-lhes dedicada pouca ou nenhuma atenção no sentido de prevenção. Segundo os autores, os indivíduos são permeáveis às agressões do ambiente, entretanto agem frente às mesmas circunstâncias de maneiras diferentes, sendo que a adaptação das funções fisiológicas e psicológicas às exigências externas não é infinita; eles consideram também a dependência entre os diversos componentes da atividade e que atividades mentais e físicas estão implicadas em toda ação humana. Segundo os autores a ergonomia trata de entender o trabalho e de como melhorar a eficiência e evitar problemas de saúde, podendo variar quanto à profundidade e efetividade conseguida na realização desse processo. Eles defendem que a perspectiva da análise ergonômica do trabalho consiste em compreender o comportamento no trabalho por meio do ponto de vista do próprio trabalhador. Para ilustrar essa proposição, referem a etnografia moderna, que fez um movimento do mesmo tipo quando deixou de considerar outros povos segundo os padrões eurocêntricos.

ASSUNÇÃO (2003) apresenta pesquisas no campo das relações saúde e trabalho visualizando “um quadro de adoecimento dos trabalhadores em que as queixas são inespecíficas e suscitam o interesse pela abordagem da etnografia e pela metodologia da análise ergonômica do trabalho” (p. 1005). A autora argumenta que o desenvolvimento da ergonomia no campo da saúde do trabalhador, apesar das carências epistemológicas acerca dos fundamentos metodológicos, ao mesmo tempo contribui para superá-las, pois fornecem elementos sobre o trabalho, os trabalhadores e a saúde.

Segundo a autora, os processos de flexibilização da produção atingiram as relações de emprego, viabilizando a possibilidade de contratar trabalhadores sem o ônus das garantias trabalhistas como 13º salários, férias, entre outros.

“Na atualidade, criou-se um movimento considerado processo de precarização do trabalho, por implicar mudanças nas relações de trabalho, incluindo as condições de realização, e nas relações de emprego que apontam para maior instabilidade e insegurança para os trabalhadores. O processo em curso pode estar ocorrendo pela constatação de que, hoje, mais que em qualquer momento do passado, é possível o crescimento econômico sem a ampliação do número de empregos. Para alguns autores como Castel (1997) tal evidência contribuiu para o acirramento das desigualdades sociais no final do século 20, com importantes consequências nos ambientes de trabalho” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 1007).

ASSUNÇÃO (2003) relata que as tecnologias de gestão têm exigido trabalhadores polivalentes, os quais não contam com o suporte social. Segundo a autora, “o estudo da relação risco-doença é frutífero” quando trata de fatores específicos, porém “grande parte dos problemas de saúde ligados ao trabalho não é específica”, o que finda por desvalorizar as queixas decorrentes da hiper solicitação. Segundo a autora,

“o limite tênue entre certas áreas do conhecimento deve ser considerado, levando em conta a possibilidade de permitir abordagens mais complexas que, por isso mesmo, podem melhor responder às exigências da realidade imediata. A tentativa de se desenvolver uma abordagem interdisciplinar para estudar um assunto de significativa relevância social sempre esteve presente na história da ciência ocidental, sobretudo no que se refere à busca de compreensão de fenômenos sociais que atingem grandes contingentes populacionais. A confluência entre a medicina, a sociologia, a psicologia, a economia, entre outras, tem sido vital para a melhoria das condições de manutenção e reprodução da vida” (p. 1015-16).

ASSUNÇÃO (2003) discute estudos sobre o trabalho em diversas atividades: o de trabalhadores em uma indústria de joias, o de operadores de teleatendimento, a atividade em laboratórios de análises clínicas, de auxiliares de enfermagem em um banco de leite humano, de motoboys e de professoras. Neste último relata que o estudo permite afirmar que a maior parte do tempo da aula é ocupado com o controle, visando diminuir a indisciplina, e gerando insatisfação para a professora participante do estudo. Observa que as reformas educacionais não geraram a adequação das condições de trabalho ao perfil dos alunos, carentes e violentos. Além disso, considerando todas as atividades estudadas, parte da premissa de que o trabalho “só é possível graças à capacidade dos trabalhadores de constituir problemas, antecipá-los e tomar decisões em tempo real”. Segundo a autora, o desafio é a melhora das condições de trabalho, o questionamento do sistema produtivo, “tentando compreender as lógicas que originam a precarização do trabalho”, e desvelando suas implicações naqueles que sofrem suas consequências.

Estudando o adoecimento dos trabalhadores na área de serviços, VILELA *et al.* (2010), em artigo analisando a atividade de agentes comunitários de saúde vinculados à estratégia de saúde da família, discutem a questão da diminuição do poder de agir e o adoecimento dos agentes de saúde. Os autores referem o conceito de “síndrome geral de sensação de impotência”, proposto por Daniellou (p.292), condição em que, além do sofrimento, ocorre a diminuição de produtividade, num processo que afeta o trabalhador e a organização. Assim como em outras atividades da área de serviços, entendemos que o mesmo ocorre na educação, quando os professores pressionados pelas prescrições e exigências burocráticas têm sua margem de ação

diminuída. Processos que ainda diminuem as possibilidades de realização profissional no trabalho, aspecto considerado por autores como JENKINS e MASLACH (1994) como protetor em relação ao desenvolvimento de agravos à saúde relacionados ao trabalho.

1.1 Relação trabalho e saúde: Psicopatologia do Trabalho, Ergonomia e Psicologia Social do Trabalho

Em 2007, em uma conferência na Universidade Federal Fluminense, Yves CLOT (2010) falou sobre a história da psicologia do trabalho na França, sobre a distinção entre tarefa e atividade, sobre ergonomia, trabalho prescrito e trabalho real, e sobre a clínica da atividade. Segundo o professor, para Alan Wisner (ergonomista francês) as aptidões do trabalhador dependem da condição e situação de trabalho que ele tem. “Se queremos modificar as aptidões dos trabalhadores, é necessário transformar a situação. É a transformação da situação que coloca em curso o desenvolvimento das aptidões” (p. 213). Para Wisner, o trabalho prescrito representa a diferença social entre os que efetivamente trabalham e os que planejam o trabalho dos outros, e refere a necessidade de sentir-se sujeito no trabalho, não apenas um objeto de uma organização, sentir-se ativo é poder agir sobre sua situação de trabalho.

Referindo-se a Louis Le Guillant, CLOT (2010) refere a psicopatologia do trabalho e a clínica da alienação, condição em que ocorre a impossibilidade de produzir a sua subjetividade no trabalho; nessa linha de pesquisa inclui Christophe Dejours e os estudos sobre a psicodinâmica do trabalho. Le Guillant em contato com as situações de trabalho nas grandes fábricas que se desenvolveram no pós-guerra, onde milhares de operários eram mantidos sob condição de grande submetimento, desenvolveu o conceito de negatividade do trabalho, isto é, sua possibilidade de causar adoecimento. Le Guillant conceituou a síndrome subjetiva da fadiga nervosa, em decorrência das condições de trabalho; e a ideia de um sistema de defesa psíquica em que o trabalhador não pensa (se aliena), para suportar, para não sofrer. Segundo CLOT (2010), o trabalho não é simplesmente uma atividade, o trabalho é uma condição social:

“Le Guillant diz não, o trabalho não é simplesmente uma atividade, o trabalho é uma condição, trata-se de uma condição social. Quando se é operário de usina ou telefonista, não estamos somente agindo para realizar uma tarefa. Estamos submetidos a uma condição social na qual estamos colocados e na qual há alienação. Podemos dizer que a psicopatologia do trabalho descobre a clínica da alienação” (p. 218).

O autor distingue campos diferentes na psicologia do trabalho: existe a ergonomia, que se dirige à atividade e existe a psicopatologia do trabalho, relacionada à subjetividade alienada, isto é, a impossibilidade de produzir sua subjetividade no trabalho, impossibilidade que leva ao adoecimento. Segundo CLOT (2010), em francês cuidar do trabalho tem um duplo sentido: fazer um bom trabalho também quer dizer uma qualidade do trabalho, que é uma fonte de saúde; para ele as organizações precisam levar em conta que os trabalhadores são seres humanos responsáveis pelo que fazem. Para que isso aconteça é preciso fabricar métodos que mostrem que os trabalhadores são capazes de transformar a situação de trabalho. Encontrar técnicas que transformem os trabalhadores em sujeitos, protagonistas da transformação, para transformar a questão da saúde no trabalho. CLOT (2010) argumenta que observar produz efeitos na pessoa que é objeto da observação, o observado passa a se observar, num processo dialógico, que deixa marcas no observado; assim, na clínica da atividade, a concepção da observação é dialógica. Segundo o autor, não temos que escolher entre atividade e subjetividade, pois não são excludentes entre si, pelo contrário, e salienta que atividade quer dizer atividade própria ao sujeito, ou seja, capaz de interferir em sua atividade e transformá-la, não é simplesmente sinônimo de ocupação. Referindo-se ao que considera o real da atividade, o autor acrescenta que é também o que as pessoas são impedidas de fazer, aquilo que o trabalhador não realiza, isto é, o que não é feito, o que poderia ser feito, mas foi impedido de fazer.

Mais recentemente, a partir da consideração de que existem afinidades entre elas, OLIVEIRA (2014) discute três abordagens acerca do trabalho: a antropologia do trabalho, a ergologia e a psicologia social do trabalho. Segundo o autor, a antropologia do trabalho baseia-se na tradição etnográfica, sendo a observação direta dos locais de trabalho sua principal marca e contribuição. A antropologia do trabalho considera que não existe homogeneidade cultural entre os Estados nacionais, nem entre os contextos urbanos; o problema para esta abordagem seria a falsa sensação de familiaridade com o objeto. As maiores preocupações seriam a questão da alteridade e “o esforço para evitar que as culturas ou os grupos estudados sejam interpretados a partir dos referenciais do próprio pesquisador” (p. 42). A segunda abordagem discutida por OLIVEIRA é a ergologia, em que se distinguem três polos: os conceitos (como a distinção entre tarefa prescrita e tarefa real, os conhecimentos técnicos acerca da atividade, entre outros), os saberes gerados na prática da atividade, isto é, no próprio contexto do trabalho e o polo das exigências éticas e epistemológicas, referindo-se ao reconhecimento do valor do conhecimento dos trabalhadores. Segundo o autor, o objetivo da ergonomia da atividade é conhecer o trabalho

para modificá-lo e adequá-lo aos trabalhadores, o que implica diagnóstico e intervenção, como aspectos característicos dessa abordagem. Além disso, a ergonomia aborda as operações subjetivas produzidas no trabalhador para execução das prescrições, as quais não se realizam sem essa interação; nesse sentido, também são consideradas as experiências desenvolvidas pelos coletivos de trabalho. Segundo OLIVEIRA (2014), as chamadas “clínicas do trabalho”, como a ergologia e a clínica da atividade, apresentam convergências com a abordagem realizada pela psicologia social do trabalho (cujo objeto é o trabalho como fenômeno psicossocial). Além disso, a partir do campo da saúde do trabalhador, a psicologia social do trabalho se desenvolveu interdisciplinarmente, voltada aos problemas sociais e humanos presentes no trabalho e fora dele. Na definição do autor, refere-se a “um olhar para os acontecimentos cotidianos e a tensão entre as realidades concretas de trabalho e as estratégias cotidianas dos trabalhadores para fazer frente a elas” (p. 45). Como ponto em comum entre as três abordagens, OLIVEIRA (2014) observa a percepção do trabalho como *locus* de produção intersubjetiva. Segundo ele, as três abordagens respeitam os saberes do trabalhador, entretanto a psicologia social do trabalho e a antropologia do trabalho vão a campo mais para saber o que pensam os trabalhadores sobre seu trabalho e menos como detentores de saberes sobre esse trabalho; postura diferencial que também se manifesta nos métodos de pesquisa e intervenção. Segundo o autor:

“embora enfatizem dimensões distintas das realidades que estudam, as três disciplinas reconhecem o valor dos saberes coletivamente construídos na atividade e lançam luz sobre as tensões micropolíticas que produzem o acontecer no trabalho.

O reconhecimento dos saberes práticos dos trabalhadores tem muitas implicações. Ele modifica a relação entre a ciência e seu objeto e lança desafios talvez incontornáveis à ideologia gerencial, isto é, revela-se um tipo de gestão feito pelos próprios trabalhadores e que, afinal, torna o trabalho possível” (p. 48).

A análise ergonômica do trabalho foi abordada por ASSUNÇÃO e LIMA, 2010; enfocando a economia de serviços, a qual consideram uma nova maneira de produzir, trocar e consumir, discutiram o trabalho realizado por categorias profissionais onde o contato com o cliente se baseia em interações em situações conflituosas ou que despertam vivências emocionais. No modelo produtivo desta economia é requerida maior implicação subjetiva dos trabalhadores, na medida em que os serviços são associados aos produtos e às empresas que os produzem. Segundo os autores, os estudos em ergonomia evidenciam a carga psíquica demandada pelo trabalho em diferentes modalidades. Consideram que nessas condições (de serviços) não somente os movimentos do corpo do trabalhador devem ser controlados, mas sobretudo a própria subjetividade, emoções e pensamentos, num processo que denominam como

“taylorismo mental”; o qual, constitui uma forte tendência no setor de serviços – onde se incluem os professores, como uma das categorias com alta demanda de contato presencial e interação verbal.

Nas situações em que as condições ocupacionais são conflituosas, a carga psíquica sobre o trabalhador aumenta, uma vez que estes não dispõem dos meios para atendimento das exigências demandadas pelos usuários. Nessas frentes, os autores referem a necessidade de mudanças organizacionais para diminuição do custo psíquico do trabalho. Segundo ASSUNÇÃO e LIMA (2010), a maior fonte de frustração numa equipe de pronto-atendimento em saúde não são os pacientes em situações críticas, porém, a precariedade das condições materiais e administrativas, que não permitem o envolvimento máximo e a obtenção de soluções satisfatórias no socorro aos pacientes. Os autores discutem que a análise ergonômica direciona as ações não ao gerenciamento das emoções, mas para a atividade, a qual pode ser favorecida quando implica vínculos positivos ou serve como alerta para ineficiências de suporte à atividade individual e coletiva.

1.2 Penosidade no Trabalho e suas Consequências

SATO (1993) discute a questão da subjetividade do trabalhador em relação ao trabalho, a partir dos conceitos de controle sobre o trabalho, familiaridade, poder e limite subjetivo. Segundo ela para que o controle sobre o trabalho seja possível, é necessário estarem presentes condições de familiaridade, poder e limite subjetivo. A familiaridade, relacionada fortemente com a experiência e com a percepção dos próprios limites subjetivos, está relacionada também a um processo de autoconhecimento. O poder, a que a autora se refere, é relativo à possibilidade do trabalhador de mudar as prescrições nas tarefas que irá realizar. A penosidade é vivida quando trabalhar é sentido como ter de suportar incômodos, ou situações que implicam esforços e constatar que o poder de interferir nas mesmas é por demais restrito ou inexistente. Desse modo, considerando seu conhecimento, poder e instrumentos para interferir ou controlar os contextos de trabalho que geram desconforto ou desprazer possibilita ao trabalhador exercer-se como sujeito da situação em seu trabalho. Condições que nem sempre são vivenciadas pelos professores mediante às inúmeras prescrições a que estão submetidos no contexto escolar.

SANCHES e GAMA (2016) realizaram revisão das produções acadêmicas brasileiras acerca do mal-estar docente no contexto escolar. As autoras selecionaram 9 entre 79 produções em

língua portuguesa e referiram a precarização do trabalho, os problemas na relação com os alunos, a intensificação de tarefas e a ampliação do papel do professor como relacionados ao mal-estar docente. As autoras afirmam que

“o trabalho docente não consiste apenas em executar ações prescritas, mas antes expressa um tipo determinado de produção com um sentido social, infere-se que as imposições e os direcionamentos arbitrários no trabalho do professor, cerceiam sua autonomia e descaracterizam os traços da sua profissão” (p. 158).

O cerceamento da autonomia referido pelas autoras pode ser situado sob a condição descrita como penosidade referida por SATO (1993), uma vez que diminui o poder do docente de interferir em seu trabalho e sentir-se sujeito com poder, familiaridade e limite subjetivo sobre sua atividade. Poderíamos acrescentar que, à luz da psicopatologia do trabalho, como descrita por CLOT, esse cerceamento leva à alienação, à impossibilidade de sentir-se sujeito na atividade de docente, descaracterizando-a e gerando adoecimento.

Discutindo a penosidade no trabalho, SATO (1993) refere que o trabalho penoso se relaciona aos contextos que geram incômodo, esforço e sofrimento físico e mental, sentidos como excessivos e sobre os quais o trabalhador não tem possibilidade de controle. Elementos que, infelizmente, são frequentemente identificados no contexto de trabalho dos professores, como referem autores como ARBEX *et al.* (2013). Por meio de análise do discurso, eles discutem as condições coletivas do trabalho de professores universitários readaptados no Rio de Janeiro. Os autores relatam que a sobrecarga de aulas e ambiente de trabalho competitivo, em que apenas 20% dos docentes conseguem acesso a determinadas bolsas de pesquisa, acarretam impactos físicos e psíquicos, condições que podem culminar em readaptações funcionais. Uma vez readaptado, o professor é afastado da sala de aulas, o que ameniza seus sintomas, entretanto, o contexto precarizado do trabalho pode, muito frequentemente, acarretar estigmas ao readaptado. Os autores referem ainda a necessidade de reconhecimento da dimensão coletiva do adoecimento no trabalho docente, se contrapondo à individualização do sofrimento.

KARMANN e LANCMAN (2013), por sua vez, referem os níveis de ruído acima do limite de tolerância, além dos efeitos da intensificação do trabalho, como fatores relacionados ao adoecimento físico e mental dos professores. SIMÕES e CARDOSO (2022) identificaram 12 elementos do contexto ocupacional docente em associação ao esgotamento profissional. Entre estes elementos ocupacionais, as autoras referiram: a falta de participação nas decisões

institucionais, o excesso de tarefas burocráticas, a falta de apoio dos colegas e da coordenação da escola. Além disso, em associação ao esgotamento profissional, se destacaram as dificuldades no contato interpessoal com os alunos, com os pais e ter sofrido agressão na escola; mostrando a precariedade do contexto ocupacional dos professores (SIMÕES e CARDOSO, 2022). Aparentemente, a penosidade se estabelece na medida da elevação das exigências e qualificações requisitadas, contrapostas à desvalorização da função e da remuneração, além da precarização do contexto ocupacional e dos vínculos empregatícios na carreira.

1.3 Práticas em Educação Pública no Brasil, LDB, Financiamento do Sistema e Plano de Carreira Docente

Em uma retrospectiva das reformulações educacionais, SANTOS (2016) relata que a Constituição brasileira de 1934 deliberou sobre as competências da União, Estados e Municípios a respeito da Educação, relativamente a todos os níveis educacionais. Aquela constituição preconizava o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória, extensivo aos adultos, além de incluir a destinação de verbas para a educação em termos de percentagens dos impostos recolhidos pelas diferentes instâncias administrativas (10% para a União e Municípios e 20% para Estados e Distrito Federal) (SANTOS, 2016). Entretanto, apesar de as medidas levarem à duplicação do número de escolas municipais (no intervalo de 4 anos o número de escolas passou de 5.290, em 1932, para 10.341 em 1936), o acesso à Educação, apesar de ampliado, não incluiu grande parte da população. Posteriormente, a Constituição de 1967, efetivada sob a ditadura militar (SANTOS, 2016), acrescentou ao texto que indicava a educação como direito de todos, que este direito era dever e não obrigação do Estado, e aumentou para 20% a proporção da receita tributária municipal a ser investida no ensino primário. Em 1980, foram novamente aumentadas as porcentagens das arrecadações destinadas à educação: a União passaria a aplicar 13% de suas verbas, enquanto os Estados, Distrito Federal e os municípios participariam com pelo menos 25% de suas receitas.

Apesar do aumento das proporções orçamentárias destinadas à Educação, a escola manteve-se inacessível à grande parte da população, mesmo em idade escolar. Apenas a partir da retomada democrática, com o advento da Constituição de 1988, o acesso massivo das crianças à escola foi sendo implementado, no processo conhecido como “democratização do ensino”. A Carta Constitucional de 1988 incluiu a responsabilização da autoridade competente quando do não

oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, além de instituir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a qual define as prioridades do orçamento para o ano seguinte. Como fonte de recursos educacionais, a Constituição adicionou o “salário educação”, contribuição deduzida dos salários dos empregados, a ser recolhida e repassada ao governo pelas empresas (SANTOS, 2016).

Em 1996 a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação, Lei nº 9.394, disciplinou a educação escolar, estabelecendo os princípios e fins da Educação Nacional. A Educação Básica passou a englobar as etapas da Educação Infantil e do Ensino Médio; e para a formação de docentes da Educação Básica se tornou requisito mínimo a formação em curso superior.

As mudanças promoveram a expansão no número de escolas e de matrículas, transformando a organização do sistema educacional, o qual até então apresentava um padrão elitista e excludente (FERRARO e ROSS, 2017), em que o acesso à Educação era negado à grande parte da população. Entretanto, o primeiro Plano de Carreira e Piso salarial dos docentes das instituições públicas foi criado no Brasil apenas anos depois, em 1998, a partir da homologação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). O FUNDEF também estipulou a vinculação de recursos e o estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade no ensino. Os recursos provenientes desse fundo devem ser distribuídos entre as redes estaduais e municipais de ensino, de acordo com o número de matrículas efetivadas no ensino fundamental em cada sistema (FERNANDES & FERNANDES, 2013). Esta vinculação teve como resultado o aumento do número de matrículas. Em 2002, as redes municipais mesmo nas regiões mais pobres do Brasil, já possuíam mais alunos que a rede estadual, invertendo a proporção vigente até 1996, em que as matrículas estaduais predominavam sobre as municipais (PINTO, 2002). Outras propostas de apoio e planejamento em Educação foram promovidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001, o qual estipulou metas e objetivos para a década seguinte, apesar de não ter conseguido estabelecer o aporte de recursos que os viabilizasse (PINTO, 2002).

Outros planos de financiamento da Educação se seguiram, entretanto, segundo o material disponibilizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE, 2019), a distribuição orçamentária até hoje apresenta distorções, destinando mais investimentos às escolas que contam com mais recursos que às escolas em áreas mais carentes. O estudo da CNDE teve sua amostra composta por 4.402 (entre 5.559) municípios brasileiros (os 1.157 municípios restantes não foram incluídos por falta de dados).

Por outro lado, em nosso meio, somam-se eventos que mostram a diminuição do reconhecimento da função social do professor. Além das questões ligadas aos aspectos gerenciais da função docente e das iniciativas que questionam e tentam restringir a autonomia docente gerando mais desgastes à categoria, devemos considerar as questões relativas à remuneração dos professores. Neste sentido, PAIVA *et al.* (1997), analisando o período entre 1979 e 1996, argumentam sobre o empobrecimento dos professores de 1º grau, a despeito da retórica de valorização da educação e do ensino básico. FERNANDES e FERNANDES (2013) analisaram a remuneração de professores da rede pública de Campo Grande (MS), entre 1998 e 2010, concluindo que não houve ganhos salariais significativos apesar da vigência das legislações orientadas a esse objetivo como: FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). A partir da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), PINTO (2016) comparou os rendimentos entre profissionais dos níveis de escolaridade superior, médio e técnico concluindo que os professores sempre ganham menos que um profissional no mesmo nível de formação. Por exemplo, no nível médio de formação (Normal), os professores ganham menos que vendedores em lojas e profissionais de higiene e limpeza. O autor aponta que os professores da educação infantil não são diferenciados entre os que atuam em pré-escola e os que trabalham em creches, e afirma que eles não são reconhecidos como docentes em muitos planos de carreira. Além disso, segundo o autor, os jovens não apresentam interesse pela carreira docente, mesmo quando seus pais são professores.

Na contramão do desprestígio docente observado em nosso meio, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) relata que os países estão buscando melhorar suas escolas para melhor responder à elevação das expectativas sociais e econômicas em relação à educação. Segundo o relatório, os professores são os recursos mais significativos para a melhoria do processo educacional e os autores defendem que a eficiência e a equidade no ensino dependem do asseguramento de que pessoas competentes queiram trabalhar como professores. Além disso, é importante que o ensino oferecido por estes professores competentes apresente alta qualidade e seja acessível a todos os alunos.

1.4 Gerenciamento da Função docente: produtivismo, intensificação e alienação

As profundas mudanças observadas no sistema educacional atingiram não só a remuneração dos professores como intensificaram as exigências objetivas e subjetivas em relação ao trabalho docente, muitas vezes levando a tarefa a ser percebida pelo profissional como impossível de ser cumprida, gerando conflitos ou sintomas relacionados ao trabalho. Os métodos organizacionais e gerenciais da atividade docente se tornaram processos incidentes sobre todos os níveis educacionais, desde a educação infantil aos cursos de pós-graduação e são objeto de discussão por diversos autores. Nesse sentido, OLIVEIRA *et al.* (2006) apontam o impacto das avaliações da educação superior incidindo sobre: o trabalho docente, a gestão das instituições, as definições curriculares e a estruturação do próprio campo da educação superior. Os autores questionam as contribuições ao aperfeiçoamento educacional a que tais avaliações deveriam concorrer. BOSI (2007), discutindo o trabalho docente em Instituições de Ensino Superior, refere a intensificação produzida por políticas que estimulam o produtivismo em detrimento da produtividade, precarizando o trabalho e as relações de emprego no nível superior de ensino; além de gerar competição entre os docentes e selecioná-los de acordo com afinidades aos padrões valorizados pelo mercado e pelas políticas neoliberais. MOURA (2009) discute os modelos de formação em serviço na área de educação, que são concebidos como processos de controle e padronização. AZEVEDO (2018), por sua vez, discute o impacto de medidas gerenciais fomentando a competitividade entre os professores, o que dificulta a criação de vínculos e apoio mútuo entre eles, bem como com a comunidade, além de prejudicar a realização de trabalhos coletivos. Verificamos também iniciativas de cunho político¹, visando cercear a liberdade de cátedra², apontando uma suposta “doutrinação ideológica” por parte dos professores. Identifica-se nessa tentativa de cerceamento, que pretende submeter os educadores a um controle externo insondável, uma tentativa de desautorizá-los e um desserviço ao desenvolvimento da docência como atividade profissional. De todo modo, pretendendo retirar do professor a autorização para controlar o próprio trabalho, tentativas de controle sobre a liberdade de cátedra podem aumentar a penosidade relativa à docência. Somando-se aos baixos

¹ Deputados de AL aprovam lei que pune professor que opinar em sala de aula. Acessado em 24.05.19, disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/04/26/deputados-de-al-aprovam-lei-que-pune-professor-que-opinar-em-sala-de-aula.htm>

² Barroso suspende lei inspirada no Escola sem Partido em Alagoas. Acessado em 24.05.19, disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/03/22/stf-suspende-lei-de-alagoas-que-pune-opiniao-de-professor-em-sala-de-aula.htm>

salários³, a ausência de projeto pedagógico a longo prazo e o sub financiamento do sistema público de educação parecem causar efeitos deletérios, atacando a autonomia do professor em seu âmbito de trabalho e permitindo coerções por meio de exigências arbitrárias.

Referindo aspectos conceituais e históricos da educação e da saúde no Brasil, MAINARDI *et al.* (2013) defendem que a Educação é ação intencional e que só permite bons resultados quando bem planejada; considerando inclusive que a relação professor/ aluno deve se realizar de modo dialético, com respeito a todos que a vivenciam. Discutindo a ampliação do setor de serviços, o avanço do controle do trabalho pela tecnocracia administrativa nas empresas e a alienação subjacente ao processo de massificação pelos meios de comunicação, ARANHA (2006) refere a diminuição dos espaços para discussão das formas de alienação. A autora entende que os professores desenvolvem um trabalho intelectual, ou “não material”, e que estão expostos aos riscos de alienação, assim como os demais profissionais. O trabalho do professor se desenvolve enquanto é produzido, citando Saviani (ARANHA, 2006, p. 25): “a aula é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo”.

Segundo a autora, enquanto a escola ocupar o papel de reprodutora do sistema vigente o contato com o aluno permite tanto a reprodução ideológica quanto a alienação. Por outro lado, pode gerar um espaço de renovação crítica quanto aos riscos existentes na

(...) atuação desligada do contexto em que se vive, quando predominam práticas despolitizadas e esvaziadas de conteúdo ético. Também favorece a alienação a rotinização do trabalho, quando se mergulha na repetição enfadonha de fórmulas e se permite o prevailecimento de registros e controles burocráticos, esquecendo-se das situações emergenciais do contexto social e cultural em que se atua.

Além disso, há o risco de se sucumbir à racionalidade tecnocrática – típica do taylorismo – em que é diminuída a autonomia do professor: a legislação é aprovada sem a participação efetiva do profissional da educação e muitas vezes o planejamento dos cursos é feito externamente, com “pacotes” de materiais curriculares que transformam o professor em simples executor de um projeto (ARANHA, 2006, p. 26).

³ Relatório da OCDE classifica o salário dos professores brasileiros como o pior entre os 48 países que fizeram parte do estudo. Acessado em 27.06.19, disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/data/education-at-a-glance/teachers-statutory-salaries_b43a4622-en

1.5 Desprofissionalização e Perda de Autonomia no Trabalho Docente

Segundo OLIVEIRA (2004), é necessário o desenvolvimento de investigações sobre a macro realidade dos sistemas educacionais no Brasil. A autora aponta processos de desvalorização, desqualificação, desprofissionalização e proletarização do magistério atrelados à precariedade não somente das condições de trabalho, mas sobretudo das relações de emprego, no sentido da desregulamentação da legislação trabalhista. Ela ressalta que tem sido pouco estudadas, no sentido de seus reflexos sobre o trabalho dos professores, as novas políticas educacionais, implementadas desde 1996 – como a criação do FUNDEF, que atribuíram centralidade à administração escolar; o financiamento “*per capita*”; a instituição de avaliações e de mecanismos de gestão que apresentam insistência na participação da comunidade – aplicando ao trabalho docente teorias da administração baseadas na produtividade, eficácia e excelência, além de incidirem sobre as relações de trabalho dos profissionais da educação.

OLIVEIRA (2004) refere que as nações em desenvolvimento assumiram compromissos com a educação em 1990, durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e para cumpri-los buscaram expandir a educação sem, entretanto, aumentar os investimentos na área. Entre as estratégias desenvolvidas estariam o apelo ao voluntarismo e ao comunitarismo, além da padronização e massificação de processos administrativos e pedagógicos, buscando baixar custos, redefinir gastos e permitir o controle central das políticas instituídas, assegurando o custo mínimo para todos, à guisa de equidade. A autora afirma que tais processos acarretam sobrecarga aos docentes: reestruturando o trabalho, aumentando sua responsabilidade e abarcando o envolvimento da comunidade. Nesse contexto a autora refere os processos de desprofissionalização, perda de identidade profissional, desqualificação e desvalorização, em uma tendência de retirada da autonomia docente (como participação na concepção e organização de seu trabalho). Segundo Enguita, 1991, (citado por OLIVEIRA, 2004, p. 1133), a docência está entre o profissionalismo e a proletarização. Enguita considera a profissionalização a “expressão de uma posição social e ocupacional, da inserção em um tipo determinado de relações sociais de produção e de processo de trabalho”, isto é, os profissionais são autônomos em seu trabalho, não tendo de se submeter ao gerenciamento alheio, diferentemente de outras categorias ocupacionais. A proletarização é justamente o oposto da profissionalização, isto é, designa a submissão da categoria ao processo de expropriação de seu saber por outrem, representado pela perda do controle sobre seu processo de trabalho, mecanismo em que se perde a integridade do processo, executando apenas uma parte e

alienando-se da concepção – no sentido apontado por Braverman (citado por OLIVEIRA, 2004, p. 1134).

Quanto ao envolvimento da comunidade na escola, baseado na proposição de fortalecimento de mecanismos democráticos, a autora discute a possibilidade de contribuir ao processo de desprofissionalização, na medida em que também representa a ideia de que os métodos pedagógicos não exigem um conhecimento específico, ameaçando o profissionalismo no contexto escolar. Para Rodrigues (citada por OLIVEIRA, 2004) a tendência de desprofissionalização na categoria estaria relacionada a mecanismos de desqualificação dos profissionais e à perda ou transferência de conhecimentos e de saberes ao público em geral, ou outros. A desprofissionalização estaria ligada não apenas aos processos vividos no contexto de trabalho, mas também na relação entre educação e sociedade.

A questão da proletarização docente é discutida em termos da precariedade de sua profissionalização. Segundo Rodrigues 2002 (citada por OLIVEIRA, 2004, p. 1136-7), as profissões são como sistemas de mandarinato, sendo caracterizados por:

“autonomia para organizar e regular as respectivas actividades; monopólio profissional, ou seja, a faculdade jurídica de impedir todos os que não são oficialmente acreditados de oferecer serviços no domínio definido como exclusivo de uma profissão”.

A partir da sociologia das profissões, a autora discute que, no sentido relativo à autonomia, controle sobre recrutamento, formação, títulos e monopólios extensivos às profissões estabelecidas e, quanto à possibilidade de manipulação dos conhecimentos como instrumento nas lutas entre grupos ocupacionais, o magistério não chegou a constituir-se como uma profissão, aspecto que, entretanto, não evita que sofra com mecanismos de desprofissionalização e precarização.

1.6 Pesquisas em Saúde dos Professores

As pesquisas em saúde dos professores se estendem por diversos campos e perspectivas teórico metodológicas. Ultrapassa as possibilidades deste estudo, no momento, apresentar uma síntese sobre a produção dedicada a esta área. Nesse sentido, observamos a revisão sistemática das pesquisas sobre trabalho e saúde dos professores realizada por SILVA (2018) e o estudo de ARAÚJO *et al.* (2019) analisando as produções realizadas no Brasil desde a década de 90, em

que a relação adoecimento docente e condições de trabalho é investigada. Contudo, apresentaremos algumas referências buscando situar o leitor em relação às questões em saúde dos professores e aos objetivos deste estudo.

Além das tendências que buscam imprimir à atividade docente a lógica da gestão empresarial, autores discutem a diminuição do reconhecimento do papel do educador pela sociedade. Em sua análise de estudos sobre as condições de trabalho e saúde do professor da Educação Básica no Brasil, SOUZA e LEITE (2011) discutem os estudos sobre o tema, observando que apesar de representar interesse estratégico para o desenvolvimento do país e de ser numericamente expressiva, os estudos sobre a categoria docente são relativamente recentes, em relação aos estudos dedicados à outros profissionais. As autoras defendem a análise da organização do trabalho docente como questão central para o tema da saúde do professor e elencam diversos aspectos relativos a esta organização, os quais deveriam ser considerados para que se proteja a categoria das principais morbidades a que está sujeita como, por exemplo, o esgotamento profissional ou *burnout*⁴. O conceito de *burnout* se disseminou a partir dos anos 70, relacionado ao MBI (Maslach Burnout Inventory) inventário destinado a avaliar a ocorrência de *burnout*, o qual se tornou uma referência e possivelmente contribuiu para o reconhecimento do esgotamento profissional como um agravo à saúde. O inventário, como outros testes psicológicos, pode ser entendido como uma abordagem que busca tornar objetivo um fenômeno vivido subjetivamente, ainda que seus sintomas possam ser observáveis. Por outro lado, aparentemente parte da pesquisa feita sob a premissa da avaliação de *burnout* pode ter reduzido a discussão do fenômeno ao polo individual dos profissionais⁵, ignorando os aspectos coletivos e ocupacionais e simultaneamente ignorando as questões da organização do trabalho na produção dos sintomas.

MASLACH *et al.* (2001) referem que as pesquisas iniciais sobre o *burnout* concentraram-se nas atividades caracterizadas pelo desafio do contato emocional com pessoas com demandas de cuidados e atenção (como educadores, cuidadores, médicos, assistentes sociais, entre outras). Os autores relatam que as pesquisas sobre a síndrome se expandiram para outras atividades e questões ocupacionais, e que mostraram correlações entre o papel da organização do trabalho (como carga de trabalho, pressão por prazo, conflito de papéis) e o desenvolvimento de *burnout*

⁴ A síndrome de *Burnout* é descrita pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10). No Brasil, a síndrome é denominada como Esgotamento Profissional, sendo considerada doença relacionada ao trabalho em Doenças Relacionadas ao Trabalho, no Manual de procedimentos para os serviços de saúde, organizado por DIAS, 2001.

⁵ Pesquisas dirigidas exclusivamente ao reconhecimento nosológico dos sintomas e que desconsideram o contexto social, coletivo ou ocupacional na produção de doenças elevam o risco de degenerar em culpabilização e estigmatização dos participantes.

mais do que com os estressores relacionados ao contato com o cliente. Além disso, referem pesquisas abordando os aspectos relacionados à gestão das emoções no trabalho (como exigência de suprimir ou mostrar emoções no trabalho, exigência de demonstrar empatia) e sua relação com maiores pontuações na avaliação da síndrome (p.408).

A queixa de sintomas físico-emocionais entre professores costuma ser frequente e, vinculadas a tais sintomas, costumam ser trazidas questões relativas ao trabalho. São frequentes os relatos acerca de agressividade, desrespeito e ameaças por parte de alunos e de pais, situações a que os professores se veem expostos na rotina escolar. Os docentes também referem a hostilidade da parte de colegas, funcionários administrativos, assistentes de direção e diretores. Fatores como o número de alunos atendidos e o ruído na sala de aula e na escola são queixas comuns, como também: a carga horária diária de trabalho, o mau comportamento dos alunos, os conflitos relacionados às expectativas nem sempre realistas de familiares e o sentimento de pouca participação nas decisões institucionais. Reconhecendo o papel da organização e do contexto do trabalho na produção de sintomas, foram mostradas as associações entre treze variáveis do contexto ocupacional docente e a ocorrência de esgotamento profissional (*burnout*) entre professores da rede pública municipal de São Paulo (SIMÕES, 2014).

A relação entre as queixas e sintomas dos professores, que levam a licenças e absenteísmo na categoria, foram discutidas por ESTEVE (1999) por meio de uma análise do trabalho docente e das mudanças no papel social do professor. A partir de trabalhos realizados por autores de diversos países e considerando estatísticas de licenças médicas dos professores da província de Málaga, na Espanha, ESTEVE (1999) sintetizou um conjunto de dificuldades e constrangimentos profissionais que afetam os professores, além de elencar as mudanças sociais que incidiram sobre a valorização socialmente atribuída aos educadores, predominante até meados do século XX. O autor apresenta uma análise longitudinal sobre o fenômeno que denomina como “mal-estar docente”. Apesar de não utilizar avaliações específicas, o autor considera o mal-estar docente assemelhado ao *burnout* (p. 56), e argumenta que mudanças no papel social do professor trouxeram mais incertezas do que segurança para o trabalho docente. Até certo momento o professor era signatário de uma autoridade socialmente atribuída, além disso, ele era o depositário do conhecimento e estava posicionado como superior hierarquicamente. Nessa época, a principal função social da escola era a transmissão de conhecimento. As mudanças sociais, o acesso à informação e ao conhecimento mudaram radicalmente esse cenário e o papel do professor perdeu muito do prestígio e da autoridade que lhe eram socialmente atribuídos até então. Segundo o autor, com as profundas mudanças

econômicas e sociais (a entrada massiva de mulheres no mundo do trabalho, a transformação e a redução da família em pequenas células com poucos membros), uma nova demanda chegou às instituições escolares: ajudar a preencher o vazio deixado pelos agentes tradicionais de socialização (família e grupos sociais organizados). As novas demandas, além de dificultar a definição do papel do educador, desencadearam nos professores uma crise de identidade profissional. Embora as mudanças tenham alterado o papel do professor, elas não o tornaram dispensável, longe disso, ocorre que a própria educação se tornou mais complexa. Nesse sentido, o autor discute os desafios a serem enfrentados pelos sistemas educacionais como a questão do que é considerado como educação de massa e educação de elite, e ressalta o descompasso entre as mudanças na sociedade atual e a incapacidade do sistema educacional de se adequar a elas. Segundo ele os sistemas de ensino devem considerar a crise de identidade dos profissionais, a má definição sobre o que esperar da educação pública e a frequência de greves e movimentos coletivos na categoria.

Desse modo, ESTEVE considera o “mal-estar docente” um fenômeno resultante das mudanças socioeconômicas nas sociedades modernas, que possui como agentes desencadeantes: a desvalorização do papel do professor, as constantes exigências profissionais, a indisciplina e a violência no contexto escolar, entre outros. Segundo ele, a crise de identidade do professor envolve o questionamento acerca da sua escolha e do sentido da profissão.

O campo da Saúde do Trabalhador abarca uma importante gama de conceitos e estudos tanto sobre a relação saúde-trabalho, como sobre saúde mental e trabalho e sobre a saúde dos professores. Uma importante contribuição neste campo é a Clínica da Atividade e o papel atribuído aos trabalhadores como sujeitos no processo. Tendo como referência a Saúde do Trabalhador e a Psicodinâmica do Trabalho, PAPARELLI (2009) discute a desprofissionalização, a perda da identidade profissional entre docentes e a desqualificação de seu trabalho como consequências de processos de gestão administrativos e pedagógicos implementados a partir de 1990, como as políticas de regularização de fluxo escolar. Segundo a autora, sob a lógica produtivista, essas medidas visaram a eliminação de gargalos no fluxo escolar e ao mesmo tempo consistiram em economia de recursos, pois diminuíram o investimento na escolarização dos alunos. Além de não garantir a qualidade do ensino, o processo descrito pela autora como “exclusão-inclusão” está relacionado ao sofrimento mental dos professores, somando-se aos demais fatores relacionados ao desgaste mental na categoria. A autora discute o processo saúde-doença segundo a perspectiva da medicina social latino-

americana e defende que o conceito de desgaste mental permite integração do conceito de sofrimento mental, permitindo acessar as contribuições da Psicanálise e da Psicopatologia do Trabalho ao campo da Clínica da Atividade.

1.7 Problemas de Saúde, Licenças Médicas e Readaptações

A partir de estatísticas do Estado de São Paulo, PORTO (2010) estudou o absenteísmo entre docentes por meio do levantamento de faltas e de licenças médicas, notando a existência do absenteísmo em todas as DEs (Delegacias de Ensino) do Estado de São Paulo. Informa que, entre maio de 2008 e junho de 2009, o número de servidores contratados da Secretaria Estadual de Educação variou de 246 a 274 mil (variabilidade de cerca 10%), enquanto o total de ausências variou entre 60.900 (setembro de 2008) e 8.500 (janeiro de 2009). O autor refere o padrão cíclico do fenômeno e aponta que sua magnitude chega a 20% do quadro do magistério, observando a importância de políticas públicas para superá-lo.

MACAIA e FISCHER (2015), em estudo qualitativo, discutiram as questões vivenciadas por professores no retorno ao trabalho na escola, após passarem pelo processo de readaptação funcional por transtornos mentais e comportamentais. As autoras discutem a intensificação do trabalho, as longas jornadas, a necessidade de lecionar em diversos locais, as turmas numerosas e a falta de controle no trabalho como componentes na precarização do trabalho docente, situações que entre outros fatores podem levar ao adoecimento e afastamento laboral. As autoras ressaltam que uma vez readaptado, o professor perde seu aporte ao “gênero profissional”, isto é não se sente mais pertencente ao coletivo de trabalho, implicando em conflito quanto à identidade profissional e ao retorno ao trabalho. Elas discutem a discriminação e o estigma vivenciado pelos professores readaptados, somadas às discriminações apoiadas na invisibilidade dos transtornos psíquicos quando comparados aos problemas de ordem corporal, como os de voz; ainda que, segundo as autoras, exista consenso entre os professores de que o contexto educacional esteja relacionado ao adoecimento mental.

Os processos sociais que afetaram significativamente a Educação e o trabalho do professor parecem gerar ambiguidades: por um lado o trabalho docente é idealizado e, ao mesmo tempo,

é desvalorizado social e financeiramente. As habilidades requeridas aos profissionais não se limitam mais às tradicionais capacidades cognitivas e de autoridade, ligadas à transmissão de conhecimentos e limites; passaram a ser requeridas habilidades sociais e afetivas, relacionadas ao cuidar/acolher como suporte ao desenvolvimento psicossocial dos alunos. Para autores como JENKINS e MASLACH (1994), a função docente é caracterizada como exigente interpessoalmente, isto é, as autoras entendem que o trabalho em educação pressupõe recursos emocionais, os quais podem ser consumidos pelo exercício profissional. BELCASTRO e GOLD (1983), como ZHONG *et al.* (2009), associam o esgotamento profissional (*Burnout*) na categoria docente com o contexto de alta demanda afetiva/cognitiva acompanhada do sentimento de frustração das expectativas. Frustração que pode atingir diversos agentes envolvidos no processo educativo: alunos, pais, gestores/coordenadores, além das frustrações dos próprios professores. Em estudo sobre a ocorrência de esgotamento profissional entre professores universitários, em que participaram 465 dos 556 (83,6%) docentes de uma faculdade de medicina de Minnesota nos Estados Unidos, SHANAFELT *et al.* (2009) referiram a prevalência de 34% do agravo entre os participantes.

No Brasil, diversos autores estudam o adoecimento dos professores. ARAÚJO e CARVALHO (2009), a partir de oito estudos epidemiológicos desenvolvidos na Bahia, referiram a prevalência dos três principais grupos de queixas entre docentes: problemas vocais, osteomusculares e de saúde mental. Os autores referiram a elevada prevalência dos problemas de saúde identificada na categoria como associada à intensa demanda psicológica para o desenvolvimento das atividades, ao baixo controle sobre o próprio trabalho, ao maior tempo de trabalho como professor, à elevada carga horária semanal, aos múltiplos empregos, além de características contextuais como: ritmo de trabalho, inadequação das condições de trabalho e relações estressantes entre colegas, entre outros. GASPARINI, BARRETO e ASSUNÇÃO (2006) observaram que na categoria docente os transtornos mentais foram significativamente associados com a experiência da violência, piores condições de trabalho, diminuição na margem de autonomia e do tempo para preparar as aulas. Neste estudo, as autoras ainda registraram a associação entre os transtornos mentais e comportamentais e o uso de medicamentos para dormir (OR= 4,66 IC= 2,55-8,51). SIMÕES e CARDOSO (2022) relataram a ocorrência de esgotamento profissional entre professores (*Burnout*) em associação significativa com ter sofrido violência no espaço escolar ($p=0,001$), problemas na interação com alunos ($p<0,001$), problemas na interação com familiares dos alunos ($p=0,003$), ruído na sala de aula ($p<0,001$) e na escola ($p<0,001$), falta de apoio mútuo entre colegas ($p=0,013$) e coordenadores ($p=0,002$),

excesso de atividades burocráticas ($p=0,002$), além de outros elementos ocupacionais do contexto escolar.

1.8 O trabalho e a saúde dos professores

ROTHMAN (2012) ilustra a relação entre causa e efeito de uma doença a partir do mecanismo de um interruptor de luz. Superficialmente, o que causa o efeito de acender ou apagar uma lâmpada é apenas o acionamento do interruptor. Entretanto, se os fios, se a corrente elétrica, se o bulbo da lâmpada, enfim, se todos os elementos que compõem o sistema de iluminação não estiverem em perfeito estado de funcionamento, o acionamento do interruptor não surtirá efeito. Da mesma forma, para este autor a causalidade de doenças é composta por causas imediatamente aparentes (como o acionamento do interruptor) e por causas componentes, subjacentes. As causas componentes têm um papel necessário na ocorrência de uma doença, e ROTHMAN defende que existem componentes ambientais e genéticos no mecanismo causal de qualquer doença. Segundo o autor na maioria das situações não podemos manipular muitas de suas causas; e ele considera que aquelas que podem ser controladas, usualmente são apenas as causas ambientais. Considerando a identificação dos mecanismos que estão subjacentes ao adoecimento dos professores, partimos da pesquisa das condições ocupacionais a que estão subordinados. Para analisar o trabalho docente e a adesão à carreira, pesquisamos dados sobre taxa de analfabetismo na população, número de matrículas, número de docentes e dados demográficos sobre a categoria (como faixa etária, sexo, escolaridade, remuneração, tipo de vínculo empregatício, entre outros). Atualmente a rede pública e particular de ensino no país é extensa e apresenta informações e estatísticas disponíveis *on-line*, por meio destas informações e a partir da análise de séries históricas, buscamos avaliar a evolução demográfica e da carreira da categoria no país entre 1960 e 2018. Neste período o sistema educacional do país passou por uma reformulação profunda, indo de um modelo fortemente seletivo para uma educação inclusiva, que prevê a responsabilidade dos representantes públicos, assim como dos pais, em relação à educação das crianças e jovens.

Considerando a importância social da educação, a quantidade de profissionais vinculados à função e que múltiplos aspectos relacionados à organização do trabalho parecem incidir negativamente sobre a saúde dos docentes, procuramos analisar os eventos de saúde entre professores a partir de informações como: quantidade de profissionais, quantidade e códigos

diagnósticos de licenças médicas, readaptações funcionais, aposentadorias, exonerações e desligamentos relativos aos docentes. Para obter estas informações recorreremos à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), que regulamenta o direito dos cidadãos às informações públicas referentes aos três poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios brasileiros. De acordo com a disponibilidade das administrações estaduais e municipais, responsáveis pelas redes educacionais públicas consultadas, solicitamos dados sobre o trabalho e os eventos de saúde entre os docentes de 2008 a 2018.

2 OBJETIVOS E HIPÓTESE

2.1 Objetivo Geral

Este estudo visa apresentar os principais eventos demográficos, de trabalho e de saúde relativos à atividade docente entre 1960 e 2018, buscando traçar um panorama da carreira em compasso com medidas que estruturaram o sistema de ensino no país durante o período.

2.2 Objetivos Específicos

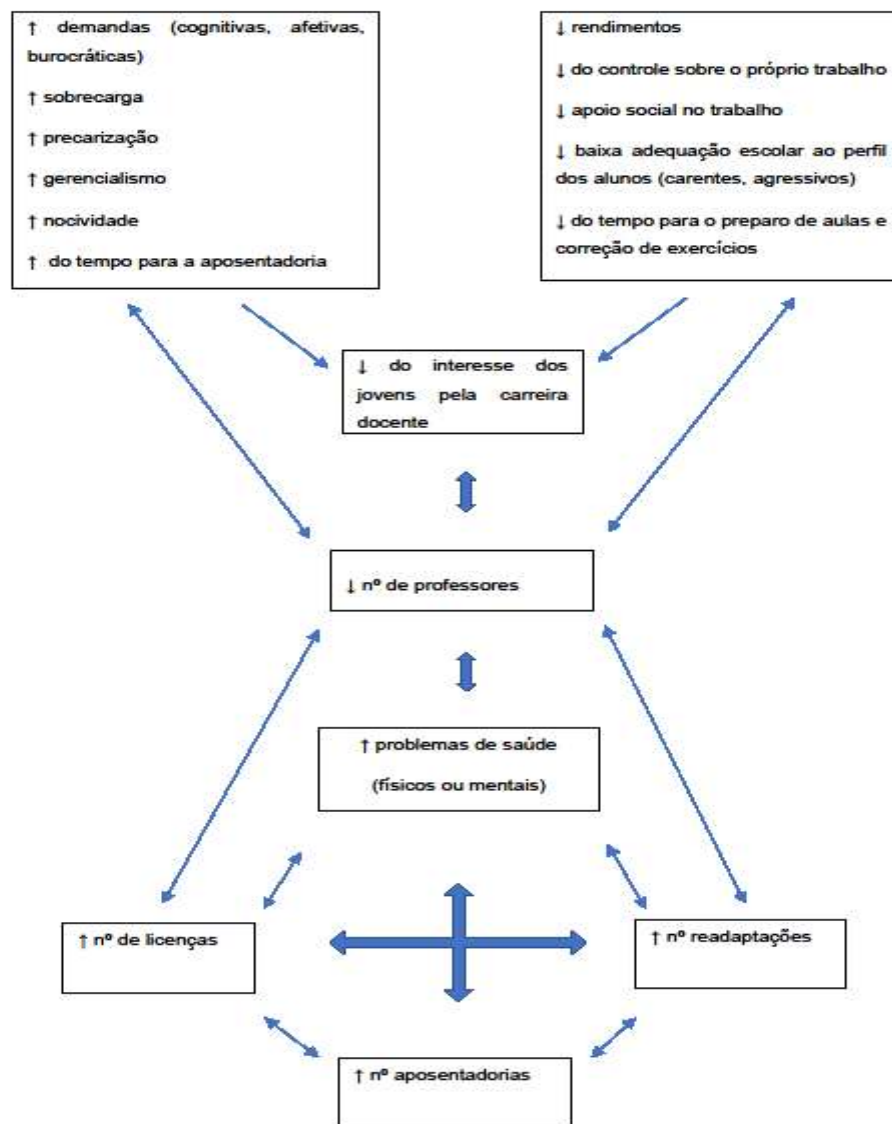
O estudo visa a descrição longitudinal acerca (a) das principais ocorrências relacionadas ao trabalho e carreira docente entre 1960 e 2018 (quantidade de profissionais, quantidade de matrículas, evolução dos rendimentos na carreira, tipos de vínculo empregatício, absenteísmo, abandono da profissão) e (b) dos principais desfechos de saúde (quantidade e tipo de licenças, códigos diagnósticos motivadores das licenças, acidentes de trabalho, variação na quantidade de profissionais que adoecem, readaptações, aposentadoria voluntária e por invalidez e suas respectivas morbidades) entre os docentes nos Estados e Capitais do Brasil, conforme disponibilizadas por administrações estaduais e municipais, mediante solicitação por meio da Lei de Acesso à Informação, nº 12.525/2011.

2.3 Hipótese

A partir da análise dos dados acerca do trabalho docente obtidos nas bases do IBGE, INEP, RAIS e fornecidos pelas administrações públicas de estados e capitais, buscamos mostrar a

ocorrência de sinais de precarização do trabalho docente e a relação deste processo com eventos de saúde na categoria (como licenças médicas, readaptações, aposentadoria voluntária e por invalidez, e abandono da carreira). A figura 1 ilustra o modelo hipotético conceitual identificando os fatores ocupacionais que impactam o contexto do trabalho docente e reduzem o número de profissionais, contribuindo para os desfechos de saúde na categoria.

Figura 1. Modelo hipotético conceitual das interações entre fatores da organização do trabalho docente e o interesse dos jovens pela carreira, o número de professores e os desfechos de saúde na categoria.



3 MÉTODOS

Foram consultados os serviços de compilação de fontes de dados abertos das seguintes instituições: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). As administrações públicas estaduais e municipais foram consultadas por meio da Lei de Acesso à Informação, Nº 12.525/2011. Respeitando o sigilo pessoal dos participantes, foram objeto deste estudo os dados referentes aos professores brasileiros, em todos os tipos de vínculo, de 1960 a 2018, inclusive os profissionais que ingressaram na carreira e a abandonaram, conforme disponibilizados pelas instituições e fontes consultadas.

3.1 Variáveis de Estudo

Foram estudadas séries históricas de dados buscando descrever:

- Evolução no número de matrículas no sistema educacional
- Evolução quantitativa de profissionais
- Evolução etária dos profissionais
- Evolução dos rendimentos da carreira
- Evolução por escolaridade
- Evolução por tipo de vínculo empregatício
- Evolução por sexo
- Evolução na quantidade de licenças médicas e seus respectivos diagnósticos
- Evolução na quantidade de docentes que se licenciaram para tratamento de saúde
- Evolução na quantidade de readaptação funcional
- Evolução na quantidade de aposentadorias por tempo de serviço, compulsoriedade e invalidez.
- Evolução nas exonerações e desligamentos ocorridos nos vínculos empregatícios docentes.

3.2 Critérios de inclusão

Esta pesquisa compilou estatísticas a partir de fontes de dados públicas. Foram incluídos todos os profissionais que atuaram como docentes entre 1960 e 2018 no Brasil, nas áreas urbanas e rurais, sob todos os tipos de vínculo empregatício: vínculos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), vínculos estatutários (isto é, docentes concursados em administrações públicas federais, estaduais e municipais) e vínculos autônomos, em todos os níveis educacionais.

3.3 Aspectos Éticos

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e foi submetida à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sendo registrada sob o número: 30409220.6.0000.5421. No Apêndice incluímos o Termo de solicitação de dispensa de TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e de responsabilidade sobre os dados dos participantes.

3.3.1 Riscos

Consideramos mínima a possibilidade de risco aos dados pessoais dos participantes, pois foram mantidas medidas profissionais de sigilo. Os dados relativos aos participantes foram analisados em blocos estatísticos, e a identificação dos mesmos não foi solicitada ou apresentada em qualquer parte do estudo.

3.4 Análise de Dados

Os dados foram analisados por meio do programa Excel e Stata 14. Na apresentação dos dados estatísticos foram descritas séries históricas, médias, somatórios, proporções, pirâmides etárias e análise de correlação estatística.

3.5 Tamanho da população de estudo

Existiam no Brasil, em 2021, 2,5 milhões de professores, considerando os profissionais da Educação Básica (2,2 milhões) e do Ensino Superior (386 mil).⁶

⁶ Os dados se referem ao Censo Escolar de 2021 e ao Censo da Educação Superior 2020, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/conheca-o-perfil-dos-professores-brasileiros>

4 RESULTADOS

4.1 IBGE – Dados sobre a Educação no Brasil

No decorrer dessa pesquisa observamos a existência de estatísticas educacionais em diferentes bases de dados. A configuração de cada base tem formatação específica, de modo que apresentam recortes diferentes do sistema de ensino no Brasil. O modo de apresentação dos dados dentro de uma mesma base pode variar ao longo do tempo. Consultamos a base do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para construir uma linha do tempo da evolução do número de matrículas desde 1960. O Instituto publica anualmente o Anuário Estatístico Brasileiro, contendo informações estatísticas demográficas, sociais e econômicas, além de geográficas e de meio ambiente. A organização e publicação do anuário estatístico brasileiro teve início no começo do século XX; o primeiro número publicado em 3 volumes contém os dados referentes ao período entre 1908 e 1912. A publicação foi suspensa de 1913 a 1935, sendo retomada após esse período. Atualmente, os anuários estão disponíveis on-line⁷ e serviram de base para esta pesquisa.

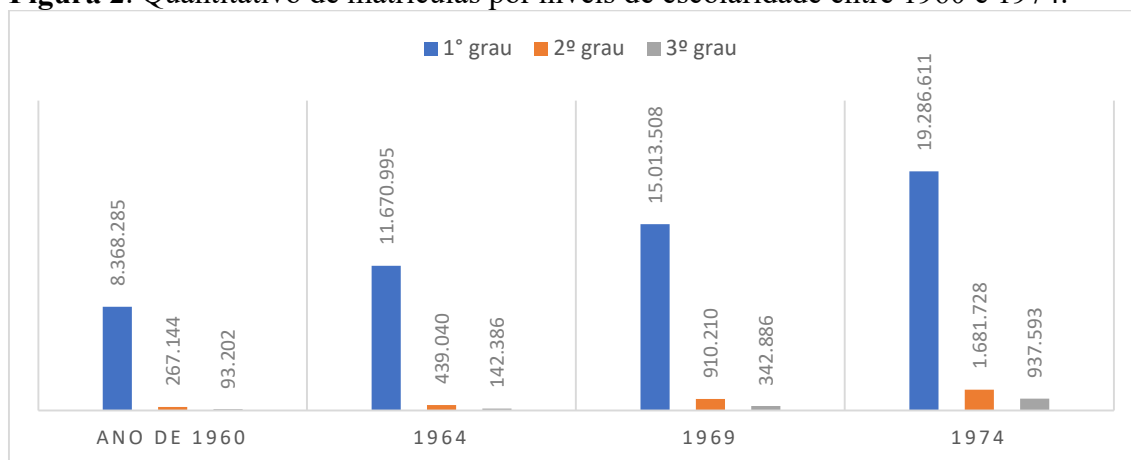
Ao longo da trajetória dos anuários do IBGE constatamos mudanças nos modelos de apresentação dos dados estatísticos acerca da Educação, de modo que, em determinado período são apresentados, por exemplo, o quantitativo de matrículas nos diversos níveis educacionais, mas em anuários mais recentes, como os de 2018 e 2019, essa informação não é referida. Por outro lado, desde a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) em 1998, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) se responsabilizou pela realização anual do Censo Escolar da Educação Básica, e atualmente disponibiliza o acesso on-line às sinopses estatísticas da educação a partir do ano de 1995. As pesquisas realizadas na base de dados do INEP estão apresentadas em seção específica.

⁷ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) / Biblioteca. [Acesso em 10.05.2021]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>

4.1.1 Dados sobre a Educação no Brasil de 1960 a 1974

Para estudar a composição da categoria docente e o quantitativo de matrículas correspondente nos anos de 1975, 1985 e 1995, pesquisamos os anuários do IBGE observando as informações sobre esses anos. Os anuários geralmente apresentam os dados sobre Educação referentes ao ano anterior, porém, eventualmente, são apresentados dados referentes a dois ou três anos anteriores. Os anuários também podem apresentar dados de períodos mais longos, sintetizando os dois, três, dez, ou mais, anos anteriores. Por exemplo, encontramos no anuário de 1977 uma tabela que informa sobre matrículas segundo o nível de escolaridade entre 1960 e 1974 (Anexo IBGE, Tabela 1). Baseada nesses dados a figura 2 ilustra as matrículas nos anos de 1960, 1964, 1969 e 1974. Podemos observar que em cada ano ocorreu uma expressiva desproporção entre o número de matrículas no 1º grau em relação às matrículas no nível seguinte, 2º grau; ocorreu diminuição também na passagem entre o 2º e o 3º grau (ou nível Superior). Além disso, ao longo dessa série histórica, observamos o aumento progressivo no número de matrículas em todos os níveis.

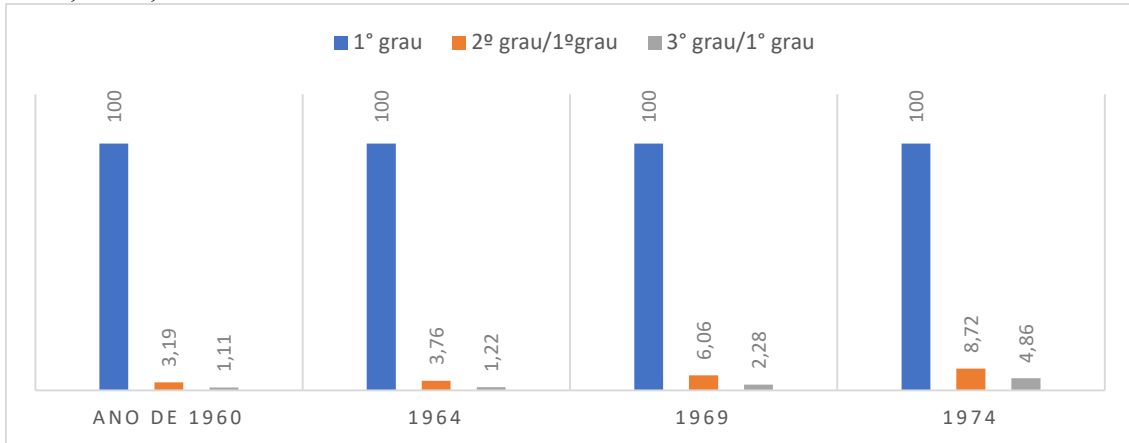
Figura 2. Quantitativo de matrículas por níveis de escolaridade entre 1960 e 1974.



A desproporção do número de matrículas entre os níveis educacionais pode ser verificada por meio da figura 3, que ilustra o percentual de matrículas do 2º grau em relação às matrículas do 1º grau, e das matrículas do 3º grau em relação às matrículas do 1º grau, em cada ano. Podemos verificar que o percentual de estudantes que chegaram ao nível superior de ensino em 1960 correspondeu a apenas 1,11% do total de matrículas no 1º grau no mesmo ano. Por outro lado, em 1974, último ano desta série, a proporção de estudantes de 2º e 3º graus aumentou em relação aos anos anteriores. Todavia, as matrículas no 2º e no 3º grau ainda representam uma parcela

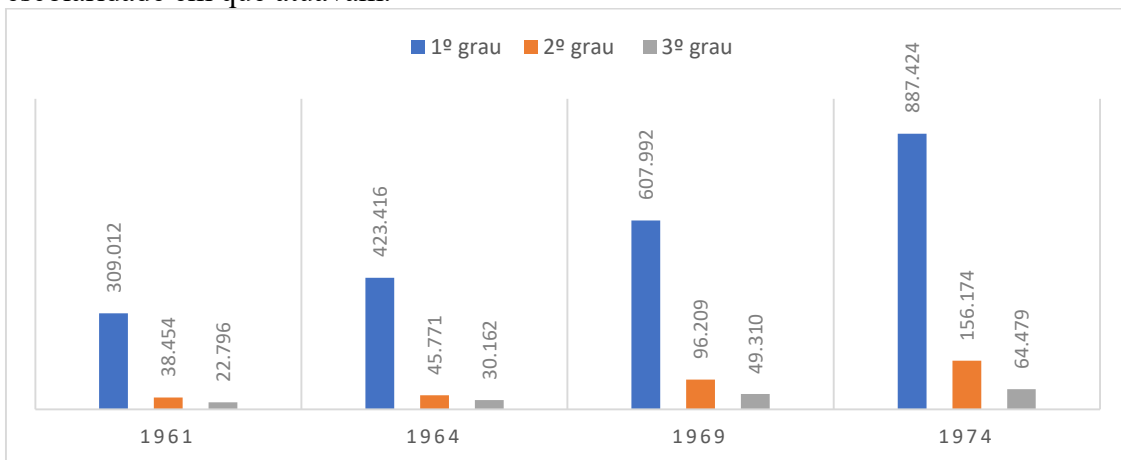
muito reduzida em relação ao total de matrículas registradas no 1º grau. Por exemplo, em 1974, as matrículas no 3º grau representaram apenas 4,86% em relação às matrículas do 1º grau.

Figura 3. Proporção das matrículas de 2º e 3º grau em relação às matrículas de 1º grau, em 1960, 1964, 1969 e 1974.



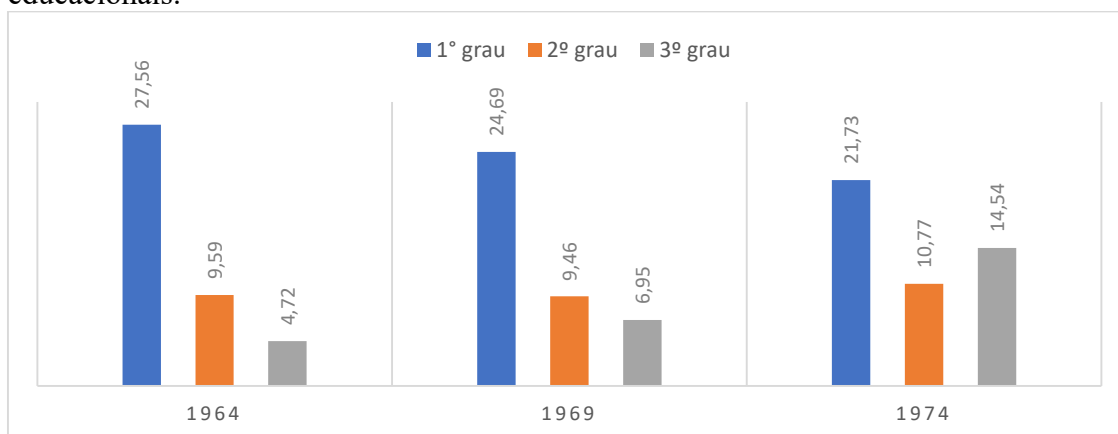
Também encontramos estatísticas referentes ao quantitativo de professores entre 1961 e 1978 (Anexo IBGE, Tabela 2). A figura 4 apresenta a distribuição dos docentes em 1961, 1964, 1969 e 1974, segundo o nível de escolaridade em que atuavam.

Figura 4. Distribuição dos docentes em 1961, 1964, 1969 e 1974, segundo o nível de escolaridade em que atuavam.



Observamos que, em todos os anos estudados, o 1º grau é o nível escolar de maior prevalência. Ao longo da série histórica todos os níveis educacionais aumentam quantitativamente, porém as proporções entre eles apresentaram poucas alterações. A mais notável foi a dos docentes do ensino de 2º grau que em 1961 representavam 12,44% do quantitativo dos docentes de 1º grau, e em 1974, chegaram a 17,60%. Entretanto, devido à grande quantidade de matrículas no 1º grau, a relação matrículas por docente é sempre maior nesse nível de escolaridade, conforme observamos na figura 5, que representa a relação matrículas por docente segundo o nível educacional. Além disso, na figura 5 percebemos o aumento progressivo no número de matrículas por docente no nível superior (3º grau) ao longo dessa série histórica.

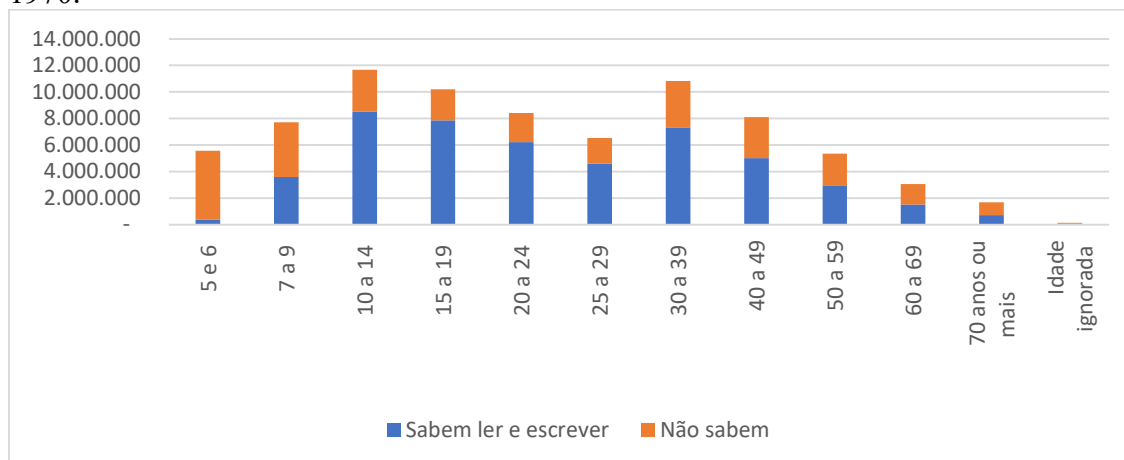
Figura 5. Relação matrículas por docente em 1964, 1969 e 1974, segundo os níveis educacionais.



4.1.2 Dados sobre a Educação no Brasil em 1970 e 1975

O analfabetismo foi importante questão educacional do século XX, no Brasil. A figura 6 apresenta a distribuição da população a partir de cinco anos de idade, segundo a alfabetização em 1970 (Anexo IBGE, Tabela 3). A faixa de idade mais prevalente é a de jovens entre 10 a 14 anos, correspondendo a 11.664.408, dos quais 27,10% não sabiam ler e escrever. A segunda faixa etária mais prevalente foi a de 30 a 39 anos, com 10.822.572 adultos. Nessa faixa o analfabetismo atingiu 32,28%; e nas faixas etárias seguintes, as proporções de analfabetismo aumentaram progressivamente. A faixa etária dos maiores de 70 anos apresentava analfabetismo de 57,66% entre seus 1.692.491 integrantes.

Figura 6. Distribuição da população a partir de 5 anos de idade, segundo alfabetização, em 1970.



Os dados educacionais referentes ao ano de 1975 foram colhidos nos anuários de 1976, 1977, 1978 e 1979. A Tabela 1 apresenta a distribuição de matrículas e docentes entre os níveis educacionais em 1975 (Anexo IBGE, tabelas 4 a 13). As matrículas no 1º grau atingiram 88,55% do total de matrículas daquele ano. Por outro lado, o montante de matrículas no 2º grau correspondeu a apenas 9,90% das matrículas registradas no 1º grau; denotando que grande parte dos jovens abandonava seus estudos ao longo do 1º grau.

Tabela 1. Distribuição de docentes e de matrículas em 1975, segundo os níveis educacionais, Brasil, 1975.

1975		
	Docentes*	Matrículas
Pré-Escola	23.393	566.008
Ensino de 1º grau	896.652	19.549.249
Ensino de 2º grau	133.070	1.935.903
Ensino Superior	92.546	1.072.548
Pós- graduação	7.419	17.260
Total	1.153.080	22.068.420

Fonte: IBGE.

Nota: *As informações se referem ao corpo docente, não especificando sobre funções (ou vínculos) docentes; também não referem aspectos como efetivo exercício ou não.

O estreitamento do número de matrículas persiste até os últimos níveis educacionais, porém de modo menos acentuado entre o 2º e o 3º grau (Ensino Superior). O quantitativo de matrículas no Ensino Superior correspondeu a 55,40% do total de matrículas registradas no 2º grau. Entretanto, as matrículas na pós-graduação (4º grau) representaram apenas 1,61% das

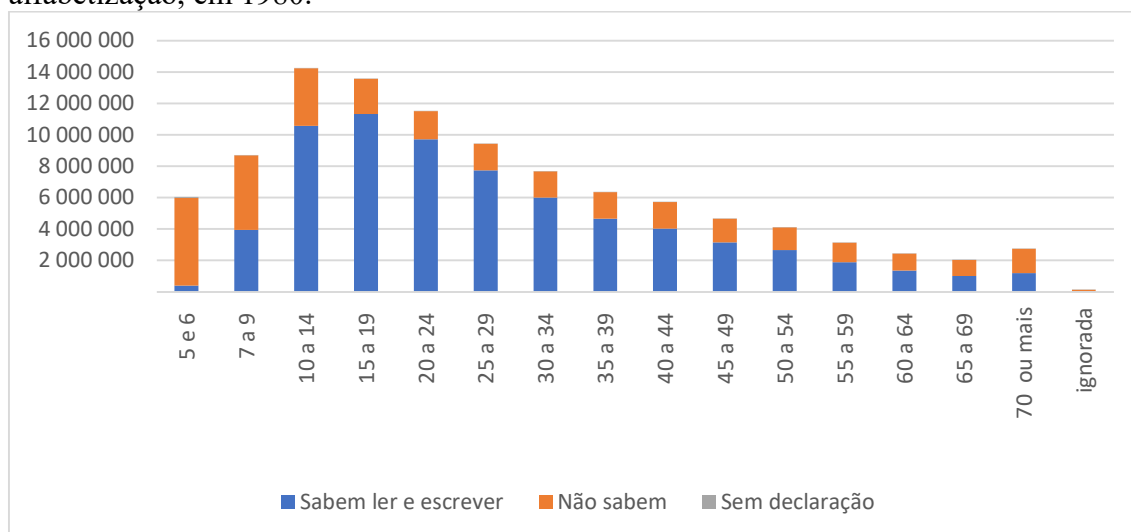
matrículas no Ensino Superior em 1975. Observamos ainda que as matrículas na pós-graduação representaram apenas 0,09% das matrículas registradas no 1º grau.

As informações sobre os docentes apresentadas pelos anuários consultados se referiram a eles como “corpo docente” (Anexo IBGE, Tabelas 4 a 13). Aparentemente, os professores foram considerados como indivíduos, pois não foram apresentadas mais especificações, como vínculos (ou funções docentes) ou se eles se encontravam em efetivo exercício ou não. Entre os docentes observamos que 77,76% deles se concentraram no nível de ensino de 1º grau. A relação professor por aluno no 1º grau correspondeu a 21,80 alunos por docente em 1975.

4.1.3 Dados sobre a Educação no Brasil em 1980 e 1985

A pesquisa sobre os dados de Educação no ano de 1985 foi realizada utilizando, entre outros, o Anuário Estatístico de 1986. Nesse anuário, encontramos que em 1970 a população acima de cinco anos de idade correspondia a 79.327.231 pessoas, das quais 47.864.531 sabiam ler e escrever, o que significa 60,34% daquela população. Além disso, o anuário apresenta dados sobre alfabetização, em 1980, das pessoas a partir de cinco anos de idade (Anexo IBGE, Tabela 14). Naquele ano esta população correspondeu a 102.579.006, e os que sabiam ler e escrever somaram 69.703.993, ou seja 67,95%. A partir destes dados, verificamos que no período de uma década o analfabetismo diminuiu em 7,61 pontos percentuais.

Figura 7. Distribuição da população de 5 anos ou mais de idade segundo condição de alfabetização, em 1980.



A figura 7 apresenta a distribuição da população a partir de cinco anos de idade, segundo sua condição de alfabetização em 1980 (Anexo IBGE, Tabela 14). Observamos que o analfabetismo esteve presente em todas as faixas etárias. A faixa etária com maior número de integrantes é a de 10 a 14 anos, em que 25,78% dos jovens foram declarados analfabetos em 1980. Além disso, 54,51% das crianças na faixa de sete a nove anos também não sabiam ler e escrever naquele ano, assim como 56,19% dos integrantes da faixa acima de 70 anos de idade eram analfabetos.

No anuário de 1986 encontramos informações sobre a instrução da população maior de cinco anos em 1985. Os dados indicam que essa população correspondeu a 114.617.627 pessoas; entre elas, 84.139.764 sabiam ler e escrever, ou seja, 73,41% (Anexo IBGE, Tabela 14).

O anuário de 1986 não fornece dados sobre o nível Pré-escolar de escolarização da população em 1985. Estes dados também não foram encontrados nos anuários seguintes (1987, 1988 e 1989). O anuário de 1986 refere os programas Pré-escolar e Educação Integrada pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Anexo IBGE, Tabela 15). Estes programas, entretanto, não compõem a Educação Regular.

Sintetizando os dados disponíveis acerca da Educação Regular em 1985, a Tabela 2 apresenta informações sobre matrículas e funções docentes em exercício, distribuídos entre os níveis educacionais: 1º grau, 2º grau, graduação e pós-graduação (Anexo IBGE, Tabelas 16-23). Observamos em 1985 que as matrículas de 1º grau são predominantes, representando 84,85% do total de matrículas daquele ano. A quantidade de matrículas diminui ao longo dos níveis educacionais. As matrículas de 2º grau representaram 12,18% da quantidade de matrículas registradas no 1º grau; as matrículas de Graduação representaram 5,52% das matrículas de 1º grau; e as de pós-graduação, 0,15%.

Tabela 2. Distribuição de matrículas e de funções docentes em exercício, segundo os níveis educacionais, Brasil, 1985.

1985		
	Funções Docentes*	Matrículas
1º Grau	1.040.566	24.769.736
2º Grau	206.111	3.016.138
Graduação	113.459	1.367.609
Pós-graduação	19.106	37.726
Total	1.379.242	29.191.209

Fonte: IBGE

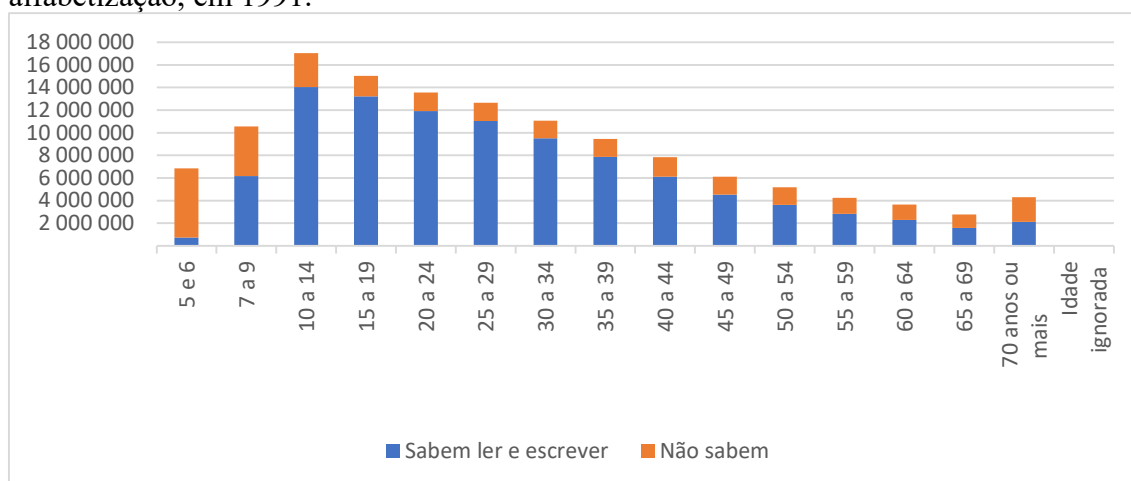
Nota: *O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

O ensino de 1º grau também concentrou o maior número de funções docentes, o número de alunos por função docente nesse nível educacional correspondeu a 23,80. Em 1975, encontramos que a relação docente/aluno correspondeu a 21,80; entretanto, a informação oferecida em 1975 se referia ao docente e não à função docente em exercício, como em 1985.

4.1.4 Dados sobre a Educação no Brasil em 1991 e 1995

A figura 8 apresenta a distribuição da população a partir de cinco anos de idade, segundo a condição de alfabetização em 1991 (Anexo IBGE, Tabela 24). Observamos que em todas as faixas etárias existe uma parcela da população analfabeta. Naquela população de 130.304.361 brasileiros, o analfabetismo correspondia a 25,15%. A faixa etária mais prevalente, naquele ano, foi a de 10 a 14 anos de idade, que concentrou 17.047.159 jovens. Entre eles, 17,73% (3.022.329) não sabiam ler e escrever. Na faixa sete a nove anos, 41,67% não eram alfabetizados. A partir da faixa etária de 40 a 44 anos, a proporção de analfabetismo aumentou progressivamente em cada faixa, e entre os que tinham 70 anos ou mais o analfabetismo atingia 50,90% dos integrantes.

Figura 8. Distribuição da população a partir de cinco anos de idade segundo condição de alfabetização, em 1991.



Consultamos os anuários de 1996, 1997 e 1998 para verificar os dados de Educação referentes ao ano de 1995. As informações são apresentadas em tabelas específicas segundo os níveis

escolares: educação Pré-escolar, Ensino de 1º grau, Ensino de 2º grau, Graduação e Pós-Graduação (Anexo IBGE, Tabelas 25-33).

Dados sobre docentes referentes a 1995 não foram encontrados nos anuários de 1996. Alguns dados foram obtidos no anuário de 1997 (Anexo IBGE, Tabelas 24-30) como também no anuário de 1998 (Anexo IBGE, Tabelas 31 e 32). Encontramos dados sobre as matrículas em cursos de pós-graduação relativas a 1995 (Anexo IBGE, Tabela 33), porém não foram encontradas informações sobre docentes nos cursos de pós-graduação relativas àquele ano.

A Tabela 3 apresenta a distribuição de vínculos docentes em exercício e de matrículas, em 1995, segundo os níveis de ensino. Observamos a presença de grande número de matrículas na Pré-escola, correspondendo a 12,60% do total de matrículas de 1995. As matrículas de 1º grau foram as mais prevalentes naquele ano, correspondendo a 71,62% do total. As matrículas de 2º grau corresponderam a 16,44% das registradas no 1º grau; e as de 3º grau, ou Ensino Superior, representaram 5,39% em relação às matrículas do 1º grau. As matrículas de Pós-Graduação responderam por 0,19% das matrículas de 1º grau e por 0,14% do total geral de matrículas de 1995.

Tabela 3. Distribuição de vínculos docentes em exercício e de matrículas em 1995, segundo os níveis educacionais.

	1995	
	Funções Docentes*	Matrículas
Pré-Escola	282.970	5.749.237
Ensino de 1º grau	1.581.899	32.668.738
Ensino de 2º grau	333.271	5.371.837
Ensino Superior	145.290	1.759.703
Pós- graduação	-	61.603
Total	2.343.430	45.611.118

Fonte: IBGE.

Nota: *O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

O número de matrículas por vínculo docente em exercício correspondeu a 20,32 na Pré-escola; e a 20,65 matrículas por vínculo no 1º grau. No 2º grau a relação matrículas por vínculo docente

em exercício correspondeu a 16,12; e no nível de Ensino Superior encontramos a proporção de 12,11 matrículas por vínculo docente em exercício em 1995.

A figura 9 apresenta a distribuição de matrículas entre os níveis educacionais em 1975, 1985 e 1995. Podemos observar o aumento no número de matrículas entre os níveis educacionais no decorrer de 20 anos. Vemos representada a presença do Ensino Pré-escolar no período, apesar de não terem sido localizados dados referentes a esta etapa no ano de 1985.

Figura 9. Distribuição de matrículas entre os níveis educacionais em 1975,1985 e 1995.

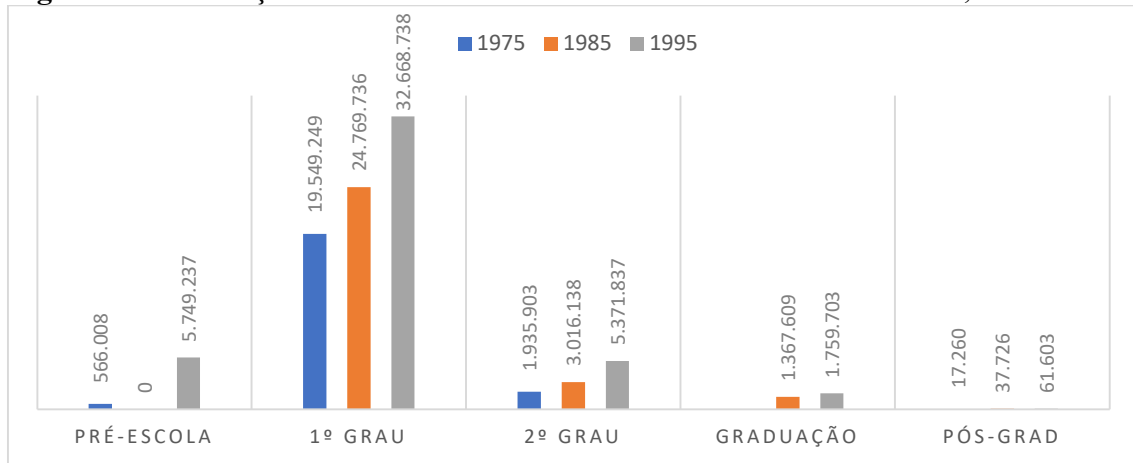
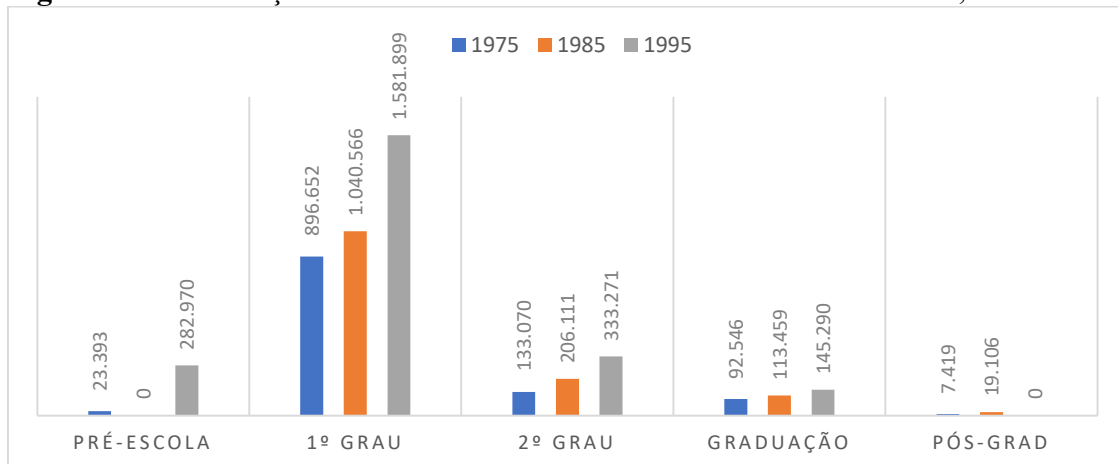


Figura 10. Distribuição de docentes entre os níveis educacionais em 1975, 1985 e 1995.



A figura 10 sintetiza a distribuição dos docentes entre os anos de 1975, 1985 e 1995, lembrando que os dados referentes a 1975 indicam os docentes e não as funções docentes em exercício, como em 1985 e 1995.

4.1.5 Retenção Estrutural e Escolaridade Líquida

No Anuário de 1997 encontramos uma tabela contendo as taxas de promoção escolar no período entre 1984 e 1995, Tabela 4. Observamos que as taxas mais ou menos constantes ao longo de todos os níveis educacionais também permitem compreender a retenção de alunos, ou sua “não promoção”. Como exemplo, podemos analisar que, considerando a taxa de promoção de 0,43, referida na 1ª série do 1º grau em 1984, a taxa de alunos que não foram promovidos correspondeu a 0,57. Ou seja, mais da metade dos alunos matriculados na 1ª série do 1º grau, naquele ano, foi retida, ou não se “promoveu” à série seguinte. Dessa forma, percebemos que a cada série o grupo de alunos se tornava mais restrito, entretanto, a taxa de alunos “não promovidos” se mantinha, atingindo uma porção significativa dos estudantes em cada série escolar, ao longo dos 12 anos dessa série histórica.

Tabela 4. Taxas de promoção escolar, por grau e série de ensino, Brasil, 1984-1995.



ENSINO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1997

Tabela 2.118 - Taxas de promoção escolar, por grau e série de ensino - 1984-1995

ANO	TAXAS DE PROMOÇÃO ESCOLAR										
	1º grau								2º grau		
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	1ª série	2ª série	3ª série
1984.....	0,43	0,61	0,66	0,64	0,49	0,56	0,62	0,74	0,48	0,64	0,84
1985.....	0,47	0,60	0,66	0,66	0,50	0,57	0,64	0,75	0,50	0,66	0,85
1986.....	0,47	0,57	0,65	0,64	0,48	0,54	0,60	0,74	0,49	0,65	0,85
1987.....	0,49	0,58	0,65	0,66	0,50	0,57	0,63	0,75	0,51	0,66	0,85
1988.....	0,47	0,58	0,65	0,66	0,51	0,58	0,64	0,75	0,49	0,65	0,85
1989.....	0,50	0,60	0,67	0,68	0,51	0,58	0,65	0,75	0,49	0,64	0,83
1990.....	0,53	0,61	0,68	0,68	0,51	0,58	0,64	0,74	0,47	0,63	0,82
1991.....	0,53	0,61	0,69	0,70	0,53	0,60	0,66	0,76	0,50	0,67	0,85
1992.....	0,53	0,61	0,68	0,71	0,55	0,61	0,67	0,77	0,51	0,67	0,84
1993.....	0,52	0,62	0,69	0,72	0,57	0,64	0,70	0,80	0,56	0,71	0,87
1994.....	0,53	0,64	0,72	0,74	0,58	0,64	0,71	0,80	0,55	0,69	0,85
1995.....	0,55	0,66	0,72	0,75	0,60	0,67	0,72	0,80	0,55	0,69	0,85

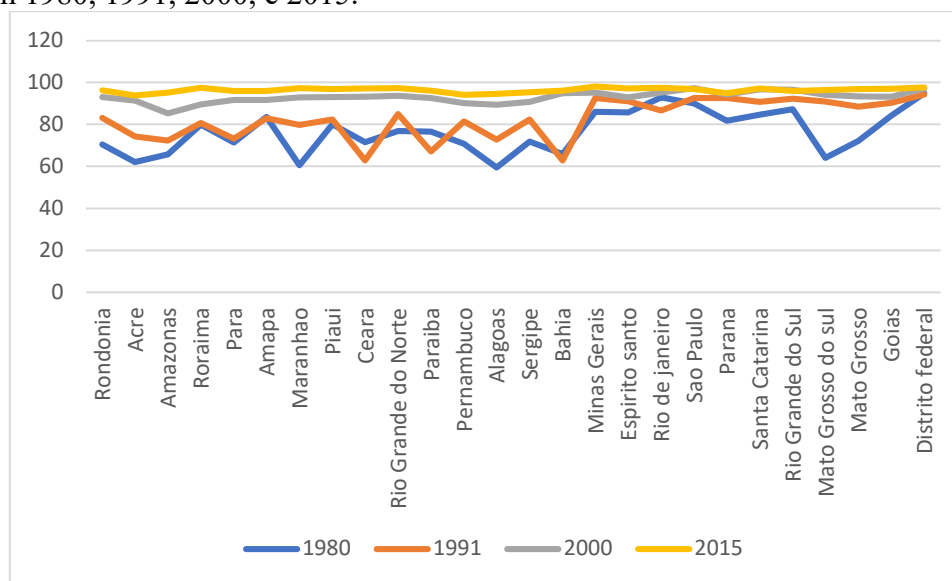
Fontes: Sinopse estatística da educação básica 1981-1983. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1984; Sinopse estatística do ensino regular de 1º grau 1984-1989. Brasília: Ministério da Educação, 1986-1992; Sinopse estatística do ensino regular de 2º grau 1984-1989. Brasília: Ministério da Educação, 1986-1992; Sinopse estatística: educação fundamental 1991-1994. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994-1996; Sinopse estatística: educação média 1991-1994. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994-1996; Sinopse estatística 1996: Brasil, regiões, unidades da federação. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1997; Ministério da Educação e do Desporto, dados não publicados de 1990 e 1995.

Nota: As estimativas foram preparadas por Ruben Klein, do Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC/CNPq.

Extraído de: IBGE, Anuário 1997, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.118.

Apesar dos problemas referidos, os esforços de organização e democratização do acesso ao ensino fundamental possibilitaram o avanço da escolarização. A figura 11 ilustra os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que representam a evolução da taxa líquida de escolarização (indicador que identifica o percentual da população em determinada faixa etária matriculada no nível de ensino adequado a essa faixa etária), no nível Fundamental de Ensino segundo cada uma das unidades da federação, de 1980 a 2015. Notamos que em 1980 alguns estados apresentavam taxa de escolarização próxima a 60%, como o Acre (62%), Maranhão (60,6%), Alagoas (59,5%), Bahia (62,9%) e Mato Grosso do Sul (64%), significando que por volta de 40% das crianças não estavam matriculadas na série apropriada a sua faixa etária, ou estavam fora da escola, naquele período.

Figura 11. Evolução da escolaridade líquida percentual segundo as Unidades Federativas do Brasil, em 1980, 1991, 2000, e 2015.



Fonte IBGE: Séries históricas e estatísticas/ temas e subtemas/ eficiência do sistema de ensino e rendimento escolar/ taxa líquida de escolarização por níveis de ensino/ período 1980-2015/ Unidades da Federação - UF/ Todas/ Ensino Fundamental. Dados acessados em 14.10.22. <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=SEE17&t=taxa-liquida-escolarizacao-niveis-ensino>

4.2 INEP – Sinopses Estatísticas da Educação no Brasil

Em 1937 foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia, que no ano seguinte viria a ser identificado como Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP. Segundo o site do Instituto, seu propósito é o de identificar problemas do ensino no Brasil e propor políticas públicas para superá-los, além de realizar censos e estatísticas sobre a Educação no país. Seu primeiro boletim foi publicado em 1939, com o registro sobre o ensino primário de 1932 a 1936. A partir de 1941 o instituto passa a elaborar políticas públicas e organizar capacitações para professores. Em 1952, Anísio Teixeira tornou-se diretor do INEP, criando centros de pesquisas e documentação pedagógicas e bibliotecas, entre outras ações na área. Em 1964, ano em que é realizado o primeiro Censo Escolar, Anísio Teixeira foi afastado do instituto. Em 1977, são extintos os Centros de Estudos Pedagógicos, criados por Teixeira. Em 1982 o INEP assume os serviços de estatísticas educacionais, que estavam sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). A partir de 1995 o INEP se reorganiza no sentido de produzir estatísticas para orientação das políticas do MEC. O CIBEP (Centro de Informação e Biblioteca em Educação) é reinaugurado em 1998, para permitir que informações produzidas pelo INEP sejam acessíveis para gestores, pesquisadores, estudiosos e profissionais da Educação.

Considerando as mudanças sociais e políticas ocorridas no período, observamos que a partir de 1998, com a lei que criou o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), foi também estabelecida a realização anual do Censo Escolar da Educação Básica, para definição dos valores a serem repassados aos municípios. A responsabilidade pela realização do censo ficou a cargo do INEP, pelo fato de o instituto já ter desenvolvido recomendações para a reconstrução educacional do país, a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961⁸. Em 2001, o Senado aprova que o instituto passe a se chamar Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Na página do INEP estão disponibilizadas as sinopses da Educação Básica⁹ e do Ensino Superior¹⁰; além de arquivos contendo micro dados¹¹ do Censo da Educação Básica, de 1995 a

⁸ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira / Acesso à Informação / Institucional / História, [acesso em 10.05.2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia>

⁹ INEP / Sinopses Estatísticas da Educação Básica, [acesso em 10.05.2021]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

¹⁰ INEP / Sinopses Estatísticas da Educação Superior, [acesso em 10.05.2021]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

¹¹ INEP / Acesso à informação / Dados Abertos / Microdados, [acesso em 10.05.2021]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>

2019, e do Ensino Superior, de 1995 a 2018. Segundo informações fornecidas como resposta à solicitação de dados, o INEP não possui banco de dados referente a anos anteriores.

Uma vez que os dados estão divididos em Educação Básica e Ensino Superior, para obter o total de docentes em exercício em 1995 e 2018, acessamos cada uma das sinopses e somamos os resultados informados. Observamos que os dados do INEP referem “funções docentes” em 1995 e “docentes” como indivíduos, em 2018. O professor pode possuir mais de um vínculo empregatício, independentemente do nível educacional, ou localidade, em que atua. Se é considerado como indivíduo, mesmo que possua dois ou mais vínculos docentes, ele é contado apenas uma vez. Quando são consideradas “funções docentes” ou “vínculos docentes”, o mesmo indivíduo pode ser contado mais de uma vez, dependendo da quantidade de vínculos docentes que exerce. Desse modo não é possível estabelecer uma análise entre “vínculos docentes” e “docentes”. Da mesma forma, não é possível comparar os dados dos “docentes” de 2018 informados pelo INEP, com os da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e com parte dos dados do IBGE, pois estas bases consideram os “vínculos docentes”.

4.2.1 Sinopses da Educação Básica e do Ensino Superior em 1995: Matrículas e Funções Docentes

Tomando a Sinopse Estatística da Educação Básica de 1995, observamos que os níveis educacionais estão apresentados como Pré-Escola e Ensino Regular. O Ensino Regular apresenta as informações relativas ao Ensino Fundamental, antigo Ensino de 1º grau e informações do Ensino Médio, antigo Ensino de 2º grau. As informações sobre o Ensino Superior foram obtidas na Sinopse Estatística da Educação Superior 1995. Não foram encontradas informações sobre matrículas ou docentes especificamente dos cursos de pós-graduação. A Tabela 5 apresenta a distribuição de funções docentes e de matrículas de acordo com os níveis educacionais em 1995 (Anexo INEP, Tabela 1-6).

Observamos que o total de matrículas em Pré-Escola correspondeu a 12,62% do total de matrículas de 1995. As matrículas no Ensino Fundamental representaram 71,72% do total de matrículas daquele ano. Além disso, as matrículas no Ensino Médio representaram 16,45% da quantidade de matrículas do Ensino Fundamental, denotando um estreitamento na passagem entre esses níveis (Anexo INEP, Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição de docentes e de matrículas, segundo os níveis educacionais, em 1995 - INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

1995		
	Funções Docentes	Matrículas
Pré-Escola	282.970	5.749.234
Ensino Fundamental	1.409.488	32.668.738
Ensino Médio	333.613	5.374.831
Ensino Superior	145.290*	1.759.703
Total	2.171.361	45.552.506

Fonte: INEP.

Nota: * Total de funções docentes do Ensino Superior em exercício. O total geral, considerando os afastamentos, foi de 161.645 (Anexo INEP, Tabela 5).

Em 1995, a relação de matrículas por função docente no Ensino Fundamental correspondeu a 23,18. No ensino Superior essa relação foi de 12,11 matrículas por função docente.

Na Sinopse Estatística da Educação Superior de 1995, verificamos que o registro total de matrículas no Ensino Superior correspondeu a 3,86% do total de matrículas daquele ano e a 5,39% das matrículas no ensino Fundamental (antigo 1º grau). Observamos que as instituições particulares responderam por 1.059.163, ou seja 61,19% das matrículas nos cursos superiores em 1995 (Anexo INEP, tabela 6). Não foram encontradas informações sobre matrículas, ou docentes, dos cursos de pós-graduação.

4.2.2. Sinopses da Educação Básica e do Ensino Superior em 2018: Matrículas e Docentes

Em 2018, os dados sobre matrículas na Educação Básica envolveram os seguintes níveis educacionais: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial (Anexo INEP, Tabela 7). Segundo a dependência administrativa, observamos que as matrículas municipais corresponderam a 23.103.124, ou seja, 47,68% do total das matrículas em Educação Básica (48.455.867) em 2018. Segundo a faixa etária, as matrículas na Educação Básica, em 2018, se distribuíram desde a faixa etária dos menores de três anos, até os maiores de 40 anos (Anexo INEP, Tabela 8). As matrículas segundo o nível educacional, foram

utilizadas na construção da Tabela 6, que especifica os dados de matrículas e docentes nos níveis de Pré-escola, Fundamental e Médio, em 2018. Foram incluídas as matrículas em Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial (Anexo INEP, Tabela 9-12).

Observamos que as matrículas do nível Fundamental foram as mais prevalentes, representando 47,77% do total de matrículas. As matrículas no nível Médio corresponderam a 46,08% das matrículas do nível anterior (Fundamental), mostrando que em 2018 ainda ocorre uma defasagem na passagem entre esses níveis educacionais.

Tabela 6. Distribuição das matrículas, na Educação Básica e no Ensino Superior, e de docentes, em 2018.

	2018	
	Docentes⁽¹⁾	Matrículas
Pré-Escola	589.893	8.745.184
Ensino Fundamental	1.400.716	27.183.970
Ensino Médio	463.976	12.526.713
Ensino Superior	384.474*	8.450.755
Total	2.839.059	56.906.622

Fonte: INEP.

Notas:

* Total de docentes do Ensino Superior em exercício. O total geral, considerando os afastamentos, foi de 397.893 (Anexo INEP, Tabela 13).

⁽¹⁾ O mesmo docente pode atuar em uma ou mais instituições.

Na Educação Superior, o total de matrículas em 2018 foi de 8.450.755, incluindo cursos de graduação presenciais e à distância. Naquele ano as matrículas no nível Superior de ensino representaram 16,22% do total de matrículas, e 31,09% das matrículas registradas no nível Fundamental de ensino. Considerando as instâncias administrativas, as matrículas se distribuíram da seguinte forma: 6.373.274 (ou 75,42%), corresponderam a matrículas privadas e 2.077.481 a matrículas públicas (1.324.984 federais; 660.854 estaduais e 91.643 municipais, conforme Anexo INEP, Tabela 11). Não foram encontradas informações sobre matrículas, ou docentes, dos cursos de pós-graduação em 2018.

A Sinopse da Educação Superior, em 2018, refere que o Brasil teve o total de 384.474 docentes em exercício, segundo as diferentes instâncias administrativas. As instituições públicas, federais, estaduais e municipais, somaram 173.868, deste montante. Enquanto as instituições privadas responderam por 210.606 docentes, o que corresponde a 54,78% do total de docentes

em exercício no Ensino Superior em 2018 (Anexo INEP, Tabela 12). Além disso, observamos que em 2018, 13.419 docentes estavam afastados (Anexo INEP, Tabela 13). A relação número de matrículas por docente correspondeu a 21,98, em 2018, no Ensino Superior.

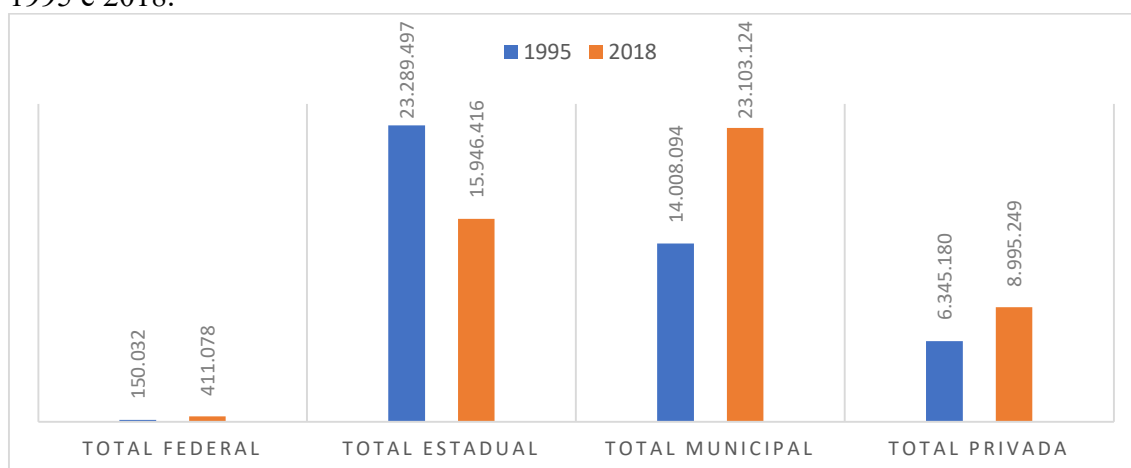
4.2.3 Sinopses de 1995 e 2018

Considerando apenas as matrículas de 2018 nas etapas de Pré-escola, Fundamental, ensino Médio e Superior (Tabela 6), encontramos o total de 56.906.622, o que corresponde a um acréscimo de 24,93% em relação ao total de 45.552.506 matrículas de 1995, referentes aos mesmos níveis de ensino (Tabela 5).

Considerando o nível Fundamental, observamos na Tabela 5 que as matrículas em 1995 somaram 32.668.738; já em 2018, o total de matrículas neste nível correspondeu a 27.183.970 (Tabela 6). Verificamos que nesse período de 23 anos a quantidade de matrículas no nível Fundamental diminuiu em 5.484.768, ou seja, em 2018 estava 16,79% menor, que em 1995.

A figura 12 apresenta a distribuição das matrículas na Educação Básica por dependência administrativa, nos anos de 1995 e 2018 (Anexo INEP, Tabelas 1, 2 e 7). Observamos que o total de matrículas nas instituições Estaduais decresceu, enquanto aumentou 64,93% nas instituições Municipais, e 41,77% nas instituições Privadas.

Figura 12. Distribuição das matrículas na Educação Básica por dependência administrativa em 1995 e 2018.

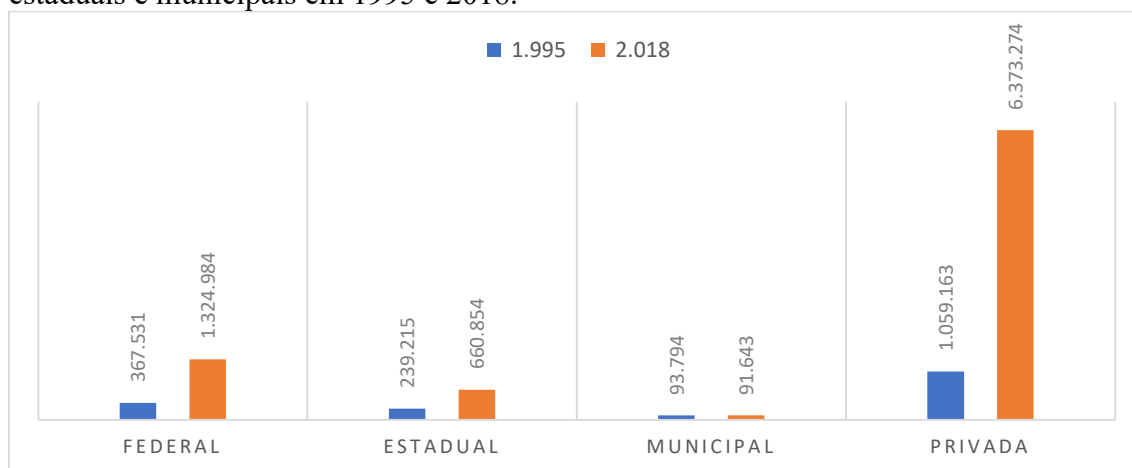


As matrículas do Ensino Superior em 2018 (Tabela 6) aumentaram quantitativamente em 6.691.052, ou seja 380,24%, em relação à quantidade registrada em 1995, que foi de 1.759.703 (Tabela 5). A figura 13 representa a distribuição das matrículas no Ensino Superior, entre as

instituições federais, estaduais e municipais, nos anos de 1995 e 2018 (Anexo INEP, Tabelas 6 e 10).

Além disso, constatamos que as matrículas em instituições privadas foram as que mais aumentaram. Em 2018, o total de matrículas nestas instituições correspondeu ao acréscimo de 501,73%, em relação ao montante que registraram em 1995. As instituições públicas federais de Ensino Superior alcançaram o aumento de 260,51%, em relação às matrículas que registraram em 1995. As instituições públicas estaduais de Ensino Superior aumentaram suas matrículas em 176,26%. As instituições municipais foram as únicas que apresentaram decréscimo no período. Elas decresceram 2,29%, em relação ao número de matrículas no Ensino Superior que registraram em 1995.

Figura 13. Distribuição de Matrículas em cursos superiores entre instituições federais, estaduais e municipais em 1995 e 2018.



Não podemos comparar a quantidade de vínculos docentes de 1995 com a quantidade de docentes registrada em 2018, entretanto, podemos calcular a quantidade relativa ao número de matrículas no ano de referência. Assim apuramos que, em 1995, a quantidade de matrículas no nível de Ensino Fundamental correspondeu a 32.668.738 (Tabela 4); e o total de vínculos docentes no mesmo nível educacional correspondeu a 1.409.488. Desse modo, encontramos que em 1995 cada vínculo docente correspondeu a 23,18 alunos no Ensino Fundamental. Em 2018, foram 19,41 matrículas por docente no nível Fundamental (Tabela 5). Por outro lado, o site do INEP¹² informa que o número médio de alunos por turma em 2018 correspondeu a 16,3 na Educação Infantil; 23,1 no Ensino Fundamental; e a 30,2 no Ensino Médio.

¹² INEP/ Acesso à informação/ Indicadores Educacionais/ Média de alunos por turma/ 2018/ Brasil Regiões e UFs [acesso em 28.05.2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/media-de-alunos-por-turma>

No Ensino Superior encontramos a proporção de 12,11 matrículas por vínculo docente em 1995 (Tabela 4). Por outro lado, em 2018, a quantidade de matrículas por docente no Ensino Superior foi igual a 21,98% (Tabela 5).

Segundo o INEP¹³, a partir da pesquisa World Education Indicators (WEI), realizada pela UNESCO e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com dados do ano 2000, o Brasil foi o país com maior número de alunos por professor no nível secundário de educação, isto é, da 7ª série do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio. A Tabela 7 apresenta as médias encontradas entre os diversos países participantes da pesquisa.

Tabela 7. Número médio de aluno por professor no nível secundário*, segundo a pesquisa World Education Indicators (WEI).

PAÍSES DO WEI	
Argentina	11,2
Brasil	35,6
Chile	30,2
China	16,4
Filipinas	34,1
Índia	16,1
Indonésia	18,9
Jamaica	18,5
Jordânia	20,6
Peru	18,5
Uruguai	14,9
Zimbábue	24,7
Média do WEI	21,7
PAÍSES DA OCDE	
Alemanha	15,2
Bélgica	9,7
Canadá	18,8
Coréia	21,2
Dinamarca	12,8
Espanha	11,9
Estados Unidos	15,2
França	12,5
Grécia	10,7
Itália	10,3
Japão	15,2
Luxemburgo	9,2
México	31,7
Portugal	9,0
Reino Unido	14,8
Média da OCDE	14,3

Extraído de: OECD/UIS WEI – 2000.

Nota: * No Brasil, corresponde da 7ª série do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio.

¹³ Portal INEP/ Notícias/ World Education Indicators/ número médio de alunos por turma no nível secundário [acesso em 31.10.2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/brasil-tem-maior-numero-de-alunos-por-professor-no-nivel-secundario>

4.3 RAIS – Dados sobre o Trabalho Docente

A RAIS, ou Relação Anual de Informações Sociais e CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) são plataformas de dados relacionados aos vínculos empregatícios e estabelecimentos empregadores. RAIS e CAGED são vinculadas ao Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do antigo Ministério do Trabalho, hoje Secretaria do Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia. As bases de dados RAIS e CAGED podem ser consultados on-line, mediante solicitação e preenchimento de formulário eletrônico para consulta dos dados¹⁴.

A RAIS, é um registro administrativo criado pelo decreto 76.900, em 1975¹⁵, que concentra informações sobre todos os estabelecimentos formais e vínculos celetistas e estatutários no Brasil, ou seja, inclui os contratos formais vigentes tanto nos órgãos públicos como nas empresas de todos os tipos. Os estabelecimentos declarantes podem ser do tipo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), CEI (Cadastro Específico do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)), CAEPF (Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física) CNO (Cadastro Nacional de Obras). Os estabelecimentos têm obrigatoriedade de declaração da RAIS, o que permite a análise de atividade econômica, natureza jurídica e localização geográfica. O recebimento das declarações RAIS, via Internet, se iniciou em 1995. No momento deste estudo, a base de dados da RAIS já disponibilizava por via eletrônica os dados anuais a partir de 1985, o que permitiu que as informações de 1985 fossem o marco inicial das séries históricas que construímos a partir da pesquisa nesta base.

O CAGED, ou Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, é uma fonte das informações nacionais do mercado de trabalho. Foi criado em 1965 por meio da Lei 4.923, instituindo a obrigatoriedade das informações sobre admissões, desligamentos e transferências. Esta base tem periodicidade mensal. A partir de 2001 foram extintos os formulários impressos e implantada a informação por meio eletrônico, permitindo melhoria na qualidade da captação das informações, segundo o site do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho do

¹⁴ Governo do Brasil / Serviços / Solicitar consulta às estatísticas da RAIS e do Caged, [acesso em 10.05.2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-consulta-as-estatisticas-da-rais-e-do-caged> ou <http://pdet.mte.gov.br/solicitacao-de-acesso-online>

¹⁵ Ministério do Trabalho / Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho / RAIS / apresentação.pdf, [acesso em 10.05.2021]. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>

Ministério do Trabalho (PDET)¹⁶. O PDET também informa que atualmente 100% dos estabelecimentos prestam declaração via internet. Sobre os empregados, o CAGED refere as seguintes informações: nome, número do PIS, gênero, idade, raça/cor, grau de instrução, ocupação, horas contratuais de trabalho semanal e remuneração mensal.

Além da RAIS e CAGED, o PDET da Secretaria do Trabalho também inclui o eSocial e a RAISMIGRA. O eSocial se refere à prestação de informações fornecidas pelas empresas relativas às admissões ou desligamentos ocorridos diariamente ou mensalmente, englobando as remunerações recebidas no período de contratação. A base RAISMIGRA fornece informações longitudinais (mobilidade, duração, reinserção) dos indivíduos no mercado de trabalho, porém, no momento de realização desta pesquisa, encontrava-se indisponível.

4.3.1 Estudo de Dados da RAIS - Professores

No momento deste levantamento (2020), o banco de dados para consultas na RAIS apresentava os vínculos empregatícios entre 1985 e 2019. Observamos, entretanto, que a base está dividida em duas partes: uma abrange o período entre 1985 a 2001, e a outra parte inclui os dados desde o ano de 2002 até o ano de 2019. Em cada uma destas partes as possibilidades de seleção de critérios ocupacionais para pesquisa sobre os vínculos empregatícios apresentam subdivisões específicas, aparentemente com a intenção de propiciar pesquisas com maior ou menor grau de especificidade das ocupações profissionais. Além disso, observamos classificações novas como, por exemplo, a categoria: “INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES”; esta atividade foi regulamentada em 2004¹⁷ e consta entre as ocupações disponíveis apenas no período 2002/2019.

Selecionamos para análise mais detalhada os dados referentes aos anos: 1985, 1996, 2007 e 2018. Estes anos mantêm entre si o intervalo constante de 11 anos, abrangendo um período de 33 anos de dados disponíveis na base da RAIS. Outro critério foi a possibilidade dos dados de 2018 estarem acessíveis em outras bases a serem consultadas, como a do INEP (Instituto

¹⁶ Ministério do Trabalho / Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho / O que é CAGED, [acesso em 10.05.2021]. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-caged>

¹⁷ Cursos livres não necessitam ser regulamentados pelo MEC para funcionar, são direcionados a formações rápidas e específicas, desde design de sobancelhas, confeitaria até idiomas. Foram legalizados pelo Decreto Presidencial Nº 5.154, de 23 de julho de 2004 – Acesso em 22.12.2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). No momento deste levantamento, os dados relativos a 2019 ainda não estavam disponibilizados pela base do INEP, o que poderia dificultar a comparação entre as análises das informações provenientes das diferentes bases.

A base da RAIS permite selecionar diferentes subdivisões entre as categorias ocupacionais. Para as pesquisas referentes ao ano de 2018, a guia “Ocupacional” está dividida em duas partes: CBO 2002 e CBO 94. Na CBO 2002, constam cinco possibilidades de pesquisa: CBO 2002 Família; CBO 2002 Gr Grupo; CBO Princ Subgrupo; CBO 2002 Subgrupo e CBO Ocupação 2002. Foram testadas todas as possibilidades e observamos que a pesquisa utilizando os parâmetros CBO 2002 Princ Subgrupo permite apenas a inserção das categorias “Profissionais de Ensino” e “Professores Leigos e de Nível Médio”. A pesquisa com este parâmetro apresenta o total de 3.757.586 profissionais. Entretanto, entendemos que a pesquisa utilizando a categoria CBO 2002 Subgrupo foi a que retornou maior número de professores (3.587.592), sem a desvantagem de incluir outros profissionais do Ensino que não sejam professores. Portanto, este parâmetro (CBO 2002 Subgrupo) foi o escolhido para as pesquisas utilizadas neste estudo e pode ser verificado nas tabelas emitidas pela RAIS, em formato eletrônico (.pdf) não editável, e que estão disponíveis no Anexo RAIS. Em cada tabela, além dos dados obtidos, constam o detalhamento dos critérios selecionados na obtenção das consultas realizadas.

Como em outras bases de dados trabalhistas, os dados da RAIS se referem aos vínculos empregatícios, e não aos indivíduos. Observamos que no setor privado existe a possibilidade de acúmulo de vínculos empregatícios, condicionada a dois tipos de compatibilidade: ética relativa ao exercício de funções em diferentes instituições/empresas; e compatibilidade de cargas horárias. No setor público, determinadas categorias profissionais permitem que o indivíduo acumule mais de um vínculo, como é o caso de professores e profissionais de saúde. Bem como, o indivíduo pode acumular o vínculo público de professor com outros tipos de vínculo empregatício e vice-versa.

4.3.2 Distribuição da Categoria no País segundo a Faixa Etária

Em 1985, encontramos 1.335.990 vínculos docentes registrados na base RAIS; em 2018 eram 3.587.592 vínculos, um aumento de 168,53% no período de 33 anos. Apresentamos na figura 14 a pirâmide etária dos professores do Brasil em 1985 e na figura 15 a pirâmide etária em

2018. Observamos que nesse período de 33 anos a faixa etária entre 40 e 49 anos praticamente quadruplicou seu número (de 301.826 a 1.198.844), tornando-se a faixa com maior número de vínculos em 2018. Em 1985, a faixa etária predominante estava entre os 30 a 39 anos.

Além disso, em 2018 a faixa etária entre os 50 a 64 anos aumentou mais de 8 vezes a quantidade de vínculos que continha em 1985. Na faixa etária acima de 65 anos o aumento correspondeu a 10 vezes o número de vínculos: de 6.998 em 1985 a 70.310 em 2018 (os dados estão disponíveis no Anexo RAIS, Tabelas 1 e 2).

Figura 14. Pirâmide etária dos professores do Brasil em 1985.

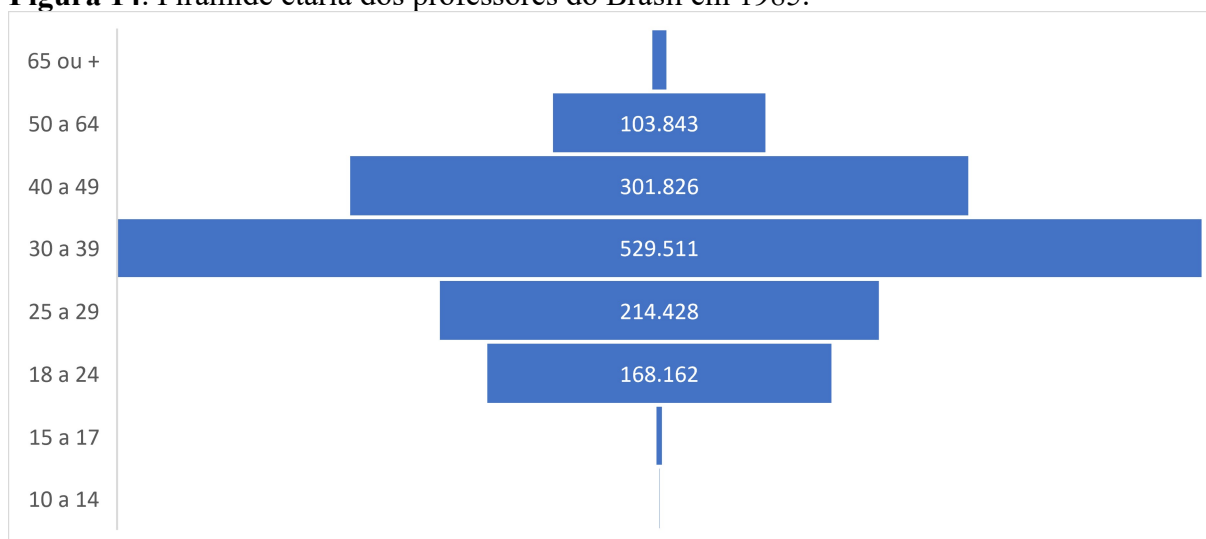
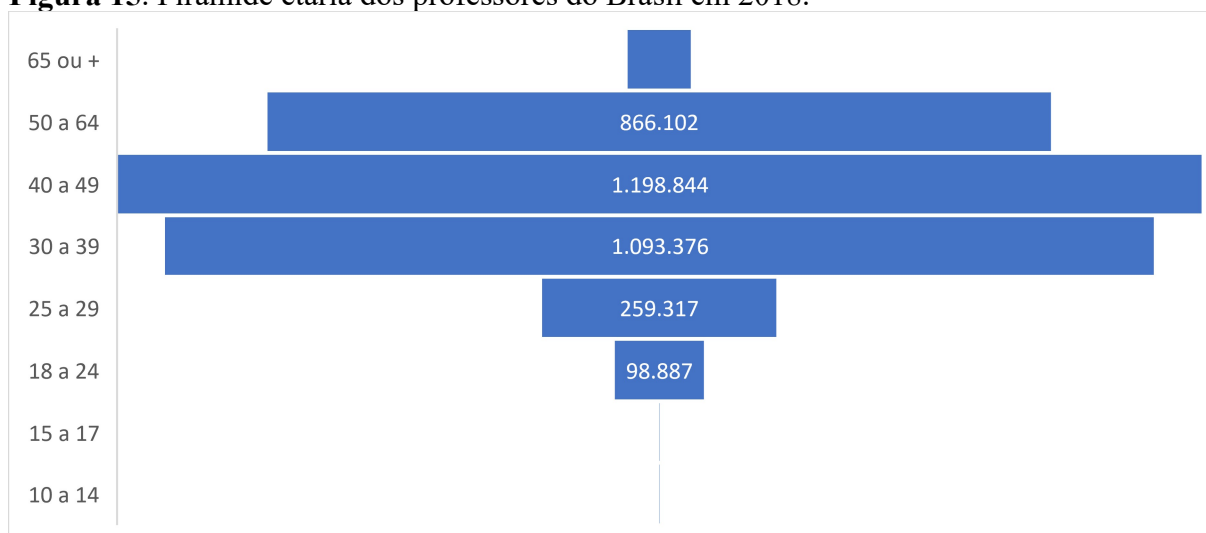


Figura 15. Pirâmide etária dos professores do Brasil em 2018.



Por outro lado, na faixa etária dos 18 a 24 anos o número de vínculos diminuiu: de 168.162 em 1985, para 98.887, em 2018. Observamos também que na faixa etária dos 25 aos 29 anos, o

número de vínculos existentes em 2018 (259.317), é apenas 20,93% maior que o registrado em 1985 (214.428) enquanto as faixas a partir de 30 anos aumentaram proporcionalmente muito mais. Além disso, pelas figuras 14 e 15, observamos que as faixas etárias a partir dos 40 anos estão visivelmente alargadas em 2018 em relação à 1985 (Anexo RAIS, Tabelas 1 e 2).

Para analisar as proporções entre as faixas etárias de professores no período, apresentamos as figuras 16 e 17 com a distribuição percentual das faixas etárias nos anos de 1985 e 2018, respectivamente. Observamos que no ano de 1985 a faixa etária de 25 a 29 anos representa 16% do total de professores, enquanto em 2018 esta mesma faixa etária representa apenas 7% do total, o que mostra a diminuição da participação dos jovens na composição da categoria dos professores entre o ano de 1985 e 2018 (Anexo RAIS, Tabelas 1 e 2).

Figura 16. Distribuição percentual de professores por faixa etária em 1985.

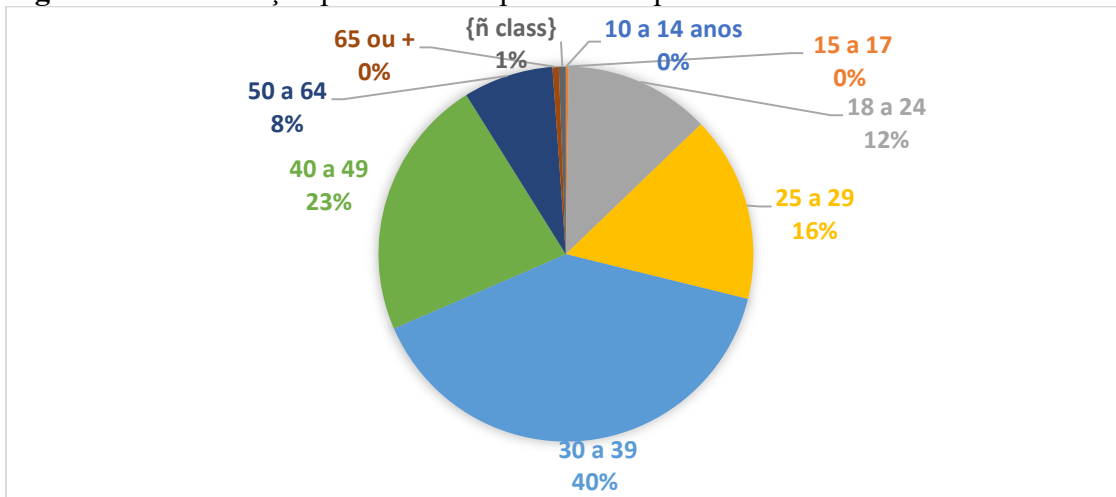
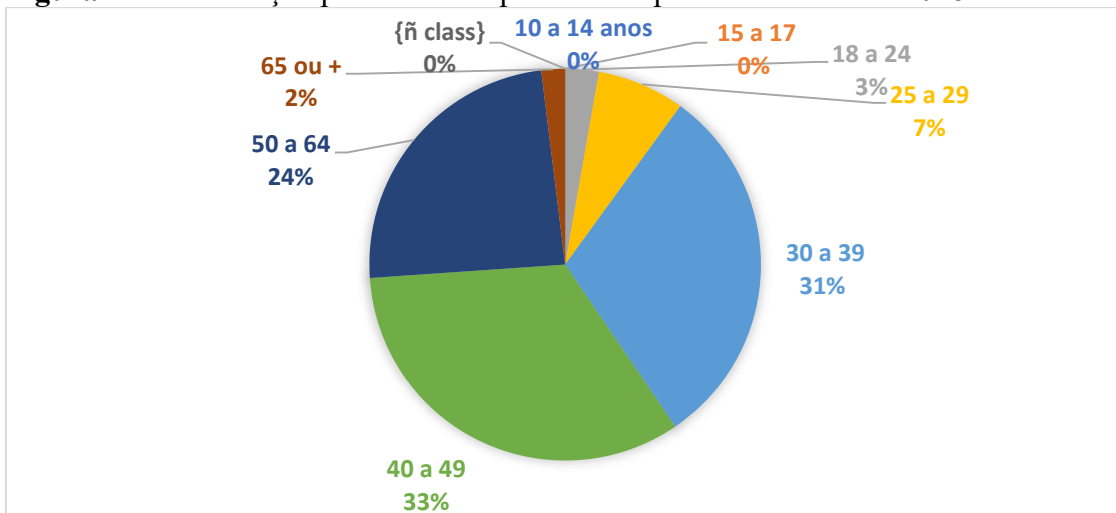
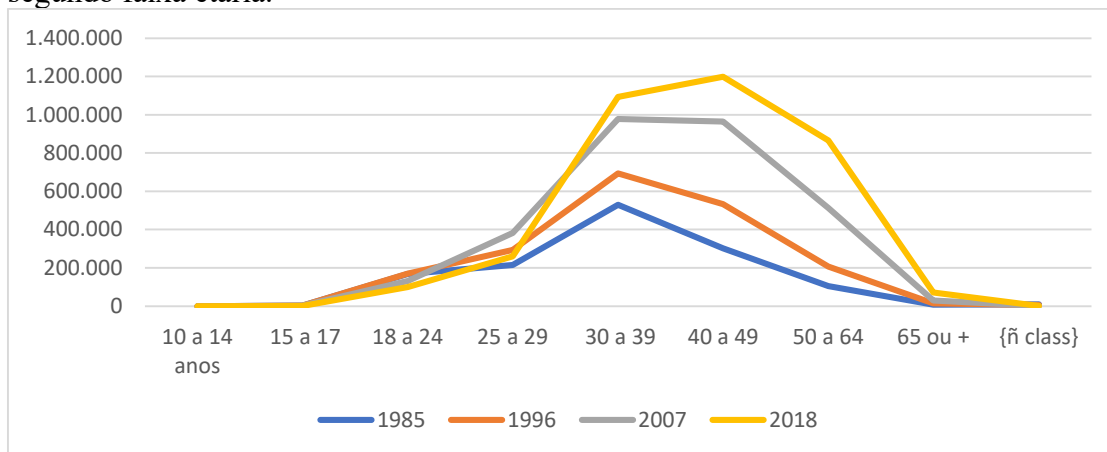


Figura 17. Distribuição percentual de professores por faixa etária em 2018.



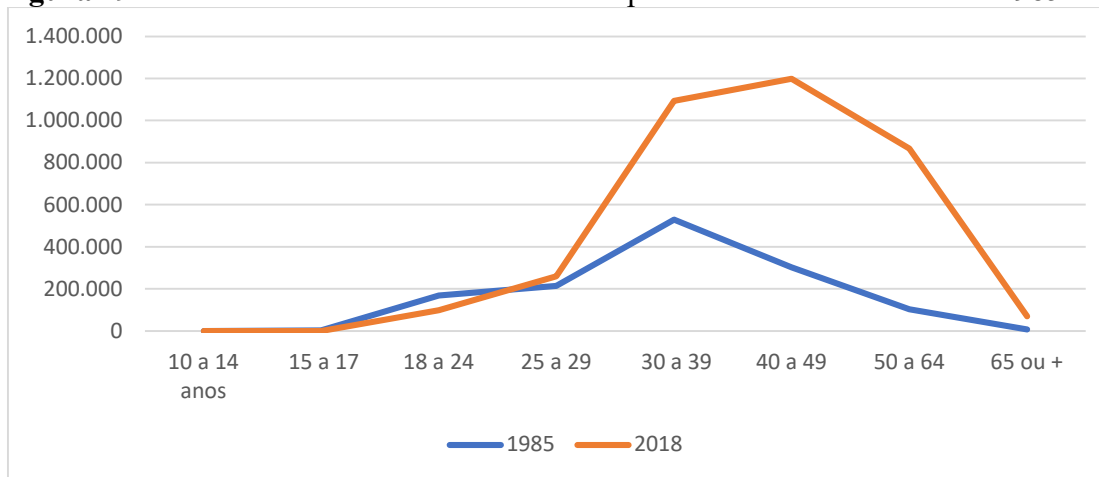
Considerando os dados relativos à faixa etária dos professores no Brasil, com vínculo empregatício em 1985, 1996, 2007 e 2018, observamos na figura 18 a evolução no número de vínculos ao longo dessa série histórica (Anexo RAIS, Tabelas 1, 2, 3 e 4).

Figura 18. Distribuição de vínculos de professores no Brasil nos anos 1985, 1996, 2007 e 2018, segundo faixa etária.



Na figura 19 destacamos os anos de 1985 e 2018. Em 2018 observamos aumento no total de vínculos da categoria nas faixas etárias mais avançadas, marcadamente nas faixas etárias de 40 – 49 anos e de 50 – 64 anos, em relação ao ano de 1985. Além disso, é visível o decréscimo de profissionais na faixa de 18 a 24 no período (Anexo RAIS – tabelas 1 e 2).

Figura 19. Faixa etária e número de vínculos de professor no Brasil nos anos 1985 e 2018.



4.3.3 Distribuição de Professores em relação à População Geral Empregada

Observamos que ao longo do tempo aumentou no Brasil a quantidade de vínculos de professor, principalmente nas faixas etárias mais avançadas desta categoria profissional. Agora analisaremos a relação entre os professores e a população geral empregada, nos anos de 1985 e 2018, segundo a faixa etária, a partir dos dados da RAIS.

Figura 20. Distribuição de vínculos de professores e de trabalhadores em geral, por faixa etária, em 1985.

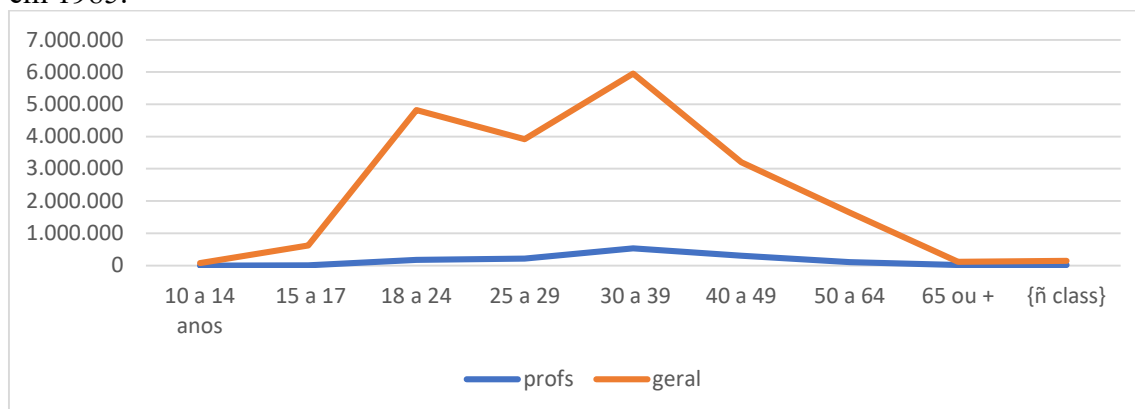
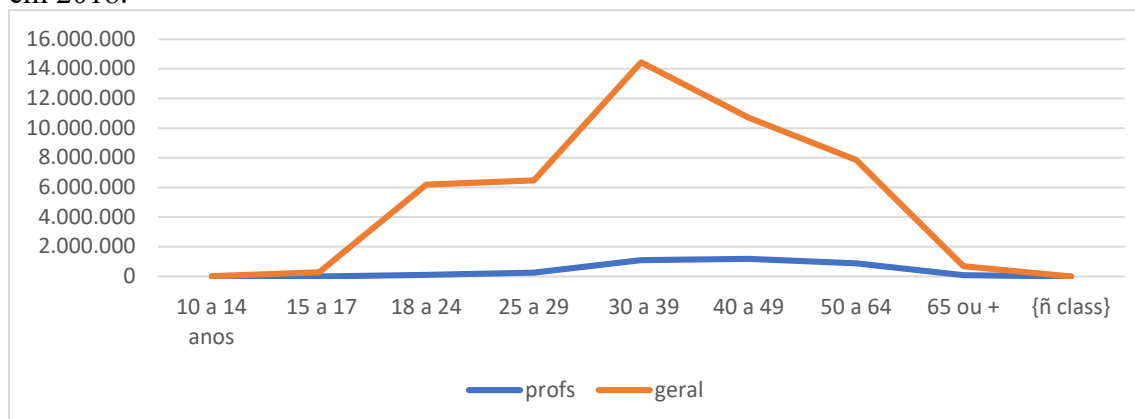


Figura 21. Distribuição de vínculos de professores e de trabalhadores em geral, por faixa etária, em 2018.



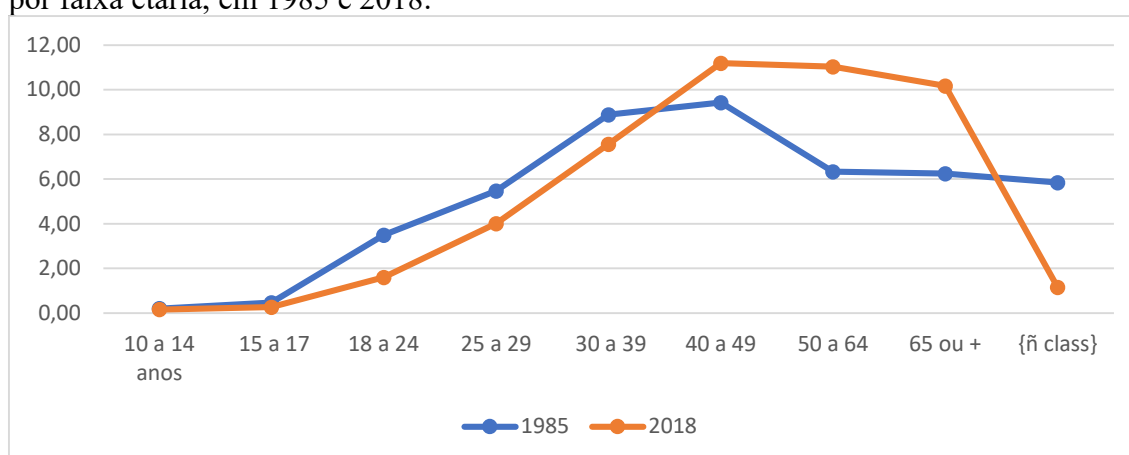
Na figura 20 observamos que na linha amarela, representativa de toda a população empregada em dezembro de 1985 no Brasil, são evidentes dois picos: o primeiro na faixa etária que vai dos 18 aos 24 anos, se aproximando de 5 milhões; e o segundo pico na faixa etária dos 30 aos 39 anos, próximo aos 6 milhões de vínculos empregatícios (Anexo RAIS, Tabela 5). Por meio da figura 20, também observamos em 1985 a concentração de vínculos docentes ocorrendo na faixa etária dos 30 aos 39 anos, correspondendo a 529.511 vínculos de professor (Anexo RAIS,

Tabela 1). Em 1985 o total de vínculos da categoria docente foi de 1.335.990, enquanto o total de empregados correspondeu a 20.492.131 (Anexo RAIS, Tabela 5). Constatamos que a categoria docente representava 6,52% da população empregada no Brasil naquele momento.

A distribuição de vínculos empregatícios da população geral e de professores, no ano de 2018, está representada na figura 21. Em 2018 os picos da população geral empregada se encontravam nas mesmas faixas etárias de 1985: o primeiro pico ocorrendo na faixa dos 18 a 24 anos, ultrapassando 6 milhões de empregados; e o segundo na faixa etária dos 30 a 39 anos, ultrapassando 14 milhões de vínculos (Anexo RAIS, Tabela 6). Por outro lado, na distribuição dos vínculos de professor, observamos a concentração nas faixas etárias de 30 – 39 anos e de 40 – 49 anos. Na faixa etária seguinte (50 – 64 anos), a curva apresenta apenas uma leve diminuição no nível quantitativo de docentes em relação às faixas etárias anteriores.

Enquanto em 2018 o total geral de vínculos empregatícios da população brasileira foi de 46.631.115 (Anexo RAIS, Tabela 6); o total de vínculos de professor naquele ano correspondeu a 3.587.592 (Anexo RAIS, Tabela 2); de modo que a proporção de vínculos docentes entre os vínculos empregatícios correspondeu a 7,69% em 2018. Revela-se que a proporção de docentes na população empregada aumentou levemente, indo de 6,62% em 1985 para 7,69% em 2018, um acréscimo de 1,07%, no período de 34 anos.

Figura 22. Porcentagem de vínculos de professor em relação à população geral de empregados, por faixa etária, em 1985 e 2018.



A figura 22 apresenta a proporção de vínculos de professor em relação à população total de empregados no Brasil em 1985 e 2018, segundo a faixa etária. Observamos que em 2018, na

faixa etária de 40 – 49 anos, a proporção de vínculos docentes em relação à população geral de empregados ultrapassou a porcentagem registrada em 1985. O mesmo ocorreu nas faixas de 50 – 64 anos e de 65 anos ou mais. Em outras palavras, esse movimento aponta que, considerando o total de pessoas empregadas no país, o trabalho como professor se expandiu nas faixas etárias de 40 – 49 anos; 50 – 64 anos e de 65 anos ou mais de idade ao longo do período entre 1985 e 2018. Constatamos que em 2018 chegou a 10,18% a proporção de professores na totalidade dos empregados no país na faixa etária de 65 anos ou mais. Em 1985, essa proporção era de 6,25%. Na faixa etária de 50 – 64 anos, a proporção de docentes no total dos vínculos empregatícios foi de 11,02% em 2018. Em 1985 essa proporção era de 6,33%, configurando um aumento de 4,70% nesta faixa etária ao longo do período (Anexo RAIS, Tabelas 5, 6, 7 e 8).

Por outro lado, entre 1985 e 2018, considerando as pessoas empregadas, o trabalho como professor diminuiu entre os jovens; notadamente nas faixas de 18 – 24 anos; 25 – 29 anos e de 30 – 39 anos. Em 1985, os docentes representavam 3,49% dos vínculos ativos da faixa etária 18 – 24 anos; enquanto em 2018 a categoria respondeu por apenas 1,60% dos empregos no país nesta faixa etária, o que representa uma diminuição de 1,89%. Na faixa etária 25 – 29 anos, a proporção de professores no total de empregados nesta faixa etária diminuiu de 5,47%, em 1985; para 4,01% em 2018 (diferença de 1,46%). No mesmo período, também diminuiu a proporção de professores em relação ao total de vínculos empregatícios na faixa etária de 30 a 39 anos; uma diminuição de 1,31% (Anexo RAIS, Tabelas 5, 6, 7 e 8).

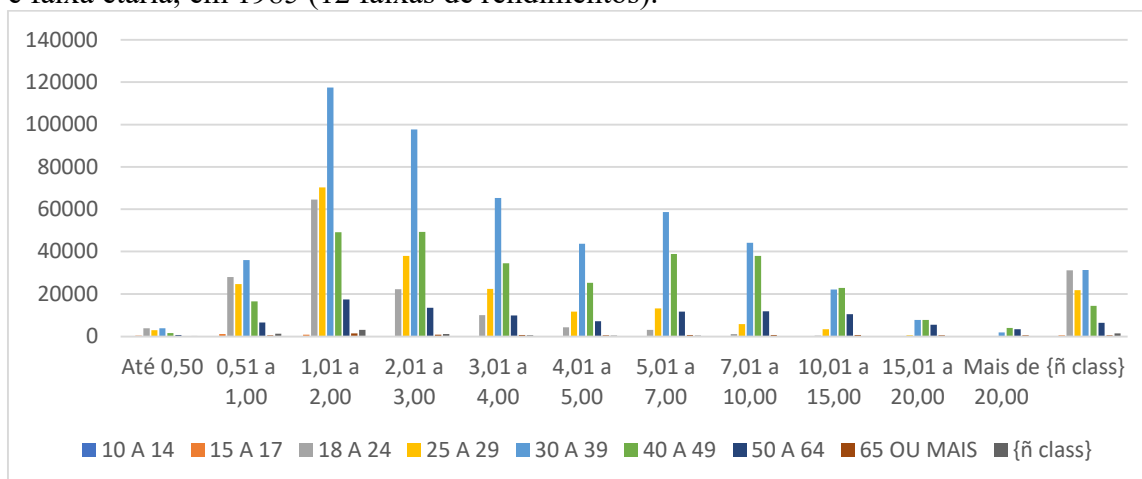
Além dessas observações, o registro de vínculos não classificados também apresenta grande diminuição no ano de 2018 em relação ao de 1985, dado que pode ser atribuído à provável otimização da coleta digital das informações (Anexo RAIS, Tabelas 5, 6, 7 e 8).

4.3.4 Rendimento Médio dos Professores

Segundo o site do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), a remuneração média mensal em salários-mínimos é definida como a média aritmética das remunerações individuais no mês de referência, convertidas em salários-mínimos, no período vigente do ano-base. Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações, etc.; sendo que a remuneração do 13º salário não compõe esse cálculo.

A figura 23 apresenta a distribuição dos vínculos de professor no Brasil em 1985, de acordo com a remuneração média em salário-mínimo e por faixa etária. Observamos que a maior parte dos vínculos recebeu entre 1,01 – 2 salários-mínimos (SM). Esse grupo de profissionais correspondeu a 324.003 vínculos, ou a 24,25% do total de 1.335.990 vínculos de professor existentes em 1985 (Anexo RAIS, Tabela 7). Conforme o gráfico da figura 23, chama atenção o fato de professores de faixas etárias mais avançadas receberem apenas de um a dois salários-mínimos (SM). Além disso, nessa faixa salarial encontramos o maior número de profissionais das faixas etárias entre 18 – 24 anos; 25 – 29 anos; 30 – 39 anos; 50 – 64 anos; 65 anos ou mais, e da faixa dos “não classificados”. Destacamos que na faixa etária de 65 anos ou mais, 19,52% dos professores tiveram esse rendimento médio (isto é, entre 1 a 2 salários-mínimos) em 1985. Na faixa etária entre 50 – 64 anos, 16,72% dos vínculos receberam rendimentos na faixa de 1,01 – 2 SM naquele ano.

Figura 23. Distribuição dos vínculos de professor por remuneração média em salário-mínimo e faixa etária, em 1985 (12 faixas de rendimentos).



Somando os totais das faixas salariais 1,01 – 2 SM e 2,01 – 3 SM, percebemos que 546.629 vínculos, ou 40,91% do total de professores, tiveram rendimento médio entre 1,01 a 3 salários-mínimos em 1985 (Anexo RAIS, tabela 7).

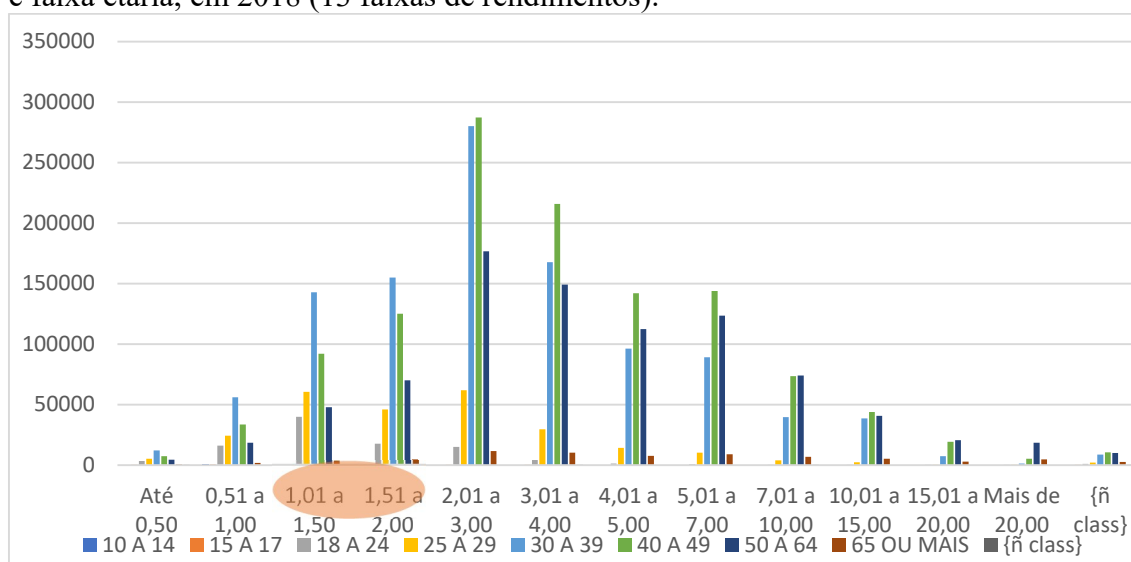
Por outro lado, os profissionais que receberam até 1 salário-mínimo em 1985 corresponderam a 127.690, ou 9,56% do total. Em resumo, 674.319 vínculos de professores no Brasil, ou 50,47% do total, receberam apenas até 3 salários-mínimos em 1985 (Anexo RAIS, Tabela 7).

Além disso, encontramos que em 1985 apenas 41,52% dos vínculos docentes recebiam acima de 3 salários-mínimos; e que o total de vínculos docentes “não classificados” segundo a

remuneração, em 1985, correspondeu a 107.072, ou 8,01% dos professores (Anexo RAIS, Tabela 7).

Encontramos sete faixas salariais acima de 3 salários-mínimos: 3,01 – 4 SM; 4,01 – 5 SM; 5,01 – 7 SM; 7,01 – 10 SM; 10,01 – 15 SM; 15,01 – 20 SM e Mais de 20 SM. Observamos pela figura 23, que diminui o número de docentes conforme aumentam os valores das faixas salariais. Na faixa salarial mais alta (mais de 20 SM), encontramos 9.606 docentes, o que correspondeu a 0,72% do total de docentes (1.335.990) ativos em 1985 (Anexo RAIS, Tabela 7).

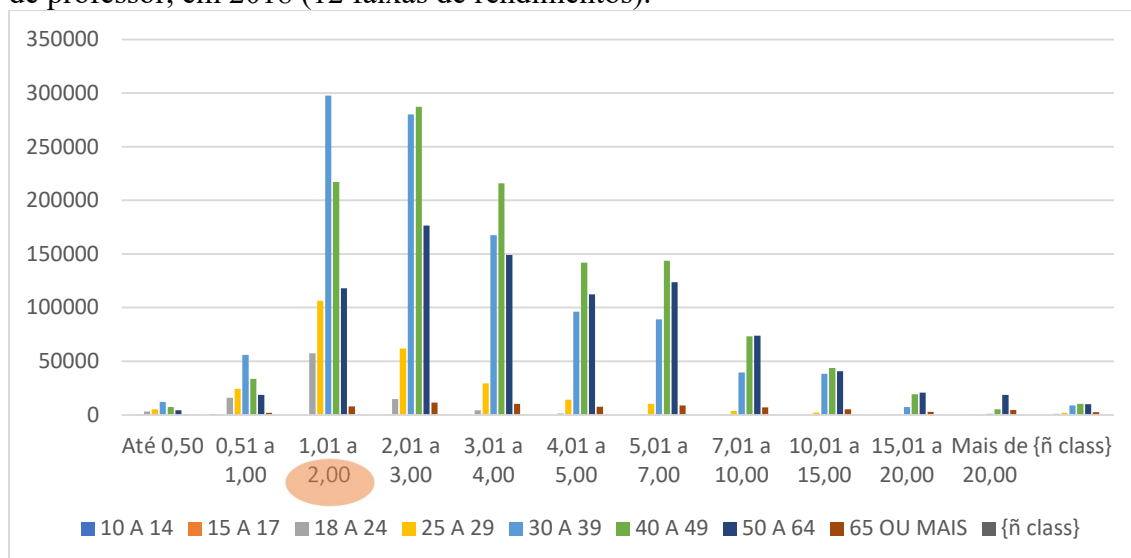
Figura 24. Distribuição dos vínculos de professor por remuneração média em salário-mínimo e faixa etária, em 2018 (13 faixas de rendimentos).



A figura 24 representa a distribuição dos vínculos de professor conforme a remuneração média em salários-mínimos e a faixa etária em 2018 (Anexo RAIS, Tabela 8). Entretanto, a distribuição se dá em 13 faixas salariais, enquanto na figura 23 encontramos apenas 12 faixas.

Observamos na figura 23 que a faixa salarial 1 – 2 salários-mínimos não está indicada como na figura 24, onde esta faixa salarial está subdividida em 1,01 – 1,50 SM e 1,51 – 2 SM (Anexo RAIS, Tabela 8). Para melhor comparação com o gráfico referente ao ano de 1985 (figura 23), somamos os dados referentes a essas duas faixas salariais. Desse modo, o gráfico da figura 25 apresenta as 12 categorias salariais como apresentadas na figura 23, facilitando a comparação entre os dados de 1985 e 2018.

Figura 25. Distribuição da remuneração média em salário-mínimo por faixa etária de vínculos de professor, em 2018 (12 faixas de rendimentos).



Na figura 25 podemos observar que, em 2018, a faixa 1,01 – 2 salários-mínimos continua sendo a mais prevalente entre os profissionais das faixas etárias: 18 – 24 anos; 25 – 29 anos; e 30 – 39 anos. Em 2018, esta faixa salarial (1,01 – 2 SM) englobava 804.574 vínculos; enquanto a faixa de rendimentos 2,01 – 3,00 SM, correspondeu a 832.049 vínculos. Quando somadas as faixas 1,01 – 2 SM e 2,01 – 3 SM, observamos que 1.636.623, ou 45,62% de todos os vínculos de professores do Brasil, receberam entre 1 e 3 salários-mínimos em 2018 (Anexo RAIS, Tabela 8).

Além disso, em 2018, encontramos todas as faixas etárias entre os 182.835 (ou 5,10% do total de profissionais) recebendo apenas até 1,00 salário-mínimo (Anexo RAIS, Tabela 8). Portanto, em 2018, receberam até 3 salários-mínimos nada menos que 50,72% dos vínculos de professores do Brasil (Anexo RAIS, Tabela 8). Proporção muito próxima dos 50,47% de docentes que receberam até 3 salários-mínimos em 1985 (Anexo RAIS, Tabela 7), levando à constatação que cerca de metade da categoria recebeu apenas até 3 SM em 1985 e 2018.

Por outro lado, apenas 0,83% dos docentes atingiram a faixa de rendimentos mais alta (mais de 20 SM) em 2018; proporção apenas 0,11% maior que a encontrada em 1985, quando 0,72% dos docentes chegavam a receber mais de 20 salários-mínimos.

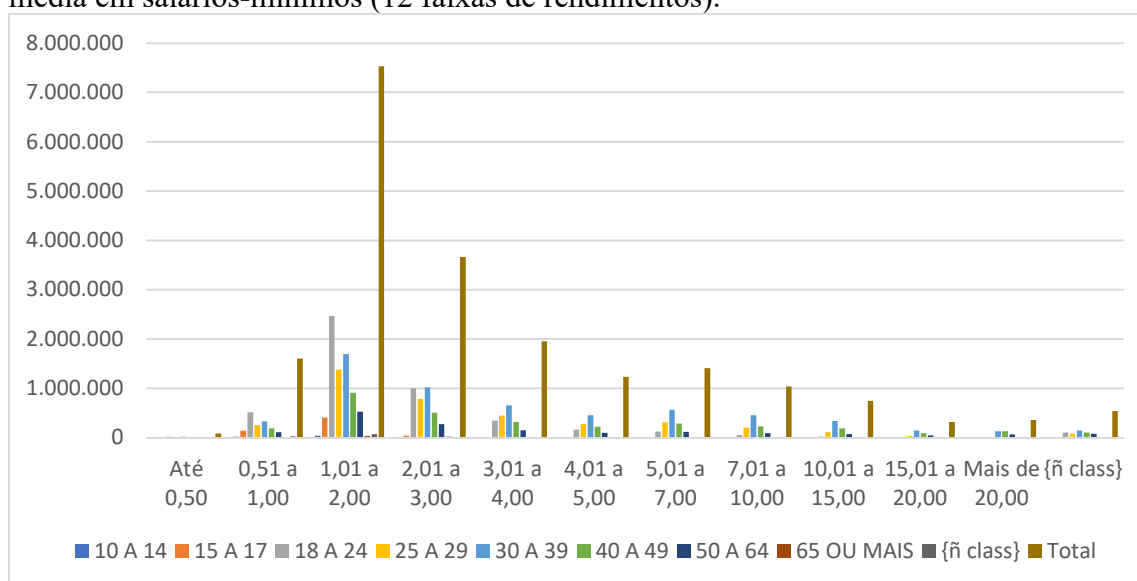
Adicionalmente notamos que, em 1985, a proporção de vínculos não classificados correspondeu a 8,01% (Anexo RAIS, Tabela 7), enquanto em 2018 a percentagem desta categoria

correspondeu a 0,96% (Anexo RAIS, Tabela 8); diminuição que pode estar relacionada à otimização na informação dos dados.

4.3.5 Remuneração Docente e Rendimentos da População Geral Empregada

Nessa seção serão comparados os rendimentos dos professores e da população geral empregada no Brasil, nos anos de 1985 e 2018. Na figura 26 apresentamos a distribuição da população empregada em 1985 de acordo com a faixa de rendimentos e com a faixa etária. Neste gráfico também ilustramos o total de vínculos em cada faixa de rendimentos. Observamos que a faixa de 1,01 – 2,00 SM é a mais prevalente, correspondendo a 1.692.067 vínculos. Para calcular o total de vínculos com rendimentos até 3 salários-mínimos, somamos as quatro primeiras faixas de rendimentos (Anexo RAIS, Tabela 9), obtendo o total de 12.888.855. Em outras palavras, 65,89% do total dos vínculos empregatícios de 1985 receberam até 3 SM.

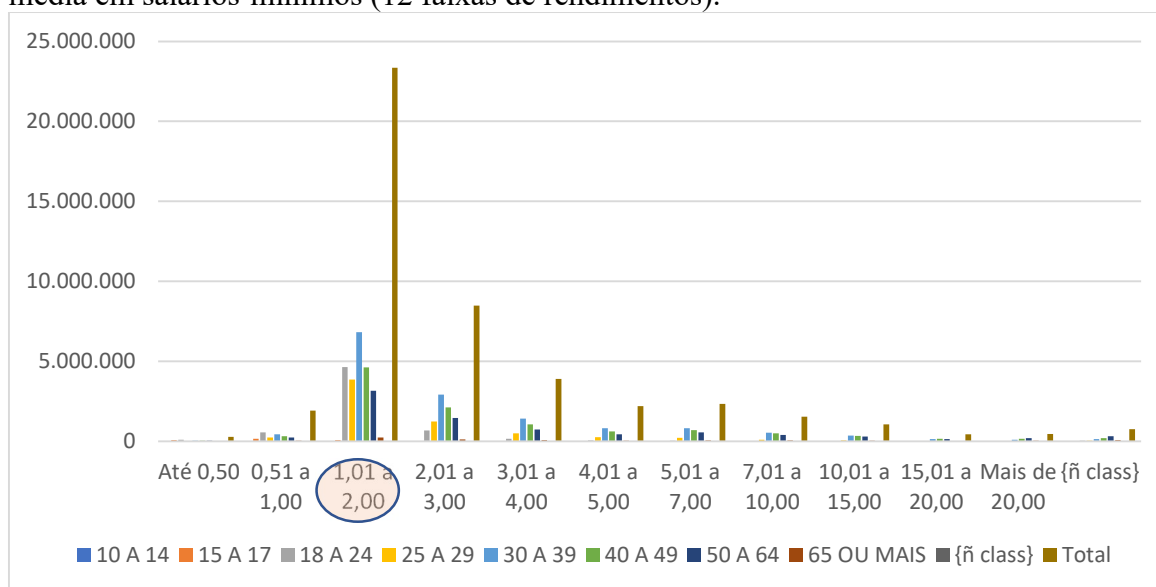
Figura 26. Distribuição da população empregada em 1985, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).



Os dados referentes ao ano de 2018 podem ser verificados no Anexo (RAIS - Tabela 10), sendo que, novamente, as faixas de rendimentos foram disponibilizadas no formato de 13 categorias de rendimentos. Para construir o gráfico da figura 27, referente à população empregada em 2018, com as mesmas 12 categorias salariais do ano de 1985 (figura 26, a qual apresenta apenas 12 faixas de rendimentos), somamos os valores referentes a 1,01 – 1,50 SM e 1,51 – 2 SM, em

cada faixa etária. A figura 27 além de apresentar a distribuição dos vínculos segundo a faixa etária e os rendimentos, ainda apresenta o total de vínculos em cada faixa de remuneração em 2018.

Figura 27. Distribuição da população empregada em 2018, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).



Podemos observar, na figura 27, que a faixa de rendimentos mais prevalente em 2018 é a que vai de 1,01 – 2 SM. Esta faixa corresponde a 23.341.851 vínculos empregatícios, o que equivale a 50,06% do total de todos os vínculos registrados em 2018. Além disso, a soma dos vínculos cujos rendimentos chegaram até 3 salários-mínimos em 2018 resultou em 33.998.114, ou 72,91% do total de empregados do país (Anexo RAIS, Tabela 10).

Comparados aos valores de 1985, verificamos que a proporção de vínculos com vencimento de até 3 salários-mínimos passou de 65,89% para 72,91% em 2018; um aumento de 7,02% dos vínculos nas faixas mais baixas de rendimentos. Por outro lado, na faixa salarial de mais de 20 SM, a proporção foi de 1,74% em 1985, para 0,98% em 2018, diminuindo em 0,76% a já reduzida proporção de vínculos nesta faixa mais alta de rendimentos.

Além disso, observamos que a categoria de vínculos “não classificados” também diminuiu. Em 1985 essa proporção era de 2,65% e, em 2018, ficou em 1,62%, o que pode ser devido a ajustes no método de informação dos dados.

Retomando os dados relativos aos vínculos docentes, lembramos que 50,47% deles receberam até 3 salários-mínimos em 1985 (Anexo RAIS, Tabela 7); enquanto entre todos os vínculos

empregatícios registrados no país naquele ano este índice foi de 65,89%. A diferença resulta em 15,42% entre docentes e população geral empregada em 1985. Em 2018, os vínculos docentes que receberam até 3 salários-mínimos corresponderam a 50,72% (Anexo RAIS, Tabela 8); enquanto no total de vínculos empregatícios naquele ano 72,91% receberam até 3 SM. Resultou em 22,19% a diferença entre docentes e empregados em geral em 2018. A diferença entre essas proporções aumentou de 15,42% para 22,19%, ou seja, na população geral empregada aumentou em 6,77% a quantidade de vínculos recebendo até 3 SM em relação aos vínculos docentes nessa faixa de rendimentos. Dito de outro modo, ao cabo do período de 33 anos, a proporção de vínculos docentes com vencimentos até 3 SM estava 0,25% mais alta, enquanto nos vínculos empregatícios gerais esta proporção (de vínculos com ganhos de até 3 SM) se ampliou em 7,02%.

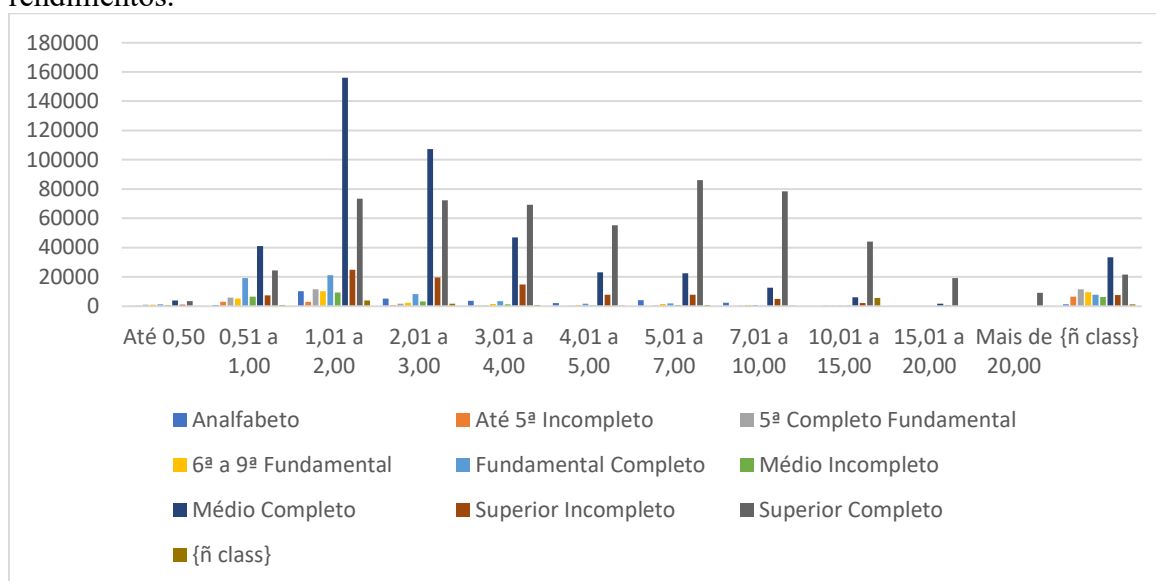
4.3.6 Faixas Salariais e Escolaridade nos Vínculos Docentes

Considerando a escolaridade um importante diferencial em relação aos rendimentos, pesquisamos sobre as relações entre a escolaridade e rendimentos dos professores no país e sobre a escolaridade e os rendimentos dos vínculos empregatícios em geral. No levantamento dos dados, observamos que a RAIS apresenta três diferentes possibilidades para a pesquisa sobre escolaridade. Esta pode ser feita utilizando as categorias: “escolaridade após 2005”, “escolaridade Agregada após 2005” e “escolaridade Grau de instrução”. Esta última, apresenta os dados segundo categorias como: “4ª série” completa ou incompleta; “8ª série” completa ou incompleta; “2º Grau” completo ou incompleto, entre outras. Por outro lado, utilizando as opções “escolaridade após 2005” ou “escolaridade Agregada após 2005”, os dados são apresentados segundo a classificação atual dos níveis de escolaridade, apresentando categorias como: “Fundamental Completo”, “Médio Incompleto”, “Médio Completo”, “Superior Incompleto”, entre outras. Realizamos pesquisas com as duas categorias: “escolaridade Agregada após 2005” e “escolaridade após 2005”, notando que elas diferem quanto à apresentação dos vínculos pós-graduados. Na pesquisa referente ao ano de 2018, a classificação “escolaridade após 2005” discrimina a formação em cursos de mestrado e doutorado; enquanto a classificação “escolaridade Agregada após 2005”, não faz essa discriminação e inclui os vínculos pós-graduados na categoria Superior Completo. Optamos pela pesquisa por meio da classificação “escolaridade após 2005”, tanto para as pesquisas referentes ao ano de 1985 quanto de 2018. Além disso, notamos que a base da RAIS no ano de 1985 não discrimina

qualificações posteriores à graduação universitária em nenhuma das classificações de escolaridade disponíveis para pesquisa – o que pode ser devido a não requisição deste tipo de informação, naquele momento.

Na figura 28 observamos que em 1985 os vínculos de professores com formação universitária passam a predominar apenas a partir da faixa de rendimentos 3,01 – 4 SM. Além disso, a quantidade dos vínculos com Superior Completo aumenta conforme aumentam as faixas de rendimentos. Em 1985, os vínculos portadores de nível Superior Completo foram os mais numerosos (556.594), chegando a 41,66% de todos os vínculos docentes (1.335.990) naquele ano (Anexo RAIS, Tabela 11).

Figura 28. Distribuição de vínculos docentes em 1985, segundo escolaridade e faixas de rendimentos.

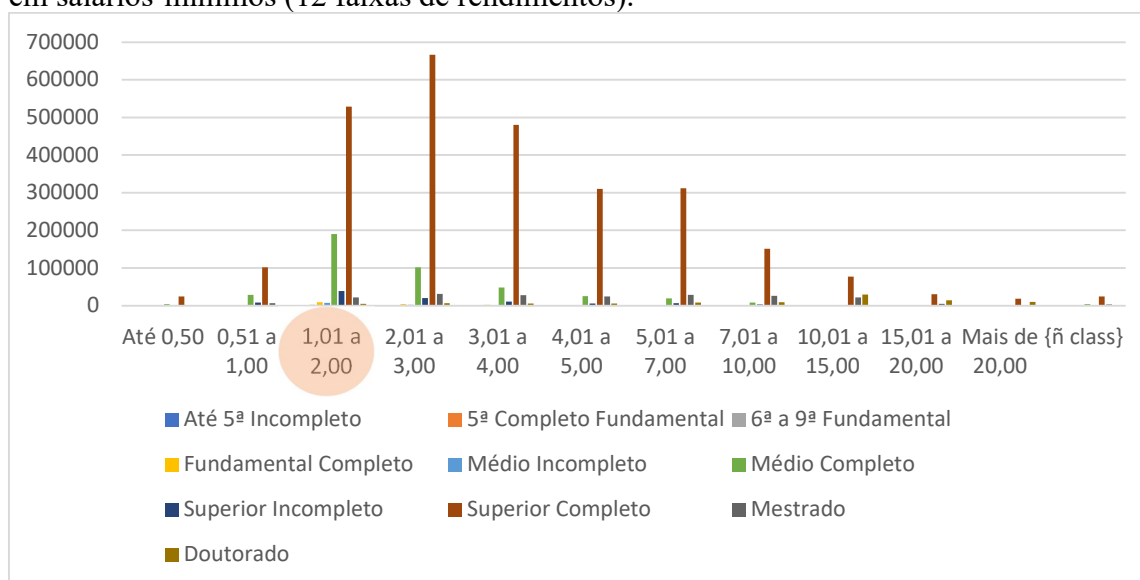


A segunda categoria de formação com maior prevalência é a dos vínculos com Ensino Médio Completo, que corresponderam a 455.040, atingindo a proporção de 34,06% do total de vínculos docentes em 1985. A maior concentração dos vínculos com Ensino Médio Completo ocorreu na faixa dos rendimentos de 1,01 – 2 SM, porém este nível de escolaridade está presente em todas as faixas de rendimentos. A soma dos vínculos com nível Médio Completo e Superior Completo resulta em 1.011.634, o que correspondeu a 75,72% dos vínculos docentes em 1985 (Anexo 3, tabela 11).

Na figura 28, os vínculos com escolaridade inferior ao nível Superior Completo, em 1985, quase não são visíveis nas faixas de rendimentos 15,01 – 20 SM e Mais de 20 SM. Isso se deve a esses níveis de escolaridade representarem uma porção muito reduzida nestas faixas de rendimentos (porém, podem ser verificados numericamente por meio do Anexo RAIS, Tabela 11).

A figura 29 apresenta a distribuição dos vínculos docentes em 2018, segundo a escolaridade e 12 faixas de rendimentos. Este gráfico foi construído a partir dos dados do Anexo (RAIS, Tabela 12), o qual apresenta 13 faixas de rendimentos. Para melhor comparação visual com os dados de 1985, como realizado nas seções anteriores, convertemos a representação gráfica dos dados de 2018 para 12 faixas de rendimentos.

Figura 29. Distribuição dos vínculos docentes em 2018, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).



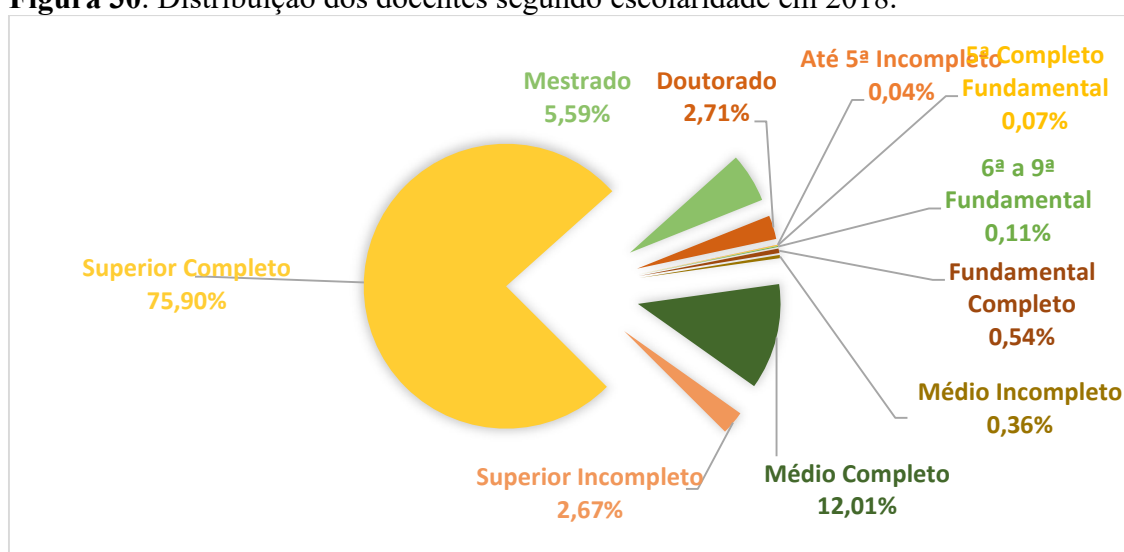
Podemos observar que em 2018 os vínculos com qualificação Superior Completo são os mais prevalentes em todas as faixas de rendimentos, até mesmo na faixa que recebeu até 0,50 salário-mínimo. Entretanto, a faixa de rendimentos que concentrou maior número de vínculos com nível Superior Completo foi a de 2,01 – 3 salários-mínimos: 18,56% dos vínculos com Superior Completo receberam nesta faixa de rendimentos em 2018 (Anexo RAIS, Tabela 12).

Os vínculos de escolaridade Mestrado e Doutorado, em 2018, estão presentes em todas as faixas de rendimentos. Apesar de não serem muito visíveis na figura 29, os valores que correspondem a eles podem ser verificados (Anexo RAIS, Tabela 12). A proporção em que se apresentaram

os vínculos com Mestrado correspondeu a 5,59% do total, enquanto os vínculos com Doutorado chegaram a 2,71%. A maior prevalência entre os vínculos de Mestrado (15,58%), ocorreu na faixa de rendimentos de 2,01 – 3 SM. Enquanto concentraram-se na faixa de 10,01 – 15 SM, 30,30% dos vínculos com Doutorado.

Como se pode ver com clareza na figura 30 a segunda escolaridade mais frequente entre os vínculos docentes, em 2018, foi o Ensino Médio Completo (455.040 vínculos). Esta escolaridade correspondeu a 12,01% do total de docentes em 2018, e foi mais prevalente na faixa de rendimentos de 1,01 – 2 salários-mínimos.

Figura 30. Distribuição dos docentes segundo escolaridade em 2018.



Na figura 30 destacamos a participação proporcional dos níveis de escolaridade entre os vínculos docentes em 2018. Podemos observar que vínculos de nível Superior Completo estiveram presentes em 75,90% do total de vínculos daquele ano. Somada à proporção de 5,59% de vínculos com Mestrado e de 2,71% com Doutorado, encontramos que 84,20% dos vínculos docentes tinham escolaridade Superior ou Pós-Graduação em 2018 (Anexo RAIS, Tabela 12).

A segunda escolaridade mais prevalente em 2018 foi o Ensino Médio Completo, registrado por 12,01% dos vínculos docentes. Os demais níveis de escolaridade também estiveram presentes na distribuição de 2018, porém em menores quantidades (Anexo RAIS, Tabela 12).

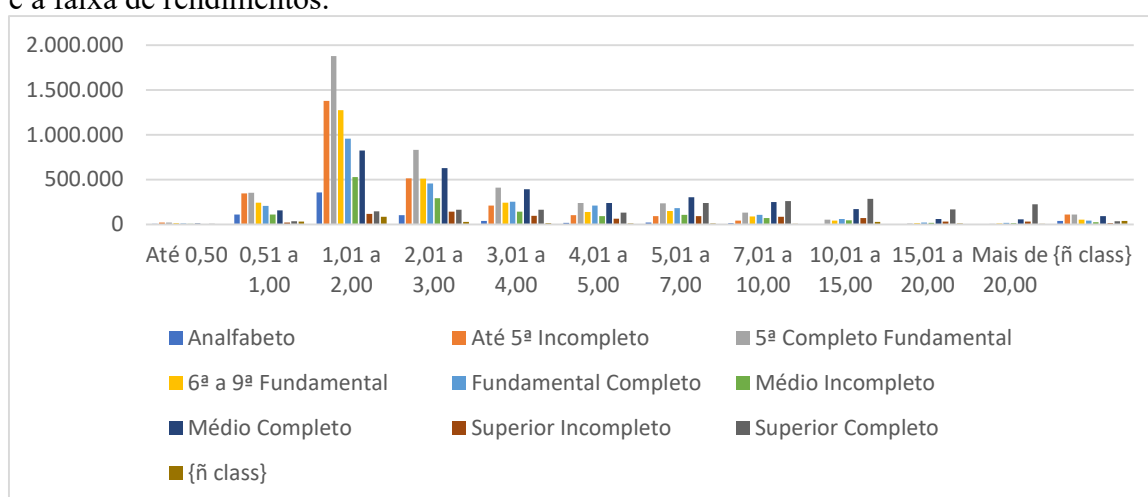
Considerando o somatório dos vínculos com escolaridade Superior ou Pós-Graduação em 2018 (equivalente a 3.020.617), notamos que no intervalo de 33 anos a qualificação dos docentes no Brasil mais que dobrou. Os vínculos docentes de nível Superior Completo foram de 41,66%,

em 1985, para 84,20% em 2018. Entretanto, a qualificação profissional não se refletiu sobre os rendimentos. Como referimos na seção anterior, em 1985 a proporção de vínculos docentes com vencimento de até 3 salários-mínimos, foi de 50,47%, enquanto em 2018 estava em 50,72%; denotando a expansão, em 0,25%, nas faixas mais baixas de rendimentos. Além disso, na faixa salarial mais alta (mais de 20 SM) a quantidade proporcional de vínculos docentes diminuiu: de 1,74% em 1985 para 0,98% em 2018.

4.3.7 Faixas salariais e Escolaridade nos Vínculos Empregatícios em Geral

A figura 31 apresenta a distribuição, no ano de 1985, dos rendimentos dos vínculos empregatícios gerais em função de sua escolaridade. Podemos observar que apenas a partir da faixa de 7,01 a 10 SM, o nível Superior Completo superou numericamente as demais qualificações. Na faixa de 5,01 a 7,00 SM predominaram os 301.169 vínculos com Ensino Médio Completo. Já na faixa de rendimentos de 4,01 – 5 SM, os vínculos com Ensino Médio Completo (236.055) rivalizaram com os 237.851 vínculos com “5ª Completo Fundamental”, isto é, 5ª série do Fundamental Completo. Estes predominaram tanto nesta faixa de renda como nas anteriores, com exceção da faixa mais baixa de rendimentos (até 0,50 SM), onde predominaram os 19.213 vínculos com “Até 5º Incompleto” (Anexo RAIS, tabela 13).

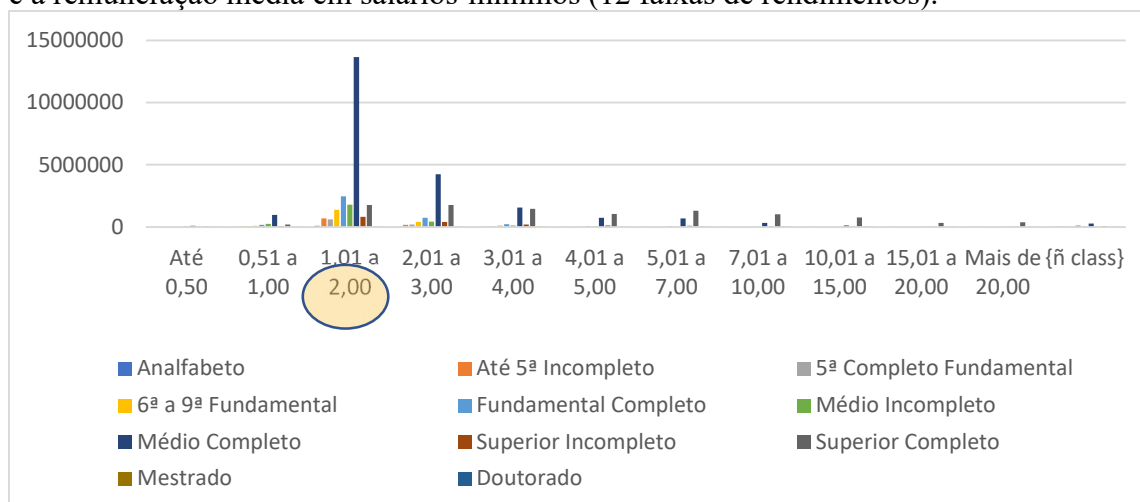
Figura 31. Distribuição de vínculos empregatícios no Brasil, em 1985, segundo a escolaridade e a faixa de rendimentos.



Considerando os vínculos docentes que receberam até 3 salários-mínimos em 1985, encontramos 674.319 vínculos (Anexo RAIS, Tabelas 11), o que representou 5,23% entre os

12.888.395 vínculos empregatícios no país que receberam nessa faixa de rendimentos naquele ano (Anexo RAIS, Tabela 9). Ainda em 1985, a participação dos professores nas duas faixas mais altas de vencimentos (15,01 – 20 SM e Mais de 20 SM) somou 31.425 vínculos, o que representou 4,63% dos 678.786 vínculos registrados nessas duas faixas mais altas de rendimentos em 1985.

Figura 32. Distribuição de vínculos empregatícios no Brasil, em 2018, segundo a escolaridade e a remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).



Na construção da figura 32, novamente somamos duas faixas de rendimentos (1,01 – 1,50 SM e 1,51 – 2 SM), para obter a mesma quantidade de faixas de rendimentos do ano de 1985. Observamos que, em 2018, a maior concentração de vínculos empregatícios ocorreu na faixa de 1,01 – 2 salários-mínimos, correspondendo a 23.341.851, valor que corresponde a 50,06% de todos os vínculos empregatícios de 2018. A alta concentração de vínculos nessa faixa de rendimentos faz com que os valores ocorridos nas demais faixas sejam pouco visíveis na figura 32 (Anexo RAIS, Tabelas 14).

Na faixa de rendimentos de 1,01 – 2 SM, os vínculos com Ensino Médio Completo foram os mais prevalentes em 2018, chegando a 13.656.103. Considerando todas as faixas de rendimentos, o Ensino Médio Completo também foi o mais prevalente, correspondendo a 22.777.385 vínculos, ou seja, 48,85% do total naquele ano (Anexo RAIS, Tabela 14).

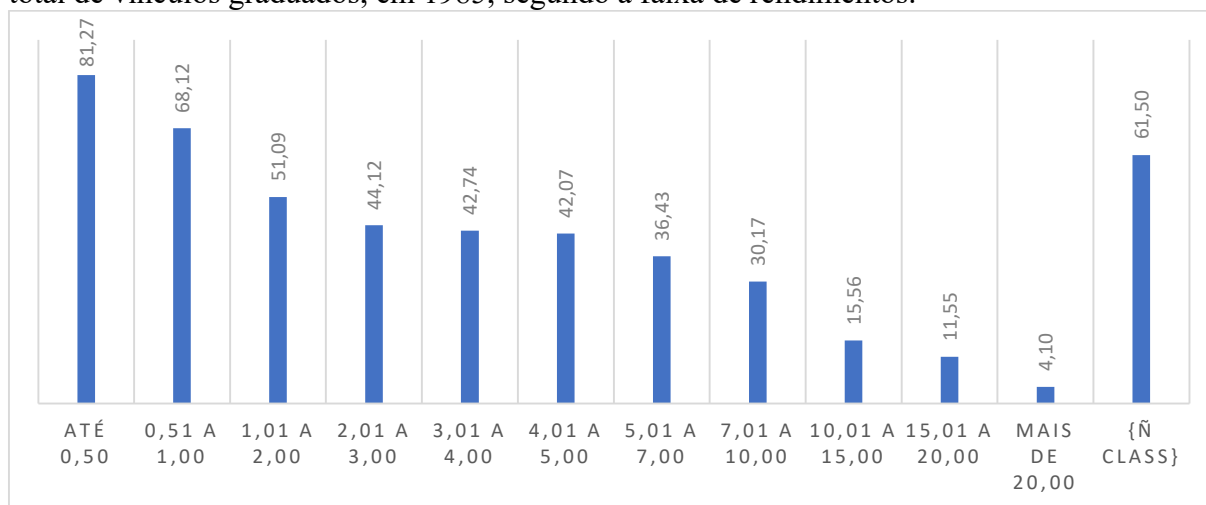
O somatório dos vínculos com Superior Completo (10.224.649), com Mestrado (369.561) e com Doutorado (138.536) chegou a 10.732.746, correspondendo a 23,02% do total dos vínculos empregatícios registrados em 2018 (Anexo RAIS, Tabela 14). Considerando que, entre os professores, correspondeu a 3.020.617 o total de vínculos com escolaridade Superior Completo,

Mestrado e Doutorado em 2018, a categoria representou 28,14% de todos os vínculos empregatícios com esse grau de escolaridade naquele ano (Anexo RAIS, Tabela 12).

4.3.8 Rendimentos dos Vínculos com Escolaridade Superior entre docentes e outros profissionais

A pesquisa sobre a escolaridade utilizando o parâmetro “Escolaridade após 2005”, disponível na base de dados RAIS, apresenta os níveis educacionais desde “Analfabeto” até os níveis graduados, discriminando as qualificações de Superior Completo, Mestrado e Doutorado. Entretanto, os dados referentes à escolaridade em 1985, utilizando esse parâmetro ou qualquer outro, não discriminam os níveis de Mestrado e Doutorado, que ficaram inseridos sob a classificação Superior Completo.

Figura 33. Distribuição da proporção de vínculos docentes graduados (Superior) em relação ao total de vínculos graduados, em 1985, segundo a faixa de rendimentos.



A figura 33 ilustra a proporção de vínculos docentes graduados (nível Superior de escolaridade) em relação ao total de vínculos empregatícios graduados, no ano de 1985 segundo as faixas de rendimentos. Podemos observar que, em 1985, os vínculos docentes graduados corresponderam a 81,27% do total geral dos vínculos empregatícios graduados que receberam até 0,50 salário-mínimo. Em outras palavras, os 3.428 vínculos docentes graduados que estavam na faixa mais baixa de rendimentos (Anexo RAIS, Tabela 11) corresponderam a 81,27% dos 4.218 vínculos graduados inseridos nesta faixa de rendimentos em 1985 (Anexo RAIS, Tabela 13). Ou seja,

significa que o total de vínculos empregatícios de outros profissionais graduados (isto é, não docentes) corresponderam a apenas 18,73% nesta faixa mais baixa de rendimentos naquele ano.

Na segunda faixa de rendimentos, 0,51 – 1 SM, observamos o resultado da operação em que os 24.370 vínculos docentes graduados (Anexo RAIS, Tabela 11) representaram 68,12% do total (35.775) de vínculos graduados (Anexo RAIS, Tabela 13) inseridos nesta faixa de rendimentos em 1985.

À medida que aumentam as faixas de rendimentos podemos observar a diminuição da participação dos vínculos docentes graduados no total de vínculos graduados em 1985. Este movimento chega ao seu extremo na faixa mais alta de rendimentos (Mais de 20 SM), sendo que os 9.606 vínculos graduados de professores (Anexo RAIS, Tabela 11) correspondem a apenas 4,10% do total (223.338) de vínculos graduados (Anexo RAIS, Tabela 13) inseridos nessa faixa de rendimentos naquele ano.

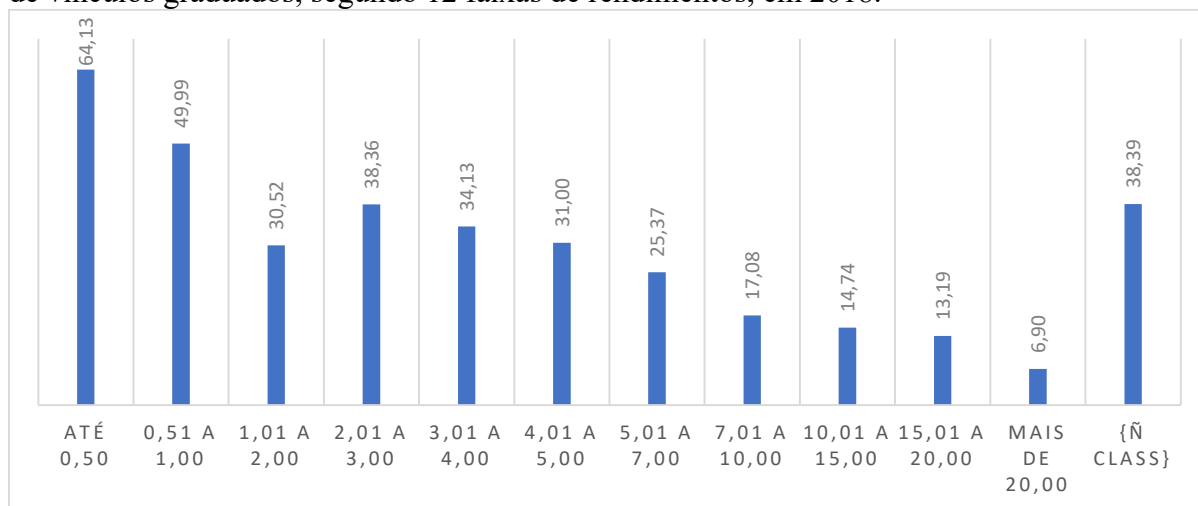
Também é notável a ocorrência de elevado número de docentes graduados (21.513) não classificados quanto aos rendimentos (Anexo RAIS, Tabela 11). Eles corresponderam a 61,50% de todos os vínculos empregatícios graduados (34.980) não classificados quanto aos rendimentos (Anexo RAIS, Tabela 13), em 1985.

Referente ao ano de 2018, a pesquisa sobre a escolaridade dos docentes utilizando o mesmo parâmetro, “Escolaridade após 2005”, apresenta os níveis educacionais discriminando as qualificações de Superior Completo, Mestrado e Doutorado (Anexo RAIS, Tabela 12). Utilizando o mesmo parâmetro, a pesquisa sobre a escolaridade entre todos os vínculos empregatícios em 2018, além de incluir o nível “Analfabeto”, apresenta os mesmos níveis de escolaridade descritos acima, isto é, identifica os vínculos com Superior Completo, Mestrado e Doutorado (Anexo RAIS, Tabela 14). Para comparação com os dados de 1985 e para estabelecer a categoria de vínculos graduados, somamos as categorias Superior Completo, Mestrado e Doutorado dos vínculos docentes e dos vínculos gerais. Na Figura 34 apresentamos a proporção de vínculos docentes graduados em relação ao total geral dos vínculos graduados, segundo as faixas de rendimentos em 2018.

Observamos que na faixa de rendimentos mais baixa (Até 0,50 SM) os docentes graduados somaram 26.438 vínculos (Anexo RAIS, Tabela 12); o que representa 64,13% do total geral de vínculos graduados, que somaram 41.223 vínculos naquele ano (Anexo RAIS, Tabela 14).

Além disso, observamos que à medida que aumentam as faixas de rendimentos, a proporção de vínculos docentes graduados diminui em relação ao total geral de vínculos graduados. Na faixa mais alta de rendimentos, Mais de 20 salários-mínimos, a proporção de docentes graduados atingiu seu nível mínimo (6,90%) em relação ao total de vínculos graduados em 2018. Esta proporção foi obtida considerando o somatório dos vínculos docentes graduados, Superior Completo, Mestrado e Doutorado nesta faixa de rendimentos, isto é, 29.606 (Anexo RAIS, Tabela 12); em relação ao somatório geral de todos os vínculos graduados, valor que resultou em 428.947 registros em 2018 (Anexo RAIS, Tabela 14).

Figura 34. Distribuição da porcentagem dos vínculos docentes graduados em relação ao total de vínculos graduados, segundo 12 faixas de rendimentos, em 2018.

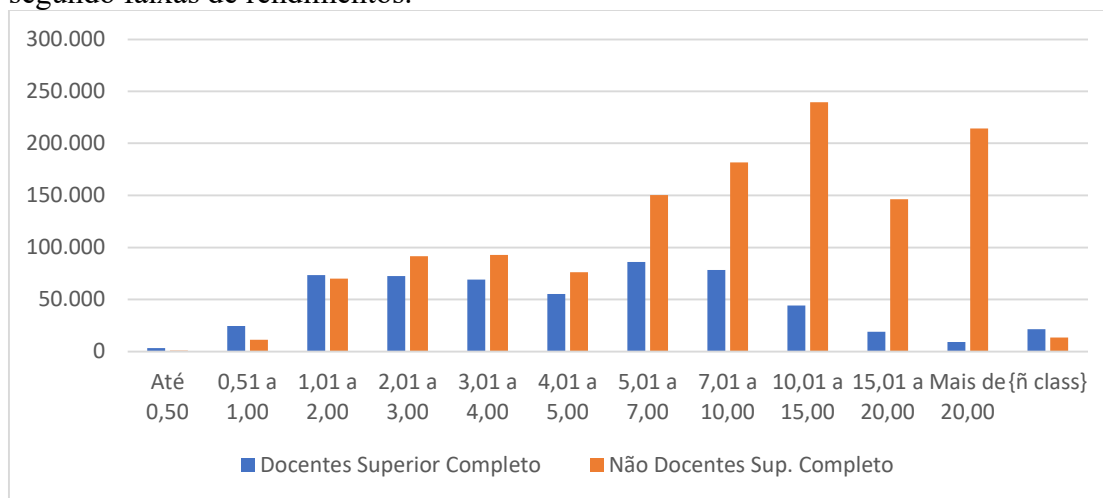


Novamente observamos a grande quantidade (38,39%) de vínculos docentes graduados (29.019) na categoria “não classificados” (Anexo RAIS, Tabela 12) em relação ao total geral de vínculos graduados “não classificados” segundo a renda, valor que atingiu 75.585 registros em 2018 (Anexo RAIS, Tabela 14).

Comparando os índices de 1985 aos de 2018, observamos que a proporção de vínculos docentes graduados diminuiu em todas as faixas de rendimentos, exceto nas duas faixas mais altas: 15,01 – 20 SM e Mais de 20 SM, que apresentaram o aumento de 1,64% e de 2,8%, respectivamente, em relação ao índice de 1985. Considerando este dado, buscamos compreender como ocorreu a distribuição dos vínculos graduados docentes e não docentes, segundo os rendimentos nos anos de 1985 e 2018. Para determinar a quantidade de vínculos graduados nas ocupações não docentes, retiramos dos valores referentes ao total geral de vínculos graduados (Anexo RAIS, Tabela 13) os valores referentes aos vínculos docentes graduados (Anexo RAIS, Tabela 11),

conforme as faixas de rendimentos. A figura 35 apresenta a distribuição de vínculos graduados, de docentes e de outros profissionais graduados em 1985, segundo as faixas de rendimentos.

Figura 35. Distribuição de vínculos graduados, docentes e outros profissionais, em 1985, segundo faixas de rendimentos.



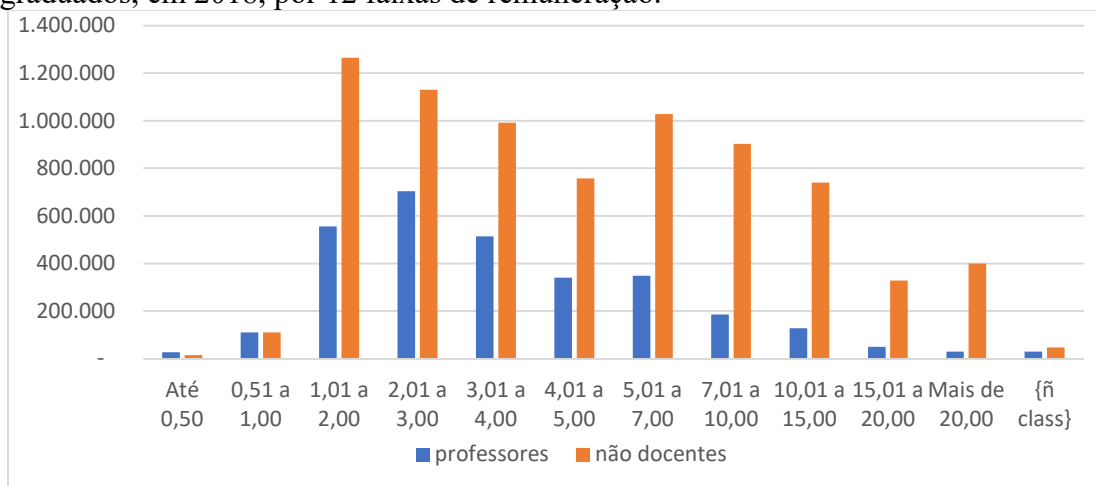
Na figura 35 observamos uma inversão no sentido das curvas alcançadas pelos vínculos graduados de docentes e os vínculos graduados de outros profissionais ao longo das faixas de rendimentos em 1985. A quantidade de vínculos docentes diminui à medida que as faixas salariais aumentam (Anexo RAIS, Tabela 11); enquanto entre os demais profissionais graduados, o número de vínculos aumenta conforme aumentam as faixas salariais (Anexo RAIS, tabela 13).

Considerando apenas os vínculos graduados docentes, observamos que as faixas que concentraram maior número de professores são: a de 5,01 a 7 SM, 7,01 a 10 SM. A soma destas duas faixas correspondeu a 29,57% do total de vínculos docentes graduados em 1985. Por outro lado, entre os vínculos graduados não docentes, a faixa de rendimentos mais prevalente foi 10,01 – 15 SM, concentrando 239.383 vínculos. A segunda faixa de rendimentos mais prevalentes nessa população foi a de Mais de 20 SM, com 214.173 graduados não docentes; e a terceira faixa de maior concentração foi a 7,01 – 10 SM, com 181.577 vínculos graduados não docentes. O somatório percentual apenas destas três faixas de rendimentos representou 49,30% do total de vínculos graduados não docentes, o qual correspondeu a 1.288.238 em 1985.

Para estudar os rendimentos obtidos pelos vínculos graduados docentes e não docentes em 2018, procedemos do mesmo modo utilizado para os cálculos referentes a 1985. Consideramos a quantidade de vínculos gerais graduados (Anexo RAIS, Tabela 14) e subtraímos os valores correspondentes ao número de docentes graduados, segundo as faixas de rendimentos em 2018

(Anexo RAIS, Tabela 12). A figura 36 representa os valores encontrados para os vínculos graduados docentes e não docentes, segundo 12 faixas de rendimentos em 2018.

Figura 36. Distribuição de vínculos graduados entre professores e outros profissionais graduados, em 2018, por 12 faixas de remuneração.



É possível observar, por meio da figura 36, que em 2018 em contraste com 1985, os vínculos graduados das ocupações não docentes aumentaram sua participação em faixas de rendimentos mais baixas. A faixa de 1,01 – 2 SM foi a mais prevalente entre os vínculos graduados não docentes; seguida pela faixa de 2,01 – 3 SM. Enquanto nas faixas mais altas de rendimentos a participação dos vínculos graduados não docentes diminuiu em relação às proporções que atingiram em 1985. Por exemplo, na faixa de rendimentos Mais de 20 salários-mínimos, em 2018, foram registrados 399.341 vínculos, ou seja, 5,18% em relação aos 7.712.129, total de vínculos graduados não docentes de 2018. Lembramos que em 1985 essa proporção correspondeu a 16,63%.

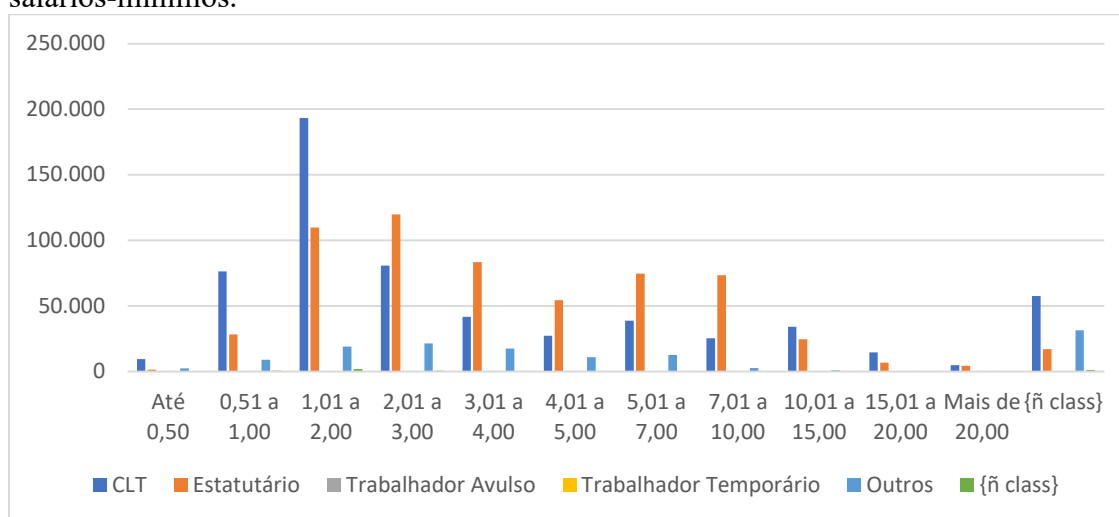
Entre os vínculos graduados docentes, em 2018, também observamos a concentração entre as faixas mais baixas de rendimentos. A faixa de 2,01 – 3 SM foi a mais prevalente entre os graduados docentes, correspondendo a 23,29%. A segunda faixa de rendimentos mais prevalente foi a de 1,01 – 2 SM, com 18,39% do total de vínculos docentes graduados naquele ano (Anexo RAIS, Tabela 12).

A partir das figuras 35 e 36 observamos que em 2018 os vínculos graduados, docentes e não docentes tenderam a concentrar-se em faixas mais baixas de rendimentos, em comparação à distribuição que apresentaram em 1985.

4.3.9 Tipos de Vínculos Docentes e Remuneração

Os docentes podem assumir diferentes tipos de vínculo empregatício. Em 1985 a categoria estava distribuída entre cinco tipos de vínculo empregatício, sendo os mais prevalentes os vínculos CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e os vínculos Estatutários, correspondentes aos docentes contratados como servidores pelas administrações públicas (prefeituras, governos estaduais ou federal). Os vínculos CLT corresponderam a 45,15% do total de vínculos docentes; enquanto os Estatutários responderam por 44,73% desse total, que em 1985 foi de 1.335.990 vínculos (Anexo RAIS, Tabela 17).

Figura 37. Distribuição de docentes em 1985, por tipo de vínculo e remuneração média em salários-mínimos.

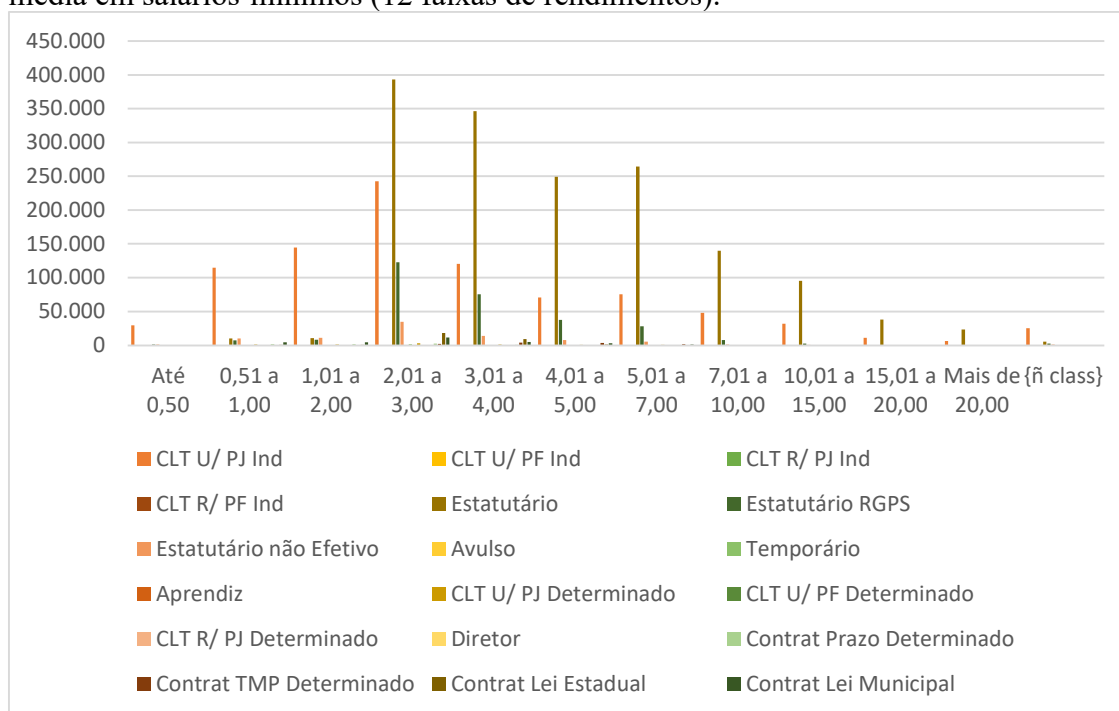


A figura 37 apresenta a distribuição da categoria segundo o tipo de vínculo e a remuneração média em salários-mínimos em 1985. É possível observar que os vínculos estatutários estão distribuídos de modo mais abrangente entre as faixas medianas de rendimentos. Por outro lado, os vínculos CLT apesar de concentrados entre as faixas mais baixas de remuneração, representaram a maioria dos vínculos docentes nas faixas mais altas de rendimentos: na faixa de 10,01 – 15 SM eles representaram 57,05% dos vínculos; na faixa de 15,01 – 20 SM responderam por 67,11% do total de vínculos com esta remuneração; e responderam por 50,81% do total de vínculos na faixa de Mais de 20 SM naquele ano (Anexo RAIS, Tabela 17).

Conforme apurado por meio da base RAIS, em 2018, são identificados 18 tipos de vínculo empregatício entre os professores. Na Figura 38 os docentes estão distribuídos de acordo com o tipo de vínculo e segundo 12 faixas de remuneração média em salários-mínimos no ano de

2018 (Anexo RAIS, Tabela 18). Entre os “novos vínculos” destacam-se os registros por meio de Pessoa Jurídica Individual (PJ Ind). Os vínculos de tipo CLT U/ PJ Ind., ou seja, vínculos CLT de Pessoa Jurídica Individual foram o segundo tipo mais prevalente e corresponderam a 33,21% do total em 2018.

Figura 38. Distribuição de vínculos docentes em 2018, por tipo de vínculo e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).



Destacam-se também, na Figura 38, os vínculos Estatutários, ou seja, que se referem aos servidores ligados às administrações públicas (municipais, estaduais e federais). Os vínculos estatutários estão subdivididos em três categorias: Estatutários, Estatutário RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e Estatutário não Efetivo. Estas subdivisões se referem ao tipo de previdência que a contratação oferece aos servidores Estatutários. Resumidamente, existem as contratações por meio de RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) e as contratações por meio do Regime Geral de Previdência Social – o RGPS. Observamos que algumas administrações públicas possuem RPPS, isto significa que o regimento da previdência (isto é, aposentadoria e licenças médicas) são próprios da administração que o estabeleceu. As administrações públicas que não possuem regime próprio de previdência contratam o estatutário por meio do RGPS, regido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS).

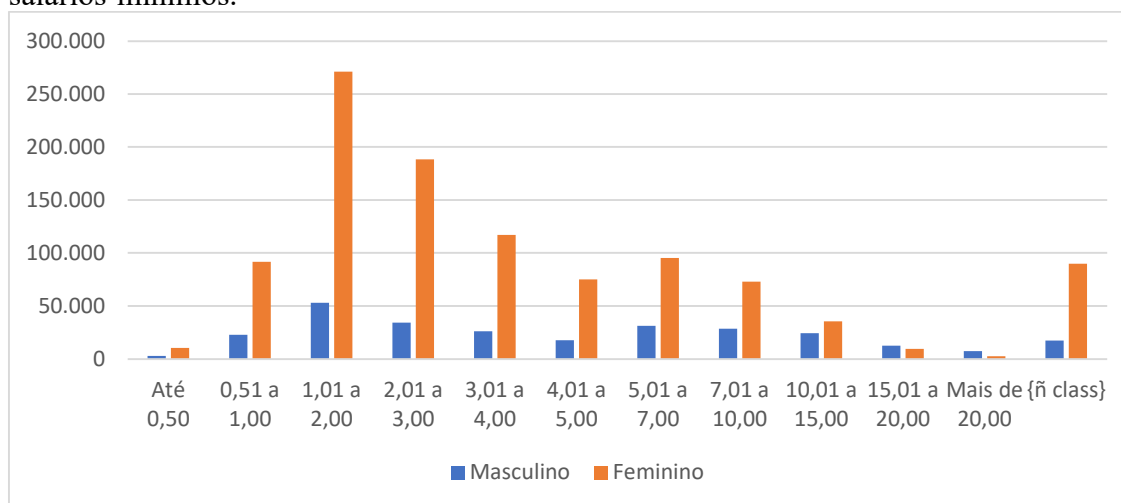
Os vínculos Estatutários (RPPS) representaram 49,05% do total de vínculos docentes, em 2018. A terceira categoria mais prevalente foi a dos Estatutários RGPS, com 10,02%; seguida pela

dos Estatutários Não Efetivos, que representou 3,89%, correspondendo a 139.715 vínculos em 2018 (Anexo RAIS, Tabela 18). Entre as faixas de rendimentos, observamos que os Estatutários são maioria a partir da faixa 2,01 – 3 SM; e que os vínculos CLT U/PJ Ind estão presentes em todas as faixas, inclusive nas mais altas. Na faixa mais alta de rendimentos (Mais de 20 SM), os vínculos CLT U/PJ Ind representaram 20,91%, enquanto os Estatutários representaram 77,85% dos vínculos em 2018.

4.3.10 Docentes: Rendimentos segundo o Sexo

Estudamos a composição da categoria docente segundo o sexo dos profissionais. Segundo os dados da Tabela 15 do Anexo RAIS, em 1985 o sexo feminino representou 79,25% dos vínculos naquele ano. Na Figura 39 podemos observar a divisão entre os sexos, conforme as faixas de remuneração média em salários-mínimos em 1985.

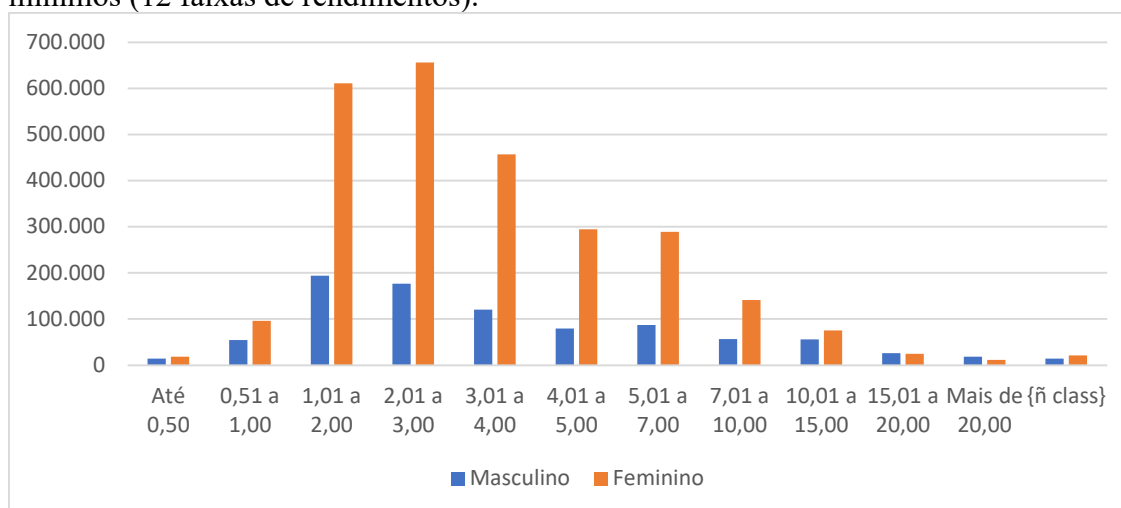
Figura 39. Distribuição de docentes em 1985, segundo o sexo e remuneração média em salários-mínimos.



Proporcionalmente, a faixa remuneratória com maior concentração feminina foi a de 2,01 – 3 SM, onde elas representaram 84,57% dos vínculos docentes. A participação feminina diminui à medida em que aumentam os rendimentos. A faixa mais alta de remuneração, Mais de 20 SM, apresenta a menor proporção de participação feminina, apenas 25,21% do total dos vínculos nessa faixa de rendimentos (Anexo RAIS, Tabela 15).

Em 2018, a proporção feminina correspondeu a 75,08% do total dos vínculos docentes (Anexo RAIS, Tabela 16). A figura 40 representa a distribuição de docentes, segundo o sexo e 12 faixas de rendimentos no ano de 2018. Pode-se observar algum aumento da participação masculina em faixas mais baixas de rendimentos, porém as mulheres seguem diminuindo sua participação proporcional à medida em que as faixas salariais aumentam. Naquele ano, a maior participação feminina proporcional à masculina ocorreu na faixa de 3,01 – 4 SM, correspondendo a 79,18% (Anexo RAIS, Tabela 16). Por outro lado, na faixa mais alta de rendimentos, os homens foram maioria. Eles representaram 61,19% dos vínculos na faixa de Mais de 20 SM em 2018 (Anexo RAIS, Tabela 16).

Figura 40. Distribuição de docentes em 2018, segundo a remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).



4.4 Administrações Públicas – Dados sobre Trabalho e Saúde Docente

Foram solicitadas informações a diversas administrações públicas municipais e estaduais, por meio da Lei de Acesso à Informação (12.527/ 2011), a qual prevê o direito constitucional dos cidadãos às informações públicas, sendo aplicável aos três poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios¹⁸. De modo padronizado, foram encaminhados os pedidos individualizados referentes às seguintes informações:

¹⁸ Ministério da Educação/ CAPES/ Acesso à informação/ Serviço de Informação ao Cidadão/ Sobre a Lei de Acesso à Informação, [acesso em 21.05.2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/sobre-a-lei-de-acesso-a-informacao>

- o número de professores em exercício, durante cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior);
- o número de novos professores temporários contratados em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior);
- o número de professores aposentados em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior);
- o número de licenças médicas recebidas pelos professores em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior);
- o número de professores que receberam licença médica em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior);
- o diagnóstico das licenças recebidas pelos professores em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior);
- o número de exonerações ou desligamentos de professores em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior);

Em complementação, levantamos o número total de matrículas na Educação Básica nas redes públicas municipais e estaduais, em cada ano, no período de 2008 a 2018, por meio do INEP.

Os pedidos foram uniformizados, entretanto, as administrações retornaram respostas de diferentes modos. Algumas solicitações não foram respondidas, em alguns casos as administrações afirmaram não dispor dos dados solicitados ou não possuir pessoal para sua extração e organização. Em outras respostas, afirmaram só dispor de parte da solicitação. Em algumas respostas, os Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) sugeriram a pesquisa por meio das plataformas do IBGE e do INEP, ou por meio do portal de dados abertos mantidos pela própria administração. Verificamos que os portais de dados abertos, organizados para consulta por algumas administrações, também não apresentam dados sobre saúde e trabalho conforme solicitamos. O IBGE e o INEP foram consultados (parte dos dados obtidos por meio deles foram apresentados anteriormente), entretanto, estas fontes não apresentam informações sobre

licenças, aposentadorias, professores temporários, entre outras solicitadas, as quais também não podem ser acessadas por meio da RAIS.

Por outro lado, as administrações municipais de Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo; assim como as administrações estaduais do Acre, Ceará, Minas Gerais e de São Paulo apresentaram informações que permitiram as análises de séries históricas de dados sobre trabalho e saúde dos docentes sob sua competência. As análises sobre os dados enviados por estas administrações são apresentados a seguir. Uma vez que cada administração apresentou dados de modo singular, em cada análise realizamos uma discussão dos resultados específicos apresentados por elas. Eventualmente esta discussão específica remeteu a questões referentes ao trabalho e saúde docente vivenciadas em outros ambientes e contextos, como a questão do aumento das aposentadorias voluntárias e por invalidez, a evasão de docentes, a utilização de contratações temporárias, os diagnósticos relacionados às licenças e os transtornos mentais e comportamentais como determinantes dos afastamentos para tratamento entre professores. A sequência de apresentação das análises está organizada segundo esta linha de investigação e de acordo com a quantidade e complexidade dos dados apresentados pelas administrações.

4.4.1 Acre

Para protocolar os pedidos de informação foi concluído o cadastro na página <http://esic.ac.gov.br/sistema/site/index.html> destinada pelo site do Governo Estadual do Acre. Foram realizados seis protocolos, com diferentes pedidos de informação acerca dos professores da rede pública de Educação do estado, para o período 2008-2018, sendo obtidos os seguintes dados:

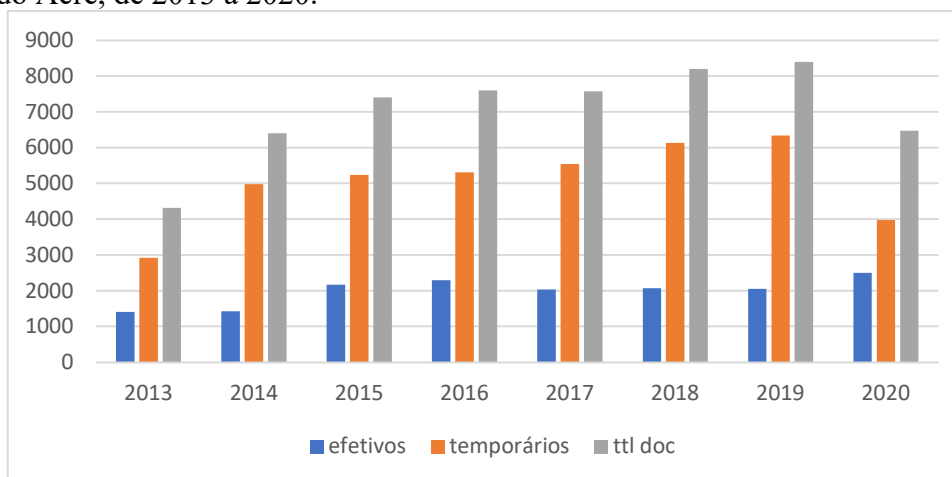
- a quantidade de professores efetivos e temporários, de 2013 a 2021 (Anexo Acre – 1);
- sobre a quantidade de professores licenciados e afastados, de 2008 a 2018 (Anexo Acre – 2).

Conforme a figura 41, notamos que os professores temporários sempre foram maioria em relação aos efetivos no estado. Em 2014 os efetivos chegaram a representar 28,58% do total de temporários; e 62,84%, em 2020, quando atingiram seu ponto máximo em relação aos temporários da rede estadual do Acre, no período 2013 a 2020.

Analisando os dados referentes a quantidade total de professores (somatório de efetivos e temporários) de 2013 a 2020, observamos diminuição na quantidade de docentes em 2020.

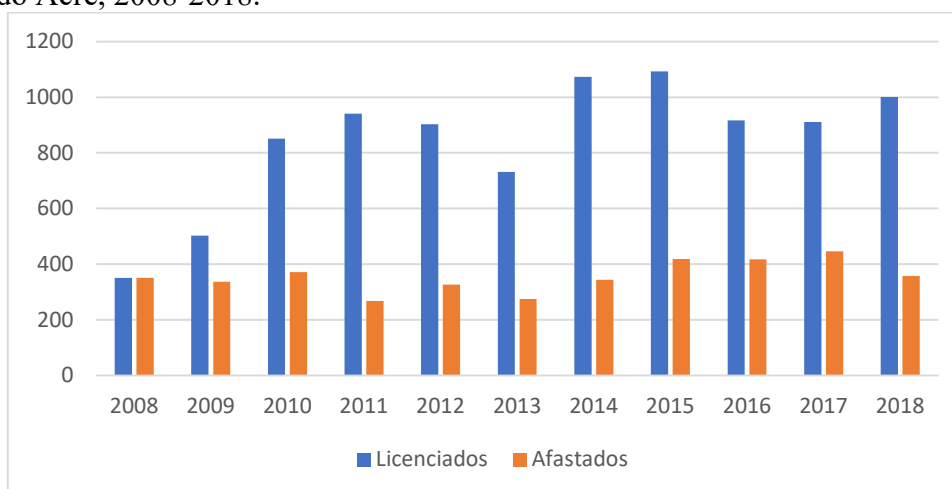
Neste ano, o total de docentes diminuiu 22,88% em relação ao ano anterior (2019) figura 41. Em 2020 a quantidade total de professores no estado correspondeu a 6.473, muito próxima da quantidade total de docentes existente no ano de 2014 (6.397 professores); e muito próxima da quantidade de temporários existentes na rede estadual no ano anterior, 2019, que correspondeu a 6.340 professores temporários.

Figura 41. Distribuição de docentes efetivos, temporários e do total dessas categorias, na rede estadual do Acre, de 2013 a 2020.



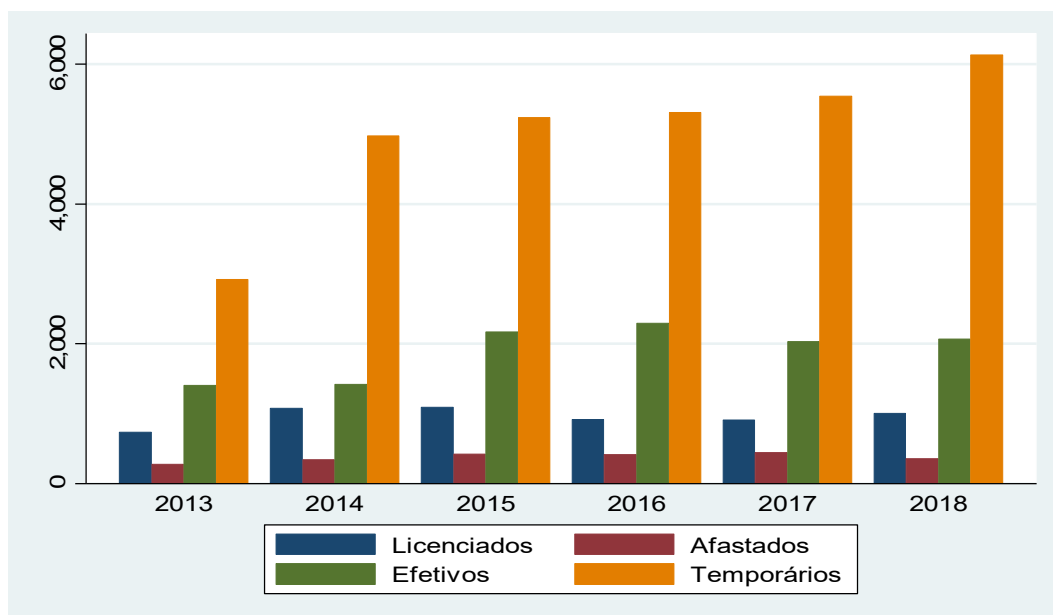
A partir dos dados sobre professores afastados e licenciados, de 2008 a 2018, na rede estadual do Acre, observamos que o número de professores licenciados apresentou aumento ao longo do período, conforme figura 42. Em 2008 foram 350 professores licenciados, enquanto em 2018 foram registrados 1.001.

Figura 42. Professores afastados e licenciados para tratamento de saúde da rede pública estadual do Acre, 2008-2018.



Lembramos que o afastamento indica uma situação permanente em que o professor está fora da sala de aula ou da escola, enquanto o licenciamento é uma situação funcional temporária, ainda que possa, em alguns casos, ser prolongada por meses ou anos. O número de professores afastados, de 2008 a 2018, apresentou oscilação de 268 (2011) a 446 professores afastados, em 2017, conforme figura 42.

Figura 43. Distribuição dos professores licenciados, afastados, efetivos e temporários da rede estadual do Acre, de 2013 a 2018.



Foram apresentados pela administração do Acre os dados referentes ao período 2013-2018 para as categorias: licenciados, afastados, efetivos e temporários, conforme figura 43. Neste período notamos aumento no número de afastados da sala de aula, enquanto oscilou a quantidade de professores que receberam licença no período de 2014 a 2018. No período em questão, ainda se observa a diminuição no total de professores efetivos e aumento dos docentes temporários ligados à rede estadual.

A partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, coletamos informações sobre as matrículas na rede estadual do Acre de 2008 a 2020. Os resultados são apresentados na figura 44. A quantidade de matrículas se manteve relativamente estável, em torno de 155.000, até 2016. As matrículas aumentaram visivelmente em 2017, foram 169.940 naquele ano. Em seguida se iniciou o movimento de diminuição: 2018 registrou 165.526 matrículas; 2019 foram 147.098; e 2020 registrou 144.514 matrículas. Lembramos que 2020 foi um ano atípico devido ao impacto sobre a educação das medidas sanitárias de enfrentamento à pandemia de COVID-19. Apesar de 2019 ter apresentado redução no número

de matrículas em relação ao ano anterior, a diminuição na quantidade de matrículas em 2020 pode ter sido afetada pela pandemia em certa medida. Os dados de 2021 não estavam disponíveis para análise neste momento.

Figura 44. Matrículas na Educação Básica da rede pública estadual do Acre, 2008-2020.

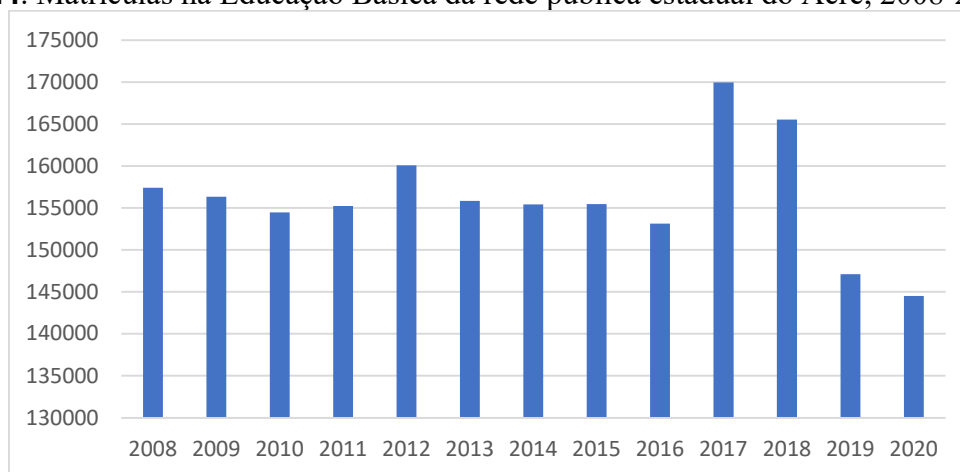


Tabela 8. Correlações entre as variáveis ano, professores licenciados, professores afastados, efetivos, temporários, total de professores e matrículas, na Educação Básica da rede estadual do Acre, de 2013 a 2018.

	Ano	Licenciados	Afastados	Efetivos	Temporários	Total profs.	Matrículas
Ano	1.0000						
Licenciados	0.2749	1.0000					
Afastados	0.6032	0.4563	1.0000				
Efetivos	0.7295	0.3064	0.8121 *	1.0000			
Temporários	0.8663	0.6986 *	0.7190 *	0.7020 *	1.0000		
Total profs.	0.8829	0.6343 *	0.7897 *	0.8281 *	0.9805 *	1.0000	
Matrículas	0.7035	-0.0369	0.3159	0.1946	0.4616	0.4169	1.0000

Nota: * Indicação de associação.

Conforme a tabela 8, a análise estatística dos dados referentes ao período 2013-2018 mostrou correlações positivas entre as variáveis, indicando que aumentaram no mesmo sentido:

- quantidade de professores licenciados e quantidade de professores temporários (0.6986);
- quantidade de professores licenciados e quantidade total de professores (0.6343);
- quantidade de professores afastados e quantidade de professores efetivos (0.8121);
- quantidade de professores afastados e quantidade de professores temporários (0.7190);

- quantidade de professores afastados e quantidade total de professores (0.7897);
- quantidade de professores efetivos e quantidade de professores temporários (0.7020);
- quantidade de professores efetivos e quantidade total de professores (0.8281);
- quantidade de professores temporários e quantidade total de professores (0.9805).

Além disso, a variável Ano mostrou correlação positiva com todas as variáveis, exceto com a variável professores licenciados, conforme a tabela 8, indicando que aumentaram no mesmo sentido durante o período.

4.4.1.1 Discussão

A partir da análise dos dados, consideramos que os professores temporários representam a situação funcional majoritária na rede estadual do Acre e que esse grupo aumentou progressivamente no período 2013-2019. O grupo de professores temporários apresentou diminuição apenas no ano de 2020, o que pode ter relação com o impacto da pandemia de COVID-19 no país. Apesar desta diminuição, os professores temporários ainda assim mantiveram sua prevalência sobre o grupo de professores efetivos desta rede. Normalmente as condições trabalhistas dos professores temporários são mais precarizadas que as condições dos profissionais efetivos. Estes últimos têm acesso a direitos e dispositivos protetivos como a possibilidade de afastamento funcional (situação em que o professor é afastado das atividades em sala de aula, mas permanece desenvolvendo outras atividades como funcionário da Educação). A contratação de profissionais temporários pode ser uma estratégia administrativa de estreitar o acesso aos direitos trabalhistas como aposentadoria e afastamento funcional, por exemplo. Adicionalmente, a contratação de temporários é criticada por diversos autores devido aos aspectos negativos incidentes sobre a qualidade do ensino (NOVAES, 2010), o vínculo instável com a escola (FELISBERTO COSTA e MUELLER, 2021; FELDMAN, 2020) e até mesmo devido a questões clientelísticas em relação aos poderes locais (FELDMAN e ALVES, 2020). Desse modo, o leve aumento no número de professores efetivos em 2020 pode refletir uma reação à queda no número de temporários, em ano de pandemia.

O número de professores efetivos de 2015 a 2019 manteve-se em aproximadamente 2.000 profissionais, enquanto os temporários chegaram a mais de 6.000, em 2019. Além disso, o

crecente número de afastamentos funcionais observado no período de 2008 a 2018 é considerado apenas em relação aos professores efetivos.

Além dos afastamentos, observamos que o número de professores que se licenciaram para tratamento de saúde também aumentou no período de 2008 a 2018, denotando aumento da intensificação e maior precarização das condições de trabalho. Simultaneamente, as estatísticas mostram a diminuição progressiva nas matrículas na rede pública estadual do Acre.

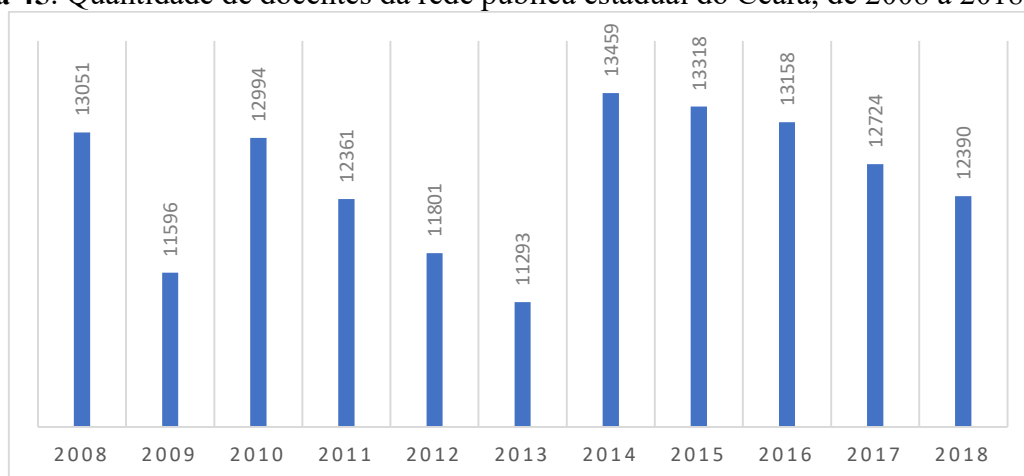
4.4.2 Ceará

Foram encaminhados seis protocolos com pedidos de informação ao Serviço de Informações ao Cidadão do estado do Ceará. Abaixo está referido o que retornou com respostas viáveis a este estudo:

08.09.2021 – Resposta referindo a quantidade de docentes e quantidade de professores que receberam licença, de 2008 a 2018 (Anexo Ceará – 1).

Analisando os dados obtidos, observamos que a quantidade de professores no Estado do Ceará em 2018 foi 5,06% menor que a registrada em 2008, conforme a figura 45. No período estudado destaca-se que o ano de 2013 registrou o menor número de professores efetivos da rede estadual do estado; e em 2014 o maior número desses profissionais.

Figura 45. Quantidade de docentes da rede pública estadual do Ceará, de 2008 a 2018.



Na figura 46, apresentamos a série histórica da quantidade de docentes que estiveram em Licença Médica no Ceará no período 2008-2018. Observamos a ocorrência de um movimento ascendente, o qual se intensificou a partir de 2015.

Figura 46. Docentes que receberam licença para tratamento de saúde, rede pública estadual do Ceará, de 2008 a 2018.

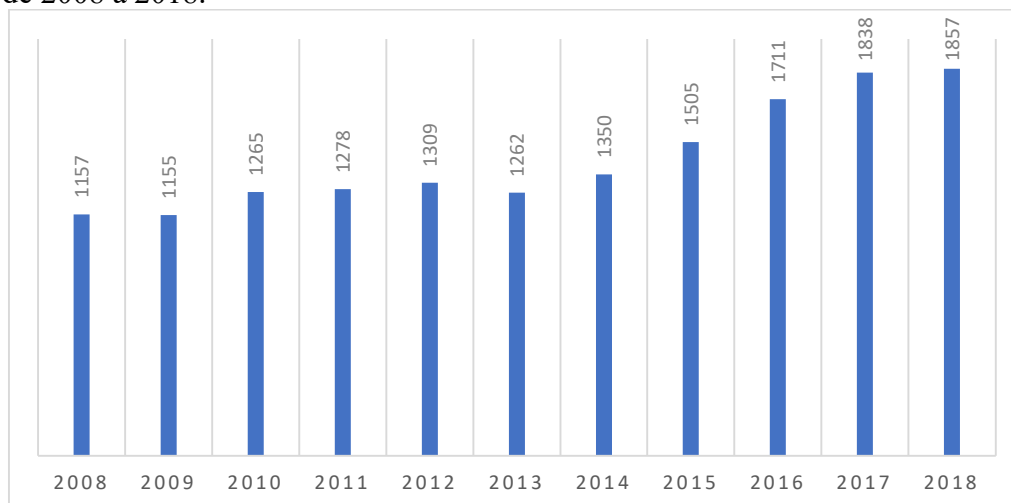
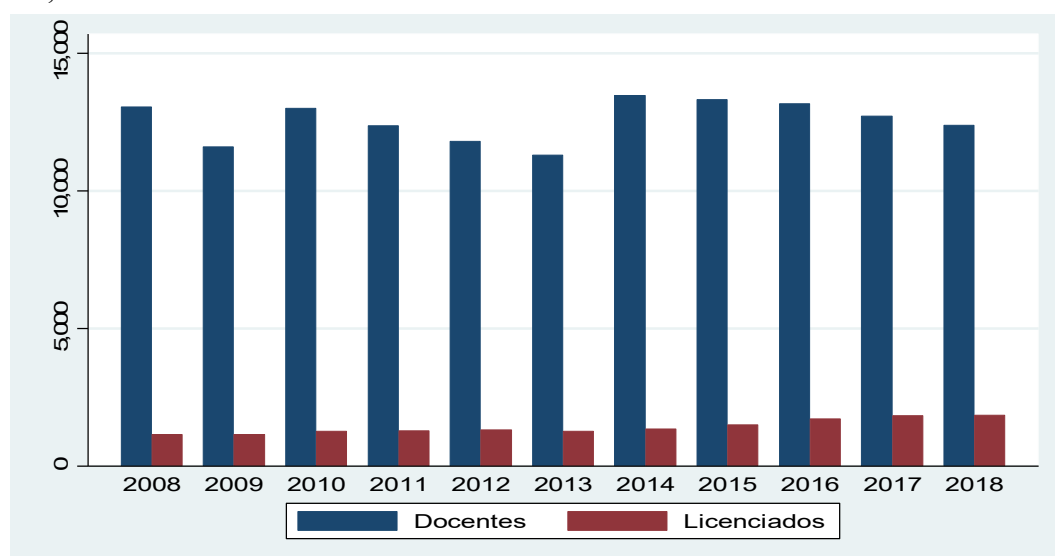


Figura 47. Professores e professores licenciados da rede estadual de Educação Básica do estado do Ceará, 2008-2018.



Na figura 47 estão representados em cada ano os registros acerca da quantidade de docentes e dos professores que receberam licenças para tratamento de saúde. Enquanto a quantidade de docentes apresenta oscilação, no período, a dos professores que se licenciaram aumenta progressivamente.

A proporção de docentes que estiveram em licença médica em relação ao total de professores em cada ano, de 2008 a 2018, é apresentada na figura 48. Observamos que a proporção de docentes que se licenciou aumentou progressivamente ao longo do período, indo de 8,87% em 2008 a 14,99% em 2018.

Figura 48. Porcentagem de professores que tiveram licença em relação ao total de professores em cada ano, de 2008 a 2018, no Ceará.

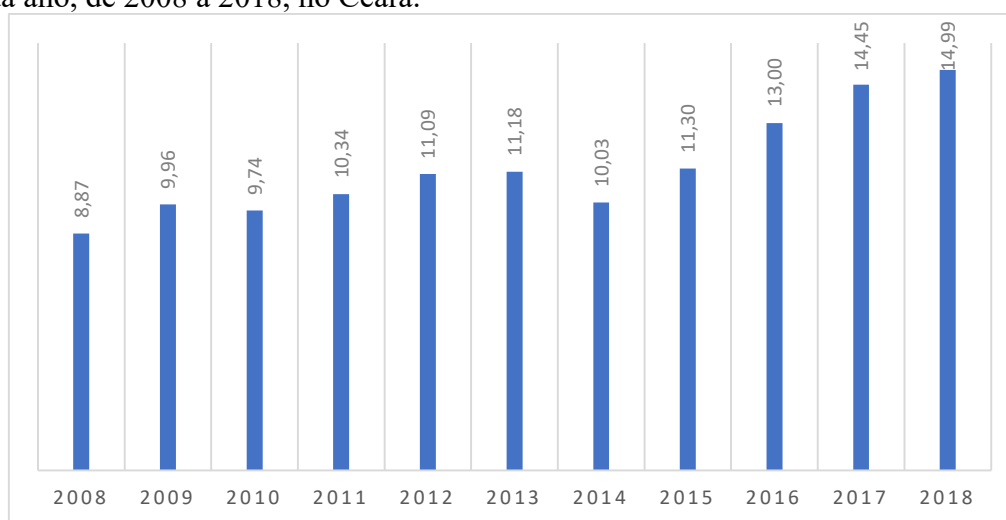
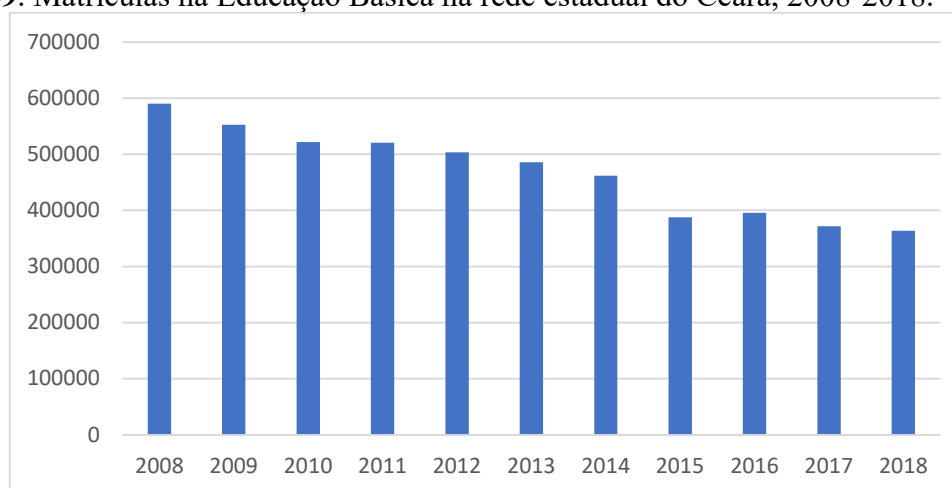


Figura 49. Matrículas na Educação Básica na rede estadual do Ceará, 2008-2018.



Acessando o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), extraímos os dados acerca da Educação Básica na rede estadual do Ceará. A figura 49 apresenta as matrículas estaduais registradas para o período 2008-2018. Observamos que ocorreu acentuado declínio no número de matrículas no estado ao longo do período. O ano de 2008 foi o que apresentou o maior número de matrículas (590.275) e o de 2018, registrou o menor (363.332). Na rede estadual de Ensino Básico do Ceará, de 2008 a 2018, o número de matrículas diminuiu 38,45%.

A análise estatística mostrou correlação negativa (-0.9316) entre professores licenciados e número de matrículas, indicando que aumentaram em sentidos opostos. Entretanto, este dado não pode ser tomado, necessariamente, como relação de causalidade entre estas variáveis.

Sobre o Ensino Superior no estado, os dados apresentados pela Célula de Gestão de Recursos Humanos informaram que os professores atuantes na Educação Superior se resumiam a 334 efetivos e 21 contratados em 2021 (Anexo Ceará – 2).

4.4.2.1 Discussão

Os resultados apontam no sentido da redução na quantidade de professores na ativa e simultaneamente um aumento na quantidade de professores que foram licenciados devido a problemas de saúde. A proporção de professores licenciados em relação ao total de professores na ativa aumentou progressivamente desde 2008 até 2018. Aparentemente, a medida que se reduziu o número de professores, aumentando a intensificação do trabalho, mais profissionais se licenciaram, o que por sua vez pode ter contribuído para mais intensificação das atividades entre aqueles que permaneceram na ativa.

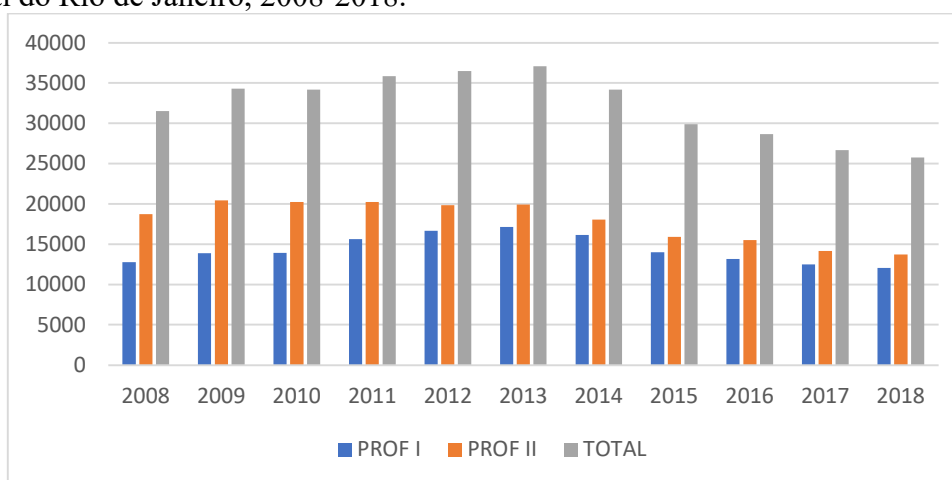
Além disso, observamos que a quantidade de matrículas na rede estadual de Educação Básica encolheu progressivamente, chegando em 2018 a um número 38,45% menor que o de 2008. Essa redução no número de matrículas se contrapõe ao aumento da população estimada no Ceará. Segundo o IBGE Cidades, o censo de 2010 referiu 8.452.381 habitantes, enquanto a população estimada no ano de 2021 foi de 9.240.580, o que representa um aumento de 9,33%, na população do estado. A redução no número de matrículas carece de um estudo aprofundado, entre outros fatores, a redução no número de professores e o aumento no número de licenciados, parecem fazer parte nesse processo de redução.

4.4.3 Município do Rio de Janeiro

Obtivemos informações da Subsecretaria de Gente e Gestão da Cidade do Rio de Janeiro sobre a quantidade de professores e quantidade de docentes que se licenciaram da rede pública municipal do Rio de Janeiro (Anexo mun. RJ – 1). Segundo as informações oficiais, a categoria

denominada Prof I atende aos anos finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano; e a categoria Prof II atende aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Na figura 50 apresentamos a distribuição dos professores da Educação Básica correspondentes ao nível Fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro, de 2008 a 2018. Observamos que a quantidade de professores se elevou lentamente até 2013, ano que concentrou o maior número de profissionais. A partir de 2014 ocorreu diminuição da quantidade de professores. O total de profissionais de 2018 (25.767) foi menor que o de 2008 (31.507), uma diminuição de 18,22%.

Figura 50. Distribuição dos professores da Educação Básica Fundamental I e II, da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.



Além disso, a diminuição na força de trabalho ocorreu nos dois grupos: Professores I e Professores II, sendo mais pronunciada entre Professores II que encolheram 26,90% no período 2008-2018. Em 2008 existiam 18.742 Professores II e, em 2018, eram 13.701 docentes nesta categoria (anos iniciais) do Ensino Fundamental. A quantidade de Professores I (anos finais do Ensino Fundamental) encolheu 5,48% no período.

Conforme informações enviadas pela Secretaria Municipal de Educação, apresentamos na figura 51 os dados referentes à quantidade de professores das categorias Educação Infantil e Professores I e II (Anexo mun. RJ – 2). Na etapa de Educação Infantil do município observamos uma importante oscilação: partindo de 3.989 profissionais em 2008, seguiu-se intensa redução chegando a apenas 643 profissionais em 2011 e 1.305 em 2013. Porém em 2018 encontramos 13.795 professores na Educação Infantil, um aumento de 245,83% em relação ao ano de 2008. Este expressivo aumento ultrapassou as reduções observadas nas categorias Profs. I e II desta rede pública municipal. Em 2008 os professores do nível Fundamental (Profs. I e II) somavam 31.507 e, em 2018, correspondiam a 25.767 profissionais, uma redução de 18,21%. Assim, em

2018 o total de professores (Educação Infantil e Professores I e II) correspondeu a 39.562, sendo 11,45% maior que o montante registrado em 2008 (35.496), aparentemente devido à implementação da Educação Infantil e apesar da redução de profissionais na etapa do Ensino Fundamental (Profs. I e II).

Figura 51. Distribuição de professores dos níveis Fundamental e Educação Infantil, da Educação Básica da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008 – 2018.

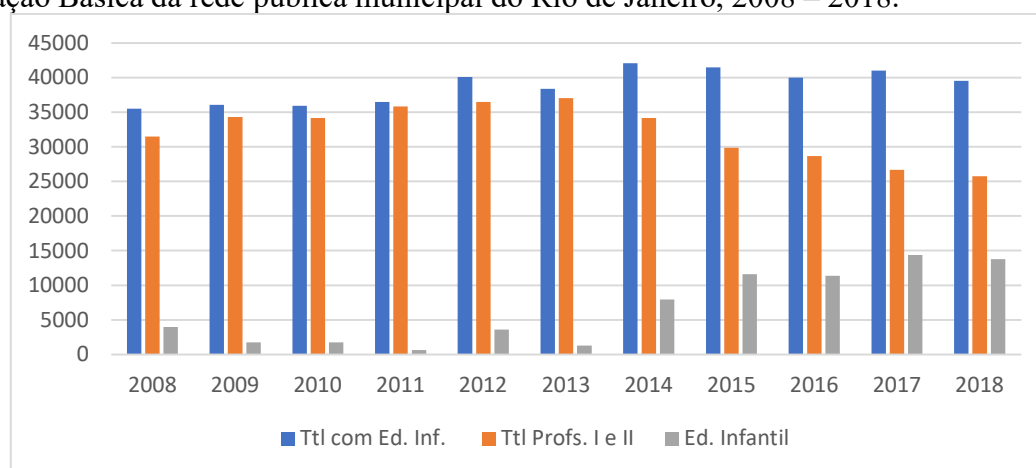
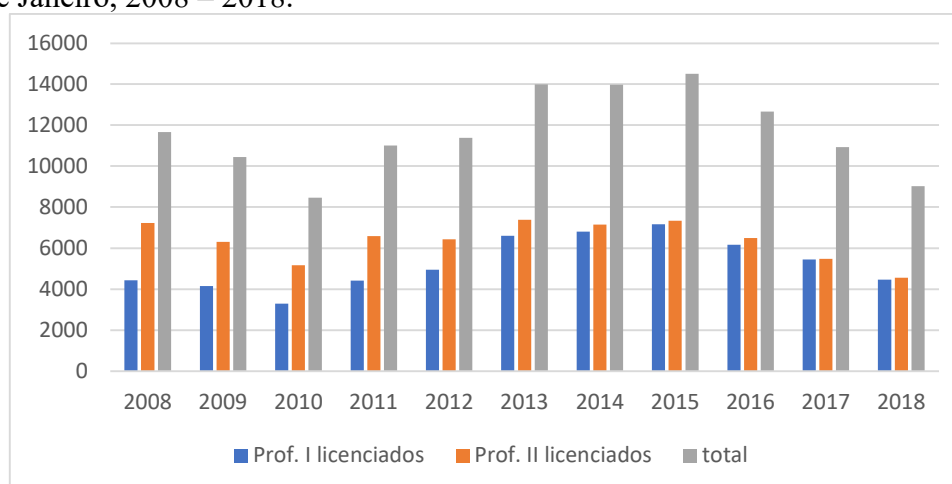


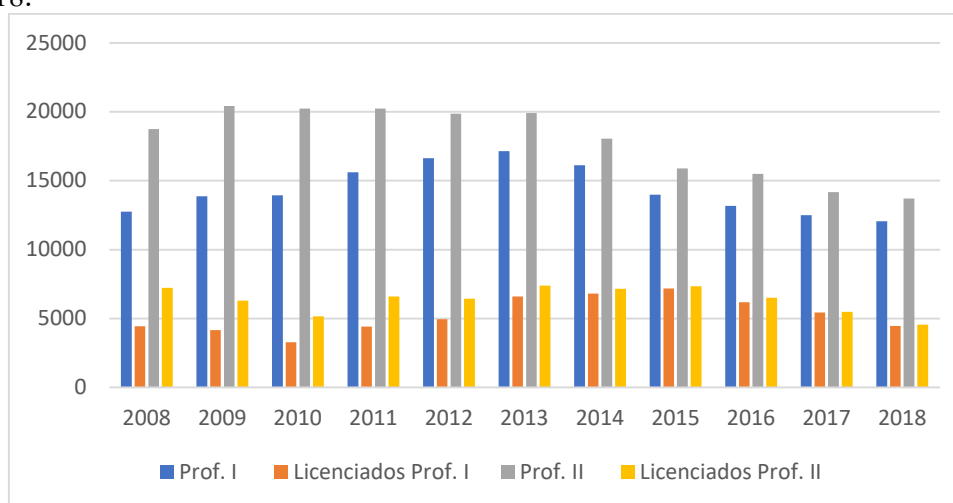
Figura 52. Professores I e II que se licenciaram, nível Fundamental, da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008 – 2018.



Recebemos informações sobre a quantidade de Professores I e II que se licenciaram e a quantidade de dias prescritos. As informações classificam as licenças de acordo com 5 faixas temporais: até 7 dias; de 8 a 30 dias; de 31 a 120 dias; de 121 a 364 dias e 365 dias ou mais. A figura 52 apresenta as informações sobre os Professores I e II (nível Fundamental) que se licenciaram de 2008 a 2018. O ano que registrou menor quantidade de profissionais licenciados foi 2010, com o total de 8.453 afastados para tratamento de saúde, sendo 5.169 Professores II e 3.284 Professores I. A partir de 2011 observamos aumento no número total de profissionais

que se licenciaram, sendo a maior quantidade registrada em 2015, correspondendo ao total de 14.508 professores licenciados. Naquele ano, os Professores II licenciados foram 7.340, quantidade 42,00% maior que a de 2010. Os Professores I licenciados foram 7.168 em 2015 – quantidade 118,27% maior que a registrada em 2010 para este grupo educacional. Nos anos seguintes, 2016 a 2018, a quantidade de profissionais que se licenciaram foi quase equivalente entre estes dois níveis do Fundamental, e verificou-se diminuição progressiva no número de licenciados, assim como se constatou diminuição na quantidade de Professores I e II, como vimos acima.

Figura 53. Professores I e II e licenciados I e II, da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.



Verificamos que no período 2008-2018 diminuiu a quantidade de profissionais atuantes nos dois níveis do ensino Fundamental da rede pública municipal do Rio de Janeiro. A figura 53 apresenta a distribuição dos docentes relativos aos níveis do Fundamental, e os Professores I e II que se licenciaram em cada um destes níveis. Observamos que em 2014 e 2015 ocorreu diminuição da quantidade de professores e aumento na quantidade de professores licenciados. O ano de 2010 foi o que apresentou o menor número de licenciados nos dois níveis do ensino Fundamental.

A figura 54 apresenta as proporções entre o número de licenciados e o número de profissionais em cada nível de escolaridade e em cada ano, de 2008 a 2018. Vemos que a menor proporção de licenciados em relação ao total de docentes em ambos os níveis de escolaridade ocorreu em 2010. Naquele ano a proporção de Professores I licenciados (23,57%) foi um pouco menor que a registrada entre os Professores II (25,54%). No final da série, em 2018, a proporção de Professores I licenciados (36,99%) prevaleceu sobre a dos Professores II (33,27%), e ambas apresentaram aumento em relação aos índices registrados em 2010. A maior proporção de

licenciados em relação à quantidade de professores ocorreu em 2015 (51,25%) entre os Professores I e 46,16% entre Professores II.

Figura 54. Proporção entre quantidade de licenciados e quantidade de professores nos níveis Fundamental I e II da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.

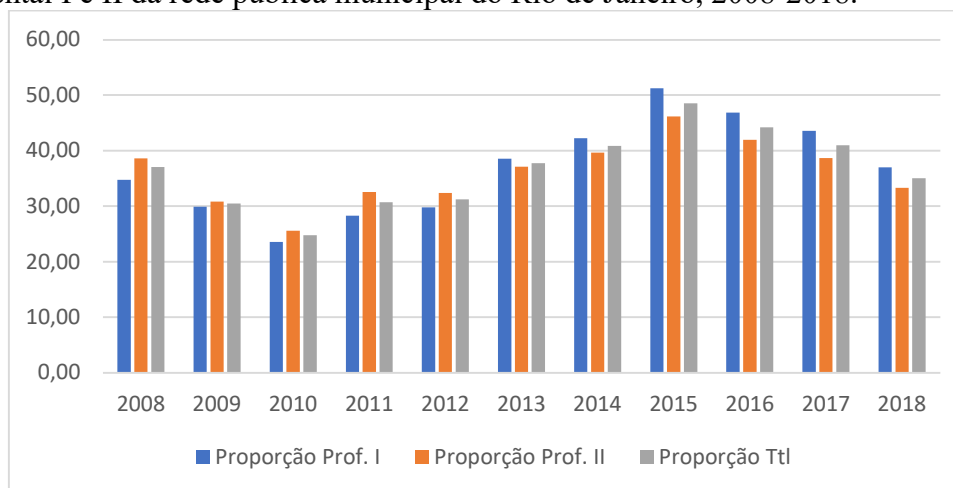
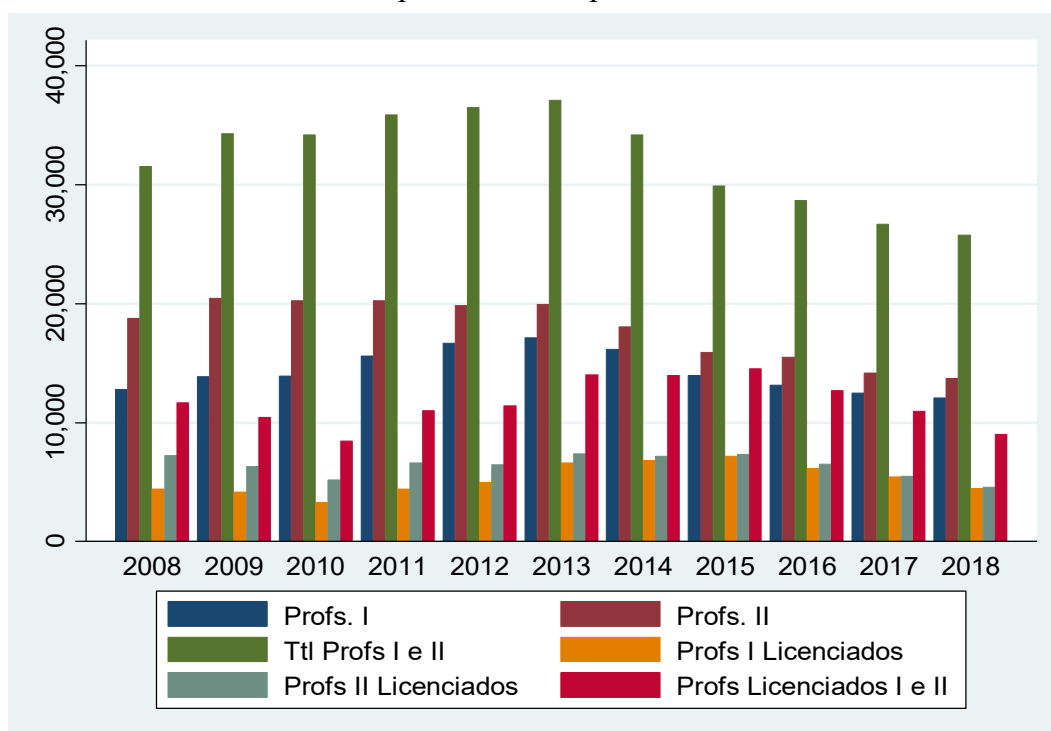


Figura 55. Quantidade de professores do Fundamental I, II e total e de professores licenciados do Fundamental I, II e total, da rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.



A figura 55 apresenta a distribuição de Professores I e II e total, e de licenciados (Professores I, II e total). O maior número de docentes nestes dois níveis do Fundamental foi verificado em

2013, a partir de então ocorreu diminuição progressiva no número de professores. Por outro lado, o total de docentes licenciados aumentou a partir de 2013, tendo seu ápice em 2015.

Conforme a tabela 9, observamos correlação positiva entre a quantidade de Professores II e o número de matrículas; e correlação negativa entre a quantidade de Professores I licenciados e o número de matrículas na rede pública do município do Rio de Janeiro.

Tabela 9. Correlações entre a quantidade de Professores I e II, Professores licenciados I e II e matrículas, na rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.

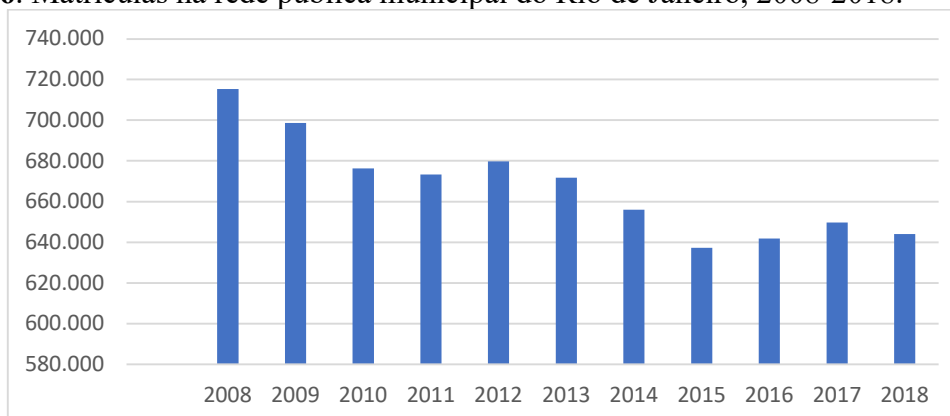
	Prof. I	Prof. II	Profs. Total	Licenciados Profs. I	Licenciados Profs. II	Licenciados Total	Matrículas
Prof. I	1.0000						
Prof. II	0.6560	1.0000					
Profs. Total	0.8705	0.9425	1.0000				
Licenciados Profs. I	0.3193	-0.3384	-0.0793	1.0000			
Licenciados Profs. II	0.5482	0.3765	0.4882	0.6172	1.0000		
Licenciados Total	0.4628	-0.0363	0.1812	0.9277	0.8663	1.0000	
Matrículas	0.1384	0.7345 *	0.5403	-0.5694 *	0.2202	-0.2571	1.0000

Nota: * Indicação de associação.

Matrículas

As matrículas na Educação Básica na rede pública municipal do Rio de Janeiro diminuíram progressivamente, de 2008 a 2018. Conforme figura 56, em 2008 foram 715.327 registros e em 2018 foram 644.014 matrículas. No período a diminuição correspondeu a 9,97%.

Figura 56. Matrículas na rede pública municipal do Rio de Janeiro, 2008-2018.



A figura 57 apresenta a evolução nas matrículas da Educação Básica segundo o nível de ensino, na rede privada da cidade do Rio de Janeiro. De 2008 a 2014 as matrículas nesta rede apresentaram leve aumento, porém se concentravam na faixa dos 400.000 alunos. Observamos um “salto” importante na quantidade de matrículas registradas na rede privada a partir de 2015. As matrículas mais que dobraram, se aproximando da faixa de 1 milhão de alunos. Observamos que o aumento se apresentou em todos os níveis educacionais.

Figura 57. Matrículas em Educação Básica segundo o nível educacional, na rede particular da cidade de Rio de Janeiro, 2008-2018.

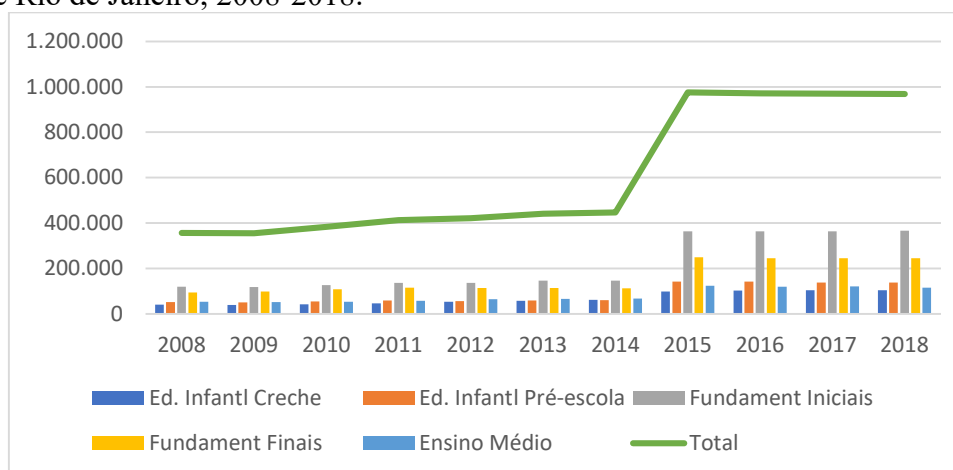
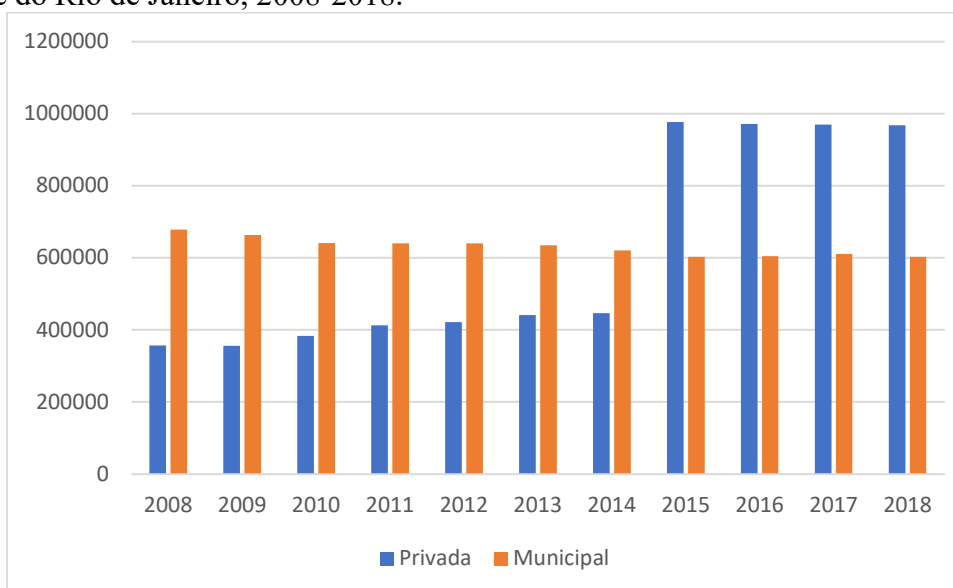


Figura 58. Quantidade de matrículas na Educação Básica nas redes privada e pública municipal da cidade do Rio de Janeiro, 2008-2018.



Na figura 58 apresentamos as matrículas na Educação Básica nas redes privada e pública municipal da cidade do Rio de Janeiro, de 2008 a 2018. Observamos que ao passo que as matrículas na rede pública municipal diminuíram ao longo do período, as matrículas na rede

privada aumentaram de 2008 a 2014, porém ficavam abaixo do total de matrículas na rede pública do município. Entretanto, a partir de 2015 a rede privada de ensino ultrapassou o número de matrículas da rede pública municipal, em 61,99%, e manteve essa vantagem nos anos que se seguiram.

4.4.3.1 Discussão

Verificamos a redução na quantidade de professores do nível Fundamental (I e II) na rede pública municipal do Rio de Janeiro ao longo do período 2008-2018. Por outro lado, a Educação Infantil aumentou marcadamente no período. Chama a atenção o número extremamente reduzido de profissionais em Educação Infantil observado até 2013, o que leva a considerar que tenha sido sub atendida a demanda da população nesse nível de escolaridade. Segundo os dados informados, a Educação Infantil ficou desfalcada de 2008 até 2013, e o aumento dos professores deste nível parece ter sido compensado pela diminuição na quantidade de profissionais do Fundamental, sendo que a quantidade de Professores II (anos iniciais do Fundamental, encolheu 26,90%, de 2008 a 2018.

Segundo SANTOS e OLIVEIRA (2017) a administração do município conduzida por Eduardo Paes de 2009 a 2012 buscou melhorar os índices em Educação na cidade por meio de parcerias com entidades privadas, baseadas em princípios e mecanismos gerencialistas. Os autores referem o aumento em 93,64% dos recursos destinados à Educação de 2009 a 2012, a ampliação do número de vagas em creches e o aumento no IDEB, porém criticam a transferência de recursos públicos a entes privados, além de avaliar que os resultados alcançados não corresponderam satisfatoriamente às metas propostas “apesar dos vultosos recursos públicos investidos” (p.154). Segundo os autores, os profissionais da Educação se sentiram como “meros executores de uma política elaborada e conduzida muitas vezes por órgãos externos à Secretaria de Educação” do município (p.154). Observamos que o prefeito Eduardo Paes se reelegeu, permanecendo como prefeito de 2013 a 2016, sendo substituído por Marcelo Crivella de 2016 a 2019.

Verificamos que o total de professores da Educação Básica na rede pública municipal do Rio de Janeiro manteve certa estabilidade no período 2008-2018, na medida em que a redução de docentes observada no nível Fundamental acabou “compensada” pelo aumento de profissionais atuantes no nível da Educação Infantil. Entretanto, é pouco provável que existisse excesso de

profissionais no nível Fundamental, sendo mais plausível que a redução no número de profissionais deste nível tenha ocasionado sobrecarga de trabalho aos remanescentes. A intensificação do trabalho, neste caso, pode estar ligada ao aumento na quantidade total de docentes licenciados, observada a partir de 2014. De todo modo, a proporção de licenciados em relação à quantidade de professores aumentou a partir de 2011.

CARRASQUEIRA e KOLINSKI (2021) avaliam que a rede municipal do Rio de Janeiro apresenta menos precarização do trabalho docente em comparação com outras redes municipais, em relação a salário, plano de carreiras e número de concursados; sendo que a principal forma de ingresso é o concurso público. As autoras examinaram a evasão docente nesta rede, a qual se pode dar a pedido (exoneração), ou compulsoriamente após 30 dias de faltas não justificadas. O estudo utilizou a base de dados da Coordenadoria de Recursos Humanos (CHR) da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ). Os Professores II (anos iniciais do Fundamental) que ingressaram na rede em 2009, 2010 e 2011 foram a população selecionada para o estudo, totalizando 3.594 docentes. Foram observadas as saídas da rede ocorridas nesse grupo de 2012 a 2016. O estudo não especifica o motivo da saída da rede (exoneração, faltas consecutivas, aposentadoria ou falecimento), entretanto, as autoras entendem que pelo fato de a população de estudo ter entrado recentemente na rede (em 2009, 2010 ou 2011) as aposentadorias não seriam um fenômeno muito frequente.

As autoras relatam que em 2016, a evasão, em taxa acumulada, chegou a 15,79% no grupo que ingressou em 2009; 13,64% entre os ingressantes de 2010; e 13,80% de perda acumulada entre os ingressantes de 2011. Consideram que, em 5 anos a rede perdeu em média 14% dos docentes que ingressaram nos anos de 2009, 2010 e 2011. Considerando que as saídas ocorridas antes de 2012 não estavam disponíveis na base de estudo, concluímos que a perda de profissionais foi ainda maior. Entre os fatores que se associaram à saída da rede, as autoras relatam que ser mulher diminuiu as chances de sair da rede, sendo que os homens tiveram três vezes mais chances de fazê-lo. Ter ensino superior aumentou a chance de sair da rede em 1,8 vezes. A probabilidade de deixar a rede diminuiu para cada ano a mais de idade, por exemplo, docentes com 20 anos mostraram 25% de probabilidade de saída da rede. À medida que a idade aumentou a probabilidade de saída diminuiu: os com 30 anos mostraram 18% de probabilidade; já os com 50 anos mostraram 8% de probabilidade, segundo as autoras.

ALENCAR (2019), examinou os planos de carreira docente da rede pública municipal do Rio de Janeiro, de 1995 e de 2013, como indicadores das condições de trabalho dos professores. O autor reporta a mobilização conduzida pelos professores cariocas entre agosto e outubro de

2013, e considera o cenário das “Jornadas de Junho” daquele ano – em referência às mobilizações, de diversos matizes políticos, ocorridas no país. Naquele ano, a greve dos docentes cariocas chegou a ocupar a Câmara municipal por dois dias, e no dia da aprovação do plano de carreira foi fortemente reprimida pela polícia militar. O plano de cargos e carreira aprovado em 2013, apesar de contemplar requisitos do movimento, não garantiu o acesso dos docentes às melhorias conquistadas. ALENCAR relata que o acesso a cargos e salários foi restringido sob os critérios orçamentários da administração, não se configurando como direito dos professores. Por exemplo a jornada de trabalho de 40 horas em que um terço da jornada é destinada às atividades extraclasse foi uma das reivindicações prevista pelo plano de 2013, porém, o novo plano manteve o acesso à jornada de 40 horas restrita à capacidade orçamentária. Desse modo, foram frustradas as expectativas dos docentes, majoritariamente alocados em jornadas parciais: 53% deles com jornada de 22,5 horas (sendo 20h de regência de turma); e 40% dos docentes em jornadas de 16 horas (com 12h de regência de turma) (ALENCAR, 2019). Segundo o autor, as jornadas parciais, e o baixo salário pressionam os professores a trabalhar em diversas redes – o que afeta sua qualidade de vida e de trabalho.

Vimos que o número de licenciados aumentou em 2013 e atingiu seu ápice em 2015, mesmo período em que a quantidade de professores começou a diminuir. Em 2015 mais da metade (51,25%) dos Professores I e 46,16% dos Professores II precisaram se licenciar. Aparentemente as questões do trabalho que em 2013 levaram à greve os docentes desta rede municipal estavam vinculadas a este aumento no número de licenças entre os docentes. Em 2019, SOUZA *et al.* apresentaram trabalho sobre a greve dos docentes da rede municipal do Rio de Janeiro de 2013 como um movimento baseado em três temas: “trabalho e defesa da educação pública de qualidade, aprendizado coletivo e pedagogia da luta, e luta coletiva pela saúde” (p. 1). Os autores descreveram as reivindicações da categoria, entre elas “a efetivação de 1/3 de tempo para o planejamento fora de sala de aula, como previsto na Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008” (p. 8), e a defesa da autonomia pedagógica. Além disso, o movimento criticava a política de bonificação às escolas mediante cumprimento de metas, por aumentar a pressão e representar produtivismo, relacionados à intensificação do trabalho. Os autores discutem que a realização da greve pôde produzir efeitos como o sentido coletivo do trabalho, percepção crítica da realidade e de participação nas lutas democráticas e nos processos sociais. Por outro lado, explicitam o modo como as reivindicações foram frustradas, além de relatar as dificuldades e conflitos (com as direções das escolas) no retorno ao trabalho, uma vez que as condições de trabalho não foram alteradas. Concluímos que as expectativas acumuladas no processo de

mobilização e a frustração decorrente da falta de reconhecimento das reivindicações e críticas apontadas pelo movimento, assim como a ausência de alterações concretas nas condições de trabalho podem ter relação com o aumento de licenças e com a alta taxa de evasão de professores da rede, observados nos anos seguintes à mobilização.

As matrículas na rede pública municipal apresentaram redução de 9,97% no período e podem ter sido impactadas pela redução de profissionais como também pelo aumento de docentes acometidos por problemas de saúde.

Além disso, observamos que a partir de 2015 a quantidade de matrículas na rede privada de ensino ultrapassou em 61,99% a quantidade de matrículas na rede pública municipal, mantendo essa dianteira pelos anos seguintes. Observamos que as estatísticas apresentadas pelo INEP mudaram de modelo a partir de 2015, ainda que os modelos sejam sempre os mesmos para todas as redes, a mudança pode ter alguma relação com parte do importante aumento detectado na rede privada de ensino de 2014 para 2015, ou poderia estar subnotificado até então. De todo modo, a partir dos dados disponíveis na plataforma do INEP, verificamos que a rede privada de Educação Básica da cidade do Rio de Janeiro se expandiu de modo intenso e predomina sobre a rede pública municipal. Os dados parecem configurar uma “fuga” do ensino público por camadas amplas da população, seja por julgarem que o ensino oferecido não tem a mesma qualidade do ensino pago, ou talvez, em certos casos, devido ao preconceito ou ao desejo de evitar o contato com crianças e famílias das camadas mais pobres. De qualquer modo, a questão do ensino particular para grupos tão grandes da população remete a considerações sobre a mercantilização da Educação e a limitação de seu papel no contato entre as camadas sociais. Estas questões deveriam ser mais bem estudadas, porém ultrapassam os limites que nos colocamos neste estudo.

4.4.4 Belo Horizonte

A partir das informações disponibilizadas pelo município de Belo Horizonte (Anexo Belo Horizonte – 1), observamos que a partir de 2014 o total de professores na cidade aumentou. Entretanto o crescimento ocorreu apenas entre os professores da Educação Infantil. A figura 59 apresenta o total de professores da Educação Infantil na cidade, de 2008 a 2018. Em 2008 os professores nesse nível de ensino somavam 1.584; já em 2018 foram 6.058 docentes, um aumento de 282,45%, no período.

Por outro lado, a quantidade dos demais professores municipais da Educação Básica, sofreu diminuição, no mesmo período, conforme figura 60. No período 2008-2015 o número desses profissionais esteve entre 10.305 (2008) e 10.743 em 2012. A partir de 2016 o número de professores diminuiu progressivamente chegando a 9.619, em 2018.

Figura 59. Professores da Educação Infantil da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2008-2018.

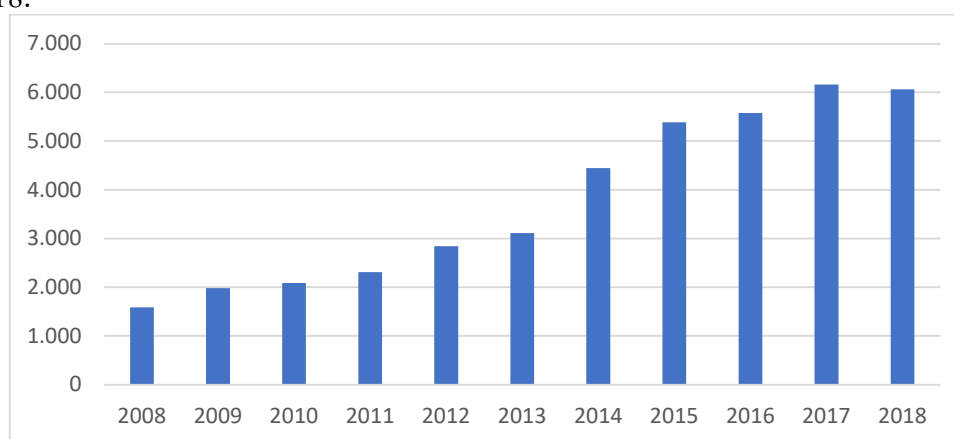
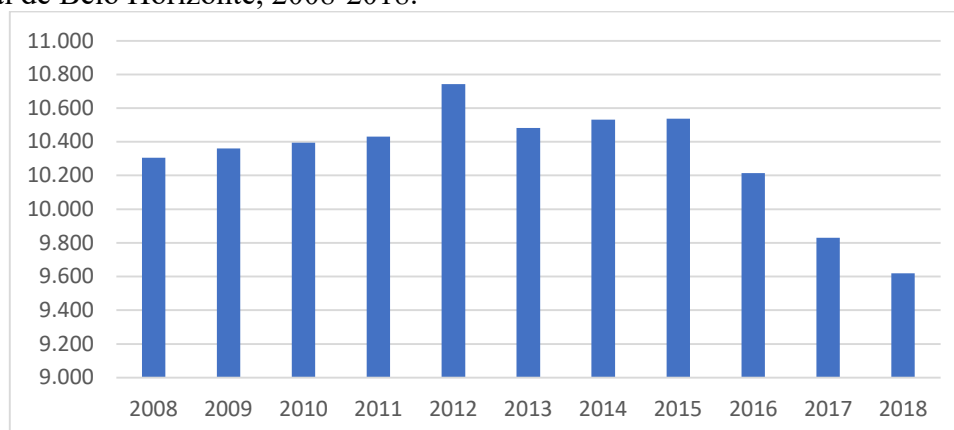


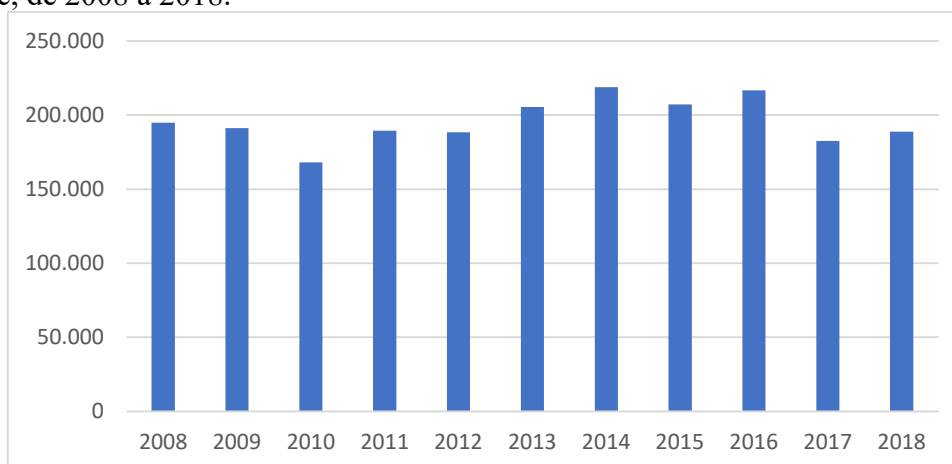
Figura 60. Professores da Educação Básica (exceto Educação Infantil) da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2008-2018.



Segundo a Controladoria Geral do Município e Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção (Anexo Belo Horizonte – 2), o número de dias em licenças médicas entre professores apresentou aumento de 2008 a 2016, conforme a figura 61. A maior quantidade foi registrada em 2014 e correspondeu a 218.910 dias em licença médica. É como se, naquele ano, cada um dos 14.973 professores do município tivesse se afastado por 14,62 dias. De 2008 a

2018, a média de dias em licença pelo número total de professores da cidade em cada ano foi de 11,42 a 16,39 dias para cada professor. Considerando a média apurada do período (a partir das médias anuais), todos os professores da cidade teriam se afastado para tratamento de saúde por 14 dias em todos os anos de 2008 a 2018.

Figura 61. Licenças médicas (dias) entre professores da rede pública municipal de Belo Horizonte, de 2008 a 2018.



A respeito da quantidade de professores que se afastaram para tratamento, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP informou que: foram 4.857 profissionais em 2017, 4.694 em 2018 e 5.479 em 2019 (Anexo Belo Horizonte – 3). Refere também que não há registro sobre os anos anteriores. Considerando o total de professores (Educação Infantil e Básica) de 2017, isto é, 15.993 professores; corresponde a 30,37% a proporção dos que se afastaram devido a problemas de saúde (4.857). Em 2018, a proporção de licenciados foi de 29,94% em relação ao total de professores (15.677). O total de licenciados de 2019 (5.479) é 16,72% maior que o total de licenciados registrado no ano anterior (4.694).

Obtivemos informações acerca das novas aposentadorias registradas a cada ano, assim como das exonerações, demissões e falecimentos entre 2009 e 2018 (Anexo Belo Horizonte – 4). A figura 62 apresenta o total desses eventos para professores da Educação Básica e Educação Infantil da rede pública da cidade de Belo Horizonte. As aposentadorias aumentaram a partir de 2016; enquanto as exonerações são mais numerosas no período 2013-2016. Considerando o somatório das aposentadorias, exonerações e demissões¹⁹, 2018 é o ano com maior número de desligamentos da atividade docente, os quais corresponderam a 1.011. Considerando que em

¹⁹ Não foram computados os falecimentos.

2018, o total de professores na cidade correspondeu a 15.677, a proporção dos desligamentos foi de 6,45%, naquele ano. Além disso, a proporção de desligamentos em relação ao total de professores na cidade apresentou aumento, durante o período 2009-2018. Em 2009 a proporção de desligamentos foi de 3,56%.

Figura 62. Novas aposentadorias, exonerações e demissões entre professores (Educação Básica e Educação Infantil) da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2008-2019.

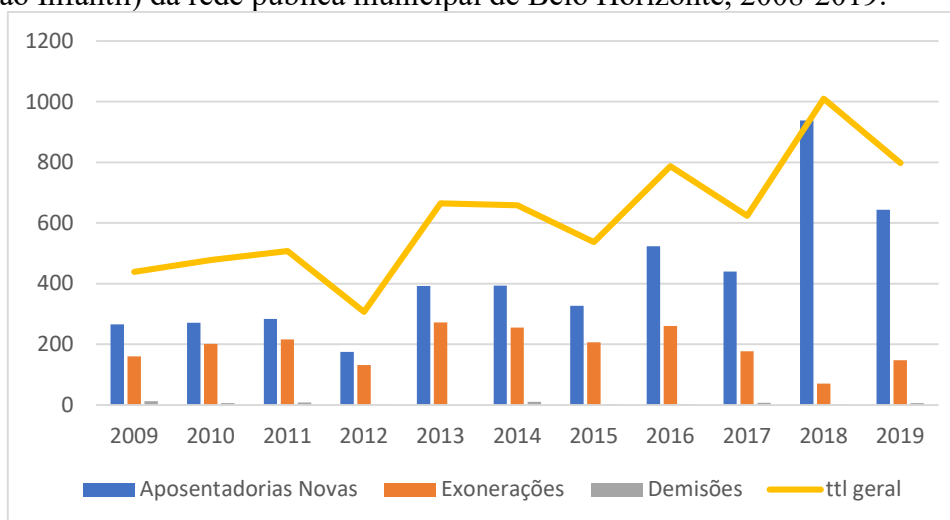
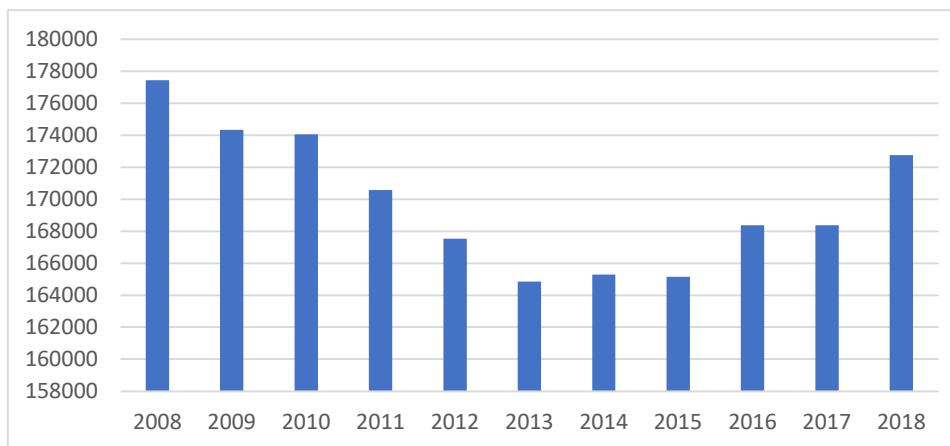


Figura 63. Matrículas na Educação Básica da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2008-2018.



A partir dos dados do INEP as matrículas na rede pública municipal de Belo Horizonte tiveram em 2008 seu ponto mais alto do período 2008-2018, com 177.431 registros. A partir daí apresentaram diminuição até 2015, com 165.157 matrículas, conforme figura 63. De 2016 a 2018 ocorreu retomada, porém sem atingir os níveis dos anos iniciais da série. Em 2018 foram matriculados 172.750 estudantes.

Apesar da redução nas matrículas, a população da cidade aumentou entre 2010 e 2021, segundo o IBGE. Em 2010 foi composta por 2.375.151 pessoas, e estimada em 2.530.701 habitantes, em 2021.

Encontramos correlações entre as variáveis informadas, conforme a tabela 10. A variável Ano mostrou correlação positiva com Professores da Educação Infantil, Total de Professores e o Total de Desligamentos (que inclui: novas aposentadorias, exonerações e demissões, em cada ano). Os Professores Municipais mostraram correlação negativa com o Ano, com os Professores da Educação Infantil e com o total de Desligamentos, o que significa que essas variáveis aumentam, ou diminuem, em sentidos opostos. A quantidade de Licenças (em dias) mostrou correlação negativa com as Matrículas. Além disso observamos correlação positiva entre os Professores da Educação Infantil e o Total de Professores e o Total de Desligamentos. O Total de Professores mostrou correlação positiva com o Total de Desligamentos no Ensino Básico da rede pública municipal de Belo Horizonte.

Tabela 10. Correlações entre as variáveis: ano, licenças (em dias), professores municipais, professores de educação infantil, total de professores, total de desligamentos e de matrículas na Educação Básica da rede pública municipal de Belo Horizonte, 2009-2018.

	Ano	Licenças (dias)	Profs Mun.	Profs E. In.	Profs Total	Total de deslig.	Matrículas
Ano	1.0000						
Licenças (dias)	0.3288	1.0000					
Profs Mun.	-0.6561 *	0.2432	1.0000				
Profs E. In.	0.9729 *	0.3633	-0.6297 *	1.0000			
Profs total	0.9479 *	0.4644	-0.4833	0.9844 *	1.0000		
Total Deslig.	0.7666 *	0.3114	-0.7537 *	0.7010 *	0.6194 *	1.0000	
Matrículas	-0.3621	-0.6953 *	-0.3921	-0.3455	-0.4781	-0.0048	1.0000

Nota: * Indicação de associação.

4.4.4.1 Discussão

Segundo ROCHA e MELO (2019) a expansão da educação infantil no município de Belo Horizonte “foi uma das metas do programa de governo” de Márcio Lacerda, exercido de 2009 a 2016. As autoras afirmam que as ações nesse sentido, estabelecidas por meio de parcerias público privadas, resultaram na construção de 51 unidades de educação no período 2010-2016, sendo 46 creches e 5 escolas de ensino fundamental. É possível que essa expansão da educação

infantil tenha sido motivada por uma demanda reprimida, ou não atendida, em períodos anteriores.

De todo modo, as ações empreendidas parecem ter relação com o destacado aumento no número de professores de Educação Infantil referido anteriormente. Entretanto, segundo as autoras, a expansão veio acompanhada de uma divisão na carreira dos professores, atribuindo aos professores da Educação Infantil uma remuneração menor que a dos professores municipais, isto é, dos demais níveis da Educação Básica. Além de reduzir o número de níveis de evolução funcional para os profissionais da Educação Infantil para até quinze níveis; enquanto os Professores Municipais podiam ascender até 24 níveis na carreira. Fatores que, entre outros, concorreram para maior precarização da atividade docente no município (ROCHA e MELO, 2019).

A partir dos resultados, observamos que ocorreu diminuição no total de professores da Educação Básica, de 2008 a 2018, o que sugere intensificação das atividades. Apesar da diminuição no número de professores, houve aumento no número de professores que se afastaram para tratamento de saúde de 2017 a 2019. A quantidade de professores que se licenciaram para tratamento de saúde está na faixa de 30% do total de profissionais para os anos de 2017 e 2018.

Vimos que a quantidade de dias em licença médica entre professores por ano, durante o período 2008-2018, esteve próxima dos 200.000, chegando a 218.910 em 2014. Considerando a média de 14 dias em afastamento para todos os professores da rede em todos os anos no período 2008-2018, percebe-se o impacto dos problemas de saúde sobre os profissionais. Os problemas de saúde entre professores têm sido discutidos por autores como PORTO *et al.* (2006), que em estudo com 1.024 professores de escolas públicas e particulares em Vitória da Conquista (BA), observaram 44% de prevalência de distúrbios psíquicos entre eles. Em estudo de prevalência de transtornos mentais comuns entre professores da rede pública de Belo Horizonte, GASPARINI *et al.* (2006) encontraram a razão de 50,3%, entre 751 participantes. Segundo as autoras quanto menor a autonomia dos profissionais, maior a prevalência de transtornos mentais comuns entre eles. SILVA (2018) em revisão da literatura dos últimos 20 anos acerca do adoecimento dos professores ressalta que o fenômeno tem sido cada vez mais noticiado e estudado, tornando-se um assunto de saúde pública, em função de suas dimensões.

A intensificação das demandas sobre os professores da rede pública municipal de Belo Horizonte também pode ser depreendida considerando-se o aumento nos desligamentos dos

professores, de 2009 a 2018. Como também no aumento nas novas aposentadorias dos professores dessa rede, evidenciado em 2016, 2018 e 2019. Na ocasião, a reforma da previdência vinha sendo debatida pelo Congresso Nacional desde 2016, sendo efetivada em 2019. É possível que as incertezas em relação às mudanças tenham contribuído para o aumento na requisição de aposentadorias neste período. Entretanto, na medida em que a saída de profissionais aparentemente não foi acompanhada de ações que estabelecessem a contratação de novos quadros, intensifica-se a demanda dirigida aos professores que permaneceram.

Considerando-se o aumento da população, segundo o IBGE, seria esperado que houvesse aumento em vez da diminuição ocorrida no número de matrículas na Educação Básica da rede pública do município, entre 2008 e 2018.

4.4.5 Minas Gerais

Após realizado o cadastro no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão do estado de Minas Gerais²⁰, ao todo foram realizados 15 pedidos de informação. Segue abaixo a relação resumida dos pedidos que retornaram os dados que utilizamos nesta análise.

22.06.2021 – dados sobre o número de professores da rede pública estadual, ativos e em afastamento, em cada ano, de 2008 a 2018;

19.07.2021 – total de professores vinculados ao sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais (discriminando se referentes à Educação Básica e ou Ensino Superior), em cada ano de 2009 a 2020;

19.07.2021 – dados sobre licenças médicas dos professores estaduais de 2008 a 2018, com os respectivos códigos de morbidade (CID 10 - Classificação Internacional de Doenças), ou por capítulo da CID 10;

19.11.2021 – dados sobre o quantitativo de readaptações e aposentadoria dos professores estaduais de 2008 a 2018;

²⁰ Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão do estado de Minas Gerais, disponível em: <http://www.acaoainformacao.mg.gov.br/sistema/site/index.html>

09.08.2022 – dados sobre as exonerações e desligamentos dos professores da rede pública estadual entre 2008 e 2020.

A partir dos dados apresentados pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão de Minas Gerais, observamos na figura 64 a distribuição de professores de Minas Gerais, da Educação Básica e do Ensino Superior, segundo a situação funcional, de 2009 a 2020 (Anexo Minas Gerais – 1). Considerando a linha que representa a totalidade dos professores no Estado, observamos a curva ascendente até 2016 e seu posterior declínio, o qual continua até 2020.

Figura 64. Distribuição dos professores de Minas Gerais, segundo nível de ensino e situação funcional, de 2009 a 2020.

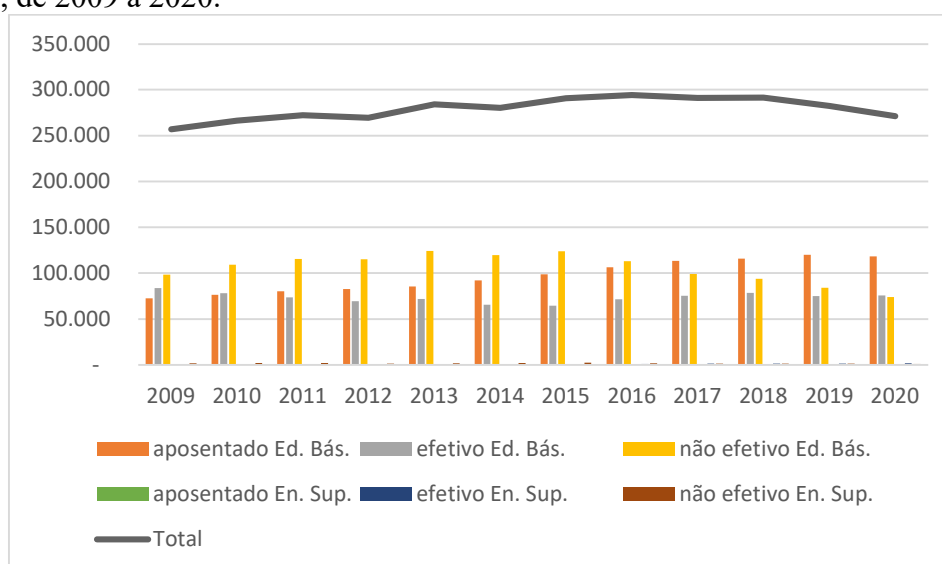
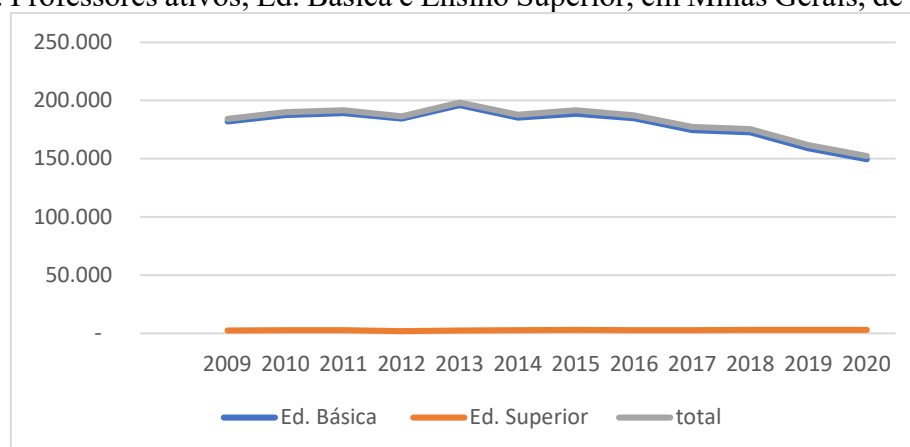


Figura 65. Professores ativos, Ed. Básica e Ensino Superior, em Minas Gerais, de 2009 a 2020.



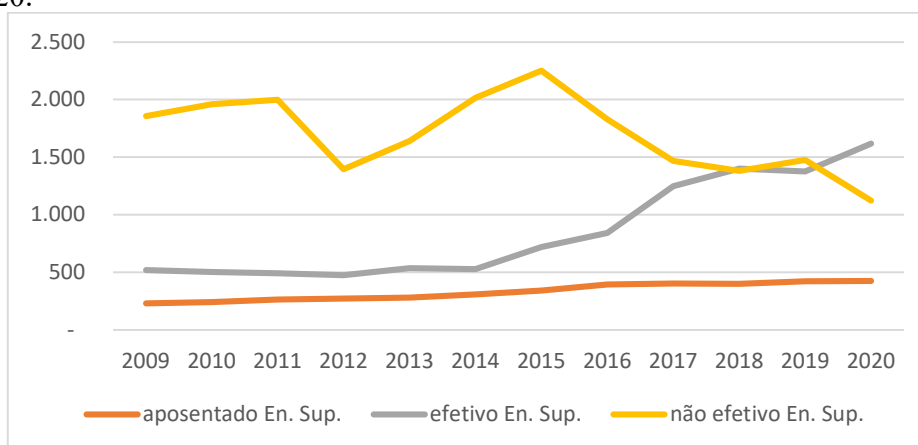
Considerando apenas os dados referentes aos professores na ativa, observamos que houve diminuição neste grupo (Educação Básica e Ensino Superior) em Minas Gerais, desde 2009 até 2020, figura 65. O ponto máximo ocorreu em 2013, quando o total de professores ativos do Estado alcançou o número de 198.300 profissionais. Nos anos posteriores, a quantidade de ativos no Estado diminuiu, chegando a 152.318 em 2020, ou seja, 23,19% menor que o registrado em 2013.

Professores do Ensino Superior

Na figura 66 apresentamos os dados do Ensino Superior em Minas Gerais, relativos às categorias: professores efetivos, não efetivos e professores aposentados, de 2009 a 2020. Ao longo do período nota-se aumento no número de professores efetivos. No período 2009 - 2014 a quantidade de professores universitários efetivos esteve próxima de 500 profissionais (oscilando entre 477 e 529). Esse grupo começou a aumentar a partir de 2015 e, em 2020, correspondeu a 1.620 professores universitários efetivos.

Por outro lado, o número de professores universitários “não efetivos” teve seu ponto máximo em 2015 (2.254 professores), posteriormente diminuindo a cada ano, chegando a 1.125 em 2020. Em cinco anos este grupo diminuiu em aproximadamente 50%, redução não compensada pelo aumento no número de professores universitários efetivos.

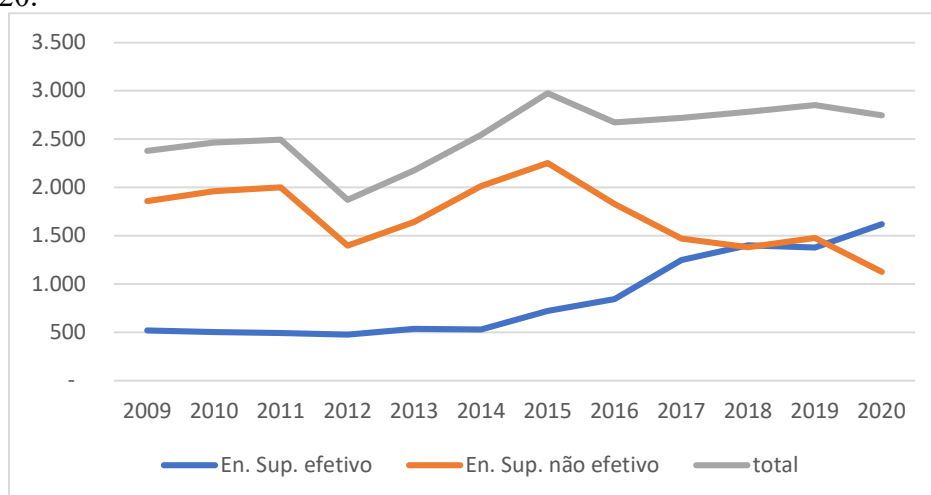
Figura 66. Professores do Ensino Superior de Minas Gerais, conforme situação funcional, de 2009 a 2020.



Em relação aos professores universitários aposentados observa-se pequeno aumento a cada ano, conforme figura 66. Em 2009 o total deste grupo correspondeu a 233 aposentados. Em 2020, o grupo de professores universitários aposentados totalizava 427 registros.

Na figura 67 apresentamos os dados obtidos sobre os professores ativos (efetivos e não efetivos) do Ensino Superior da rede pública do Estado. A linha que representa a totalidade de profissionais ativos neste nível de ensino mostra que o ponto máximo foi atingido em 2015, correspondendo a 2.974 professores universitários. Posteriormente, apesar do aumento percebido na categoria dos docentes efetivos, a totalidade de profissionais ativos diminuiu, chegando a 2.745 registros em 2020. Esta quantidade de professores universitários na ativa é apenas 15,48% superior ao quantitativo registrado 11 anos antes, em 2009. Aparentemente, a redução no número de professores universitários não efetivos iniciada em 2015 e prolongada nos anos seguintes, contribuiu para esta redução na força de trabalho neste nível de ensino, figura 67.

Figura 67. Professores do Ensino Superior de Minas Gerais ativos (efetivos e não efetivos), de 2009 a 2020.



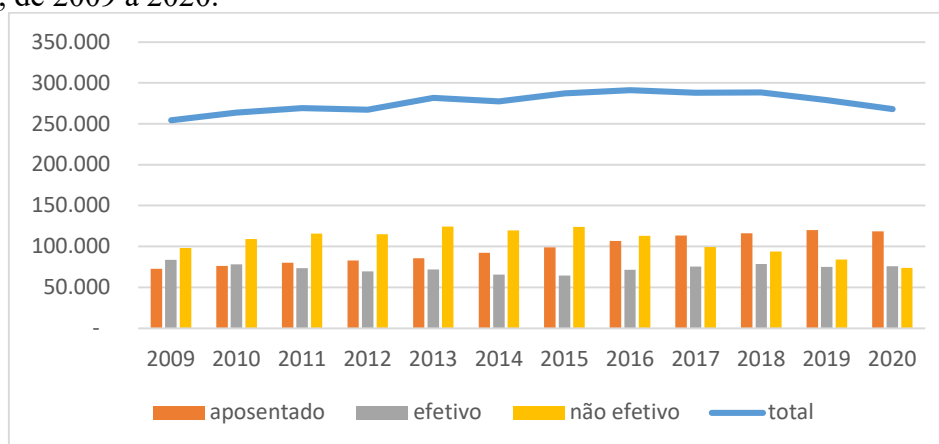
Professores da Educação Básica

A figura 68 apresenta a distribuição de professores da Educação Básica de Minas Gerais, segundo sua situação funcional. Observamos que a curva que representa o total de professores da Educação Básica vinculados à rede pública estadual declina a partir de 2016.

Além disso, segundo a figura 68, a quantidade de professores efetivos diminuiu ao longo do período. No início da série, em 2009, encontramos a maior quantidade de profissionais efetivos registrada durante o período. Naquele ano, os professores efetivos da Educação Básica correspondiam a 83.579. Nos anos seguintes observamos oscilação no número de profissionais efetivos, porém sem recuperação da quantidade de profissionais de 2009. Em 2020 foram referidos 75.712 professores efetivos; ou seja, quantidade 9,41% menor que a registrada 11 anos antes.

A quantidade de professores não efetivos da Educação Básica também diminuiu ao longo do período. Em 2009 os professores não efetivos correspondiam a 98.255. Essa categoria atingiu picos em 2013 (124.106 profissionais) e em 2015 (123.954); porém, em 2020 os professores “não efetivos” correspondiam a 73.861 profissionais – 59,51% da quantidade registrada em 2013. Em outras palavras, em 2020 o grupo de professores “não efetivos” representava quantidade 40,49% menor que a de sete anos antes. Mesmo considerando que 2020 foi um ano “atípico” devido à pandemia de COVID-19, observamos que a quantidade de professores não efetivos teve diminuição desde o ano de 2016, chegando ao ano de 2020 com 24,83% menos profissionais que o quantitativo registrado 11 anos antes, em 2009, conforme figura 68.

Figura 68. Distribuição de professores da Educação Básica de Minas Gerais, conforme situação funcional, de 2009 a 2020.



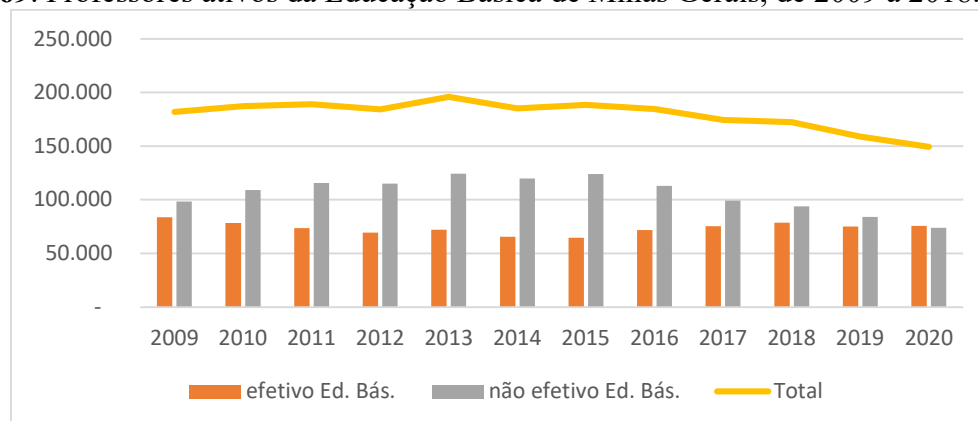
Por outro lado, também notamos, na figura 68, o aumento na quantidade de professores aposentados no Estado de Minas Gerais. Em 2009 os professores aposentados da Educação Básica correspondiam a 72.434, sendo que naquele ano, os aposentados foram a categoria com menor número de representantes. A partir de 2011 ultrapassaram numericamente os profissionais efetivos, e em 2017 o grupo de professores aposentados ultrapassou o dos professores não efetivos. Nos anos seguintes a categoria dos aposentados manteve a dianteira numérica, enquanto a categoria dos efetivos apresentou discreta oscilação e a dos professores

não efetivos diminuiu progressivamente. Em 2020 os professores aposentados da Educação Básica somavam 118.438 – um aumento de 63,51% em relação à quantidade registrada em 2009.

Desse modo, o total de professores ativos na Educação Básica na rede pública estadual em 2020 foi 17,74% menor que a quantidade registrada em 2009. Simultaneamente, segundo o INEP, a quantidade de matrículas na rede estadual no estado de Minas Gerais diminuiu lentamente ao longo do período. Em 2009 as matrículas em Educação Básica no sistema estadual corresponderam a 2.439.702, enquanto em 2019 foram 1.857.802 – quantidade 23,85% menor que a registrada em 2009.

A figura 69 apresenta os dados referentes aos professores em atividade na Educação Básica do Estado de Minas Gerais. Observa-se diminuição no número de ativos ao longo do período. Em 2009 foram registrados 181.834 profissionais. O maior número de professores foi registrado no ano de 2013: 196.124; e o menor número foi o de 2020: 149.573. O número de professores em atividade em 2020 representa 82,26% da quantidade de professores registrada em 2009; e apenas 76,26% do número de professores ativos em 2013.

Figura 69. Professores ativos da Educação Básica de Minas Gerais, de 2009 a 2018.



Além disso, observamos que o total de professores efetivos oscila ao longo do período, atingindo seu menor nível em 2015, com 64.502 profissionais, enquanto em 2009 eram 83.579. Em 2020 a quantidade de professores efetivos correspondeu a 75.712, quantidade 9,41% menor que a registrada em 2009.

Dados sobre Saúde, Licenças e outros afastamentos

Os dados apresentados sobre saúde e licenças médicas entre os professores da Educação Básica da rede pública estadual, referem que em 2009 foram 15.300 professores que receberam licenças médicas e em 2019 foram 12.187 profissionais que se ausentaram devido a problemas de saúde (Anexo Minas Gerais – 2). Correspondo respectivamente a 9,06% e 8,06% do total de professores ativos em cada um destes anos. Entretanto, observamos que em 2019 a quantidade de profissionais era menor. Em 2019 foram registrados 151.184 profissionais, ou seja, 10,49% menos que a quantidade registrada em 2009, quando este total correspondia a 168.910, conforme figura 70.

Figura 70. Distribuição de professores da Educação Básica em atividade e professores que se licenciaram em Minas Gerais, de 2009 a 2020.

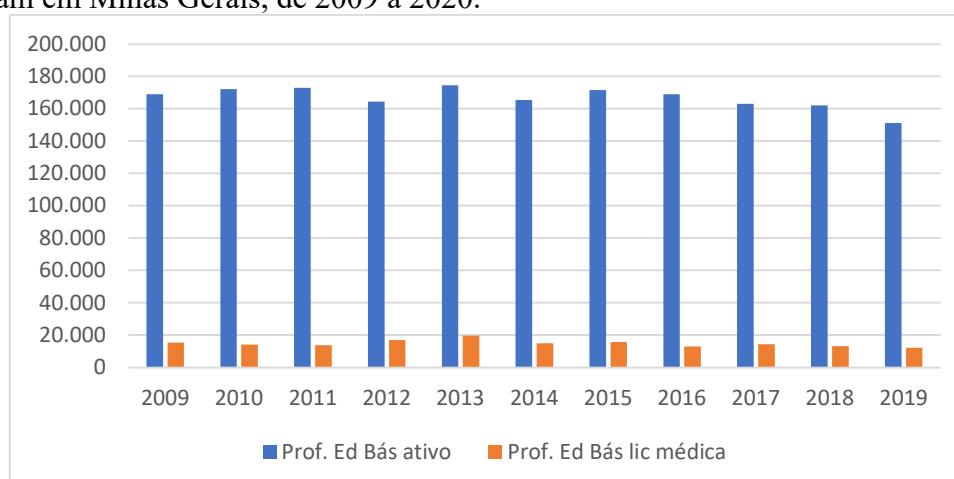
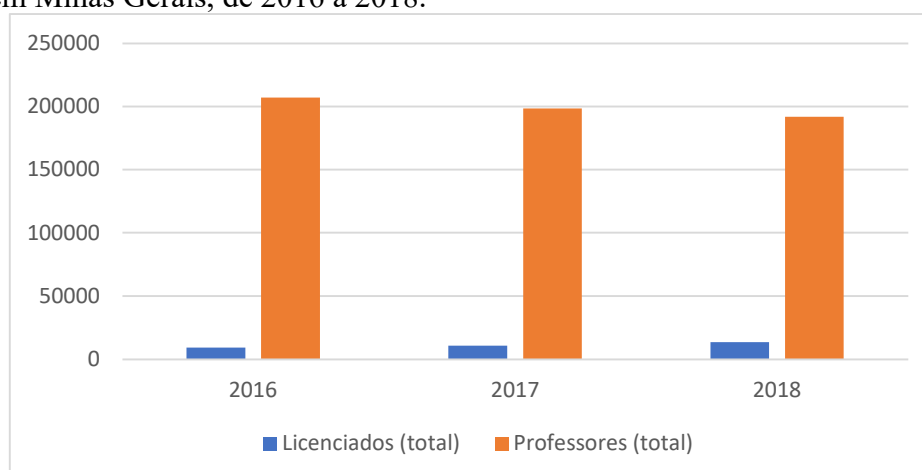


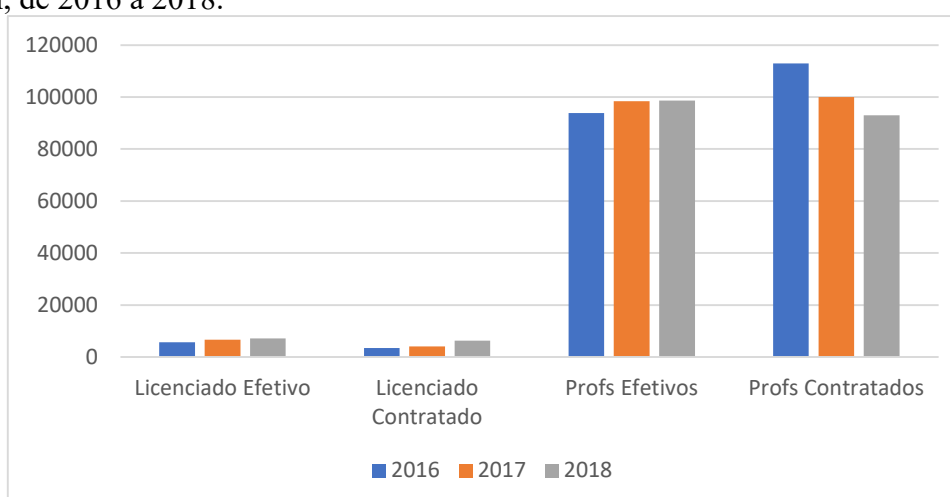
Figura 71. Distribuição de professores em geral e de professores licenciados para tratamento de saúde em Minas Gerais, de 2016 a 2018.



Analisamos a seguir os dados informados pela Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (Anexo Minas Gerais – 3). A figura 71 apresenta o total de professores efetivos e contratados do Estado, e o total de professores (efetivos e contratados) que se licenciaram por motivos de saúde, de 2016 a 2018. Observamos que no período ocorreu diminuição no total de professores e aumento na quantidade de professores que receberam licença médica. Dessa forma, a proporção de licenciados em relação ao total geral de professores também aumentou no período. A proporção de licenciados correspondeu a 4,39% do total de professores de 2016; em 2017 foi de 5,37% e, em 2018, aumentou para 7,03% do total de professores da rede estadual (Anexo Minas Gerais – 3).

A figura 72 apresenta dados sobre licenças médicas dos professores conforme sua situação funcional, isto é, efetivos ou contratados, de 2016 a 2018. Observamos que, ao longo do período, ocorreu diminuição na quantidade de professores contratados enquanto, a cada ano, aumentou a quantidade de professores contratados que receberam licença médica. O número de professores efetivos que se licenciou também aumentou a cada ano. A quantidade de professores efetivos aumentou ao longo do período, entretanto, em patamares inferiores à diminuição ocorrida entre os professores contratados (Anexo Minas Gerais – 3).

Figura 72. Distribuição total de professores e de professores licenciados, conforme situação funcional, de 2016 a 2018.



Diagnósticos de licenças para tratamento de saúde entre professores

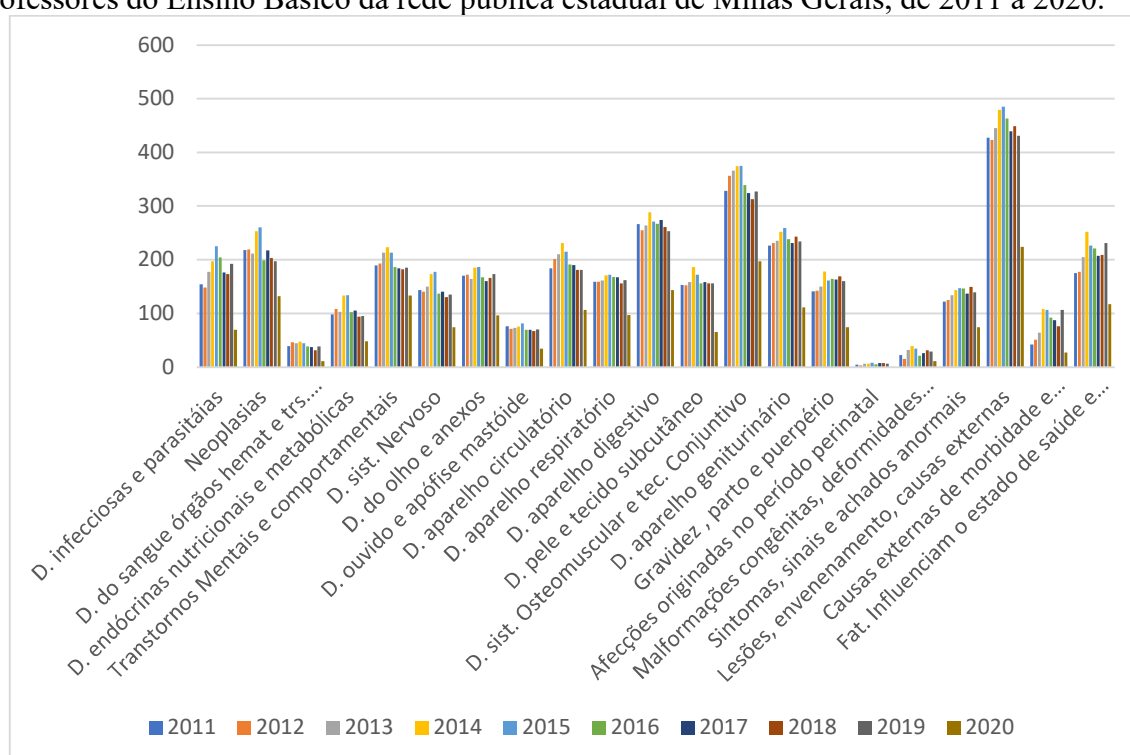
A Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional informou ter acesso aos dados sobre licenças apenas a partir de 2011 e enviou arquivo referindo os diagnósticos que determinaram as licenças médicas dos professores da Educação Básica da rede pública estadual de Minas Gerais, de 2011 a 2020 (Anexo Minas Gerais – 4).

Observamos que em 2019, foram classificadas 3503 licenças no total, porém os dados apontam acentuada diminuição no número de licenças médicas em 2020, ano em que está registrado o menor índice da série 2011-2020. Apenas 1.848 licenças foram classificadas em 2020, segundo o departamento.

Excetuando-se o ano de 2020, o número de licenças categorizadas por meio da CID 10 (Classificação Internacional de Doenças-10), entre professores da Educação Básica desta rede pública estadual, oscilou de 3.337 (em 2011) a 3994 (em 2014), segundo a Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional.

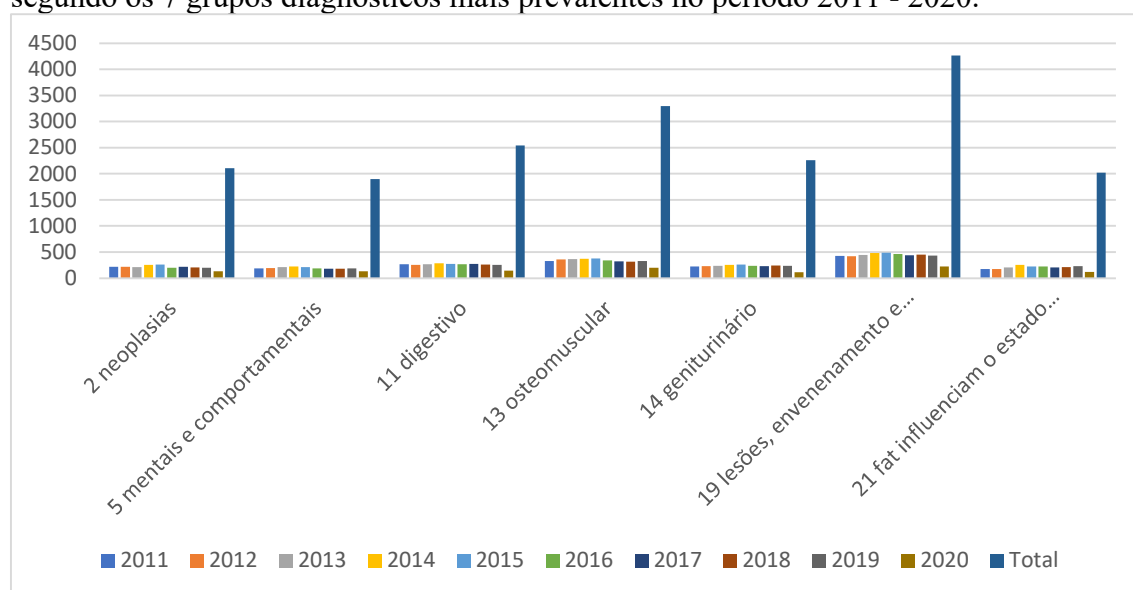
A figura 73 apresenta a distribuição das licenças médicas entre professores da Educação Básica da rede pública estadual, de acordo com o capítulo diagnóstico da CID-10 que determinou o afastamento, de 2011 a 2020.

Figura 73. Distribuição das licenças, segundo o capítulo (diagnóstico) da CID-10, entre professores do Ensino Básico da rede pública estadual de Minas Gerais, de 2011 a 2020.



Os sete grupos diagnósticos mais prevalentes entre as licenças médicas concedidas aos professores da rede estadual de Minas Gerais de 2011 a 2020, segundo os dados da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (Anexo Minas Gerais – 4), são apresentados na figura 74. No período, foram referidas maior prevalência de casos referentes aos capítulos: 19 (Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas), 13 (Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo), 11 (Doenças do aparelho digestivo), 14 (Doenças do aparelho geniturinário), 2 (Neoplasias [tumores]), 21 (Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviços de saúde) e 5 (Transtornos mentais e comportamentais).

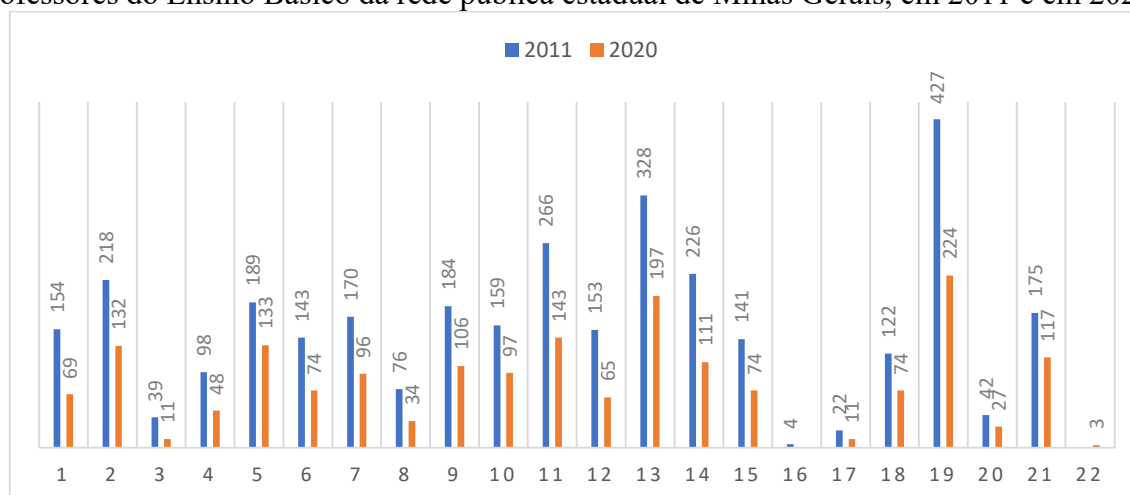
Figura 74. Distribuição de licenças entre professores do Ensino Básico de Minas Gerais segundo os 7 grupos diagnósticos mais prevalentes no período 2011 - 2020.



Notamos que os Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviços de saúde (capítulo 21), apareceram de 2011 a 2019 como a sexta causa de licenciamentos entre os professores da rede pública estadual de Minas Gerais. No mesmo período (2011-2019), são seguidos pelos diagnósticos referentes ao capítulo 5, Transtornos Mentais e Comportamentais, que apareceram como sétima causa dos licenciamentos para tratamento de saúde pelos professores.

Comparando os dados apresentados pela Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, referentes a 2011 e 2020, observamos que os diagnósticos recebidos pelos professores da rede pública estadual de Minas Gerais durante o ano em que a pandemia de COVID-19 se disseminava, apresentaram diminuição dos problemas relativos ao capítulo 19 (Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas), em relação ao total de 2011, conforme figura 75. Em 2020, as Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, capítulo 13, apareceram em segundo lugar; em terceiro as Doenças do aparelho digestivo (capítulo 11); os Transtornos mentais e comportamentais (capítulo 5) apareceram em quarto lugar; e em quinto lugar as Neoplasias [tumores] (capítulo 2).

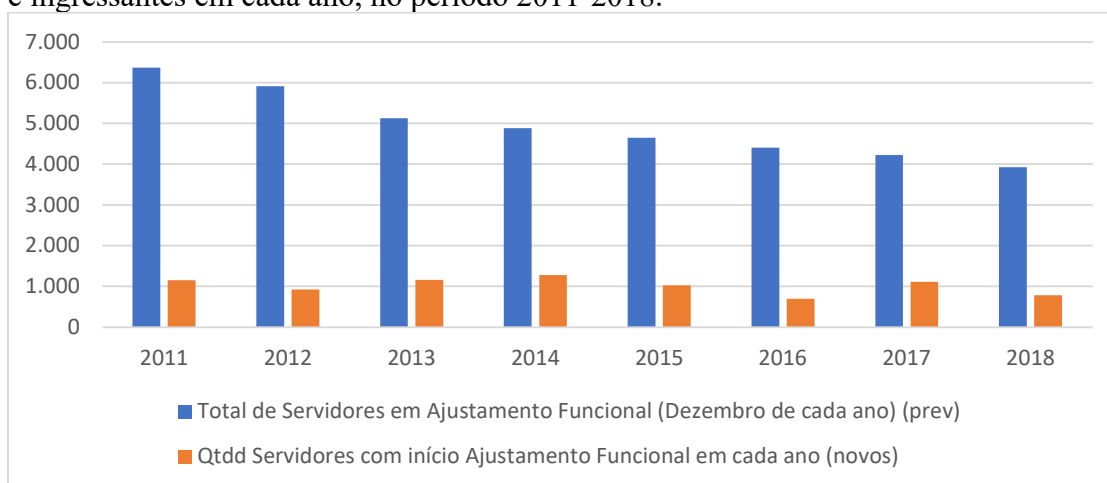
Figura 75. Distribuição das licenças segundo o capítulo (diagnóstico) da CID-10 entre professores do Ensino Básico da rede pública estadual de Minas Gerais, em 2011 e em 2020.



Ajustamento funcional, Afastamento preliminar e Aposentadoria

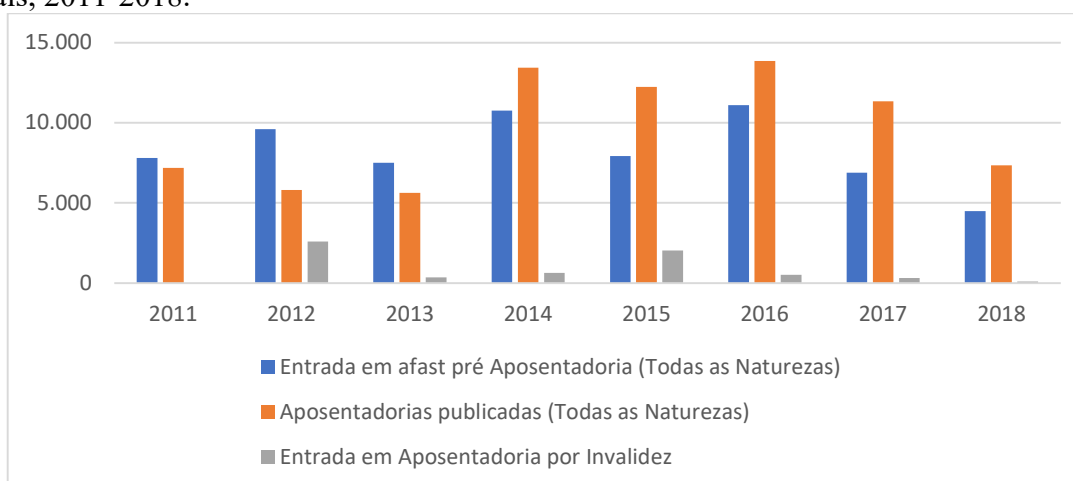
Foram obtidos dados acerca dos professores que entraram em Ajustamento Funcional, na rede pública do estado, de 2011 a 2018, conforme a figura 76 (Anexo Minas Gerais – 5). O Ajustamento funcional é uma medida definida por meio de perícia médica em que o professor (efetivo) é direcionado a outras funções escolares sendo afastado da atividade em sala de aula. Observamos que o número de novos ajustamentos funcionais, em cada ano oscilou entre 1.280 (2014) e 697 (2016). Ao longo do período houve diminuição na prevalência de profissionais em Ajustamento Funcional. Em 2011 encontramos 6.368 professores nesta condição, e em 2018, foram 3.921 profissionais.

Figura 76. Professores em ajustamento funcional da rede estadual de Minas Gerais, prevalência e ingressantes em cada ano, no período 2011-2018.



A figura 77 apresenta os dados referentes à entrada em afastamento preliminar à aposentadoria, de acordo com o ano de início do afastamento; as novas aposentadorias publicadas, iniciadas em cada ano, segundo todas as naturezas; e as novas aposentadorias por invalidez iniciadas, entre professores da rede estadual de Minas Gerais, no período 2011 - 2018.

Figura 77. Professores com entrada em afastamento preliminar à aposentadoria, aposentadorias publicadas e com entrada em aposentadoria por invalidez da rede pública estadual de Minas Gerais, 2011-2018.



Observamos oscilação na quantidade de novos afastamentos preliminares durante o período. Em 2016 ocorreram em maior número: 11.090 novos afastamentos de professores; enquanto 2018 foi o ano que apresentou menos registros na série (4.483).

As novas aposentadorias publicadas também oscilaram durante o período. Em 2016 registraram-se 13.859, o maior número de novas aposentadorias de professores. Por outro lado, o ano de 2013, registrou o menor quantitativo: 5.614 novas aposentadorias publicadas.

As novas aposentadorias por invalidez também oscilaram: foram 2.581 profissionais em 2012; em 2018, foram registradas 88 novas aposentadorias por invalidez.

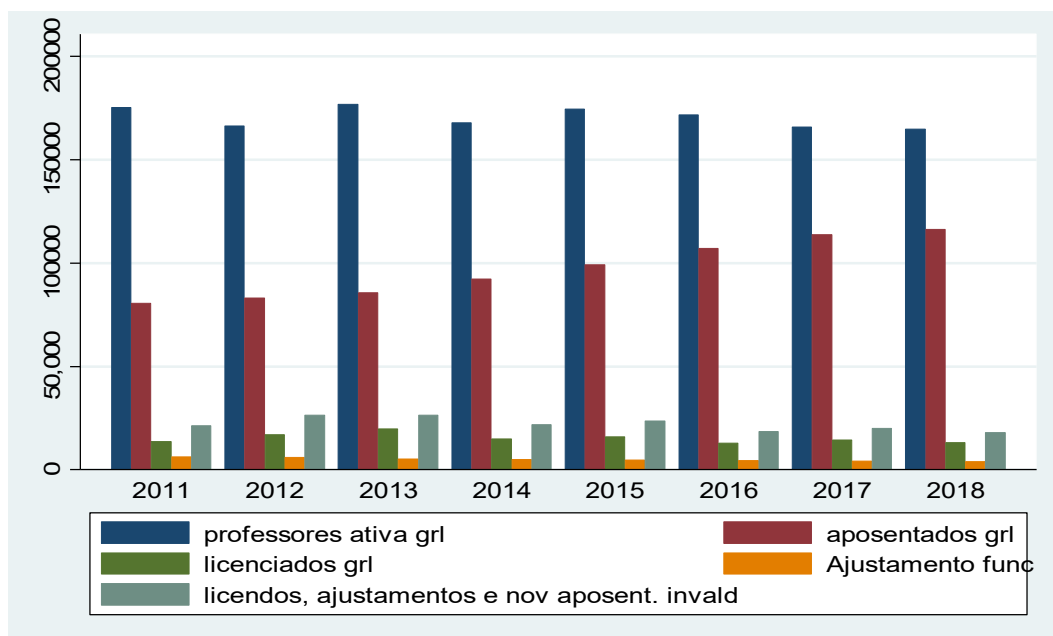
Desligamentos e Exonerações

Segundo informações da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, os professores temporários são contratados no início do ano letivo e desligados da administração no final do ano (Anexo Minas Gerais – 6). Além disso a Assessoria de Estatística e Informações apresentou dados sobre as exonerações dos professores efetivos: entre 2009 e 2018, o menor índice foi de 617, em 2012 e o maior foi de 2.243 em 2017; a média foi de 1.179,4 exonerações por ano (Anexo Minas Gerais – 6).

Relações entre as diversas condições funcionais

Foram informadas diversas modalidades relativas à situação funcional dos professores de 2011 a 2018, permitindo apresentar a distribuição dos profissionais segundo as modalidades: professores na ativa; aposentados; professores licenciados (isto é, que se retiraram para tratamento de saúde durante o ano); professores em ajustamento profissional (estão em atividade, porém fora da sala de aula); e o somatório de condições que implicam em afastamento (professores licenciados, em ajustamento e novas aposentadorias por invalidez), no período (figura 78). Vemos que o total de professores na ativa apresenta lenta diminuição, enquanto oscilam as demais situações funcionais em que os professores estão afastados por motivo de saúde. Além disso, o total de aposentados aumenta, ao longo do período.

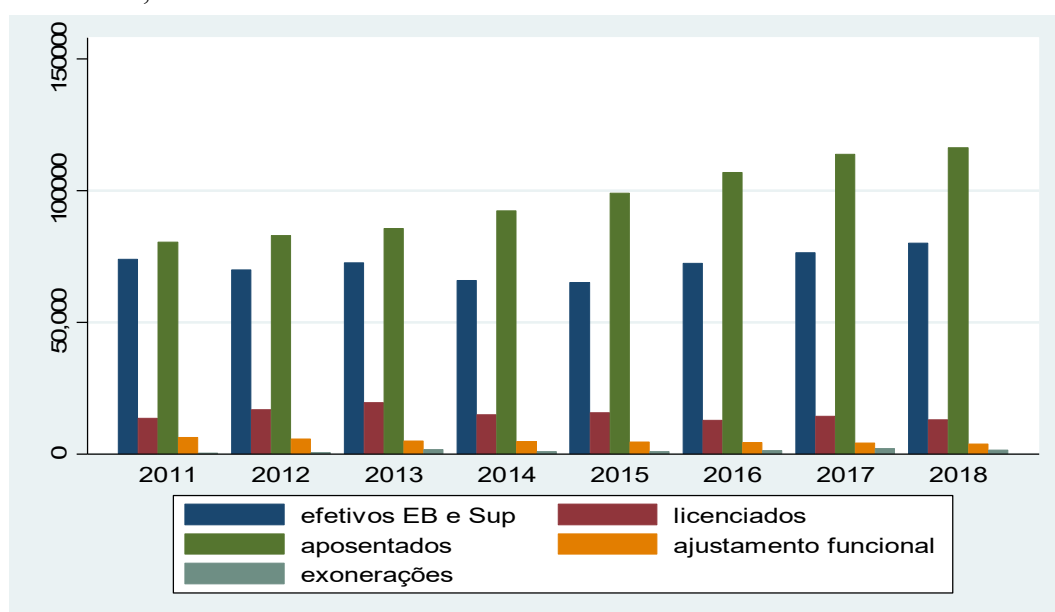
Figura 78. Professores rede estadual de Minas Gerais conforme situação funcional: ativos, aposentados, licenciados, em ajustamento funcional, novas aposentadorias por invalidez e aposentadorias, 2011-2018.



A partir dos dados obtidos, observamos que o maior número de professores que se licenciaram (19.690) ocorreu em 2013, ano em que o número de professores na ativa também foi o maior (176.640). Naquele ano, a porcentagem de licenciados em relação ao total de professores ativos correspondeu a 11,15%. Nos outros anos, a proporção de licenciados em relação aos ativos, variou de 7,86% (2011) a 9,06% (2015), aparentemente, a diminuição no número de professores ativos parece acompanhar a proporção de professores que se licenciaram. Por outro lado, observa-se aumento das aposentadorias em geral, a ocorrência de ajustamento funcional, e novas aposentadorias por invalidez ao longo do período (figura 78).

Considerando que, na Educação Básica e no Ensino Superior, grande parte dos professores da rede pública estadual de Minas Gerais não é efetiva, apresentamos na figura 79 a distribuição dos professores efetivos, os aposentados, os que se licenciaram, os professores em ajustamento funcional e as exonerações (entre efetivos) ocorridas entre 2011 e 2018. Observamos que a quantidade de professores aposentados aumentou rapidamente, assim como as exonerações. Por outro lado, a quantidade de professores efetivos, não aumentou no período.

Figura 79. Professores efetivos, professores que se licenciaram, aposentados, em ajustamento funcional e que se exoneraram da Educação Básica e Ensino Superior da rede pública estadual de Minas Gerais, entre 2011 e 2018.



A tabela 11 apresenta os resultados da análise de correlação entre as diversas situações funcionais encontradas entre os professores da rede pública estadual de Minas Gerais, no período de 2011 a 2018. Observamos que o ano mostrou correlação negativa com o total de temporários e o ajustamento funcional; e positiva com os professores aposentados (EB e Sup.) e com as exonerações. Os professores EB e Superior mostraram correlação positiva com o total de temporários. O total de efetivos mostrou correlação negativa com o total de temporários. O total de temporários mostrou correlação negativa com os aposentados EB e Superior. Os aposentados EB e Superior mostraram correlação positiva com as exonerações e negativa com o ajustamento funcional. As exonerações ainda mostraram correlação negativa com o ajustamento funcional.

Tabela 11. Correlações entre situações funcionais dos professores da rede pública estadual de Minas Gerais, 2011-2018.

	Ano	Profs. EB e Sup. Ativa	Total de efetivos	Total temporários	Licenciados EB e Sup	Aposentados EB e Sup	Exonerações	Ajustamento Funcional
Ano	1.0000							
Profs. EB e Sup ativa	-0.5209	1.0000						
Total de efetivos	0.4298	-0.3362	1.0000					
Total temporários	-0.6804 *	0.7469 *	-0.8373 *	1.0000				
Licenciados EB e Sup	-0.4713	0.3864	-0.3506	0.5854	1.0000			
Aposentados EB e Sup	0.9883 *	-0.5324	0.4828	-0.7358 *	-0.5642	1.0000		
Exonerações	0.7152 *	-0.2072	0.4998	-0.4659	0.0739	0.6860 *	1.0000	
Ajustamento Funcional	-0.9702 *	0.4132	-0.2827	0.5094	0.3156	-0.9287 *	-0.7569 *	1.0000

Nota: * Indicação de associação.

4.4.5.1 *Discussão*

Observamos que o período 2013-2015 foi o que concentrou o maior número de professores na ativa na rede pública estadual de Minas Gerais. Por outro lado, a quantidade de professores na ativa nesta rede diminuiu, sendo que em 2020 se encontrava 23,19% menor que em 2013. No Ensino Superior, os profissionais não efetivos registraram em 2020 quantidade 50% menor que em 2015, ano que registrou sua maior adesão, no período 2009 a 2020. A Educação Básica sofreu redução similar: em 2020 os não efetivos representavam 59,51% do quantitativo registrado pela categoria em 2013. Entre os professores efetivos da Educação Básica também ocorreu redução durante o período: em 2020 esse grupo estava 9,41% menor que em 2009. Além disso, de 2009 a 2020, observou-se diminuição na quantidade de matrículas na Educação Básica, conforme os dados obtidos pelo INEP.

Na Educação Básica, enquanto as categorias de efetivos e não efetivos foram reduzidas ao longo do período, a partir de 2017 a parcela de professores aposentados tornou-se a mais prevalente. Aparentemente não se conseguiu antecipar o processo e recrutar novos quadros promovendo a renovação da categoria antes que se retirassem por meio da aposentadoria. Pelo contrário, os dados sugerem que o fluxo de profissionais para fora da sala de aula não foi acompanhado da renovação da categoria, por meio de novas contratações, e nem pela retenção dos profissionais não efetivos que massivamente deixaram a rede ao longo do período. A política de contratar e desligar professores não os tornando integrantes de fato do sistema, aparentemente resultou em evasão dos profissionais. Um procedimento que segundo autores (NOVAES, 2010; FELDMAN e ALVES, 2020; FELISBERTO COSTA e MUELLER, 2021), tem efeitos não apenas numéricos, mas principalmente apresenta prejuízos qualitativos.

Outro efeito de impacto sobre o coletivo de professores da rede pública estadual de Minas Gerais, se relaciona à saída de profissionais por meio da aposentadoria. Lembramos que a partir de 2016 estavam em discussão mudanças nas regras para a aposentadoria – apresentadas como imprescindíveis para manutenção econômica dos serviços públicos. As discussões propunham mudanças inclusive alterando os critérios relativos à idade e tempo de contribuição dos professores. Segundo GOSDAL (2019), a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 286 de 2016, propôs retirar da carreira do professor de Educação Básica a possibilidade de aposentadoria voluntária a partir de 25 anos de contribuição para as mulheres e de 30 para os

homens – benefício adquirido na década de 60, devido a atividade docente ter sido considerada penosa.

Discutindo a Proposta de Emenda Constitucional, TOLEDO e FONSECA (2019) referem que no Brasil existem diferentes regimes previdenciários: o Regime Geral de Previdência Social, RGPS, que abrange os trabalhadores em geral e que se distingue essencialmente do Regime Próprio de Previdência Social, RPPS, relativo ao servidor público; além do regime previdenciário militar. Os autores afirmam que a emenda constitucional (PEC 286/2016) pretende unificar os regimes RGPS e RPPS. Os autores discutem as noções de aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, expectativa de vida e de sobrevivência, além de isonomia, noções que permeiam o debate acerca da reforma da previdência. Relatam que a referida PEC propõe a extinção da aposentadoria por contribuição e a requisição de idade mínima; 65 anos para homens e 62 para as mulheres (distinção para trabalhadores rurais; homens 60 e mulheres 55). A partir da idade mínima, o tempo de contribuição será considerado para o cálculo do benefício, sendo requisitado o mínimo de 20 anos de contribuição para os homens e 15 para as mulheres. O cumprimento dos requisitos mínimos concederia o benefício fixado em 60% da aposentadoria integral. Cada ano a mais de contribuição corresponderia a um aumento na proporção do benefício, sendo que a integralidade poderia ser alcançada, para os homens, após 40 anos de contribuição.

Considerando que tais propostas alterariam substancialmente as perspectivas de aposentadoria dos professores, é muito provável que tenham estimulado a antecipação da aposentadoria para pelo menos uma parte dos profissionais na ativa, a partir de 2016. Além disso, as mudanças nas referidas condições para a aposentadoria, também podem ter desestimulado a permanência dos profissionais não efetivos e com menos tempo na carreira, uma vez que aposentadoria por menor tempo de contribuição representava um importante atrativo em relação a outras carreiras. Além disso, o aumento das exonerações entre efetivos observado em 2016 (1.353), 2017 (2.243) e 2018 (1.680) pode estar vinculado às mudanças nas regras de aposentadoria, assim como ao aumento da pressão de trabalho devida à diminuição de professores efetivos e temporários em atividade na rede pública de educação do estado.

Dados sobre saúde dos professores

Observamos que em 2019 foram classificadas 3.503 licenças no total, porém os dados apresentados pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional apontam acentuada diminuição no número de licenças médicas em 2020, ano em que está registrado o menor índice da série (2011-2020). Apenas 1.848 licenças foram classificadas conforme a CID-10, segundo o departamento. Lembramos que, a partir de março de 2020, registraram-se inúmeros casos de contaminação e de mortes relativos à pandemia de COVID-19. Entre outras medidas de proteção dirigidas à contenção da pandemia, os Estados e municípios adotaram o fechamento de escolas, suspensão das aulas presenciais e iniciaram programas de ensino remoto. Em 2020, não havia vacinas disponíveis e os tratamentos não apresentavam eficácia comprovada. Os casos se tornavam graves muito rapidamente, lotando as UTIs e os serviços de saúde. Frente à rapidez da contaminação pelo vírus a população foi fortemente instruída a evitar os serviços de saúde, a não ser na ocorrência de sintomas graves ou que necessitassem de atendimento hospitalar. Buscou-se conter a contaminação pela via do distanciamento social e isolamento dos casos. Dessa forma, uma vez que os professores trabalharam de casa durante a maior parte do ano letivo de 2020, a diminuição no número de licenças classificadas pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional aparentemente reflete o impacto das medidas dirigidas à contenção da pandemia. Ainda assim, observamos que no contexto do trabalho à distância, os problemas relativos aos Transtornos Mentais e Comportamentais saíram do sétimo e atingiram o quarto lugar entre os problemas de saúde dos professores que se submeteram à perícia médica em 2020. Concluimos que o contexto improvisado do trabalho à distância, conjugado à vigência de uma contaminação ameaçadora e fora de controle, parecem ter contribuído ao aumento da ocorrência de distúrbios emocionais entre os professores.

Por outro lado, o serviço de perícia médica, o qual centraliza a classificação e armazenamento dos dados sobre os diagnósticos e tratamentos prolongados dos servidores públicos, não é o único órgão responsável pela emissão de licenças para os profissionais. Os servidores podem ser atendidos, e eventualmente licenciados, por meio da rede descentralizada de atenção à saúde oferecida pelo SUS (Sistema Único de Saúde), como também pelos serviços médicos particulares, sem que esses registros sejam necessariamente remetidos ao centro de perícias estadual. Desse modo, entendemos que o total de licenças informadas pelo serviço de perícia aparentemente não abrange a totalidade das licenças médicas, ainda que represente uma fonte importante de informações sobre os diagnósticos de doenças dos profissionais.

No ano de 2020, a influência do evento da pandemia de COVID-19 pode ser acrescentada aos fatores incidentes sobre a redução no número de professores ativos na rede pública estadual. Os desafios na Educação frente à pandemia foram intensos. Em meio ao aumento de casos e mortes, a ausência de vacinas e de tratamentos eficazes, o recurso adotado pelas políticas públicas foram o isolamento social e o confinamento. Medidas que penalizaram os alunos tanto em termos do aprendizado como do contato social e afetivo com colegas e professores. Além disso, os professores foram requisitados ao rápido desenvolvimento de recursos digitais, aulas via internet e manutenção dos conteúdos programáticos à distância. Observamos que a disponibilidade dos recursos materiais, como aparelhos de computador, rede de internet pessoal e treinamento no uso pedagógico desses recursos, podem não ter sido disponibilizados para a grande parte dos profissionais na ativa, o que também pode ter representado um desestímulo ao investimento na atividade docente.

Apartando-se as questões verificadas a partir do evento da pandemia, consideramos que a diminuição de profissionais ativos ao longo do período 2009-2019, sugere precarização das condições de trabalho, devido à diminuição na quantidade de profissionais qualificados na linha de frente da atividade educativa. Segundo dados da Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a diminuição de professores na ativa, foi acompanhada pelo aumento na quantidade de profissionais que receberam licenças médicas, sugerindo a incidência de agravos à saúde como efeito da intensificação das atividades profissionais. A partir dos diagnósticos das licenças para tratamentos de saúde entre os professores, o diagnóstico referente a Lesões, Envenenamentos e Causas Externas, comumente associado a acidentes de diversos tipos, foi o mais prevalente de 2009 a 2020. No mesmo período, o segundo grupo diagnóstico mais prevalente foi o de doenças osteomusculares, ou seja, condições devidas ao esforço repetitivo e relacionadas ao trabalho, assim como os Transtornos Mentais e Comportamentais, que estão entre os grupos diagnósticos mais prevalentes entre professores da rede pública do estado de Minas Gerais. Esses resultados estão em concordância com os achados de ARAÚJO e CARVALHO, 2009, em artigo que sintetizou 8 estudos realizados com docentes de diferentes redes de ensino, incluindo públicas (municipais, estadual e federal) e particulares na Bahia. Os autores encontraram que os problemas vocais, osteomusculares e os transtornos mentais comuns foram os mais prevalentes entre os mais de 8.000 professores entrevistados pelas pesquisas que compuseram o estudo. ASSUNÇÃO e ABREU (2019) referem que a categoria docente está entre as mais vulneráveis aos afastamentos por problemas vocais e por transtornos mentais, além dos problemas

musculoesqueléticos e de saúde em geral. Além disso, essas autoras entendem que o constructo de intensificação do trabalho se adequa ao estudo da intersecção entre condições de trabalho e suas consequências sobre a saúde dos professores.

Segundo a análise de correlação, a prevalência de aposentados foi negativa em relação à de ajustamento funcional, no período 2011-2018. Lembramos que o ajustamento funcional é um processo relacionado à incapacidade do servidor para a atividade para a qual foi admitido, portanto, é um mecanismo que pretende evitar a aposentadoria precoce, diminuindo as pressões e mantendo o servidor na ativa. Sendo assim, é possível que o aumento de aposentadorias tenha impactado a busca pelo ajustamento, invertendo a lógica esperada entre esses eventos laborais.

Por outro lado, a retirada do profissional da sala de aula deveria ser acompanhada pelo recrutamento de novos profissionais a fim de evitar a intensificação do trabalho sobre os profissionais na ativa. A diminuição na prevalência do ajustamento ao longo do período pode ser devida a: aposentadoria, morte, diminuição na categoria de efetivos ou restrição no acesso a essa modalidade. Segundo ASSUNÇÃO e ABREU, 2019, mecanismos de administração escolar têm exercido papel importante nos processos relacionados à percepção de pressão laboral (relacionada ao sentimento, ou autocobrança, pessoal no sentido de não faltar mesmo estando doente). Segundo as autoras, esses mecanismos podem atuar no aumento do presenteísmo entre os profissionais, desestimulando tanto novatos quanto veteranos na carreira.

4.4.6 Estado de São Paulo

Foram encaminhados 17 pedidos de informação ao Serviço de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo, a seguir apresentamos a síntese dos dados obtidos.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo informou a quantidade de docentes (incluindo os afastados, licenciados e designados para postos de trabalho) da Educação Básica I e II e Prof. II, em 1998, 2008 e 2018 (Anexo est SP – 1), a figura 80 apresenta a distribuição dessas informações. Podemos observar que de 1998 a 2008, aumentou em 12,60% a quantidade total de professores dos níveis considerados. Por outro lado, em 2018 a quantidade desses profissionais, estava 13,72% menor, ficando abaixo da quantidade total de docentes registrada 20 anos antes. Constatamos que ocorreu diminuição de 30.275 docentes vinculados à esta rede

pública estadual, de 2008 (220.686 profissionais) a 2018 (190.411 professores). A diminuição é muito maior entre os professores I, grupo constituído por 94.942 profissionais em 1998, e que em 2018 contava com 40.867 docentes, uma redução na força de trabalho correspondente a 56,96%.

Figura 80. Distribuição de professores I e II da Educação Básica da rede pública estadual do São Paulo em 1998, 2008 e 2018.

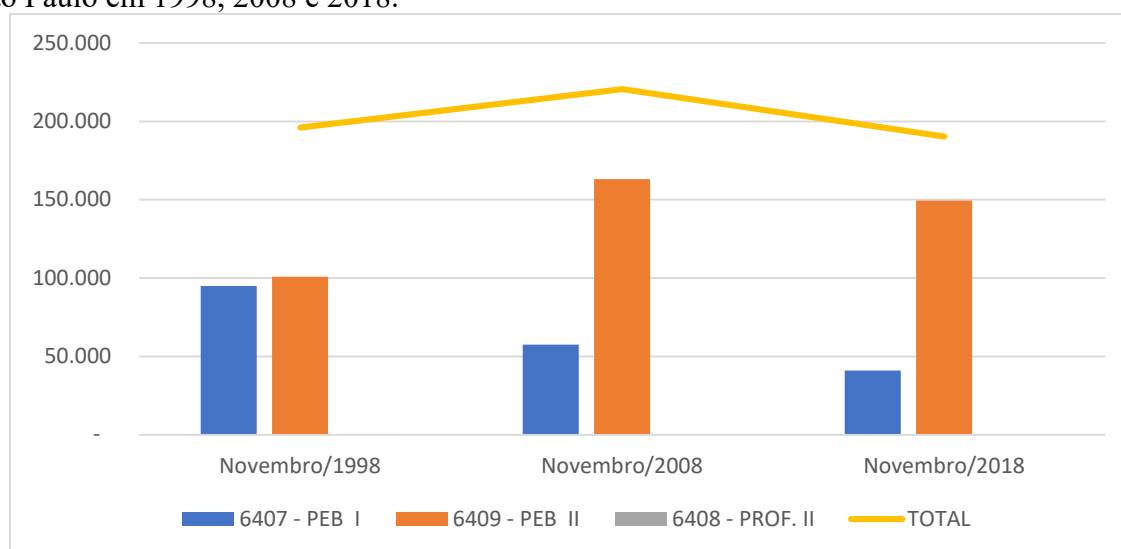
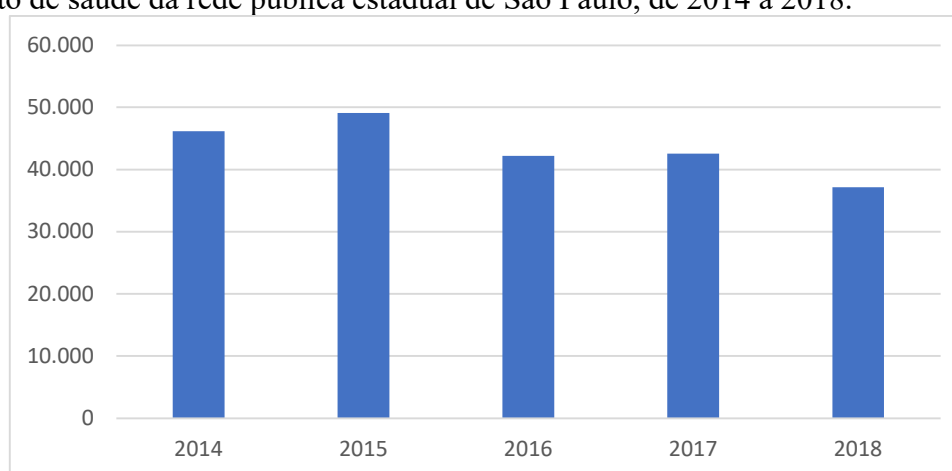


Figura 81. Quantidade de docentes da Educação Básica que passaram por perícia para tratamento de saúde da rede pública estadual de São Paulo, de 2014 a 2018.



Segundo informações do Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo, observamos diminuição de 19,51% na quantidade de docentes da rede pública estadual de São Paulo que receberam licença para tratamento de saúde por meio de perícia médica, de 2014 a 2018, conforme figura 81 (Anexo est SP – 2). Em 2014 foram 46.138 professores periciados, e em 2018 corresponderam a 37.136. Considerando o total de professores desta rede pública estadual em 2018 (190.411 docentes, conforme figura 80), observamos que o total de

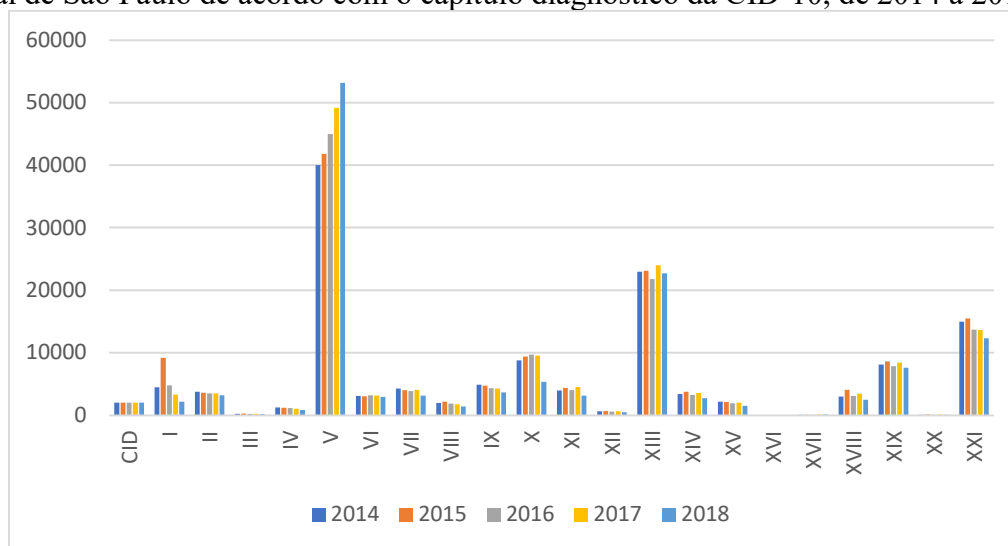
professores periciados devido a problemas de saúde (37.136, figura 81) naquele ano, correspondeu a 19,50% do total de profissionais desta rede.

Por outro lado, lembramos que para a licença para tratamento de saúde é obrigatória a prescrição médica, a qual não é realizada necessariamente sob perícia médica. Portanto, a quantidade de licenças concedidas a professores é maior do que a quantidade de licenças concedidas sob perícia médica, como será apresentado a seguir.

Licenças médicas: quantidade, duração e diagnósticos

Na figura 82 apresentamos a distribuição das licenças para tratamento de saúde concedidas a professores da rede estadual de São Paulo, de acordo com o diagnóstico estabelecido por meio da CID-10 (Classificação Internacional de Doenças-10), de 2014 a 2018. As informações foram disponibilizadas pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo da Secretaria da Fazenda e Planejamento (Anexo est SP – 3). O total de licenças em 2014 foi de 133.879; 143.593 em 2015; 135.665 em 2016; 142.332 em 2017 e 131.077 em 2018.

Figura 82. Quantidade de licenças recebidas por professores de Educação Básica da rede estadual de São Paulo de acordo com o capítulo diagnóstico da CID-10, de 2014 a 2018.



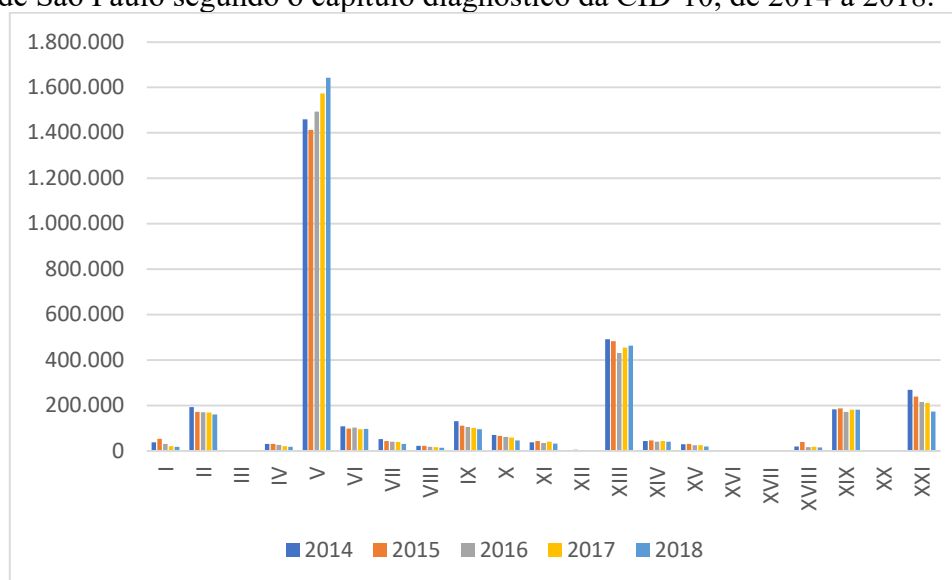
Podemos observar a preponderância dos diagnósticos referentes aos capítulos: V (Transtornos mentais e comportamentais). Além disso, a cada ano da série aumentou a quantidade de licenças para tratamento de agravos de ordem mental. O capítulo XIII (Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo), aparece em segundo lugar em quantidade de licenças,

seguido pelos capítulos XXI (Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde), X (Doenças do aparelho respiratório) e XIX (Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas), durante todo o período informado.

As licenças referentes ao capítulo V (Transtornos mentais e comportamentais) aumentaram de 2014 a 2018, entre professores da rede pública estadual de São Paulo. Em 2014 foram 40.020 afastamentos concedidos em razão de transtornos desse tipo, quantidade que aumentou progressivamente, chegando a 53.157 em 2018. A proporção de aumento na quantidade de diagnósticos referentes ao capítulo V correspondeu a 24,71%, no período.

A proporção da ocorrência de quadros diagnosticados pelo capítulo V em relação ao total de licenças médicas aumentou progressivamente entre 2014 e 2018. As licenças sob diagnóstico de transtornos mentais e comportamentais em 2014 (40.020) representaram 29,89% do total de licenças médicas concedidas naquele ano (133.879 licenças médicas); em 2015 a proporção foi de 29,12%; em 2016, aumentou para 33,17%; em 2017 foi de 34,55% e em 2018 correspondeu a 40,55% do total de licenças médicas concedidas aos professores da rede estadual naquele ano.

Figura 83. Quantidade de dias concedidos para professores de Educação Básica da rede pública estadual de São Paulo segundo o capítulo diagnóstico da CID-10, de 2014 a 2018.



A figura 83 apresenta a quantidade de dias em licença médica concedidos aos professores da Educação Básica da rede estadual de São Paulo, segundo o capítulo diagnóstico da CID-10, de 2014 a 2018 (Anexo est SP – 3). Observamos que durante o período informado foram prevalentes, em termos de quantidade de dias em licença, os capítulos: V (Transtornos mentais e comportamentais), XIII (Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo), XXI (Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde), XIX (Lesões,

envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas) e II Neoplasmas (tumores). Comparando os dados das figuras 82 e 83, notamos que apesar de o capítulo X (referente ao grupo de doenças respiratórias) ser o 4º em quantidade de licenças, elas não se prolongam em quantidade de dias em afastamento. Por outro lado, o capítulo 2, referente a tumores, não se destaca pela quantidade de licenças, mas é o 5º colocado em quantidade de dias em afastamento.

Segundo as figuras 82 e 83, o capítulo V referente aos transtornos mentais e comportamentais aparece como determinante do maior número de afastamentos e de dias em afastamento, para tratamento de saúde.

Por outro lado, a quantidade de dias em afastamento devido aos transtornos descritos pelo capítulo V da CID-10 não aumentaram na mesma proporção que a quantidade de licenças determinadas sob este diagnóstico. De 2014 a 2018 a quantidade de dias em afastamento devido a transtornos mentais e comportamentais aumentou 12,53%. Além disso, de 2014 a 2015 ocorreu redução de 3,20% no número de dias concedidos, apesar do aumento de 4,49% na quantidade de licenças concedidas sob essa classificação diagnóstica.

Os transtornos referentes às doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, capítulo XIII da CID-10, foram o segundo grupo diagnóstico que mais embasou as licenças concedidas aos professores em todos os anos de 2014 a 2018 (figura 82); assim como foi o segundo grupo em quantidade de dias em afastamento durante o período (figura 83). A quantidade de licenças segundo esse grupo diagnóstico oscilou entre 21.753 e 24.001; a média, no período, correspondeu a 22.902,2 licenças médicas sob o diagnóstico de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo por ano. Ao longo do período a quantidade de licenças concedidas devido a esses problemas apresentou leve diminuição: 1,25%, em 2014 foram 22.974 e em 2018, 22.687 licenças.

A quantidade de dias em afastamento devido a problemas osteomusculares apresentou oscilação entre 431.577 e 492.132, com média de 465.068,8 dias por ano. Durante o período houve redução de 5,86% na quantidade de dias em afastamento sob o diagnóstico referente ao capítulo XIII: em 2014 correspondeu a 492.132 e em 2018 foi de 463.313.

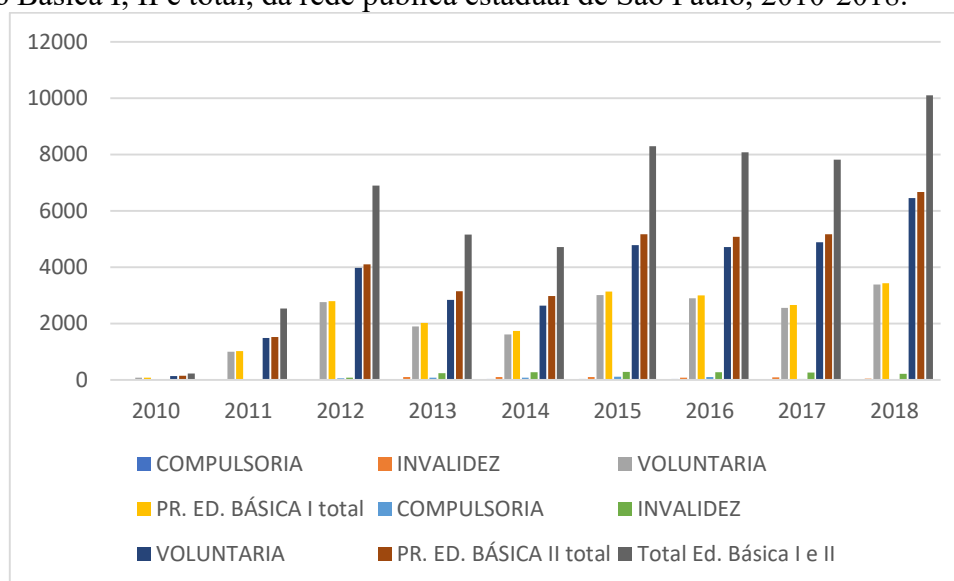
As doenças relativas ao capítulo X (doenças do aparelho respiratório) englobam as afecções da laringe, faringe e cordas vocais, problemas comuns entre professores. Este grupo foi o quarto

em quantidade de registros durante o período. As doenças referentes ao capítulo X corresponderam a 8782 registros em 2014 e tiveram aumento até 2017, porém diminuíram e foram registrados 5.358 diagnósticos neste grupo em 2018.

Aposentadorias

Segundo dados informados pela SPPREV (São Paulo Previdência) existem 3 tipos de aposentadoria no estado de São Paulo: compulsória, invalidez e voluntária. A figura 84 apresenta a distribuição dos professores da Educação Básica I, II e total, de 2010 a 2018. Podemos observar o aumento no número de aposentadorias em 2012 e a partir de 2015. Em 2018 foi registrado o maior total de aposentadorias: 10.096 professores da Educação Básica. Em todos os anos do período informado, a quantidade de docentes da Educação Básica II foi prevalente sobre as aposentadorias dos docentes da Educação Básica I.

Figura 84. Aposentadorias por tipo (compulsória, invalidez, voluntária) entre professores da Educação Básica I, II e total, da rede pública estadual de São Paulo, 2010-2018.



Matrículas

A figura 85 apresenta a evolução das matrículas na rede pública estadual de São Paulo, segundo o INEP, de 2008 a 2018. Observamos que a cada ano houve redução no número de matrículas,

ao longo do período a redução correspondeu a redução de 27,07%. Foram 4.897.208 registros em 2008 e 3.571.619 matrículas em 2018.

Figura 85. Matrículas na rede pública estadual de São Paulo, 2008-2018.



4.4.6.1 Discussão

A partir dos dados que colhemos e analisamos, observamos que houve redução na quantidade de professores da rede pública estadual de São Paulo de 1998 a 2018. A redução na força de trabalho docente nesta rede parece refletir a brutal precarização do trabalho analisada por PIOLLI e RODRIGUES (2017). Os autores apresentaram dados sobre a quantidade de professores efetivos e não efetivos na rede pública estadual de São Paulo (p. 58), mostrando que os docentes não efetivos representam cerca de metade da força de trabalho na rede pública do estado de São Paulo. Em 2007 os não efetivos representavam 45,68% do total dos 221.792 docentes, enquanto em 2010 a proporção dos não efetivos era de 46,34% entre os 218.774 professores desta rede. Os autores descrevem o aumento progressivo da contratação de não efetivos na categoria “O”, que chegaram a 61,9 mil professores em 2013, ultrapassando a quantidade de não efetivos da categoria “F”, a qual correspondeu a 60,1 mil docentes naquele ano. O processo parece configurar uma substituição de uma categoria pela outra. Observamos que os não efetivos da categoria “F” tinham direitos e condições de trabalho aproximadas aos dos docentes efetivos, diferentemente da precarização de direitos e condições de trabalho dos contratados na categoria “O”.

Segundo PIOLLI e RODRIGUES (2017), de 2007 a 2010, uma série de mudanças legislativas alteraram consistentemente a carreira docente no estado de São Paulo, desconstruindo-a e tornando mais precárias as condições de trabalho dos professores no estado. Os autores referem a regulamentação da contratação temporária a partir de proposta apresentada em 2008; ano em que existiam 83 mil docentes temporários no estado. A Lei 1.093/2009 extinguiu a contratação de docentes na categoria “L”, passando a contratá-los sob a categoria “O”, da qual foram retirados todos os direitos excetuando o direito ao 13º salário proporcional e o direito às férias. Por tratar-se de vínculo temporário, a cada ano contam-se apenas 10 meses trabalhados, de modo que para receber as férias é preciso que o docente adentre o segundo ano de trabalho, de forma a integralizar os 12 meses de atividade docente requeridos. Além disso, o regimento diminuiu o número de dias concedidos nas licenças gala e nojo, e extinguiu parte do rol de familiares que justificam a concessão dessa licença. A licença gestante foi reduzida de 6 para 4 meses. As faltas justificadas para categoria “O” são 2, durante o contrato, o qual pode durar até dois anos; e para categorização de abandono de emprego na categoria “O”, bastam duas faltas injustificadas (PIOLLI e RODRIGUES, 2017, p.54). As faltas médicas foram restritas a 6 ao ano, uma por mês, no máximo. Os contratos “O” não dão acesso ao Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE), e a previdência dos profissionais desta categoria não está vinculada ao SPPREV como a dos professores efetivos. A previdência dos contratos “O” está vinculada ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social); porém eles não têm os direitos previstos pela CLT, como o seguro-desemprego e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Nestes contratos temporários não há estabilidade no emprego e o contrato, e a remuneração, são suspensos caso o profissional perca, por qualquer motivo, as aulas que lhe foram atribuídas. O contrato suspenso pode ser reativado, porém após a conclusão de um contrato é necessário cumprir a duzentena antes de firmar novo contrato. Durante este interstício de 200 dias a Lei, segundo os autores, ainda proíbe que o docente seja contratado temporariamente para qualquer outra função no serviço público do estado, limitando sua empregabilidade sem oferecer nada em troca, além da possibilidade de novo contrato temporário após o período de duzentena.

PIOVESAN e DAL RI (2016) avaliam que as políticas educacionais têm ampliado a precarização do trabalho docente no estado de São Paulo, desde a década de 1970. A precarização a que as autoras se referem permite a intensificação do trabalho, aumenta a flexibilização dos contratos empregatícios e estipula baixos salários e bonificações, as quais não se integram à aposentadoria dos docentes. Todos esses fatores (intensificação,

flexibilização contratual, baixos salários, bonificações) influem negativamente sobre a atratividade e podem estar ligados à redução na quantidade de profissionais que observamos de 1998 e 2018.

Adicionalmente, concluímos que esta diminuição ocorreu entre os professores efetivos e os não efetivos da carreira “F”, uma vez que os não efetivos da carreira “O” foram o grupo que cresceu a partir de 2010. Os dados que apresentamos na figura 80, referem o total de professores atuantes na rede pública estadual, incluindo todas as categorias, mostrando que diminuiu o número total de professores no período 1998-2018. Entretanto, segundo os dados de PIOLLI e RODRIGUES (2017), p. 59, houve uma inversão entre as categorias “F” e “O”, de 2009 a 2013. Em 2010 a categoria “O” era composta por 15,4 mil profissionais e atingiu 61,9 mil em 2013, quando ultrapassou numericamente os não efetivos da categoria “F”. Em 2009 na categoria “F” existiam 76.6 mil professores e em 2013 estavam reduzidos a 60,1 mil profissionais na rede estadual. É possível ainda que a diminuição da categoria “F” com concomitante aumento da categoria “O” tenha se prolongado pelos anos seguintes. De todo modo, podemos admitir que a participação da categoria “O” na força de trabalho desta rede pública estadual é extensa. Apesar de sua participação massiva, considerando que os professores temporários da categoria “O” não têm direito ao serviço de saúde e previdência da rede pública estadual, concluímos que os dados sobre perícia médica, diagnósticos e aposentadoria que recebemos (figuras 81, 82, 83 e 84) não incluíram os eventos de saúde ocorridos em profissionais da categoria “O”. Assim, consideramos que estes dados se referiram apenas aos professores efetivos e aos não efetivos categoria “F” da rede pública do estado de São Paulo.

Observamos a redução no número de professores que passaram por perícia de 2014 a 2018, entretanto o agendamento de perícia médica não é obrigatório para todos os casos de afastamento para tratamento de saúde. A perícia é um procedimento que costuma ser agendado e está ligado a período mais prolongado de licenças para tratamento de saúde, ou a diagnósticos que envolvem maior complexidade. De todo modo, considerando a redução na força de trabalho que tem direito à assistência médica do IAMSPE e licença para tratamento de saúde superior a 1 dia por mês (categoria dos efetivos e não efetivos “F”), concluímos que a redução observada não é tão numerosa quanto a grande redução de profissionais que tem direito à assistência e ao direito de licenciar-se para tratamento de saúde na rede pública estadual.

Ainda assim, no estado de São Paulo os diagnósticos referentes a Transtornos Mentais e Comportamentais foram os mais prevalentes no período 2014-2018, tanto em quantidade de licenças prescritas, assim como em números de dias. Aumentou o número de licenças referentes

ao capítulo V, assim como aumentou a quantidade de dias de afastamento sob este capítulo, de 2014 a 2018. Os Transtornos Mentais e Comportamentais chegaram a 40,55% de todas as licenças médicas concedidas em 2018. Esses dados são congruentes com os diagnósticos das licenças concedidas aos professores em outras redes públicas de ensino, como a cidade de Curitiba e de São Paulo, que serão apresentadas a seguir. Não encontramos estudos específicos sobre saúde mental entre professores do estado de São Paulo, no entanto, PORTO *et al.* (2006), em estudo com 1.024 professores (808 da rede pública municipal e 216 da rede particular) de Vitória da Conquista (BA), encontraram prevalência de 44% de prevalência global de distúrbios psíquicos. Estes autores desenvolvem a ideia de que a alta incidência de problemas mentais entre os professores está relacionada às características de alta exigência do trabalho e demanda psicológica. CERVILIERI (2021), em estudo com professores de duas escolas da rede estadual da cidade de Ribeirão Preto, discute a precarização do trabalho, a subdivisão dos professores em categorias diversas o que dificulta o apoio mútuo nas equipes, entre outros fatores, gerando exaustão física e mental e impactos à saúde dos profissionais.

Os diagnósticos de problemas osteomusculares foram o segundo grupo diagnóstico mais prevalente entre os professores da rede pública de São Paulo, e o grupo diagnóstico Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde, foram o terceiro. Os problemas osteomusculares também são considerados agravos à saúde relacionados ao trabalho. As licenças sob este diagnóstico mostraram estabilidade no período. Os dias de licença devidos aos problemas Osteomusculares representaram aproximadamente um terço dos dias de licença referentes aos transtornos mentais, entre os professores da rede pública estadual de São Paulo, no período 2008-2018. CARDOSO *et al.* (2011) referiram associação entre aspectos psicossociais do trabalho e dor musculoesquelética entre professores da rede pública municipal de Salvador (BA), 4.496 docentes participaram do estudo. Segundo os autores os professores com trabalho de alta exigência, trabalho ativo, maior demanda psicológica e baixo controle apresentaram maior prevalência de dor musculoesquelética. Esses resultados, segundo eles fortalece o pressuposto de KARASEC (1979), o qual sustenta que o trabalho com baixo controle e alta demanda, é prejudicial à saúde.

Os resultados apontaram o grupo de doenças do aparelho respiratório como o quarto em quantidade de registros diagnósticos no período 2014 a 2018. Este dado está em concordância

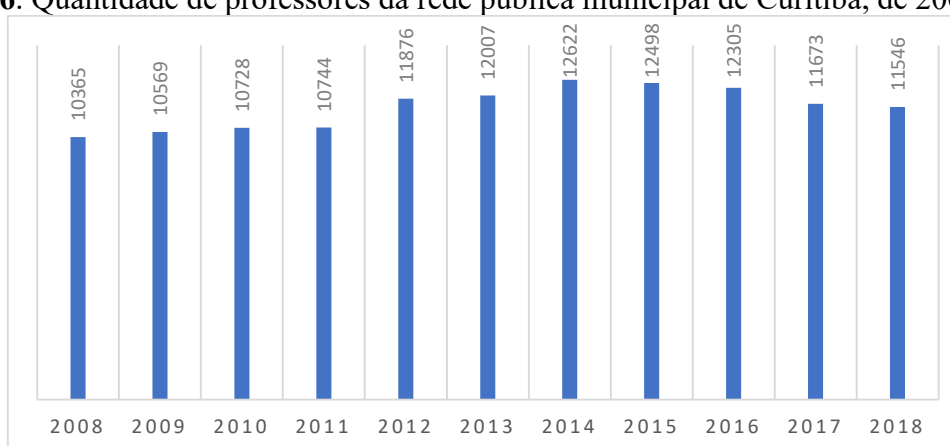
com a literatura que aponta os sintomas vocais entre professores, considerando que o grupo diagnóstico de doenças respiratórias inclui as afecções de laringe, faringe e cordas vocais.

A partir de estudo documental e entrevistas, THOMAZINI e JACOMINI (2018), constataram que as possibilidades legais de progressão na carreira não são regularmente implementadas na rede pública estadual, prejudicando a valorização ao longo da carreira docente no estado de São Paulo. Além das questões do plano de carreira da rede estadual, os autores apontam que nesta rede a carreira é estruturada em longos interstícios, e comporta condicionantes como assiduidade e provas de mérito, que dificultam para a maioria dos docentes alcançar os melhores vencimentos antes do tempo necessário para a aposentadoria. Apesar do desestímulo à aposentadoria representado por esses fatores, ainda assim, observamos importante aumento no número de aposentadorias, entre 2010 e 2018, sugerindo que a permanência na ativa não é suficientemente favorecida.

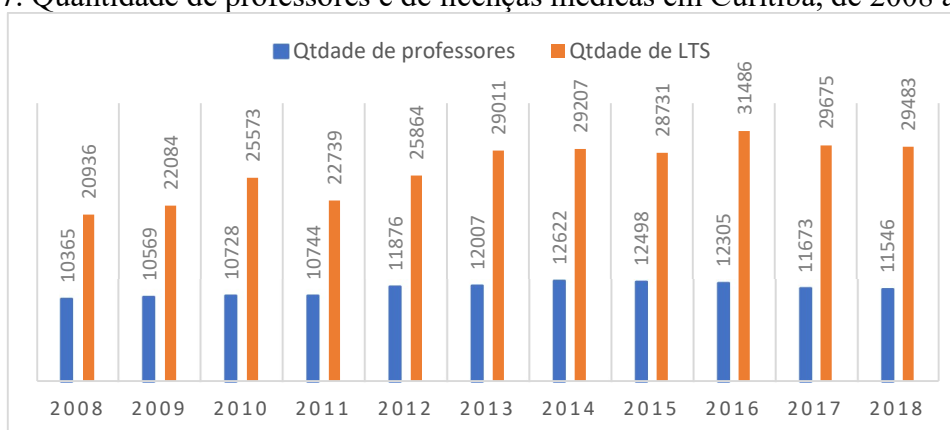
Fatores como a redução no número de profissionais efetivos e não efetivos categoria “F”; o aumento na contratação de profissionais categoria “O” aos quais não é permitido estabelecer vínculo empregatício com o sistema de ensino; o aumento de profissionais diagnosticados com Transtornos Mentais e Comportamentais; certamente afeta a qualidade do ensino e pode estar ligada à redução de 27,07% nas matrículas da rede pública estadual de São Paulo.

4.4.7 Curitiba

Foram enviados sete pedidos de informação ao Portal da Transparência da cidade de Curitiba (PR). Apresentamos na figura 86, o gráfico dos dados sobre a quantidade de professores da rede pública municipal da cidade enviados pela Secretaria de Educação de Curitiba. Vemos que a quantidade total de docentes desta rede apresentou estabilidade durante o período de 2008 a 2011; de 2012 a 2016 houve leve aumento, e em seguida apresentou diminuição em 2017 e em 2018 (Anexo Curitiba – 1). No período 2008-2018, a quantidade máxima de professores na cidade foi alcançada em 2014 (12.622), quando correspondeu a 21,76% a mais que a quantidade registrada em 2008 (10.365). Nos anos seguintes a quantidade de professores em Curitiba diminuiu. Em 2018 correspondeu a 11.549, ou 11,39% maior que a registrada em 2008.

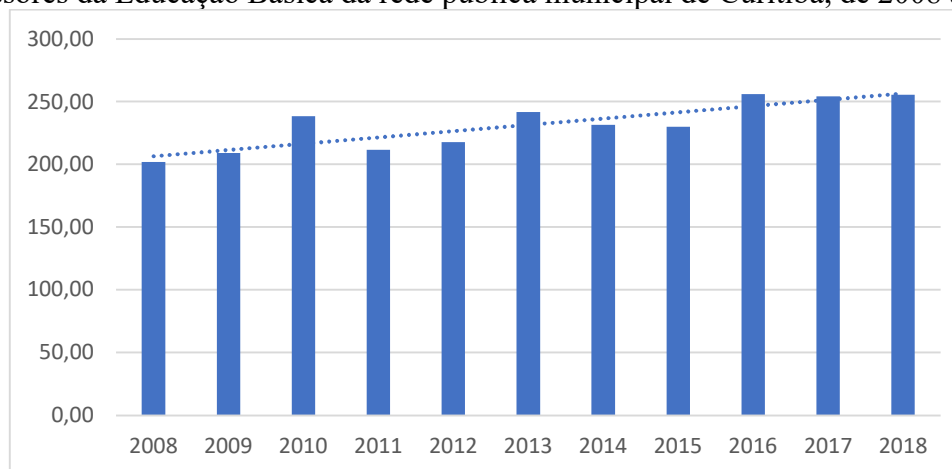
Figura 86. Quantidade de professores da rede pública municipal de Curitiba, de 2008 a 2018.

Mediante a Lei de Acesso à Informação obtivemos por meio do Portal da Transparência de Curitiba estatísticas referentes à quantidade de licenças de saúde concedidas aos professores de 2008 a 2018 (Anexo Curitiba – 1). A figura 87 apresenta a quantidade de professores e de licenças médicas registradas no período. Observamos que a quantidade máxima de licenças foi registrada em 2016, e representou 255,88% do total de professores daquele ano, ou seja, o número de licenças concedidas representa duas vezes e meia o número de professores de 2016.

Figura 87. Quantidade de professores e de licenças médicas em Curitiba, de 2008 a 2018.

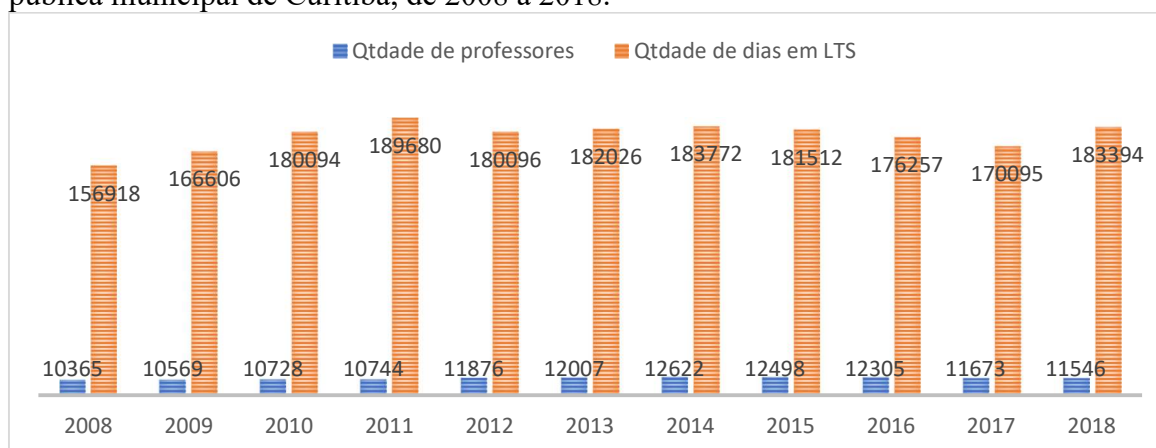
A relação proporcional entre o número de licenças e o número de professores em cada ano de 2008 a 2018 corresponde aos valores apresentados na figura 88. Observamos que a menor proporção entre estas variáveis se deu ao ano de 2008 (201,99%). Além disso, ocorreu aumento ao longo da série histórica, sendo os três últimos anos os que apresentam as maiores proporções entre a quantidade de licenças e a quantidade de professores: 255,88% em 2016, 254,22% em 2017 e 255,35% em 2018.

Figura 88. Proporção entre a quantidade de licenças para tratamento de saúde e a quantidade de professores da Educação Básica da rede pública municipal de Curitiba, de 2008 a 2018.



Dados sobre a quantidade de dias em licença médica também foram obtidos para o período selecionado (Anexo Curitiba – 1). Na figura 89 observamos que a maior quantidade de dias em licença médica ocorreu em 2011. Naquele ano, a cidade contava com 10.744 professores. Por outro lado, o ano de 2008, apresentou a menor quantidade de dias em licença médica, assim como foi o ano com o menor número de professores (10.365).

Figura 89. Quantidade de professores e de licença de saúde em dias de afastamento, na rede pública municipal de Curitiba, de 2008 a 2018.



A Secretaria Municipal de Educação apresentou dados referindo que 6.283 professores se licenciaram nesta rede pública municipal em 2008, representando 59,87% do total de professores daquele ano. Houve redução paulatina na proporção de licenciados ao longo do período, e em 2018 os 4.735 professores que se licenciaram para tratamento de saúde representaram 41,43% do total de profissionais desta rede educacional, naquele ano (Anexo Curitiba – 2). Os dados apresentados categorizam os professores de acordo com a quantidade de dias para tratamento de saúde durante o ano. A figura 90 ilustra as informações sobre a

quantidade de professores licenciados e os subdivide segundo a duração das licenças concedidas. Observamos que a faixa com maior número de licenciados é a dos que retiraram até 50 dias de licença para tratamento de saúde durante o ano.

Figura 90. Distribuição de professores licenciados para tratamento de saúde segundo a quantidade de dias de licença, da rede pública municipal de Curitiba, 2008-2018.

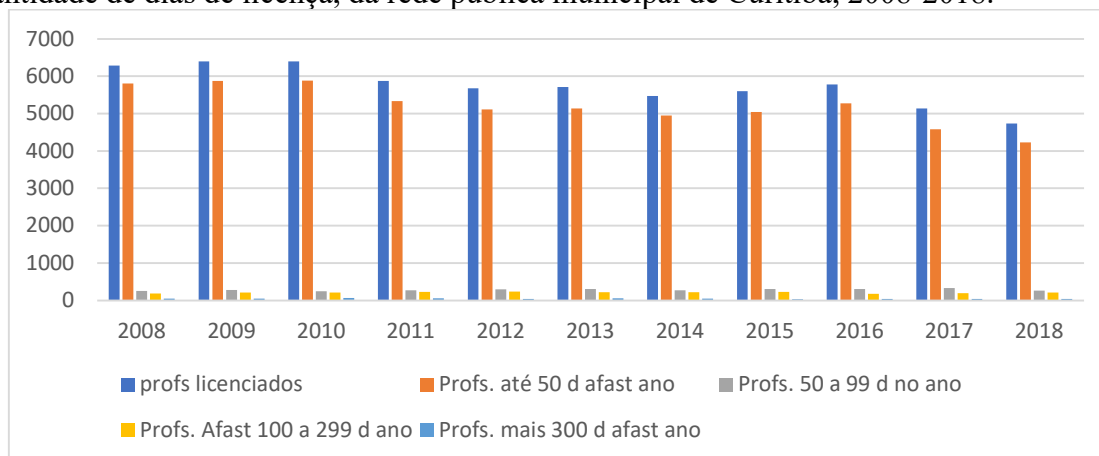
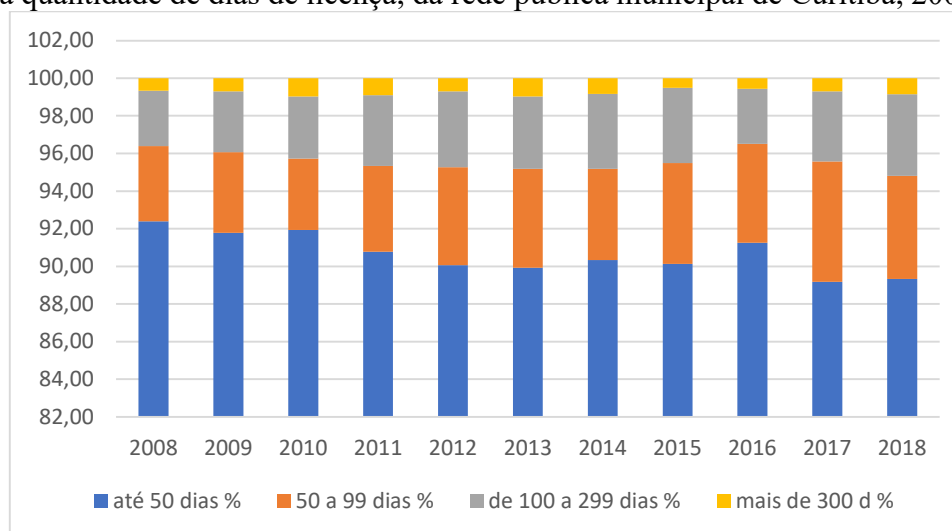


Figura 91. Distribuição percentual de professores licenciados para tratamento de saúde segundo a quantidade de dias de licença, da rede pública municipal de Curitiba, 2008-2018.



Além disso, as faixas que representam maior quantidade em dias de licença aumentaram de 2008 a 2018. A proporção de professores em cada faixa de licença em dias/ano, pode ser visualizada por meio da figura 91. Observamos que em 2008 a proporção dos professores na faixa de até 50 dias/ano de licença situava-se em 92,39%, enquanto a faixa com mais de 300 dias/ano de licença representava 0,67% dos professores. Em 2010 a proporção dos professores com mais de 300 dias/ de licença subiu para 0,97%, e em 2013 foi a 0,98%. Essa faixa apresentou alguma redução nos anos seguintes, e voltou a aumentar em 2018, neste ano os

professores com mais de 300 dias/ano em licença representaram 0,84% do total de licenciados. Em 2018 a faixa dos professores com até 50 dias/ano em licença para tratamento de saúde representava 89,33% do total de profissionais licenciados.

Diagnósticos das licenças

Foram obtidas informações sobre os diagnósticos determinantes das licenças concedidas aos professores da rede municipal de Curitiba em 2018. As informações se referem especificamente aos diagnósticos referentes ao Capítulo V da CID-10 – Transtornos Mentais e Comportamentais (Anexo Curitiba 3 - prot 00-004758-2022 cap V - CID profs 2018). Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba 627 professores de Educação Infantil e 982 professores do magistério foram afastados em 2018 devido a vigência de quadro classificado sob o capítulo V da CID-10 – Transtornos Mentais e Comportamentais. A soma dos licenciados nestes dois níveis educacionais corresponde a 1609 professores afastados em decorrência de transtornos deste tipo em 2018. Como informado acima, o total de professores licenciados em 2018 foi de 4.735 profissionais, portanto, os licenciados devido a transtornos mentais e comportamentais corresponderam a 33,98% do total de licenciados naquele ano. Adicionalmente foram fornecidas informações sobre a frequência dos transtornos segundo sua classificação (Anexo Curitiba – 3), a Tabela 12 apresenta estas informações.

A tabela 12 organiza os dados relativos aos códigos diagnósticos dos Transtornos Mentais e Comportamentais recebidos pelos professores segundo sua frequência. O grupo diagnóstico mais frequente foi o que classifica os transtornos do humor (afetivos), F30 a F39. 1.189 professores da rede pública municipal de Curitiba foram diagnosticados com transtornos deste grupo de afecções. Segundo a CID-10 estes transtornos correspondem aos diversos tipos de episódios depressivos, recorrentes ou não, transtornos afetivos bipolares e episódios maníacos (tabela 12).

Dentre os Transtornos Mentais e Comportamentais o segundo grupo diagnóstico mais frequente entre os professores de Curitiba foi o dos Transtornos Neuróticos, Transtornos relacionados com o Estresse e Transtornos Somatoformes (CID-10); identificados sob os códigos F40 a F48. Foram 916 professores diagnosticados sob códigos nestes grupos de morbidade, conforme a tabela 12.

Tabela 12. Códigos diagnósticos que determinaram as licenças por Transtornos Mentais e Comportamentais de professores* da Educação Básica da rede pública municipal de Curitiba, em 2018.

Códigos F00-F99	Transtornos Mentais e Comportamentais - descrição	Frequência		
		Magistério	Ed. Infantil	Total
F41	Outros Transtornos Ansiosos	443	271	714
F32	Episódios Depressivos	393	277	670
F31	Transtorno Afetivo Bipolar	149	105	254
F33	Transtorno Depressivo Recorrente	130	73	203
F43	Reações ao estresse grave e transtornos de adaptação	113	61	174
F39	Transtorno do humor (afetivo) não especificado	24	15	39
F34	Transtornos do humor (afetivos) persistentes	12	5	17
F51	Transtornos não orgânicos do sono devidos a fatores emocionais	9	1	10
F40	Transtornos fóbico-ansiosos	6	4	10
F45	Transtornos somatoformes	5	5	10
F06	Outros transtornos mentais devidos a lesão e disfunção cerebral e a doença física	5	4	9
F10	Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool	4	2	6
F14	Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso da cocaína	4	-	4
F42	Transtorno obsessivo compulsivo	3	3	6
F38	Outros transtornos do humor (afetivos)	3	1	4
F25	Transtornos esquizoafetivos	2	1	3
F19	Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas	2	1	3
F50	Transtornos da alimentação	2	-	2
F44	Transtornos dissociativos (de conversão)	2	-	2
F60	Transtornos específicos da personalidade	1	3	4
F63	Transtornos dos hábitos e dos impulsos	1	1	2
F29	Psicose não orgânica não especificada	1	1	2
F30	Episódio maníaco	1	1	2
F79	Retardo mental não especificado	1	-	1
F62	Modificações duradouras da personalidade não atribuíveis a lesão ou doença cerebral	1	-	1
F91	Distúrbios de conduta	1	-	1
F99	Transtorno mental não especificado em outra parte	1	-	1
F09	Transtorno mental orgânico ou sintomático não especificado	1	-	1
F03	Demência não especificada	1	-	1
F20	Esquizofrenia	-	1	1
F52	Disfunção sexual, não causada por transtorno ou doença orgânica	-	1	1
F01	Demência vascular	-	1	1
F54	Fatores psicológicos ou comportamentais associados a doença ou a transtornos classificados em outra parte	-	1	1

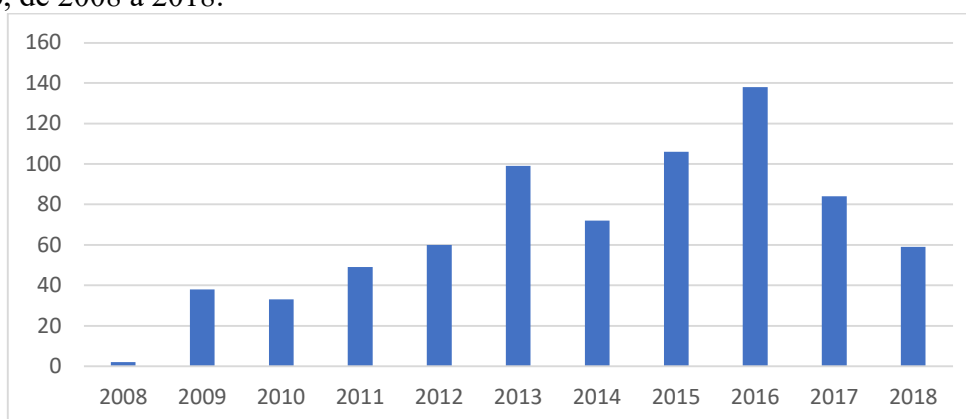
Nota: * Um mesmo profissional pode ter seus sintomas classificados segundo mais de um código diagnóstico.

Professores Readaptados

A prefeitura de Curitiba forneceu informações sobre a quantidade de professores da rede pública municipal que entraram em readaptação funcional de 2008 a 2018 (Anexo Curitiba – 4), conforme figura 92. Apenas dois professores foram readaptados em 2008, enquanto em 2016 os profissionais nesta situação funcional foram 138. Em seguida a quantidade de readaptados

diminuiu em 2017 e 2018. O total de readaptados em 2018 foi de 59 professores, quantidade quase 30 vezes maior que a registrada em 2008.

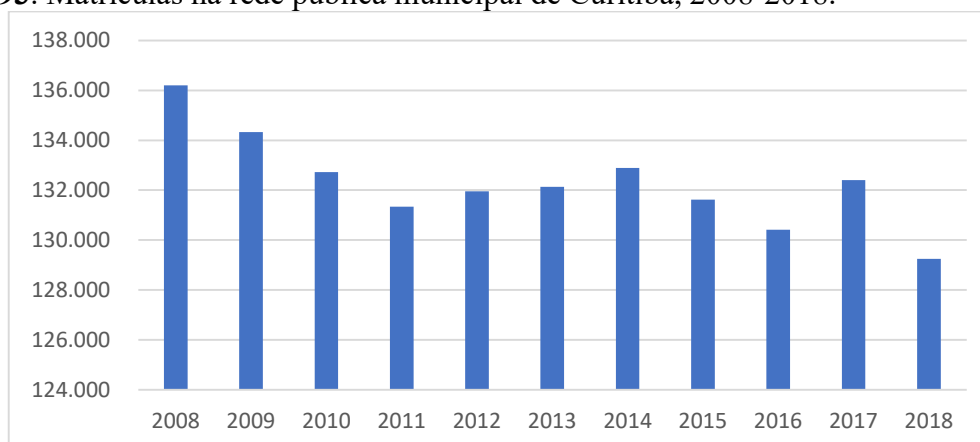
Figura 92. Quantidade de professores readaptados da rede pública municipal de Curitiba, em cada ano, de 2008 a 2018.



Matrículas

A partir do consolidado de matrículas organizado pelo INEP extraímos o total de matrículas realizadas na rede pública municipal de Curitiba, de 2008 a 2018, conforme apresentado na figura 93. Ocorreu diminuição no número de matrículas de 2008 a 2018: a quantidade de matrículas registradas em 2008 foi de 136.198; e em 2018 foram 129.245 matrículas na rede pública municipal de Curitiba.

Figura 93. Matrículas na rede pública municipal de Curitiba, 2008-2018.



4.4.7.1 Discussão

De 2008 a 2018 o número de professores na rede pública da cidade aumentou 11,39%, entretanto, durante o período a quantidade de licenças aumentou em relação ao total de profissionais; assim como aumentou a quantidade de dias em licença para tratamento de saúde. Além disso, apesar de a quantidade de professores que se licenciaram apresentar diminuição ao longo do período, aumentou a quantidade de dias prescritos pelas licenças médicas, evidenciando um agravamento dos casos.

A quantidade de professores readaptados aumentou de 2008 a 2018, porém não foram obtidos dados sobre a quantidade de aposentadorias, nem sobre os diagnósticos que determinaram as licenças ocorridas no período.

Por outro lado, analisando as informações sobre os 1.609 professores afastados sob diagnósticos relativos ao Capítulo V da CID-10 referentes ao ano de 2018, constatamos que os Transtornos Mentais e Comportamentais corresponderam a 33,98% do total de 4735 professores licenciados para tratamento de saúde naquele ano. Foram predominantes os diagnósticos relacionados a quadros depressivos e ansiosos. A proporção de Transtornos Mentais e Comportamentais entre os professores desta rede municipal é mais alta que a média de Transtornos Mentais e Comportamentais que encontramos na cidade de São Paulo, média de 22,44%, de 2014 a 2018; e mais baixa que a da rede pública de ensino do estado de São Paulo (40,55% em 2018). Segundo SELIGMAN *et al.* (2010), em relação aos dados sobre transtornos mentais no país “as únicas estatísticas oficiais disponíveis em âmbito nacional são as da Previdência Social”, as quais não incluem os funcionários públicos, entre outras categorias de trabalhadores. Podemos acrescentar que o mesmo ocorre no âmbito municipal e estadual, fazendo com que fiquem invisibilizadas as informações sobre saúde e trabalho das diversas categorias de servidores públicos, incluindo os professores. Essa configuração limita o acesso e estudo dos dados de saúde em geral, e particularmente a saúde mental, representando mais um obstáculo à compreensão das dinâmicas do trabalho e seu impacto sobre a saúde dos professores, categoria majoritariamente vinculada ao serviço público.

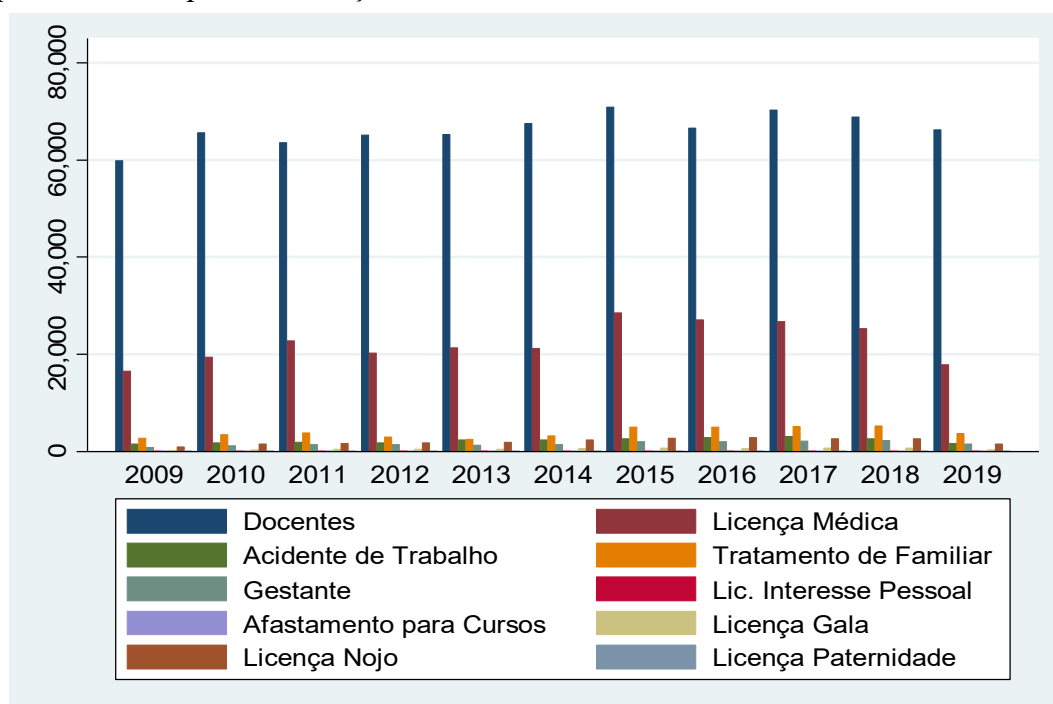
4.4.8 Cidade de São Paulo

Foram encaminhadas nove solicitações de informação à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. A prefeitura de São Paulo está subdividida em 13 administrações regionais, como

resposta à solicitação feita em dezembro de 2019 a secretaria enviou, em 08 de janeiro de 2020, em uma planilha única, os dados referentes a quantidade de docentes e de licenças de cada uma das subprefeituras, de 2009 a 2019 (Anexo mun. SP – 1). Foi uma resposta rápida e consistente, entretanto é possível que parte dos dados referentes a 2019 não estivessem totalmente inseridos, uma vez que a extração destes dados se verificou imediatamente após o período de recesso de final de ano. Essa possibilidade pode justificar a redução observada nos índices de docentes e licenças entre os anos de 2018 e 2019, conforme figuras 94 e 95.

A figura 94 apresenta a distribuição de docentes da rede pública municipal e o total de docentes que se ausentaram devido a licenças, em cada ano, entre 2009 e 2019. Estão incluídos os profissionais que se licenciaram: para tratamento de saúde, devido a acidentes de trabalho, para tratamento de familiares, licença gestante, licenças para tratar de interesses pessoais, afastamentos devidos a cursos, licença gala (núpcias), licença nojo (luto) e licença paternidade, ocorridas no período.

Figura 94. Distribuição de docentes e de docentes que se licenciaram (por tipo de licença), da rede pública municipal de Educação Básica de São Paulo, entre 2009 e 2019.

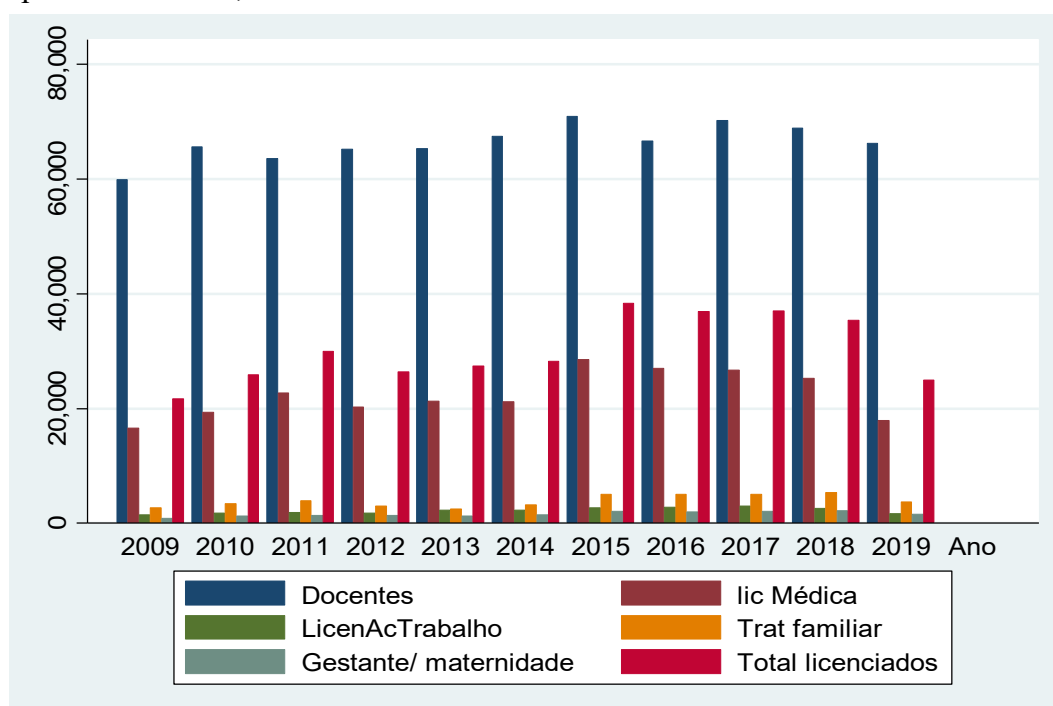


Lembramos que as licenças paternidade, nojo e gala representam um período que varia entre um e três dias consecutivos de afastamento, entre elas a licença nojo foi a que mais prevaleceu. Considerando a soma dos eventos ocorridos durante os 11 anos informados, os docentes licenciados para tratar de interesse pessoal e para realização de cursos, corresponderam ao total

de 762 e 890, respectivamente. Essas categorias estão praticamente invisíveis no gráfico pois proporcionalmente representaram as menores quantidades de licenciados em cada ano do período. Por outro lado, as categorias ligadas a eventos de saúde foram as mais numerosas. Foram elas: os licenciados para tratamento de saúde; licenciados para tratamento de familiares e os licenciados por acidente de trabalho. Sendo a terceira categoria de licenciados mais numerosa, a quantidade de licenciados por acidente de trabalho (24.415, de 2009 a 2019) superou a quantidade de licenciadas devido a gestação e maternidade, que ficou em quarto lugar (17.648 licenciadas em 11 anos).

Considerando o período entre 2009 e 2018, o número total de docentes da rede municipal de São Paulo variou entre 59.877 (2009) e 70.921 (em 2015), com a média de 66.364,1 profissionais/ano. Em 2018 a quantidade de docentes do município correspondeu a 68.888 profissionais, resultando em aumento de 15,05% em relação ao ano de 2009 (figuras 94 e 95). Por outro lado, considerando apenas os docentes licenciados devido a eventos de saúde (isto é: para tratamento de saúde, tratamento de familiar, acidentes de trabalho e gestante), o total de profissionais que receberam licenças em 2018 (35.385) aumentou 63,37% em relação ao total de 2009, quando se registrou 21.660 licenciados por esses eventos de saúde, figura 95 (Anexo mun. SP – 1).

Figura 95. Distribuição de docentes e de docentes licenciados por eventos de saúde segundo os quatro tipos mais numerosos: tratamento de saúde, tratamento de familiar, acidente de trabalho, licença gestante e total dessas quatro categorias, da Educação Básica da rede pública municipal de São Paulo, entre 2009 e 2019.

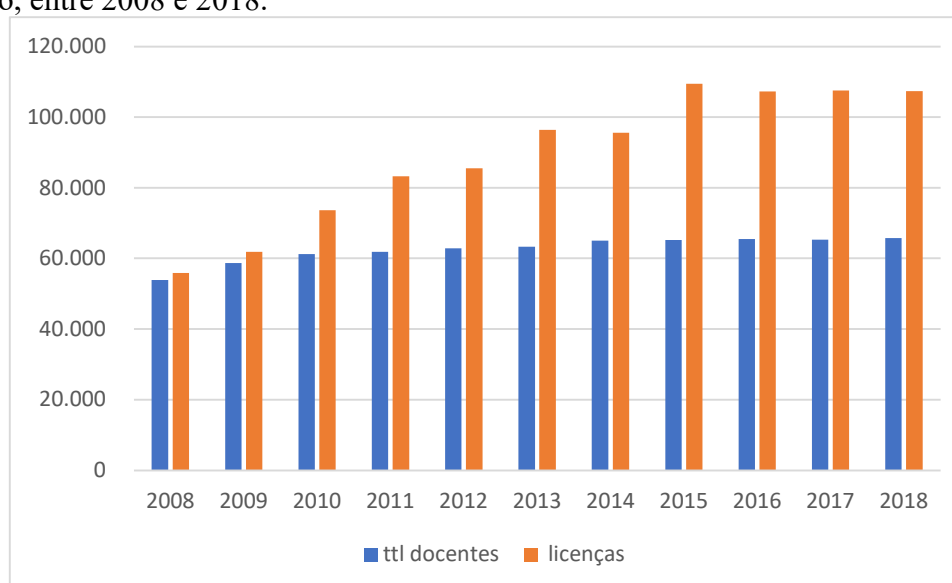


Entre 2009 e 2018 a proporção entre o número total de docentes que se licenciaram e o número total de docentes da rede pública municipal de São Paulo em cada ano variou entre 38,35% (2009) e 61,33% (2016), perfazendo a média de anual de 50,52% no período. Podemos observar um movimento ascendente na proporção do número de docentes que se licenciaram em relação ao total de docentes, principalmente a partir de 2011, quando alcançou 50,96%. Em 2018 a proporção entre licenciados e total de docentes alcançou 56,90%.

Licenças entre professores

A partir das informações contidas na planilha disponibilizada pela Secretaria do Governo Municipal (Anexo mun. SP – 2) percebemos que quase dobrou a quantidade de licenças médicas concedidas a professores entre 2008 e 2018, conforme figura 96. Em 2008 a quantidade de licenças foi igual a 55.860, e em 2018 foi de 107.307, um aumento que correspondeu a 92,10%. Por outro lado, o total de professores aumentou 22,13%, variando entre 53.838 (2008) e 65.755 (em 2018), com média de 62.579 profissionais/ano, durante esse período.

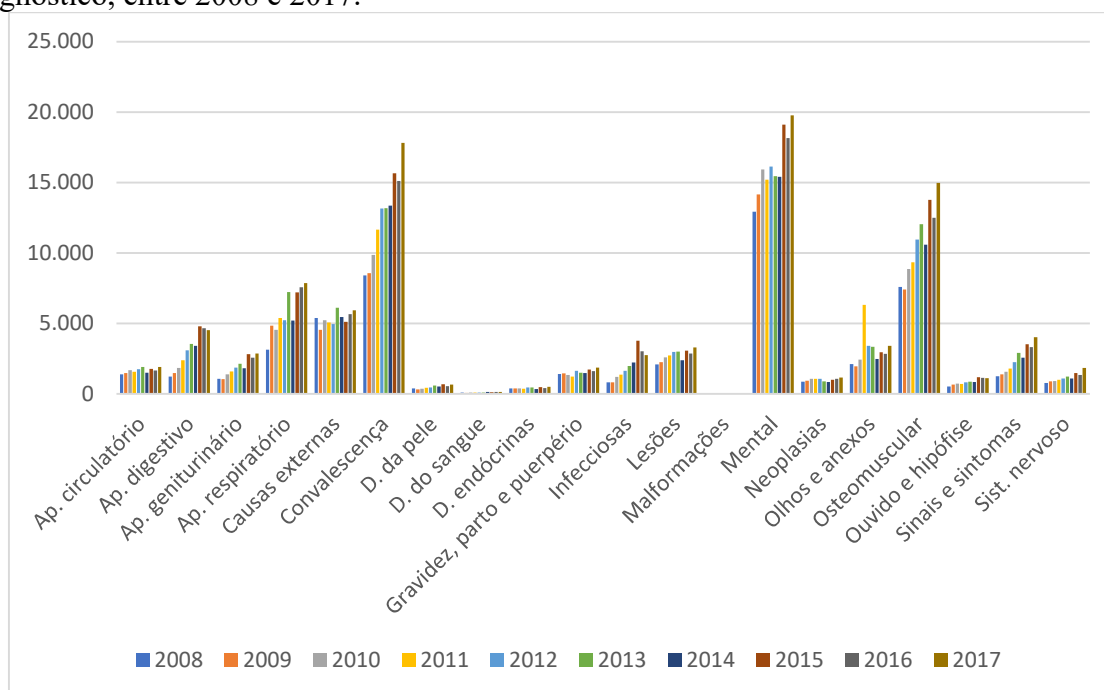
Figura 96. Distribuição de docentes e de licenças médicas da categoria da rede municipal de São Paulo, entre 2008 e 2018.



Diagnóstico das Licenças para tratamento de saúde entre professores

Na figura 97 apresentamos a distribuição das licenças médicas entre professores do município de São Paulo, por diagnóstico conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), entre 2008 e 2017. Os dados que embasam essa figura encontram-se no Anexo mun. SP – 3, que apresenta a distribuição dos eventos de licenças médicas e diagnóstico conforme Classificação Internacional de Doenças, na categoria de professores da PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo), de 2008-2017. Estão incluídas as classificações: convalescente (que se refere à recuperação de qualquer tipo de quadro clínico, sem especificação); licença por causas externas (isto é, não especificadas e que podem incluir os afastamentos devido a acidentes em geral, inclusive acidentes de trabalho); licenças para gestantes, entre outras. Podemos observar que ao longo da série histórica, o grupo de diagnósticos por problemas mentais são os mais prevalentes, seguido pelo grupo de convalescentes. Em terceiro lugar, observamos o grupo de diagnósticos por problemas osteomusculares, seguido pelo grupo de problemas respiratórios e o grupo de diagnósticos referentes a sinais e sintomas.

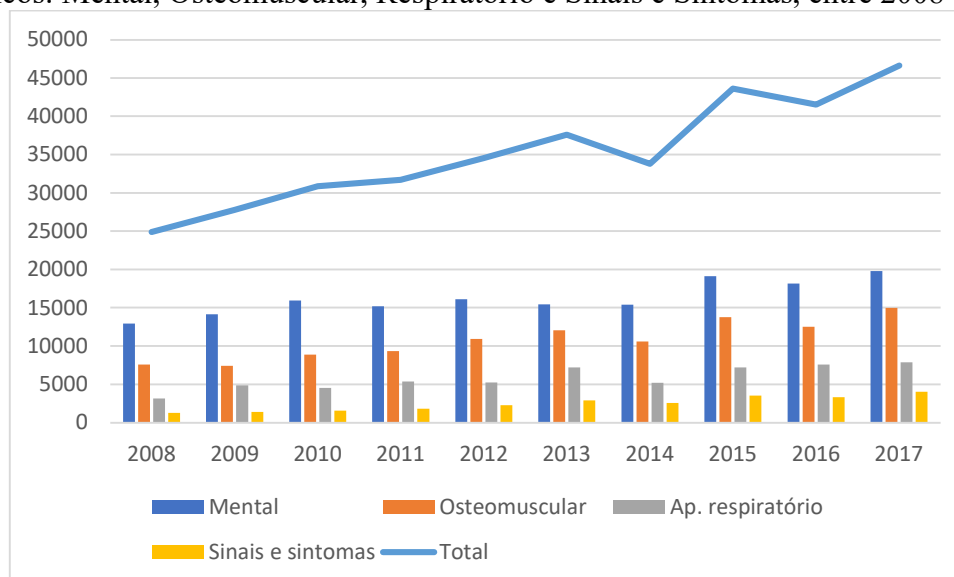
Figura 97. Distribuição das licenças médicas de professores da cidade de São Paulo, por diagnóstico, entre 2008 e 2017.



Considerando o interesse por diagnósticos comumente associados na literatura ao adoecimento docente, detalhamos na figura 98 o aumento de eventos de transtornos mentais, osteomusculares, respiratórios e o grupo relativo a sinais e sintomas, no período entre 2008 e

2017. Ao longo do tempo, podemos observar o aumento progressivo desses casos, com destaque para os diagnósticos de ordem mental e osteomuscular.

Figura 98. Licenças entre professores da rede municipal de São Paulo, segundo os diagnósticos: Mental, Osteomuscular, Respiratório e Sinais e Sintomas, entre 2008 e 2017.



A proporção da soma destes quatro grupos diagnósticos (transtornos mentais e comportamentais, sistema osteomuscular, aparelho respiratório e sinais e sintomas) em relação ao número total de licenças concedidas a professores, entre 2008 e 2017, variou entre 45,78 (2011) e 50,82% (2009) perfazendo a média de 48,18% ao ano. A proporção das licenças por transtornos mentais em relação ao total das licenças entre professores, de 2008 a 2017, variou entre 19,69% (2013) e 25,88% (2009), com média de 22,44% ao ano.

Readaptação funcional entre professores e seus diagnósticos

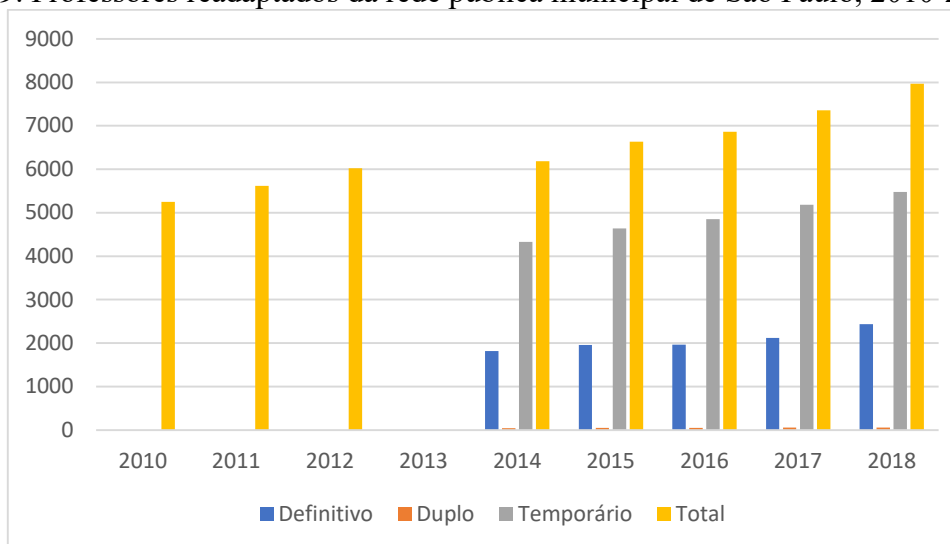
O processo de readaptação funcional é um dos recursos de gerenciamento de servidores utilizado pela administração pública do município. O processo é estabelecido em etapas de perícia médica e multiprofissional especializada. A readaptação é definida a partir de critérios clínicos, avaliando a capacidade do profissional ao exercício da função para a qual foi originalmente contratado. Sendo considerado impossibilitado, inicia-se o processo de reenquadramento funcional, o qual pode ser temporário ou definitivo. A readaptação funcional

temporária pode ser revertida após períodos de seis, 12 ou mais meses. A reversão da readaptação é determinada por meio novas rodadas de perícia.

A perícia estabelece também as atividades a serem desenvolvidas pelo profissional readaptado; no caso dos professores, as atividades passam a ser desenvolvidas fora da sala de aula. Além disso, para o professor, a readaptação altera as regras de acesso a aposentadoria.

O Atlas Municipal de Gestão de Pessoas – edição 2013²¹, apresenta séries históricas relativas ao total de professores readaptados da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, referindo que corresponderam a 5.252 em 2010; 5.620 em 2011; e 6.026 em 2012. Além disso, recebemos da Secretaria Municipal de Gestão informações sobre as readaptações temporárias, definitivas, duplas (professores com dois cargos podem estar em readaptação temporária em um cargo e definitiva em outro) e totais dos professores da rede municipal, entre 2014 e 2018 (Anexo mun. SP – 4). A figura 99 apresenta as informações obtidas sobre os professores readaptados da rede municipal, entre 2010 e 2018. O total de readaptações de 2010 alcançou 5.252 profissionais, com aumento progressivo a cada ano; em 2018 o total correspondeu a 7.969 professores readaptados; um aumento de 51,73% no período de 9 anos.

Figura 99. Professores readaptados da rede pública municipal de São Paulo, 2010-2018.



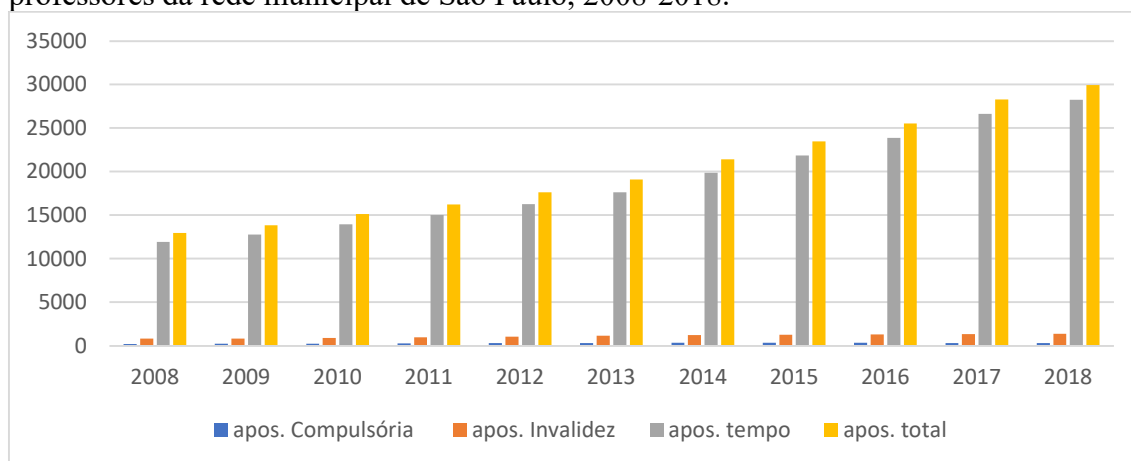
²¹ Atlas Municipal de Gestão de Pessoas – edição 2013, da Prefeitura Municipal de São Paulo, [acesso em 25.05.2021]. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/portal_do_servidor - dados servidores - atlas_municipal_de_gestao_de_pessoas_2013_v11_1381745741.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/portal_do_servidor_-_dados_servidores_-_atlas_municipal_de_gestao_de_pessoas_2013_v11_1381745741.pdf)

Aposentadoria voluntária, compulsória e por invalidez

A Secretaria Municipal de Gestão disponibilizou informações sobre as aposentadorias voluntárias por invalidez e compulsórias de professores da rede municipal entre 2008 e 2018 (Anexo mun. SP – 6). Podemos observar o aumento progressivo na prevalência dos três tipos de aposentadorias entre os professores da rede municipal de São Paulo, entre 2008 e 2018, conforme a figura 101.

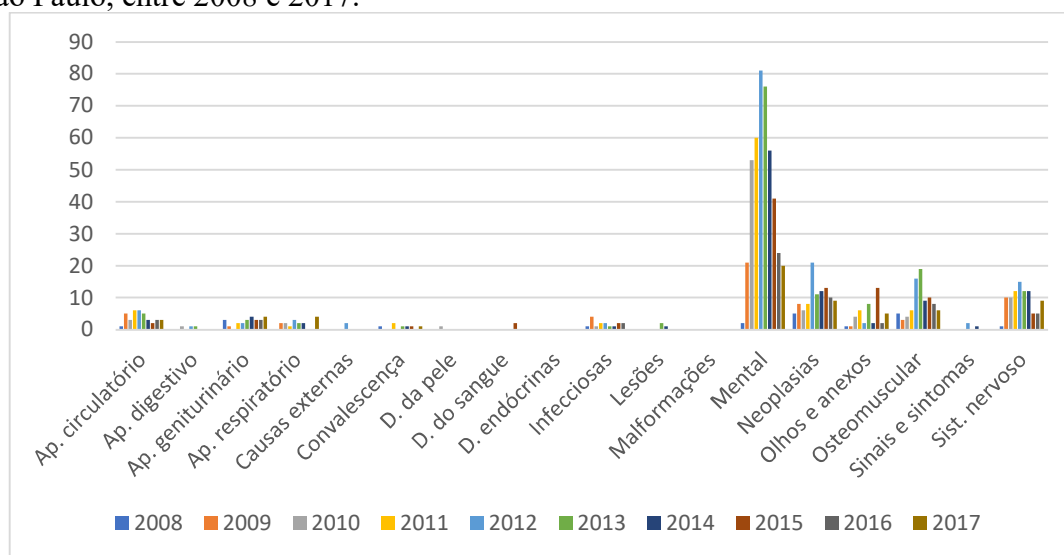
Em 2008 as aposentadorias voluntárias corresponderam a 11.934 e, em 2018, foram 28.256 aposentados – um aumento de 136,77% no período. Apenas no ano de 2017 ocorreram 2.771 novas aposentadorias voluntárias e, em 2014, foram 2.237 novas aposentadorias neste tipo de enquadramento. As aposentadorias por invalidez corresponderam a 812 em 2008 e foram 1.369 em 2018 – um aumento de 68,60%, no período.

Figura 101. Prevalência de aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsórias, entre professores da rede municipal de São Paulo, 2008-2018.



Estudamos os diagnósticos determinantes das aposentadorias por invalidez entre os professores da rede municipal de São Paulo a partir das informações da Coordenação de Gestão do Servidor – COGES, disponíveis no Anexo mun. SP – 7. Na figura 102 apresentamos a distribuição das aposentadorias de professores por invalidez e seus diagnósticos segundo a CID-10, entre 2008 e 2017. Observa-se aumento dos casos entre 2008 e 2012 e redução gradual a partir de 2013 até o final da série.

Figura 102. Diagnósticos de aposentadoria por invalidez entre professores da rede municipal de São Paulo, entre 2008 e 2017.



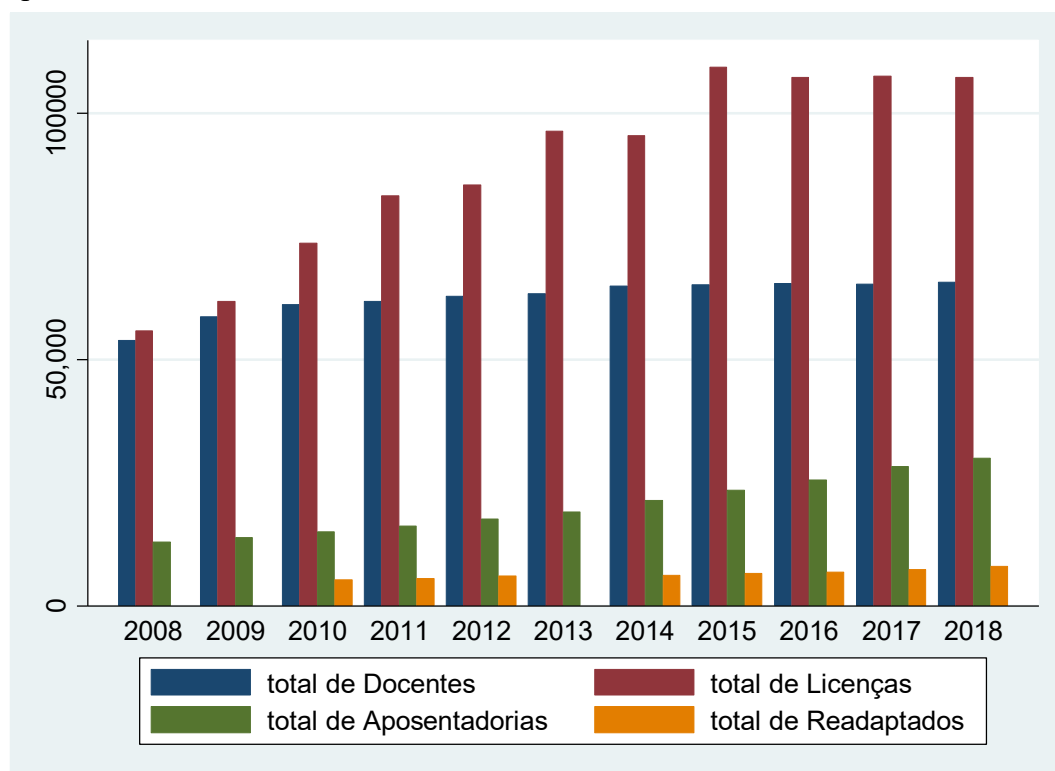
Os transtornos mentais e comportamentais foram os mais prevalentes entre as aposentadorias por invalidez entre professores, representaram 49,71% de todas as aposentadorias deste tipo de 2008 e 2017. O segundo grupo diagnóstico mais prevalente foi o relacionado às neoplasias, que correspondeu a 11,80% dos casos; seguido pelo grupo de doenças do sistema nervoso, que representou 10,42% das aposentadorias deste tipo. Os problemas osteomusculares foram o quarto grupo diagnóstico mais prevalente, respondendo por 9,85% das aposentadorias de professores por invalidez, entre 2008 e 2017.

Foram registradas 17 aposentadorias de professores por invalidez devido a acidentes de trabalho entre 2009 e 2015 (Anexo mun. SP – 8).

Docentes, licenças, aposentadorias e readaptações

A partir dos dados sobre quantidade de docentes, quantidade de licenças, quantidade de aposentadorias e de readaptados referidos acima apresentamos a figura 103, ilustrando a relação entre essas informações. Observamos que a quantidade de docentes foi o índice que menos aumentou ao longo do período, 23,13%, enquanto as licenças aumentaram 92,10%; a quantidade de aposentados aumentou 131,27% (aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsórias) e os professores readaptados aumentaram 51,73%.

Figura 103. Distribuição de docentes, licenças, aposentadorias e readaptados da rede pública municipal de São Paulo, de 2008 a 2018.



A partir dos dados informados, realizamos cálculo de correlação entre as variáveis relativas aos professores da rede pública municipal de São Paulo, os resultados estão apresentados na Tabela 13. Observamos correlações positivas entre todas as variáveis, o que indica que elas variam no mesmo sentido.

Tabela 13. Correlações entre as variáveis relativas aos docentes da rede pública municipal de São Paulo, entre 2008 e 2018.

	Ano	Docentes	Licenças	Ap. Compulsória	Ap. Invalidez	Aposent. Tempo	Aposent. total	Readaptação
Ano	1.0000							
Docentes	0.9477 *	1.0000						
Licenças	0.9409 *	0.9604 *	1.0000					
Ap. Compulsória	0.7689 *	0.9205 *	0.8989 *	1.0000				
Ap. Invalidez	0.9762 *	0.9929 *	0.9697 *	0.8865 *	1.0000			
Aposent. Tempo	0.9943 *	0.9139 *	0.9135 *	0.7052 *	0.9507 *	1.0000		
Aposent. total	0.9956 *	0.9195 *	0.9182 *	0.7152 *	0.9551 *	0.9999 *	1.0000	
Readaptação	0.9774 *	0.8739 *	0.8776 *	0.6533 *	0.9207 *	0.9813 *	0.9806 *	1.0000

Nota: * Indicação de associação.

4.4.8.1 Discussão

As informações apresentadas pela prefeitura de São Paulo mostram que no período entre 2009 e 2018 a quantidade de professores apresentou oscilação, com aumento de 15,05%, enquanto a quantidade de professores que se licenciaram por problemas de saúde aumentou 63,37% entre 2009 e 2018. Após as licenças para tratamento de saúde, aparecem em segundo lugar as licenças para tratamento de familiares. Considerando se tratar de uma categoria profissional majoritariamente feminina, que socialmente atribui o cuidado e responsabilidade pelos familiares doentes, maridos, filhos, netos, pais ou irmãos à figura feminina. Por outro lado, causa espanto verificar que as licenças por acidente de trabalho entre professores superaram as licenças gestante-maternidade, considerando-se o perfil feminino da categoria. Aparentemente as professoras estavam menos propensas à maternidade e mais propensas a acidentes de trabalho, uma questão que gera interesse, porém ultrapassa os limites deste estudo. Entretanto, nossos dados são concordantes com os obtidos por COSTA (2017). A autora estudou os diagnósticos emitidos durante o ano de 2014 referentes às licenças tomadas entre 991 professores da Educação Básica da rede pública municipal de Ribeirão Preto. Encontrando baixa prevalência de licenças devidas a gestação e maternidade, COSTA (2017) refere que entre 991 profissionais apenas 23 se utilizaram desse tipo de licença, em 2014, o que correspondeu a 2,32% dos participantes.

Outro dado que aponta para a intensificação do trabalho e adoecimento entre os professores é o aumento em 92,10% no número de licenças entre 2008 e 2018, em contraponto ao aumento em 22,13% dos profissionais no mesmo período. Dados que confirmam a situação descrita por ASSUNÇÃO e OLIVIERA (2009), que referem que assistimos a compressão da massa efetiva com aumento de tarefas para os profissionais da educação, a escola amplia suas funções ao mesmo tempo em que reduz o número de professores a desempenhá-las e não fornece os meios e recursos materiais necessários para alcançá-las. Aparentemente, à medida em que os profissionais em exercício se sobrecarregam, devido à intensificação do trabalho, inclusive pela ausência de colegas licenciados para tratamento de saúde, mais professores se licenciam devido à necessidade de tratamento.

Perfil de Morbidade

O perfil de morbidade das licenças mostra que os transtornos mentais e comportamentais foram os diagnósticos mais prevalentes entre as licenças concedidas aos professores da rede municipal paulistana entre 2008 e 2017. Os quadros relacionados à convalescença apareceram em segundo lugar, seguidos pelos diagnósticos relativos ao sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, e em quarto lugar os problemas do aparelho respiratório. Esses resultados convergem com os estudos de outros autores: COSTA (2017) analisou as licenças e diagnósticos emitidos pela Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho e disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, por meio do Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão. A autora estudou os diagnósticos emitidos durante o ano de 2014 referentes às licenças tomadas entre 991 professores da Educação Básica da rede pública municipal de Ribeirão Preto. Segundo este estudo, o diagnóstico mais prevalente foi o referente ao capítulo XXI da CID-10 – fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (436 licenças); o segundo lugar foi ocupado pelos problemas respiratórios (232 licenças); o terceiro mais prevalente foram os problemas osteomusculares e do tecido conjuntivo (203 laudos); e os transtornos mentais e comportamentais corresponderam ao quarto diagnóstico mais prevalente entre os professores (200 licenças) em 2014. Nota-se que a maior quantidade de licenças se referiu a problemas de saúde pouco definidos e que a seguir os três grupos diagnósticos mais registrados apresentaram quantidades muito aproximadas. LEVORATO (2016), em estudo com 899 professores da rede pública estadual de Londrina, entre 2012 e 2013, observou que 50,4% deles referiu absenteísmo devido a problemas de saúde no ano anterior. Os principais diagnósticos referidos pelos participantes foram: problemas respiratórios (22,3%), osteomusculares (14,1%) e os transtornos mentais (11,0%). De acordo com Assunção, citada por ASSUNÇÃO e OLIVEIRA (2009, p. 364), os afastamentos na rede municipal de ensino de Belo Horizonte foram provocados por transtornos mentais (16%), aparelho respiratório (12%) e sistema osteomuscular e tecido conjuntivo (10%).

Em nossa pesquisa, notamos ainda que os diagnósticos comumente relacionados ao trabalho docente (problemas mentais e comportamentais, osteomuscular, respiratórios e sinais e sintomas) além de prevalentes apresentaram aumento progressivo ao longo da série histórica. O total destes diagnósticos foi de 51.797 em 2008 e de 96.395 em 2017. Em relação ao total de diagnósticos registrados no período de 2008 a 2017, a soma da proporção destes quatro diagnósticos variou de 47,14% (2014) a 50,82% (2009), com média anual de 48,18%. Em 2008

a soma desses quatro grupos diagnósticos representou a proporção de 48,07% do total das licenças recebidas pelos docentes, e em 2017 correspondeu a 48,38%, apresentando pouca oscilação durante o período de 10 anos. A ampliação do período estudado a partir da realização de novas pesquisas seria importante para esta verificação.

De todo modo, entre as licenças para tratamento médico, quatro entre os cinco principais diagnósticos recebidos pelos docentes da cidade de São Paulo entre 2008 e 2017 (os Transtornos Mentais e Comportamentais, os Transtornos Osteomusculares, as Doenças do aparelho Respiratório e os diagnósticos relacionados a Sinais e Sintomas) se referem a condições que estão relacionadas ao trabalho docente, segundo a literatura (DIAS, 2001; BERNARD, 1997; GARCIA e CHECKOWAY, 2003; TENANNT, 2001; ASSUNÇÃO e OLIVEIRA, 2009). A ocorrência destes diagnósticos pode estar relacionada à intensificação do trabalho, uma vez que a quantidade de professores aumentou, porém menos do que aumentou a quantidade de licenciados, aposentados e readaptados nesta rede. Os transtornos mentais comuns foram avaliados por GASPARINI *et al.* (2006), em uma amostra de 751 professores do ensino fundamental da rede municipal de Belo Horizonte. Os autores reportaram que a prevalência de transtornos mentais foi de 50,3%, e que os resultados mostraram associação “entre a prevalência de transtornos mentais e todas as variáveis relacionadas à experiência de violência na escola, à percepção negativa sobre o trabalho e às condições do ambiente físico na escola”. Eles afirmaram que a menor margem de autonomia estava ligada a maior prevalência de transtornos mentais entre os participantes. O contexto ocupacional dos docentes e sua relação com a ocorrência de esgotamento profissional (*burnout*) entre professores da rede pública da cidade de São Paulo foi estudado por SIMÕES e CARDOSO (2022), o esgotamento profissional está relacionado a sintomas físicos e emocionais comumente encontrados entre os professores. As autoras encontraram associação entre doze aspectos do contexto escolar, entre eles ter sofrido agressão dentro da escola, e o esgotamento profissional (*burnout*) entre os participantes. O ruído na sala de aula e dentro da escola, assim como as dificuldades no contato com alunos, pais, colegas e coordenação da escola foram outras fontes de esgotamento profissional entre os participantes.

Readaptações e Aposentadorias

Vimos que as readaptações funcionais na rede pública municipal de São Paulo aumentaram 51,73% entre 2010 e 2018, enquanto a quantidade de docentes na ativa diminuiu. Além disso, estudamos os diagnósticos que determinaram as readaptações: prevaleceram os transtornos mentais e comportamentais. As readaptações devidas a esses transtornos desta ordem ainda apresentaram aumento de 45,75%, entre 2008 e 2017. Em seguida, os problemas do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo e os problemas respiratórios causaram readaptações. A readaptação funcional implica em um reenquadramento administrativo. Uma vez readaptado o professor passaria a não poder se aposentar pela antiga regra de 25 anos de contribuição para mulheres e 30 para homens, fator de desestímulo ao acesso a esse recurso. Significa que para fins de aposentadoria o tempo de trabalho sob este enquadramento é considerado como o de um trabalhador comum, isto é, não é somado ao tempo trabalhado como professor, mesmo se a readaptação seja revertida.

Os sintomas e doenças físicas geralmente são mais adequadamente aceitos por seus portadores do que os transtornos mentais e comportamentais. Os profissionais que se licenciam ou se readaptam por motivo de ordem mental muitas vezes experimentam dificuldade em lidar com o próprio adoecimento e, ainda, as relações de trabalho na escola após o licenciamento por motivo de saúde mental podem ampliar o sofrimento. MACAIA e FISCHER, 2015, estudaram as questões intrapsíquicas e ocupacionais vivenciadas por 20 professores da rede pública municipal de São Paulo, os quais se licenciaram por transtornos mentais e comportamentais. Parte dos participantes retornou às atividades em sala de aula após a licença, e parte desses professores retornou ao trabalho como readaptados funcionais. As autoras discutem como as questões relacionadas ao licenciamento e readaptação por transtornos mentais podem atravessar o espaço escolar.

As informações sobre as aposentadorias entre professores da rede municipal foram apresentadas conforme o tipo: por invalidez, compulsórias (ocorrem quando o profissional atinge a idade de 70 anos) e aposentadorias voluntárias, iniciadas por pedido do solicitante uma vez preenchidos os requisitos necessários. Estas últimas aumentaram 136,77% entre 2008 e 2018, com “picos” em 2014 e em 2017. Naquele período se discutiam novas mudanças nos requisitos para aposentadoria, no contexto de reforma da previdência (MAIA, 2019; GOUVEIA *et al.*, 2019).

As aposentadorias por invalidez aumentaram 68,60% entre 2008 e 2017, sendo que os transtornos mentais e comportamentais foram os determinantes em 49,71% dos casos, sendo a

causa mais comum de aposentadoria por invalidez no período. MOREIRA *et al.* (2018), em estudo com 40 servidores aposentados por invalidez de uma universidade pública estadual de Londrina (UEL), referiram que os transtornos mentais e comportamentais foram os mais prevalentes, correspondendo a 35% das aposentadorias. Entretanto, os transtornos mentais e comportamentais aparecem como a terceira causa de aposentadoria por invalidez na população geral, correspondendo a menos de 15% dos diagnósticos, segundo os dados do DATAPREV referentes a 547.193 benefícios de aposentadoria por invalidez no Brasil iniciados entre 1999 e 2002, segundo GOMES *et al.* (2010).

Relação entre quantidade de docentes, licenças, aposentadorias e readaptações

Observamos que a quantidade de profissionais na ativa apresentou certo aumento entre 2008 e 2018, entretanto aumentaram ainda mais as condições referentes aos profissionais fora da ativa (readaptados, licenciados e aposentados), assim como a quantidade de licenças médicas. Desse modo, aparentemente ocorre um aumento de pressão de trabalho sobre os profissionais da ativa, tanto devido a aposentadoria de profissionais experientes, como pela readaptação, quanto pela necessidade de afastamento devido a problemas de saúde entre os colegas na ativa. Além da questão dos profissionais que se licenciam, autores como ASSUNÇÃO e ABREU (2019) discutem outro problema igualmente preocupante na categoria, o presenteísmo. Estudando o fenômeno da pressão laboral entre 6.510 professores, as autoras relatam que devido à dinâmica e demandas vivenciadas no ambiente escolar, o professor se sente pressionado a trabalhar mesmo estando doente. As autoras associam o fenômeno à culpa, frustração e ao sentimento de pouco apoio social no trabalho e questionam o papel da organização do trabalho escolar e dos modelos de gestão sobre a percepção de pressão laboral. Considerando o fenômeno da pressão laboral e presenteísmo entende-se que, além dos licenciados “oficiais”, outros professores podem ter deixado de se licenciar apesar de estarem doentes.

5 DISCUSSÃO

5.1 De 1960 a 1995 – Educação para poucos

Os dados que apresentamos se referiram a três bases distintas, IBGE, INEP e RAIS. Conforme a disponibilidade de cada base, a pesquisa abrangeu períodos históricos distintos, de modo a permitir um panorama histórico das últimas décadas acerca da Educação e do trabalho docente no Brasil. No IBGE coletamos informações sobre docentes e matrículas, entre outras, desde o ano de 1960 até 1995; no INEP a pesquisa foi de 1995 a 2018. Na base RAIS acessamos informações sobre os vínculos empregatícios dos professores de 1985 a 2018. Cada base apresenta peculiaridades em sua estrutura, sendo que a RAIS não informa sobre matrículas, porém possibilitou a comparação entre os vínculos docentes e demais vínculos empregatícios.

A partir dos dados do IBGE, desde o ano de 1960, podemos observar a restrita parcela da população que tinha acesso à Educação no país. Além disso, vimos que as matrículas no 2º grau representavam apenas 3,19% das matrículas de 1º grau. Essa pequena proporção revela a dificuldade da população que conseguia iniciar o processo manter-se no sistema de ensino.

Se as matrículas se concentravam no 1º grau, o corpo docente, igualmente, se concentrava neste nível de ensino. Considerando todas as instituições de ensino, isto é, públicas e privadas, encontramos em 1964 uma grande proporção de matrículas por docente²², correspondendo a 27,56 no 1º grau, o que sugere a precariedade da oferta de ensino, mesmo aos que tinham acesso à educação básica. Segundo o INEP²³, a edição de 2002 da pesquisa World Education Indicators (WEI), realizada pela UNESCO e pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), informa que o Brasil entre todos os países participantes da pesquisa tinha o maior número de alunos por professor no nível secundário (referindo-se às duas últimas séries do Fundamental e às três séries do nível Médio). A relação de alunos por professor no Brasil publicada pela pesquisa foi 35,6, enquanto a média nos países consultados pela WEI correspondeu a 21,7; entre os países da OCDE, a média foi de 14,3 alunos por professor.

²² Neste ano, as informações do IBGE referem-se ao “corpo docente” e não especificam sobre efetivo exercício ou afastamentos.

²³ INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)/ Notícias/ Censo Escolar/ 04 de Fevereiro de 2004 [acesso em 14.05.2021]. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/brasil-tem-maior-numero-de-alunos-por-professor-no-nivel-secundario/21206#:~:text=Nas%20escolas%20privadas%2C%20essa%20rela%C3%A7%C3%A3o,por%20turno%3A%2039%2C7.

Apuramos que as matrículas no nível Superior, em 1960, corresponderam a apenas 1,11% das matrículas de 1º grau, refletindo a percepção de extremo afunilamento ao longo do processo educacional vigente naquele período. Discutindo a restrição de vagas no ensino superior, BRAGHINI (2014) refere a ocorrência de fenômeno demográfico em decorrência do pós-guerra, o qual contribuiu para que no Brasil, como em outros países, numerosos jovens buscassem o sistema de ensino em busca da formação universitária. Entretanto, as instituições de ensino superior, até então restritas a pequenos grupos de pessoas, não dispunham de vagas e estrutura para recebê-los. O descompasso entre a oferta das instituições formadoras e a quantidade de jovens interessados em formar-se estendeu-se por anos; por um lado faltavam financiamento, planejamento e disponibilidade política para a ampliação do ensino superior; por outro, a necessidade e busca de acesso à formação por segmentos da população não restritos às camadas sociais elitizadas. Na França, em *Os Herdeiros*, Bordieu e Passeron (citados por BRAGHINI, 2014, p. 131), estudaram os processos de filtragem e seleção na manutenção da elite social no acesso às vagas universitárias. No Brasil, os jovens eram vistos como ameaça à universidade, sob alegação de que ocorreria uma massificação do ensino num processo que, aparentemente, culpabilizava os jovens pelas deficiências do planejamento educacional. Em 1960, segundo a autora, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinham sido aprovados; em 1969, foram 162 mil estudantes sem vagas. Os manifestos estudantis registrados na época muitas vezes foram interpretados como subversão (BRAGHINI, 2014). A tensão popular aumentava e, em 1968, com a Lei 5.540 o vestibular, que até então examinava tão somente a suficiência para o acesso ao ensino superior, passou a ter o caráter classificatório e eliminatório. A partir da nova lei só seriam considerados ao ensino superior os estudantes que atingissem as maiores notas, dentro do número de vagas disponibilizadas pelas instituições; os demais seriam não teriam acesso. O contingente de secundaristas, interessados na formação que possibilitaria melhor inserção social, passariam a ser nomeados como “excedentes”, em um processo que, aparentemente, configurou uma transferência de responsabilidade. Afinal, o foco recairia sobre os jovens “excedentes”, não sobre a restrição e insuficiência de vagas.

Lembremos que foi na década de 60 que Paulo Freire propôs seu método, dialógico, a leitura do mundo, dirigido à alfabetização de adultos e comunidades (ALMEIDA, 2003). Na década de 60, segundo Paiva e Scocuglia citados por ALMEIDA (2003, p. 15), a proporção de analfabetos no Brasil correspondia a 39,48%, enquanto no Nordeste se registrava em 59,8%. O analfabetismo, além de todas as limitações, ainda impedia o poder de voto à esta parte da população. As informações trazidas por esses autores estão em concordância com os dados que

apuramos sobre a alfabetização da população maior de 5 anos: no ano de 1970, a alfabetização correspondeu a 60,34% dos brasileiros. Portanto, o analfabetismo atingia 39,66% da população. Segundo os dados que apuramos, o analfabetismo persistiu pelas décadas seguintes. Em 1980 o analfabetismo correspondeu a 32,05%; em 1985 representava 26,59%; e 25,15% em 1991. Os dados que encontramos refletem um lento processo de inclusão da população ao letramento, uma vez que em 1980, 25,78% dos jovens entre 10 a 14 anos foram declarados analfabetos, assim como 56,19% das crianças entre 7 a 9 anos de idade. Ainda em 1991, 17,73% dos jovens entre 10 a 14 anos e 41,67% das crianças entre 7 e 9 anos não estavam alfabetizados. Além disso, ao longo do período apurado no IBGE, do ano de 1960 ao de 1991, verificamos que o analfabetismo esteve presente em todas as faixas etárias da população.

A partir dos anuários do IBGE, vimos que, em 1970, o analfabetismo atingia 32,28% dos adultos na faixa de 30 a 39 anos e 57,66% entre os brasileiros com 70 anos ou mais. O afunilamento ao longo dos níveis educacionais se mantinha, sendo que dados sobre a Pós-graduação em 1975 referem que esta representava apenas 1,6% das (reduzidas) matrículas do Ensino Superior. As matrículas na Pós-graduação corresponderam a ínfimos 0,09% em relação às matrículas registradas no 1º grau naquele ano. Segundo BRAGHINI (2014), após a Reforma Universitária de 1968, que lançou os cursos de curta duração, o ensino superior privado cresceu 410% e o público 210%.

As informações disponíveis sobre os docentes de 1975 fazem referência ao “corpo docente” considerando os indivíduos, os quais podem, ou não, possuir mais de um vínculo como professor. Naquele ano, 77,76% dos profissionais se concentraram no ensino de 1º grau. Em 1985 o afunilamento ao longo dos níveis educacionais se manteve, ainda que as matrículas de 2º grau representassem 12,18% das de 1º grau, naquele momento. A relação matrículas por função docente em exercício, no 1º grau, correspondeu a 23,80 em 1985.

Referente ao ano de 1995, encontramos informações sobre matrículas no nível Pré-escolar de ensino, correspondendo a 12,60% do total de matrículas. Em 1995, o número de matrículas por função docente em exercício correspondeu a 20,32 na Pré-escola e a 20,65 no 1º grau. Comparando os dados entre 1975 e 1995 observamos que, em todo o período, ocorreu concentração de matrículas e de funções docentes no 1º grau de ensino e redução progressiva nos níveis seguintes: 2º grau, graduação e pós-graduação.

As informações sobre as taxas de promoção escolar no período entre 1984 e 1995 nos permitem compreender o processo de retenção de alunos a cada série: a “não promoção” chegou à taxa

de 0,57 na 1ª série do 1º grau em 1984. A persistência das taxas medianas de promoção ao longo das etapas educacionais conduz o estreitamento das matrículas ao longo dos níveis de ensino. Configurava-se um contínuo processo de seletividade ao longo das etapas, muitas vezes considerado como “meritocracia”; seletividade que, por outro lado, promovia a exclusão escolar da maior parte das crianças, comprometendo suas futuras possibilidades de engajamento social, além de manter em níveis acanhados a escolarização da sociedade como um todo.

FERRARO e ROSS, 2017, discutiram os conceitos de “*exclusão da escola*” e “*exclusão na escola*”, discriminando entre os processos que vão além da mera dimensão espacial da exclusão escolar. Os autores referem como “*exclusão da escola*” a condição em que se encontram crianças e adolescentes, em idade escolar, em duas situações: aqueles que nunca ingressaram na escola e aqueles que, uma vez tendo ingressado, já haviam sido excluídos e, portanto, também estavam fora da escola. Por sua vez, o conceito de “*excluídos na escola*” se refere aos aproximadamente 7 milhões de estudantes que em 2010 estavam na escola, porém defasados em dois ou mais anos de estudos, sendo considerados de “baixo rendimento”. Segundo os autores, a noção de “*excluídos na escola*” coincide com a de “*excluídos do interior*”, cunhada na França, em 1992, por Bourdieu e Champagne citados por FERRARO e ROSS (2017, p.7). Os autores afirmam que a condição “*excluídos do interior*” refere-se àqueles alunos que permanecem no interior da escola, porém em condição de exclusão potencial ou adiada.

5.2 De 1995 a 2018 – Ampliação do sistema de ensino

Na base de dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) encontramos dados sobre a Educação entre 1995 e 2018. Nesse período de 23 anos, verificaram-se legislações e reestruturações com o objetivo de adequação do sistema educacional à Constituição de 1988. A Constituinte definiu o acesso à Educação como um direito, diferentemente de Carta Constitucional anterior, desta vez o direito à Educação previa a possibilidade de responsabilização do agente público por seu não cumprimento. Entre as regulamentações, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei 9.394), a Lei nº 11.274/2006, que estendeu o ensino fundamental obrigatório de 8 para 9 anos, e a emenda constitucional nº 59, de 2009, que ampliou a obrigatoriedade da educação básica, a qual passou a incluir a educação Pré-escolar, o Fundamental e o ensino Médio (FERRARO e ROSS, 2017).

A Sinopse Estatística da Educação Básica de 1995 apresenta divisão entre Pré-escola e Ensino Regular; os níveis do Ensino Regular são apresentados como ensino Fundamental (antigo ensino de 1º grau) e ensino Médio (antigo 2º grau). Em 1995, as matrículas no ensino Fundamental corresponderam a 71,72% do total de matrículas daquele ano. As matrículas no ensino Médio corresponderam a 16,45% das registradas no Fundamental, indicando o estreitamento na passagem entre esses níveis. A relação entre matrículas e função docente correspondeu a 23,18, no Fundamental e a 12,11 no ensino Superior. As matrículas no ensino Superior corresponderam a 5,39% das matrículas do Fundamental (antigo 1º grau) de 1995, sendo que as instituições particulares responderam por 61,19% do total de matrículas nos cursos superiores naquele ano.

Na Sinopse Estatística da Educação Básica de 2018, os níveis educacionais estão divididos em: Educação Infantil, ensino Fundamental, ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Considerando apenas as matrículas nas etapas de Pré-escola, Fundamental, ensino Médio e Superior encontramos o total de 52.089.838, o que correspondeu a um acréscimo de 14,35% em relação ao total de matrículas de 1995, considerando os mesmos níveis de ensino. Por outro lado, as matrículas no ensino Fundamental em 2018 diminuíram em relação à 1995, o que parece ser devido a mudanças no perfil demográfico da população. Segundo o IBGE Educa²⁴, a pirâmide etária da população brasileira mostrou que houve menor porcentagem, em 2019, nos grupos etários mais jovens em relação a 2012.

As matrículas no ensino Fundamental em 2018 corresponderam a 52,19% do total de matrículas; enquanto as do nível Médio corresponderam a 28,36% das matrículas do nível Fundamental, denotando um estreitamento menos intenso na passagem entre esses níveis em relação aos anos anteriores (1975, 1985 e 1995).

Em 2018, as matrículas no nível Superior de ensino (considerando os cursos presenciais e à distância) representaram 16,22% do total de matrículas, enquanto em 1995 elas representaram 3,86% desse total. Sendo assim, no ensino Superior, em 2018, observamos um acréscimo de 380,23% nas matrículas em relação ao total referido em 1995. Observamos que as matrículas na rede privada de ensino corresponderam a 75,42% do total de matrículas no nível Superior em 2018. Além disso, as matrículas no ensino Superior nas instituições privadas aumentaram

²⁴ IBGE Educa/ Conheça o Brasil/ População/ Educação/ Pirâmide etária. [Acesso em 10.05.2021]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>

501,73% em relação ao número de matrículas que essas instituições registraram em 1995; enquanto as instituições públicas de ensino Superior apresentaram crescimento mais modesto no período (federais aumentaram 260,51%, e estaduais 176,26%.)

Os dados de 1995 referem as funções docentes em exercício, entretanto, em 2018 são referidos os docentes como indivíduos, sendo que eles podem atuar em mais de uma função docente. Como são referidos de forma distinta não se pode realizar uma análise ponderando os dados de 1995 e 2018 acerca da assistência docente. Entretanto, observamos que em 2018 a quantidade de matrículas por docente no ensino Superior correspondeu a 21,98, enquanto em 1995 a proporção foi de 12,11 matrículas por função docente. Além disso, o INEP informa que em 2018 a média de alunos por turma na Educação Básica foi de 23,1 e no Ensino Médio foi de 30,2.

5.3 De 1985 a 2018 – Trabalho Docente e Precarização

Estudando o período entre 1985 e 2018, por meio dos dados obtidos na RAIS, observamos o aumento quantitativo dos professores nas faixas etárias a partir de 40 a 49 anos de idade, evidenciando o envelhecimento da categoria. Apesar de podermos observar o aumento na população geral de empregados nas faixas etárias mais avançadas, entre os professores o aumento foi proporcionalmente maior nas faixas a partir de 40 anos; mostrando o envelhecimento da categoria docente em relação à população geral de empregados em 2018. Simultaneamente, foi observada a diminuição dos docentes nas faixas de 18 a 24 anos, 25 a 29 anos e 30 a 39 anos, que apresentaram diminuição importante de sua participação proporcional na composição da categoria docente no período. Em 1985 os docentes entre 18 e 29 anos correspondiam a 28% da categoria, porém, em 2018 representavam apenas 10% dos professores em atividade. Dados que mostram a diminuição na adesão dos jovens à carreira.

No período de 33 anos o número de vínculos docentes na base RAIS aumentou: em 1985 foram 1.335.990 vínculos docentes registrados na base RAIS; em 2018 eram 3.587.592 vínculos. Porém, os vínculos foram mais fragmentados, implicando em uma diversidade de jornadas de trabalho semanal. Por outro lado, em relação à população geral empregada, a categoria de professores apresentou um aumento bem pequeno: os professores representavam 6,62% do total de vínculos de 1985 e, em 2018, eram 7,69% do total de vínculos empregatícios registrados. O aumento na proporção de vínculos docentes em relação à população formalmente empregada

foi de apenas 1,17% no período de 33 anos. Essa pequena proporção de 1,17% de aumento nos vínculos docentes chama atenção por ter ocorrido justamente no período em que, por meio da Assembleia Constituinte, o Brasil reformulou todo o seu sistema educacional. A Constituição de 1988 desencadeou o provimento de acesso da população à Educação; assim como as disposições legais subsequentes, que ampliaram o período de escolarização obrigatória e os fundos criados em favor da implementação e manutenção das atividades escolares, como o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e FUNDEB (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Observou-se um processo de expansão do número de escolas e de vagas oferecidas no sistema de ensino no país, como vimos acima, por meio das informações obtidas no IBGE e no INEP. Em 1985, segundo o IBGE o número total de matriculados (considerando o Ensino Regular, o ensino Superior e a Pós-graduação) foi de 29.191.209; e em 2018 o INEP informa que foram 52.089.838 matrículas, considerando as mesmas etapas de ensino, o que corresponde a um aumento de 78,44% neste período de 33 anos. Considerando a ampliação concreta do número de vagas, matrículas e de estabelecimentos de ensino em todo o país, esperávamos observar significativo aumento da força de trabalho docente entre os anos de 1985 e 2018. Além disso, seria esperada uma relação entre o número de alunos e o de professores que permitisse avançar na qualidade do ensino oferecido à população, ou pelo menos, uma relação aluno/docente mais próxima aos padrões de países que obtêm índices satisfatórios em Educação.

5.3.1 Rendimentos da Categoria Docente

Analisando os rendimentos dos docentes percebemos que em 1985 50,47% dos docentes receberam apenas até 3 salários-mínimos (SM), sem considerar os vínculos “não classificados” quanto ao rendimento (que somaram 8,01% do total de docentes, naquele ano). Em 2018, 50,72% dos docentes receberam até 3 SM. Dessa forma, no período de 33 anos não se percebeu aumento nos rendimentos de cerca de metade dos vínculos da categoria. Quanto aos rendimentos na faixa salarial mais alta (mais de 20 SM), em 1985 correspondiam 0,72% do total da ativo categoria e, em 2018, a 0,83%, denotando estabilidade na quantidade de vínculos docentes que acessaram a faixa de rendimentos mais altos. Essa informação leva a considerar que as perspectivas de aumento de ganho salarial na categoria são extremamente limitadas e restritas a uma pequena minoria.

Na população geral empregada observamos que 65,89% tiveram vencimentos até 3 SM em 1985 e 72,91% em 2018. Considerando apenas este parâmetro, os vencimentos dos docentes poderiam parecer melhores que os da população empregada em geral. Entretanto, é esperado que as qualificações produzam retornos na remuneração e sabemos que a carreira docente implica qualificações, as quais tem sido cada vez mais exigidas aos professores. Quando considerada a escolaridade, observamos que em 1985 os vínculos docentes com formação de nível Superior (ou Pós-graduação) corresponderam a 41,66%; enquanto em 2018, foram 84,20% dos vínculos docentes com formação de nível Superior ou Pós-graduação. Essa informação mostra que ocorreu um intenso processo de qualificação dos vínculos docentes entre 1985 e 2018, porém, os rendimentos da categoria não refletiram essa evolução. Quando consideramos a porcentagem de vínculos docentes graduados conforme a faixa de rendimentos, constatamos que os docentes graduados são mais numerosos nas faixas mais baixas de rendimentos e que sua presença diminui à medida em que aumentam as faixas de remuneração, tanto em 1985 quanto em 2018. Em comparação com os vínculos profissionais graduados não docentes, observamos a distribuição inversa: os vínculos graduados de não docentes são mais numerosos nas faixas salariais mais altas e menos numerosos nas faixas salariais mais baixas, mostrando que, apesar da qualificação, os rendimentos docentes são menores que os das demais categorias profissionais graduadas.

A análise sobre os tipos de vínculo empregatício dos docentes revelou que em 1985 eram mais prevalentes as contratações por meio da CLT (Consolidação da Leis do Trabalho), seguidos pelos vínculos Estatutários. Juntos esses dois tipos de contratação responderam por 89,88% dos vínculos docentes naquele ano. Já em 2018, as contratações mais prevalentes foram as de Estatutários, ou seja, docentes ligados às administrações públicas (62,96%). Além disso, observamos a ocorrência de vínculos de CLT de Pessoa Jurídica Individual (CLT U/ PJ Ind), que representaram o segundo tipo mais prevalente de contratação (33,21%). Verificamos que a Reforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.46/2017) estabeleceu a contratação do Autônomo Pessoa Jurídica, o qual não possui vínculo empregatício com a empresa, seria como um prestador de serviços, independente e sem direito aos benefícios previstos pela CLT, como férias remuneradas, entre outros. Dessa forma, a ocorrência de vínculos CLT U/ PJ Ind, CLT U/ PF Ind, CLT R/ PJ Ind e CLT R/ PF Ind, indicados pela base RAIS, sugere a precarização desses vínculos docentes em 2018.

Quanto aos rendimentos, observamos que em 1985 os vínculos Estatutários foram prevalentes nas faixas salariais medianas; enquanto nas faixas mais baixas (até 2,00 SM) e, também, nas

mais altas (10 – 15 SM, 15,01 – 20,00 SM e Mais de 20 SM), os vínculos CLT foram majoritários. Por outro lado, em 2018 os vínculos Estatutários foram prevalentes em todas as faixas salariais a partir de 2,01 salários-mínimos. Naquele ano, os vínculos CLT U/ PJ Ind estiveram presentes em todas as faixas salariais, sendo os mais prevalentes apenas nas faixas até 2 salários-mínimos.

5.3.2. Educação e Feminização

Em 1985 o sexo feminino representava 79,25% dos profissionais e em 2018 representou 75,08% dos vínculos da categoria. Apesar das mulheres serem maioria na categoria, observamos que os homens são mais numerosos à medida que os vínculos apresentam maiores rendimentos. Nas duas faixas de maior rendimento os homens foram maioria, tanto em 1985 quanto em 2018, evidenciando o menor acesso feminino às faixas de maior rendimento, sugerindo o menor reconhecimento do trabalho feminino.

Lembremos que desde o século XIX, além do ideário que associava a educação aos papéis femininos, a escolarização das mulheres (permitida em Lei apenas em 1827) possibilitou a elas o acesso ao trabalho como professora, facilitado também pela saída dos homens desse mercado. Considerando que a escola normalista era a única forma de uma mulher poder continuar seus estudos, sendo vedado às mulheres o acesso ao ensino superior (HYPOLITO, 1997), o ingresso ao magistério aparentemente se configurava como “opção obrigatória” para o acesso feminino ao trabalho formal. Ainda assim, podemos concordar com Cardoso, citada por HYPOLITO (1997, p. 71), na proposição de que o acesso das mulheres à docência representou uma possibilidade de projeção social, política e cultural para as mulheres, ou seja, se configurou como uma verdadeira conquista de espaço.

Entretanto, apesar da possibilidade de obter salários iguais naqueles primórdios, as mulheres não podiam aprender (e ensinar) conteúdos de geometria, álgebra e aritmética, e na prática recebiam salários menores que seus colegas do gênero masculino. Essa diferença no acesso à formação e, conseqüentemente aos ganhos salariais, era sustentada por meio de argumentos como o de que “não dependia delas o sustento do lar” (HYPOLITO, 1997); argumentos que pretendiam mascarar a subjacente desvalorização do trabalho feminino. É concordante com nossos resultados a consideração de Apple, (citado por HYPOLITO, 1997, p.67), de que a desvalorização persiste até hoje, uma vez que se mantém uma divisão de trabalho na Educação,

onde as mulheres são a grande maioria, porém as funções que auferem maior ganho como a gestão do trabalho, por exemplo, são ocupadas por homens.

Estudando o trabalho de mulheres em cinco empresas diferentes, RODRIGUES (2005) discute a questão da invisibilidade da qualificação feminina no contexto do trabalho remunerado. Na medida em que observamos que a força de trabalho na Educação é quase que totalmente composta por mulheres e que os homens nesse campo majoritariamente exercem as funções de coordenação e gerenciamento das atividades, consideramos que a invisibilidade referida pela autora também parece se configurar no trabalho em Educação, onde se reproduz uma divisão de trabalho que desfavorece as mulheres, apesar de se atribuir a elas um tipo especial de qualificação, relativa ao cuidado e interação com crianças e jovens, enquanto favorece aos homens o acesso aos postos de maior poder, visibilidade e remuneração. Finalmente, retomamos a concepção descrita por HIRATA e KERGOAT (2007) acerca do conceito da divisão social do trabalho, como portador de dois princípios organizadores: o princípio de separação (que sustenta a existência de trabalhos de homem e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher). Segundo as autoras, falar em divisão sexual do trabalho é mostrar que essas desigualdades são sistemáticas, sendo necessário articular uma reflexão sobre os processos como a sociedade usa essa diferenciação para hierarquizar as atividades e os sexos, mantendo um sistema de gênero.

5.4 Precarização e Eventos de Saúde entre Docentes

5.4.1 Diminuição na quantidade de professores

Considerando o momento em que se constatou o maior número de professores em cada administração observamos diminuição na quantidade professores em todas as instâncias (considerando a soma de professores efetivos e temporários). No Acre apesar de ocorrer aumento de 2013 a 2019, em 2020 o número de professores regrediu ao patamar em que se encontrava em 2014. No Ceará apesar da oscilação ao longo do período, o índice de 2018 foi inferior ao de 2008. Na cidade do Rio de Janeiro o ano com maior quantidade de profissionais foi 2014, apresentando lenta diminuição ao longo dos anos seguintes, em 2018 a quantidade de profissionais era menor que a registrada em 2014 e em 2012. Em Belo Horizonte observamos que a quantidade de professores da Educação Infantil aumentou no período, porém a quantidade

professores da Educação Básica de 2018 (9.619) foi menor que a de 2008 (10.305). Em Minas Gerais em 2020 a diminuição em relação ao ponto máximo (2013) foi de 23,19%. No estado de São Paulo de 2008 a 2018 a redução no número de professores foi de 13,72%, sendo que em 2018 o índice de professores foi menor que o vinte anos antes (1998). Na cidade de Curitiba observamos o ponto máximo em 2014 com lenta diminuição nos anos seguintes, sendo que 2018 apresentou índice inferior ao ano de 2012. Na cidade de São Paulo com alguma oscilação durante o período, a maior quantidade de professores foi registrada em 2015, apresentando número 2,87% menor em 2018. Concluímos que algumas instâncias apresentaram oscilação maior nesse índice, enquanto outras tenderam a mais estabilidade. A extensão das séries históricas estudadas obedeceu a disponibilidade de dados oferecidos pelas administrações, sendo que para maior precisão quanto à tendência de queda no número de professores seria necessária a continuidade na observação desse parâmetro ao longo de séries de dados mais longas.

A precarização do trabalho docente revelada na diminuição do número de docentes ao longo do tempo pode ser observada pelas estatísticas disponibilizadas, por exemplo, pelo Estado de São Paulo. Entre 1998 e 2018 verificamos aumento na quantidade de professores, porém 10 anos depois a quantidade desses profissionais era menor que a registrada 20 anos antes, evidenciando a redução de profissionais para o atendimento e desenvolvimento da educação. A diminuição de profissionais aumenta a intensificação das demandas aos profissionais que permanecem, podendo incidir sobre o coletivo de trabalho e conduzir a problemas de saúde. Considerando a diminuição de profissionais ao longo de 20 anos, aparentemente, configura-se a falta de investimento no setor, sob o custo dos profissionais e da precarização da própria atividade educativa.

A precarização na quantidade de profissionais influi negativamente pois, aparentemente, a quantidade de docentes é sempre menor do que a necessária para o atendimento e desenvolvimento das atividades escolares. Conforme verificamos a partir dos dados da pesquisa World Education Indicators, o Brasil foi o país com a maior média de alunos por turma entre todos os que fizeram parte da pesquisa, o que confirma a excessiva solicitação aos docentes. ASSUNÇÃO (2003), discutindo o trabalho dos professores, refere os danos associados à hiper solicitação vocal e à frustração (e o tempo perdido) por não conseguir manter o controle e diminuir a indisciplina na sala de aula. A autora refere a precariedade das condições de trabalho incidindo sobre os professores, e em outras ocupações, e discute a necessidade de compreensão das lógicas que determinam a precarização do trabalho e suas implicações profundas sobre

aqueles que sofrem suas consequências. ASSUNÇÃO (2003) refere que a relação saúde e trabalho comporta, para quem trabalha, a necessidade de alcançar as metas colocadas, possibilidade que permite reafirmar a autoestima, desenvolver habilidades e expressar emoções. Entende-se que a frustração no cumprimento destas metas acarreta consequências desagradáveis aos profissionais, não permitindo que os efeitos positivos do trabalho sejam vivenciados.

5.4.2 Vínculos empregatícios temporários, Desligamentos, Evasão de docentes e Exonerações

Além da diminuição da quantidade total de professores, a partir das informações apresentadas, constatamos uma tendência à contratação de docentes como trabalhadores temporários. No Acre os temporários representaram mais que dois terços da força de trabalho docente de 2013 a 2019, e mesmo em 2020, ano da pandemia, foram prevalentes sobre os efetivos.

O estado de Minas Gerais reportou que os “não efetivos” são profissionais temporários, os quais são admitidos no início do ano letivo e desligados ao final. Em Minas Gerais, em todos os anos de 2009 a 2019 os professores temporários foram maioria em relação aos efetivos.

Até o momento, o Sistema de Informações ao Cidadão do estado de São Paulo não forneceu informações sobre os professores temporários de sua rede pública. Entretanto, PIOLLI e RODRIGUES (2017), a partir de informações obtidas por meio de solicitação, reportaram dados sobre a categoria “O”, criada em 2009 por meio da Lei 1.093/2009, para regulamentar as contratações de temporários. Eles referem que a contratação de professores na categoria “O” iniciada nesta rede estadual em 2009 prevê o desligamento dos profissionais ao final do ano letivo. Os autores informam que as contratações sob este regimento já representavam a maioria entre os professores não efetivos da rede pública do estado de São Paulo: 61,9 mil professores temporários contratados na categoria “O” em 2013, ultrapassando o total de “não efetivos” da categoria “F”, que naquele ano eram 60,1 professores. Segundo os dados apresentados pelos autores, em novembro de 2013 o total de efetivos na rede pública do estado de São Paulo era de 116.122 professores (PIOLLI e RODRIGUES, 2017, p.60). Entre outras condições que revelam a precariedade de sua vinculação ao emprego, os autores informam que os professores temporários da categoria “O” no estado de São Paulo têm possibilidade de apenas um dia de licença médica por mês e, no máximo 6, durante o período contratual de 10 meses.

Belo Horizonte referiu não fazer contratação de temporários. O Ceará, a cidade do Rio de Janeiro e Curitiba não informaram sobre a contratação de temporários. JACOMINI e MINHOTO (2015) referem que a rede pública municipal de São Paulo promove concursos regularmente de modo que, em 2010, 92% dos professores não-efetivos estavam nesta rede há no máximo três anos.

O vínculo temporário, que tem sido amplamente utilizado pelas administrações públicas, geralmente não prevê o acesso do professor a direitos como Previdência Social, afastamento para tratamento de saúde e possibilidade de readaptação e de aposentadoria. Além disso, o vínculo temporário fragiliza o envolvimento do professor com a rede de ensino, com os colegas e o processo educativo, o que impacta a qualidade do trabalho assim como enfraquece o trabalho coletivo das equipes. Autores como NOVAES (2010), FELISBERTO COSTA e MUELLER (2021), FELDMAN (2020) criticam esse tipo de contratação. FELDMAN e ALVES (2020) ainda apontam as questões clientelísticas em relação aos poderes locais.

À parte da questão dos temporários, a evasão de docentes concursados ou estáveis também pôde ser identificada. Na cidade do Rio de Janeiro, CARRASQUEIRA e KOLINSKI (2021) identificaram em 2016 a taxa de evasão de 14% entre os de docentes concursados de 2009 a 2012. Segundo os dados de Belo Horizonte, de 2009 a 2019 ocorreram 190,91 exonerações ao ano em média. Além disso, a rede pública estadual de Minas Gerais teve média de 1.179,4 exonerações por ano de 2009 a 2018. Não obtivemos informações sobre exonerações entre os professores do Acre, Ceará, estado de São Paulo, Curitiba e cidade de São Paulo.

5.4.3 Afastamento para tratamento de saúde e licenças médicas

Houve aumento no número de professores que se afastaram e que se licenciaram para tratamento de saúde no Acre, de 2008 a 2018, em 2014 a quantidade de licenciados quase igualou a de professores efetivos no estado. No Ceará, a proporção de licenciados em relação ao total de professores aumentou progressivamente de 2008 a 2018. Em Belo Horizonte a quantidade de licenças médicas aumentou entre 2010 e 2018. A proporção entre os professores que se licenciaram e o total de professores da cidade do Rio de Janeiro aumentou de 2008 a 2015. Na rede pública estadual de Minas Gerais foi informado aumento na quantidade de

professores licenciados de 2009 a 2013 e de 2016 a 2018. Na rede pública do estado de São Paulo a quantidade de licenças aumentou de 2014 a 2017. Em Curitiba aumentou a proporção entre a quantidade de licenças para tratamento de saúde e a quantidade de professores da Educação Básica na rede pública municipal de 2008 a 2018. Na cidade de São Paulo o total de professores licenciados aumentou 63,37% de 2009 a 2018.

Em redes como a da cidade de São Paulo, onde a maior parte dos não efetivos está vinculada a menos de três anos (JACOMINI e MINHOTO, 2015), é possível que o registro dos problemas de saúde dos professores esteja menos prejudicado. Lembramos que as informações apresentadas pelas administrações públicas sobre licenças se referiram principalmente aos professores efetivos. Os problemas de saúde que afetaram os professores sob contratos temporários em muitos casos não apareceram nas informações sobre licenças, sobre quantidade de professores licenciados, readaptações e aposentadorias, pois os temporários não têm acesso a esses direitos. Dessa forma, as estatísticas sobre os problemas de saúde dos professores temporários não foram acessíveis ao estudo, pois aparentemente o sistema de ensino não faz esse registro. Eles são como autônomos, como um motorista de Uber, ou um entregador de pizza (infelizmente). Segundo PIOLLI e RODRIGUES, 2017, o vínculo do professor temporário (categoria “O”) pode ser suspenso caso necessite de mais de um dia para tratamento de saúde em um mês, ou mais de 6 dias em 10 meses. Os desligamentos desses profissionais também podem acontecer por outros motivos, por exemplo, se suas aulas forem designadas a outro profissional, a critério da administração. Dessa forma, mesmo que pudéssemos investigar a quantidade de vínculos temporários que foram suspensos ou interrompidos, não poderíamos especificar os motivos que causaram a suspensão, a não ser buscando os registros caso a caso, ultrapassando os propósitos deste estudo.

O aumento progressivo no número de professores que se licenciaram em relação à quantidade de profissionais contribui para a sobrecarga dos docentes. Autores como BOSI, 2007; ARBEX, 2013; e ALCANTARA, 2016, discutiram o absenteísmo, a precarização do trabalho e dos vínculos entre os profissionais contribuindo para a falta de apoio mútuo entre eles.

Em relação ao aumento na quantidade de professores que se licenciaram devido a eventos de saúde, consideramos o aumento da pressão sobre os professores: o aumento do número de alunos a serem atendidos, o aumento de atividades também com a coordenação, decorrendo em maiores demandas e intensificação do trabalho. A intensificação ainda pode impactar as atividades extraclasse, VEDOVATO e MONTEIRO (2007) em pesquisa com 258 professores da rede estadual de São Paulo apontam que além das atividades desenvolvidas no ambiente

escolar, os professores despendem aproximadamente 2 a 3 horas diárias em atividades fora da escola, o que configura uma sobrecarga de trabalho. SILVA e FISCHER (2020) afirmam que o trabalho do professor avança sobre sua vida pessoal cotidiana, de diversas maneiras, sem que haja consentimento ou controle de sua parte, gerando nocividade. Os autores descrevem o sofrimento decorrente da vinculação contínua ao trabalho devido a frustrações, ao abalo moral, às pendências ininterruptas e pela interferência do trabalho no curso da vida privada. Segundo ASSUNÇÃO e OLIVEIRA (2009), a intensificação do trabalho pode ocorrer quando existe diminuição da massa efetiva sem diminuição da produção; mudanças organizacionais também podem gerar intensificação; assim como no âmbito da atividade, onde cabe ao trabalhador “regular os efeitos da ampliação da complexidade ou do aumento do número de tarefas a serem realizadas na mesma unidade temporal por uma mesma pessoa ou equipe”, entre outras situações.

5.4.4 Diagnósticos prevalentes entre professores

Os dados disponibilizados pelo Estado de São Paulo sobre os diagnósticos que determinaram as licenças médicas recebidas pelos docentes entre 2014 e 2018 mostram que os Transtornos Mentais e Comportamentais (Capítulo V da CID-10) foram os mais prevalentes entre as licenças concedidas aos professores, seguidos pelos de Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo (Capítulo XIII) e pelos diagnósticos de Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (Capítulo XXI). Observamos que esses três tipos de diagnóstico referem problemas de saúde relacionados ao trabalho. Além disso, os diagnósticos de Transtornos Mentais e Comportamentais aumentaram ao longo do período, entre 2014 e 2018. Como referimos anteriormente, mesmo considerando a massiva contratação de professores temporários (da qual não se pode obter dados sobre saúde), a quantidade de docentes vinculados ao Estado de São Paulo não aumentou no período, sendo possível afirmar que o aumento das licenças corresponde ao aumento do adoecimento entre os profissionais.

Os dados de morbidade disponibilizados pelo Estado de São Paulo estão em concordância com os disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Dessa forma, concluímos que, entre os professores, tem aumentado os episódios de sintomas relacionados ao trabalho. Consideramos que a precarização verificada no período quanto aos vínculos empregatícios, quanto à quantidade insuficiente de profissionais, quanto às condições de trabalho e

remuneração, aparentemente, influi sobre este resultado. Além disso, consideramos que os resultados de morbidade referidos pelos diagnósticos das licenças concedidas aos professores em Minas Gerais e em Curitiba estão em conformidade aos das administrações do estado de São Paulo e da cidade de São Paulo, demonstrando a incidência dos Transtornos Mentais e Comportamentais entre professores destas redes públicas de ensino, assim como de outros agravos como os problemas osteomusculares e respiratórios.

Ressaltamos que a precarização dos vínculos e o adoecimento verificados por meio dos dados disponibilizados pelas administrações públicas aparentemente estão refletindo apenas uma parte do problema, pois elas representam apenas uma parcela dos professores atuantes em cada rede. Além disso, neste estudo não abordamos os dados sobre saúde e licenças entre os profissionais das escolas particulares, onde os vínculos empregatícios e as condições de trabalho tendem a ser ainda mais precarizados.

5.4.5 Psicologia do Trabalho e Psicopatologia do Trabalho – a complexidade do Trabalho Docente

Segundo FRANCO, DRUCK e SELIGMANN (2010, p. 237), o estudo dos contextos microsociais de trabalho possibilita a compreensão sobre o adoecimento mental relacionado à precarização, além disso, as autoras entendem que a “*psicopatologia da precarização se configura como novo território no âmbito da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho*”. Nesse sentido, outro ponto que merece atenção quanto às licenças entre os docentes se relaciona à ausência de mecanismos satisfatórios para o cumprimento das atividades dos profissionais ausentes, isto é, em licença. Comumente são gerados conflitos evitáveis nas equipes, pois, não sendo planejados dispositivos de suporte às ausências, os profissionais da ativa são instados a assumir maior número de alunos com frequência enquanto durar a licença do colega. A sobrecarga gerada no professor em atividade pode ser sentida por este como devida ao colega licenciado, num processo que conduz à culpabilização dos licenciados, levando a desacreditá-los, como aos seus sintomas, o que contribui para aumentar as fontes de pressão sobre os que se ausentaram para tratamento. MACAIA e FISCHER (2015); ARBEX *et al.* (2013) e PAPARELLI (2009) discutiram as dificuldades no contato com os colegas de trabalho enfrentadas pelos profissionais que retornam ao trabalho após licenciamento devido a tratamento de saúde. A precarização das condições de emprego limitando a quantidade de

profissionais corrobora a falta de apoio entre as equipes, a qual é descrita na literatura como um dos fatores componentes do esgotamento profissional na categoria, conforme SIMÕES e CARDOSO (2022); ARBEX *et al.* (2013) entre outros. Segundo PAPARELLI (2009) estes mecanismos aumentam o desgaste na relação do professor com o trabalho.

DEJOURS (1994) discute o conceito de carga psíquica em função da organização do trabalho, sendo esta última entendida como a repartição entre quem executa e quem organiza a tarefa o que, por sua vez implica em divisão social e conflito de desejos. Segundo o autor, quando a liberdade de organização do trabalho diminui a carga psíquica aumenta, gerando desprazer, tensão e sofrimento. Este processo está relacionado ao bloqueio das descargas pulsionais inerentes à realização do trabalho e poderá resultar em uma tradução somática ou em uma descompensação psiconeurótica. GLINA *et al.* (2001) entende que Dejours define o descompasso entre o trabalho prescrito e o trabalho real vinculado ao aparecimento do sofrimento mental, pois conduziria o trabalhador a executar transgressões para poder executar a tarefa. No caso dos professores, o trabalho prescrito seria relativo a atender uma sala com em média 30 alunos (como vimos anteriormente); entretanto, o “trabalho real” implica lidar com a ausência de um (ou mais) colega(s), para isso os que estão na escola dividem entre si a turma que está sem professor. Quanto menor o número de professores para essa divisão, maior será o número de alunos a serem atendidos pelos professores presentes, considerando também o nível educacional e a idade dos alunos. Dessa forma, a sala de 30 alunos pode vir a ter 40 ou mais, dependendo de quantos professores poderão dividir a turma cujo professor está ausente. O trabalho real, nesse caso, implica aos professores elaborarem estratégias que lhes permitam realizar o trabalho, mesmo sob a precariedade representada pela ausência dos colegas – condição sobre a qual os docentes não têm nenhuma autonomia. Segundo GLINA *et al.* (2001), o papel da autonomia na organização do trabalho está de acordo com as proposições da psicopatologia do trabalho, de Dejours, e com a teoria do estresse, de Karasek e Theorell. As autoras discutem a diminuição da autonomia do trabalhador na organização de sua atividade como aspecto vinculado ao aumento da possibilidade de que “a atividade gere transtornos à saúde mental” (p. 614).

A grande proporção de diagnósticos referentes a problemas mentais entre professores verificada está em conformidade com os estudos de FRANCO, DRUCK e SELIGMANN (2010). As autoras observam o aumento da vulnerabilidade psíquica em contextos de pobreza e constataam a ocorrência de retrocessos sociais traduzidos em precarização do trabalho: na perda de direitos trabalhistas, na naturalização do trabalho precário, na banalização da injustiça social e da

violência no trabalho – com destaque para a violência psicológica. FRANCO, DRUCK e SELIGMANN (2010) referem a escalada de transtornos mentais reconhecidos “em sua relação à violência contida na precarização social e do trabalho” (p. 239). Entre esses quadros clínicos estão os transtornos depressivos, o esgotamento profissional (*Burnout*); o transtorno de estresse pós-traumático; a dependência alcoólica e de outras substâncias; além de quadros paranoides não psicóticos. Segundo os autores, estes últimos surgem como expressão das experiências de ameaças e perseguição no cotidiano de trabalho, constituindo-se em:

“*produto* de um clima organizacional de desconfiança, incerteza e intimidação em que o controle se configura como vigilância que não dá trégua. Os medos se multiplicam e criam um estado de tensão e alerta permanentes, no qual o trabalhador tem vivências de estar sempre sob ameaça, sujeito a ciladas, isolado, silenciado e sem poder confiar em ninguém. Surgem ideias de autorreferência, insônia e distúrbios psicofisiológicos” (p. 240).

SOUZA e LEITE (2011), em sua análise de estudos e pesquisas sobre condições de trabalho e saúde dos professores, referem que existe uma série de problemas no trabalho docente em que há certo consenso na literatura como: os baixos salários, superlotação das salas, exigências sociais, multiplicidade de tarefas, uso elevado da voz, cargas psíquicas acumuladas, prescrição do trabalho, violência na escola, burocratização das atividades educativas, entre várias outras. As autoras discutem os estudos de Christophe Dejours e o advento da psicopatologia do trabalho, como área interdisciplinar, e sua importância na análise das relações saúde e trabalho. Segundo elas, a escola iniciada por Dejours propôs um novo paradigma teórico para os estudos, incluindo, além das condições de trabalho, a análise da organização do processo de trabalho e sua incidência sobre os diferentes sofrimentos físicos e psíquicos dos trabalhadores. Outro conceito trazido por essa abordagem é relativo ao binômio saúde e doença. Sob a ótica da psicopatologia do trabalho, estes estados não são considerados como extremos, mas antes “como um continuum saúde/doença, em que os limites entre uma situação e outra são tênues, flexíveis e em geral passíveis de reversibilidade”. Além disso, o trabalhador não é considerado um receptor passivo, pois “o sofrimento possui uma dimensão dinâmica que enseja um esforço criativo de transformação” (SOUZA e LEITE, 2011). Dessa forma, segundo a psicopatologia do trabalho o trabalhador teria, como indivíduo ou coletivamente, alguma possibilidade de desenvolver defesas no sentido de preservar sua saúde, ainda que essa possibilidade não dependa apenas dele, uma vez que é fruto da sua interação com as condições organizacionais que regem o trabalho.

Discutindo a penosidade no trabalho, SATO (1993) refere que o trabalho penoso se relaciona aos contextos que geram incômodo, esforço e sofrimento físico e mental, sentidos como excessivos e sobre os quais o trabalhador não tem possibilidade de controle. Elementos que, infelizmente, são frequentemente identificados no contexto de trabalho dos professores, como verificamos por meio dos dados apresentados nesta pesquisa.

Segundo SATO (1993), para que o controle sobre o trabalho seja possível, é necessário estarem presentes condições de familiaridade, poder e limite subjetivo. A familiaridade é a noção subjetiva relacionada fortemente com a experiência e com a percepção dos próprios limites subjetivos e está relacionada também a um processo de autoconhecimento. O poder, a que a autora se refere, é relativo à possibilidade do trabalhador de mudar as prescrições nas tarefas que irá realizar. A penosidade é vivida quando trabalhar é sentido como tendo de suportar incômodos, ou situações que implicam esforços e constatar que o poder de interferir na mesma é por demais restrito ou inexistente. Desse modo, considerando seu conhecimento, poder e instrumentos para interferir ou controlar os contextos de trabalho que geram desconforto ou desprazer possibilita ao trabalhador exercer-se como sujeito da situação em seu trabalho. Condições que nem sempre são vivenciadas pelos professores mediante às inúmeras prescrições a que estão submetidos no trabalho.

O sentido do adoecimento mental entre professores está ligado aos limites na resposta pessoal às demandas cognitivas, emocionais e sociais mobilizadas pelo trabalho. Quando as demandas não podem ser suficientemente acolhidas, elaboradas e traduzidas em ações e propostas que satisfaçam as expectativas, geralmente fantasiosas, depositadas sobre os professores, surge o conflito interno e externo. Afinal, o que pode o professor no contexto de uma educação massificada, mal paga e mal definida quanto aos objetivos que de fato pode alcançar?

5.5 Limitações

Além dos dados das oito administrações que apresentamos neste trabalho, encaminhamos solicitação por meio da Lei de Acesso à Informação a outras 40 instâncias administrativas estaduais e municipais, inclusive ao Distrito Federal, porém, não recebemos respostas suficientes para elaboração de uma análise. Em alguns casos não foram apresentados os dados solicitados, ou informados dados suficientes e a tempo para a realização de uma análise. Estas outras administrações consultadas estão listadas a seguir.

Administrações Estaduais:

1. Alagoas (AL),
2. Amapá (AP),
3. Amazonas (AM),
4. Bahia (BA),
5. Distrito Federal (DF),
6. Espírito Santo (ES)
7. Goiás (GO),
8. Maranhão (MA),
9. Mato Grosso (MT),
10. Mato Grosso do Sul (MS),
11. Pará (PA),
12. Paraíba (PB),
13. Pernambuco (PE),
14. Rio Grande do Sul (RS),
15. Rio de Janeiro (RJ) administração estadual,
16. Rondônia (RO),
17. Roraima (RR) e
18. Santa Catarina (SC).

Administrações Municipais:

1. Aracajú (SE),
2. Belém (PA),
3. Boa Vista (RR),

4. Campo Grande (MS),
5. Cuiabá (MT),
6. Florianópolis (SC),
7. Fortaleza (CE),
8. Goiânia (GO),
9. João Pessoa (PB),
10. Macapá (AP),
11. Maceió (AL),
12. Manaus (AM),
13. Natal (RN),
14. Palmas (TO),
15. Porto Alegre (RS),
16. Porto Velho (RO),
17. Recife (PE),
18. Rio Branco (AC),
19. Salvador (BA)
20. São Luís (MA),
21. Teresinha (PI) e
22. Vitória (ES).

Observamos que os Sistemas de Informação ao Cidadão são apresentados e funcionam de forma singular em cada uma das administrações públicas consultadas. A COVID-19 pode ter contribuído para a desinformação, mas mesmo após a vacinação e o controle da pandemia, consideramos reduzido o número de administrações que responderam minimamente às solicitações feitas por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Em muitos casos foi ultrapassado o prazo estipulado para a resposta e para a prorrogação, porém ao final, não

foram apresentadas as informações solicitadas, mesmo quando, diante da negativa, registramos recurso solicitando reavaliação.

A partir desta experiência, consideramos as dificuldades de obtenção de dados no país, em razão de tantas características diferenciadas entre as administrações de estados e municípios. A falta de padronização quer na coleta como na manutenção e gerenciamento, além das dificuldades para disponibilização de dados de interesse público, prejudicam a realização de análises e produção de estudos que possam ser úteis ao desenvolvimento de políticas públicas.

Na maior parte das solicitações frustradas os pedidos foram recusados sob alegação de requerer trabalho extra para serem organizados; em outros casos, nenhuma resposta foi apresentada, ou nem mesmo foi informado o protocolo de solicitação. Portanto concluímos que, infelizmente, no período em que foi realizada esta pesquisa, grande parte dos sistemas de informação ao cidadão não corresponderam ao que se espera em termos de gerenciamento e transparência em relação aos dados relativos aos serviços públicos. Considerando que os dados solicitados são relativos a informações de administração de pessoal na área de educação pública, seria de se esperar que estivessem sendo coletados e gerenciados rotineiramente, podendo ser facilmente disponibilizados para consultas e pesquisas. Felizmente as oito administrações cuja análise apresentamos acima foram colaborativas e contribuíram para a realização deste estudo prestando seu serviço, pelo que somos gratas.

A indisponibilização de informações por grande parte das administrações consultadas levanta a suspeita de que o gerenciamento da função docente não tem sido suficiente para permitir sua transparência. Consideramos que o trabalho poderia ter sido mais abrangente, mesmo assim, foi possível observar tendências no sentido da precarização do trabalho docente a partir das informações recebidas.

Consideramos também a importância de acompanhar a sequência das séries históricas para avaliar a continuidade ou reversão dos movimentos relativos aos índices que estudamos neste trabalho. Séries mais longas tornam mais fácil e confiável entender os movimentos, uma vez que as oscilações que normalmente ocorrem no curto prazo, podem dificultar a percepção de tendências a longo prazo.

6 CONCLUSÕES

Consideramos que o modelo educacional no Brasil sofreu uma importante transformação a partir de 1988, uma vez que passou de um sistema excludente para uma educação inclusiva. Entretanto, os professores – principais agentes dessa mudança – apesar de sua incontestável adesão ao novo modelo, têm sofrido diversas perdas profissionais. Observamos que foram perdas importantes, não só em seu prestígio e remuneração, mas também em suas condições de trabalho e saúde. Entre diversos avanços técnicos e científicos, inclusive a disseminação de aparelhos conectados à internet e o acesso a inúmeras informações pelos meios digitais, a Educação se tornou mais complexa e necessária, entretanto a organização do trabalho dos professores tem ocorrido de modo precarizado e vimos que os problemas de saúde na categoria têm aumentado.

Verificamos precarização da carreira e das condições de trabalho dos professores sob diversos aspectos. Entre 1985 e 2018, os rendimentos da categoria docente se mantiveram em até três salários-mínimos para aproximadamente 50% de seus profissionais. Neste período houve melhoria na qualificação dos profissionais, a qual, entretanto, não resultou em melhores rendimentos na carreira, assim como em relação a outros profissionais com o mesmo nível de escolaridade. O envelhecimento da categoria mostra a deficiência na renovação dos quadros e a diminuição na adesão aos jovens à docência, além de refletir a necessidade dos profissionais continuarem trabalhando para evitar a diminuição de seus rendimentos. Os vínculos empregatícios dos docentes se fragmentaram e estes profissionais perderam direitos trabalhistas como a previdência social. A diferença salarial entre homens e mulheres docentes foi notória e se manteve durante o período estudado.

Entendemos que a precarização nas condições de trabalho dos professores se reflete em questões de saúde como vimos no aumento da quantidade de profissionais licenciados, no aumento das licenças de saúde, das readaptações, das aposentadorias voluntárias e por invalidez, na alta incidência de transtornos mentais, no esgotamento profissional, DORT e sintomas vocais (relacionados à doenças respiratórias); índices que observamos neste trabalho e que são questões de saúde profissional também sustentadas pela literatura.

Observamos o alto número de alunos por professor (na comparação com outros países) e concluímos que, infelizmente, a inclusão educacional promovida pela mudança no modelo educacional brasileiro tem se processado de modo superficial, pois não exclui os alunos como antes, porém não efetiva plenamente a inclusão educacional pretendida. Observamos que a

redução nas matrículas públicas está sendo suprida, em certos casos, pelo aumento das matrículas na rede privada de educação, refletindo e reafirmando as desigualdades sociais. As questões políticas, sociais e familiares desempenham importante papel nesse quadro, porém a categoria docente parece ser o alvo da culpabilização pelos resultados pouco satisfatórios obtidos até o momento. Não se pode considerar esta configuração de precarização do trabalho docente como necessariamente deliberada, ou punitiva, embora possamos afirmar que tal precarização caminha na contramão de diversos estudos especializados como o da OCDE, que sustentam que o caminho para a qualidade na educação está vinculado ao investimento nos profissionais assim como na carreira docente.

7 REFERÊNCIAS

Alcantara MA, Medeiros AM, Claro RM, Vieira MT. Determinantes de capacidade para o trabalho no cenário da Educação Básica do Brasil: Estudo Educatel, 2016. *Cad Saude Publica* [online]. 2019;35(Suppl 1):1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00179617>

Alencar FWF. Trabalho e carreira docente na rede municipal do Rio de Janeiro. *Revista de Financiamento da Educação FINEDUCA*. Porto Alegre, 2019;9(20):1-23. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/90094>

Almeida AL. Paulo Freire e a educação popular no nordeste: um ensaio sobre a vitória dos vencidos, nos primeiros anos da década de 60. *Rev. Ed. Popular* [Internet]. 2008;2(1):8-27. Disponível: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20018>

Aranha MLA. *Filosofia da Educação*. 2. ed. São Paulo (SP): Editora Moderna; 2006. Professores como mão de obra alienada?

Araújo TM, Carvalho FM. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. *Educ Soc* [Internet]. 2009;30(107):427-49. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200007>

Araújo TM, Pinho OS, Masson MLV. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. *Cad Saude Publica* [online]. 2019;35(Suppl 1)e00087318:1-14. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00087318>>

Arbex APS, Souza KR, Mendonça ALO. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. *Physis : revista de saúde coletiva* [online]. 2013;23(1):263-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000100015>

Assunção AA. Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. *Cien Saude Colet* [online]. 2003;8(4):1005-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000400022>.

Assunção AA, Abreu MNS. Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil. *Cad Saude Publica* [online]. 2019;35(Suppl 1):1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00169517>.

Assunção AA, Lima FPA. A Contribuição da Ergonomia para a Identificação, Redução e Eliminação da Nocividade do Trabalho. In: Mendes R. *A Patologia do Trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu; 2003, p. 1768-89 (acesso: http://www.forumat.net.br/at/sites/default/files/arq-paginas/a_contribuicao_da_ergonomia_para_a_ident_reducao_e_eliminacao_da_nocividade_cap_rene_mendes.pdf)

Assunção AA, Lima FPA. Aproximações da ergonomia ao estudo das exigências afetivas das tarefas. In: Glina, DMR., ROCHA, LE. *Saúde mental no trabalho da teoria à prática*. Ed. Roca ; 2010, p. 210-28.

Assunção AA, Oliveira DA. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educ Soc* [online]. 2009;30(107):349-72. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>.

Atlas Municipal de Gestão de Pessoas – edição 2013. Prefeitura Municipal de São Paulo, Saúde do Servidor/ Readaptação Funcional/ Índice de servidores readaptados para professores ativos, por nível de ensino, p. 90. Acesso em 18/11/2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/portal_do_servidor_-_dados_servidores_-_atlas_municipal_de_gestao_de_pessoas_2013_v11_1381745741.pdf

Azevedo JB. Trabalho docente e mecanismos de gestão da educação [TCC digital]. Campinas, SP; 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1632970>.

Bauman Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001. Trabalho (4); p. 164-209.

Braguini KMZ. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. *Educar em Revista*, Curitiba. 2014;51:123-44. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/35827/22097>

Belcastro PA, Gold RS. Teacher stress and burnout: implications for school health personnel. *J Sch Health* [Internet]. 1983;53(7):404-7. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1746-1561.1983.tb03148.x>

Bernard BP, editor. Musculoskeletal disorders and workplace factors: a critical review of epidemiologic evidence for work-related musculoskeletal disorders of the neck, upper extremity, and low back. U.S. Department of Health and Human Services; Public Health Service; Centers for Disease Control and Prevention; National Institute for Occupational Safety and Health; July 1997. Disponível em: <http://www.cdc.gov/niosh/docs/97-141/pdfs/97-141.pdf>

Bosi, AP. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educ Soc* [online]. 2007;28(101):1503-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>.

Estudo novo FUNDEB: o sistema híbrido e o direito à educação: acesso e qualidade. Estudo apresentado em audiência de Comissão Especial da PEC 15/2015, na Câmara dos Deputados, em 01/10/2019. Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE). Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/estudo-novo-fundeb-o-sistema-hibrido-e-o-direito-a-educacao-acesso-e-qualidade/>

Cardoso JP, Araújo TM, Carvalho FM, Oliveira NF, Reis EJFB. Aspectos psicossociais do trabalho e dor musculoesquelética em professores. *Cad Saude Publica* [online]. 2011;27(8):1498-506. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000800005>.

Carrasqueira K, Koslinski M. Abandono docente na rede municipal de educação do Rio de Janeiro. *Educação em Revista* [online]. 2021;37:1-20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469820527>.

Cervilieri, Carlos Eduardo. Trabalho docente e saúde: estudo com professores de escolas da rede pública de ensino do estado de São Paulo no município de Ribeirão Preto/SP [dissertação]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Ribeirão Preto; 2021. doi:10.11606/D.59.2021.tde-07032022-075647. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59142/tde-07032022-075647/pt-br.php>

CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - Décima Revisão. Organização Panamericana da Saúde/ Organização Mundial de Saúde. Centro Colaborador da OMS para a Classificação de doenças em português. Universidade de São Paulo – Edusp, 2006.

Clot Y. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. Fractal (Niterói) [Internet]. 2010;22(1):207-34. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4789>

Costa RA. Absenteísmo por doenças em docentes do ensino fundamental [dissertação]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; 2017. doi:10.11606/D.17.2018.tde-25042018-155906.

Dejours C. A carga psíquica do trabalho. In: Dejours C, Abdoucheli E, Jayet C. Psicodinâmica do trabalho, contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Editora Atlas; 1994, p. 21-32.

Dias EC. Doenças Relacionadas com o Trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil/Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil; 2001. O campo da saúde do trabalhador e o papel dos profissionais de saúde na atenção à saúde dos trabalhadores (1); p. 191-4. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf

Esteve JM. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. 3a ed. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração/EDUSC; 1999.

Feldman A. Pesquisa de política educacional a partir do município – interfaces entre poder local e gestão. Notandum [Internet]. 2020;53:37-57. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/notandum/article/view/51813>

Feldman A, Alves CAS. A política de contratação de professores temporários em Portel (PA). Rev. Bras. Pol. Adm. Educ. [Internet]. 2020;36(2):559-79. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/102127>

Felisberto Costa M, Mueller R. Flexibilização e precarização do trabalho docente: uma análise das condições de trabalho dos professores admitidos em caráter temporário no magistério público de Santa Catarina. Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho [Internet]. 2021;1(53):181-97. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/52321>

Fernandes MDE, Fernandes SJ. Remuneração salarial de professores em redes públicas de ensino. Educação em Revista [online]. 2013;29(4):167-88. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982013000400008>

Ferraro AR, Ross SD. Diagnóstico da escolarização no Brasil na perspectiva da exclusão escolar. Rev Bras Educ [online]. 2017;22(71):1-26. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227164>.

Franco T, Druck G, Seligmann-Silva E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* [Internet]. 2010;35(122):229-48. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=100515726006>

García AM, Checkoway H. A glossary for research in occupational health. *J Epidemiol Community Health*. 2003;57(1):7-10. doi: 10.1136/jech.57.1.7

Glina DMR, Rocha LE, Batista ML, Mendonça MG. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. *Cad Saude Publica* [online]. 2001;17(3):607-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000300015>.

Gasparini SM, Barreto SM, Assunção AA. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2006;22(12):2679-91. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001200017>

Gomes MMF, Fígoli MGB, Ribeiro AJF. Da atividade à invalidez permanente: um estudo utilizando dados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do Brasil no período 1999-2002. *Revista Brasileira de Estudos de População* [online]. 2010;27(2):297-316. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000200005>.

Gosdal TC. Aposentadoria do professor e reforma previdenciária. In: *O Golpe de 2016 e a Reforma da Previdência: narrativas de resistência*. Ramos GT, Melo Filho HC, Loguercio JE, Ramos Filho W (Edt.). Clacso, 2017, p.430-6. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvtwx288.72>

Gouveia AB, Ferraz MAS, Silva MQ. O direito à aposentadoria como uma dimensão da luta pela valorização dos professores: perfil das redes municipais brasileiras a partir da RAIS. *Rev. Educ. e Emancipação* [Internet]. 2019;12(3):138-56. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12406>

Hypolito ALM. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papyrus; 1997.

Hirata H, Kergoat D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cad Pesqui*. 2007;37(132):595-609. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Cidades/ Selecionar local/ Ceará. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

Instituto Nacional de Pesquisas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/ Acesso à informação/ Dados abertos/ INEP data/ Consulta Matrícula/ Informações de 1997 a 2014 e Informações a partir de 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/consulta-matricula>

Jacomini MA, Minhoto MAP. Vencimento, Remuneração e Condições de Trabalho de Professores da Rede Municipal de São Paulo. *Educ Real* [online]. 2015;40(4):1235-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623647294>

Jenkins SR, Maslach C. Psychological health and involvement in interpersonally demanding occupations: a longitudinal perspective. *J Organiz Behav* [Internet]. 1994;15:101-27. Disponível em: <https://doi:10.1002/job.4030150202>

Karasek RA. Job Demands, Job Decision Latitude, and Mental Strain: Implications for Job Redesign. *Administrative Science Quarterly* [Internet]. 1979;24(2):285-308. <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=sih&AN=4009891&lang=pt-br&site=ehost-live>

Karmann DF, Lancman S. Professor - intensificação do trabalho e o uso da voz. *Audiology - communication research*. 2013;18(3):162-70. ISSN 2317-6431.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

Brasil. Lei 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm

Levorato AFM. Satisfação no trabalho e absenteísmo entre professores da rede estadual de ensino básico de Londrina [dissertação]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016.

Macaia AAS, Fischer FM. Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais. *Saúde e Sociedade* [online]. 2015;24(3):841-52. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015130569>.

Maia EG. Condições de saúde e de trabalho entre os professores da Educação Básica no Brasil, no contexto da Reforma da Previdência. *Cad Saude Publica* [online]. 2019;35(10):1-2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00179519>.

Mainardi N, Pereira IMTB, Pelicioni MCF. Educação e saúde na modernidade e pós-modernidade: um resgate da história. *Extensão em Foco*. 2013. ISSN 2358-7180. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/35312/21988>. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/ef.v0i8.35312>.

Maslach C, Schaufeli WB, Leiter MP. Job burnout. *Annual Review of Psychology*. 2001;52(1):397-422. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.397>

Mendes R, Dias EC. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Rev Saude Publica* [Internet]. 1991;25(5):341-9. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101991000500003&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101991000500003>

Moreira AAO, Martins JT, Robazzi MLCC, Ribeiro RP, Lourenço MCFH, Lacerda MR. Aposentadoria por invalidez de servidores públicos universitários: perfil epidemiológico e causas. *Rev Bras Enferm* [online]. 2018;71(2):289-96. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0653>.

Moura EPG. Gestão do trabalho docente: o "dramático" uso de si. *Educar em Revista* [online]. 2009;33:157-69. Disponível <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100011>

Novaes LC. A formação des(continuada) dos professores temporários: provisoriedade e qualidade de ensino. *Rev Diálogo Educ* [Internet]. 2010;10(30):247-65. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2392>

OCDE / Halász G, Santiago P, Ekholm M, Matthews P, McKenzie P. Teachers Matter: Attracting, developing and retaining effective teachers [internet]. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico (OCDE); 2005. Acesso em 11 outubro 2022. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/school/34990905.pdf> ; <https://www.oecd.org/education/school/attractingdevelopingandretainingeffectiveteachers-finalreportteachersmatter.htm>

Oliveira DA. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ Soc* [online]. 2004;25(89):1127-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>.

Oliveira F. Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. *Psicologia-USP* [online]. 2014;25(1):41-50. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642014000100005>.

Oliveira JF, Fonseca M, Amaral NC. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. *Educar em Revista* [online]. 2006;28:71-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200006>.

Paiva V, Junqueira C, Muls L. Prioridade ao ensino básico e pauperização docente. *Cad Pesq* [Internet]. 1997;100:109-19. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/771/783>

Paparelli R. Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar [tese]. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; 2009. doi: 10.11606/T.47.2009.tde-07122009-145916.

Pinto, JMR. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). *Educ Soc* [online]. 2002;23(80):108-35. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000008>.

Pinto JMR. O FUNDEB e a remuneração dos profissionais da educação. In: Amaral NC, Aguiar MAS, orgs. Financiamento da Educação. Camaragibe (PE): CCS Gráfica e Editora, 2016, 87-109.

Pioli E, Rodrigues DV. As mudanças no arcabouço legal e a precarização do trabalho docente no estado de São Paulo durante o governo de José Serra – PSDB (2007/2010). *Impulso*, Piracicaba. 2017;27(68):49-63. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/3063/1938>

Piovezan PR, Dal Ri NM. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: 20 anos de reformas. *ETD - Educ temática digital* [Internet]. 2016;18(1):178-97. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635567>

Porto LA, Carvalho FM, Oliveira NF, Silvany Neto AM, Araújo TM, Reis EJFB, Delcor NS. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. *Rev Saude Publica* [Internet]. 2006;40(5):818-26. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/32140>

Porto, Mario Augusto. Faltas e licenças médicas: o absenteísmo na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública; 2010. doi:10.11606/D.6.2010.tde-28062011-101241.

Rocha FM, Melo SDG. Carreira, remuneração e piso salarial docente na rede municipal de educação de Belo Horizonte. *Educação e Pesquisa* [online]. 2019;45:1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945194440>.

Rodrigues AM. Lugar e imagem da mulher na indústria. In: Rodrigues AM, Sato L, org. *Indivíduo, Grupo e Sociedade: Estudos de Psicologia Social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2005, p. 189-209.

Rothman, KJ. *Epidemiology: an introduction*, 2nd ed. New York: Oxford University Press; 2012. What is causation? (3); 23-37.

Sanches APR, Gama RP. O mal-estar docente no contexto escolar: um olhar para as produções acadêmicas brasileiras. *Laplace em Revista (Sorocaba)*. 2016;2(3):149-62. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756517014> DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201623188p.149-162>

Sato L. A representação social do trabalho penoso. In: Mary Jane P. Spink, org. *O Conhecimento no Cotidiano – As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Editora Brasiliense; 1993. p. 188-211.

Santos FB. Educação no Brasil: avanços e retrocessos. *Revista Thema* [Internet]. 2016;12(2):40-55. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/296>

Santos JC, Oliveira LA. O gerencialismo na educação pública da cidade do Rio de Janeiro (2009-2012): origens, implantação e resultados. *Educ Teoria e Pratica* [Internet]. 2017;27(54):133-56. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/10237>

Seligmann-Silva E, Bernardo MH, Maeno M, Kato M. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* [online]. 2010;35(122):187-91. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200002>.

Shanafelt TD, West CP, Sloan JA, Novotny PJ, Poland GA, Menaker R, et al. Career fit and burnout among academic faculty. *Arch Intern Med*. 2009;169(10):990-5. <https://doi.org/10.1001/archinternmed.2009.70>

Silva JP. Quando o trabalho invade a vida: um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde de professores do ensino regular e integral de São Paulo [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2018.

Silva JP, Fischer FM. Invasão multiforme da vida pelo trabalho entre professores de educação básica e repercussões sobre a saúde. Rev Saude Publica [Internet]. 2020;54(3):1-8. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/165858>

Simões EC. Investigação de esgotamento físico e emocional (*burnout*) entre professores usuários de um hospital público do município de São Paulo [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública; 2014. doi:10.11606/D.6.2014.tde-11112014-125235.

Simões EC, Cardoso MRA. Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. Cien Saude Colet [online]. 2022;27(03):1039-48. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-8123202273.28912020>.

Souza AN, Leite MP. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. Educ Soc [Internet]. 2011;32(117):1105-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400012>.

Souza LO, Pina JA, Souza KR. Resistência e práxis na greve dos professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro. Trabalho, educação e saúde [online]. 2019;17(1):1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00170>.

Tennant C. Work-related stress and depressive disorders. J Psychosom Res. 2001;51(5):697-704. doi: 10.1016/s0022-3999(01)00255-0. PMID: 11728512.

Thomazini L, Jacomini MA. Política de valorização docente e carreira de professores da Educação Básica no estado de São Paulo. Práxis Educativa [Internet]. 2018;14(1):115-37. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12458>

Toledo JPS, Fonseca MH. A aplicação do princípio da igualdade na reforma da previdência [Internet]. In: Seminário Internacional de Pesquisa (Re)Pensando o Trabalho Contemporâneo o futuro do trabalho. Almeida VH, Nogueira ESA, Fonseca MH, Cardoso JA, orgs. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca (SP); 2019 (3), p. 415-438. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/Departamentos31/direitoprivado/anaisdeeventos/01-anais_ivrepensando_2019_final.pdf

Vedovato TG, Monteiro MI. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. Rev Esc Enferm USP [online]. 2008;42(2):291-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342008000200012>.

Vilela RAG, Silva RC, Jackson Filho JM. Poder de agir e sofrimento: estudo de caso sobre agentes comunitários de saúde. Revista brasileira de saúde ocupacional [online]. 2010;35(122):289-302. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200011>.

Zhong J, You J, Gan Y, Zhang Y, Lu C, Wang H. Job stress, burnout, depression symptoms, and physical health among chinese university teachers. Psychol Rep. 2009; 105(3 Pt2):1248-54. DOI:10.2466/pr0.105.3F.1248-1254

ANEXOS e APÊNDICE

Anexo – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Relação de tabelas apresentadas pelo IBGE, referentes à dados sobre Educação, encontradas em diferentes anuários, disponíveis em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. As tabelas foram acessadas e estão apresentadas no formato de arquivos não editáveis (.pdf).

Década de 60 e ano de 1975

Tabela 1. Distribuição da matrícula no início do ano, segundo níveis de ensino, Brasil, 1960-74.

232 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1977

CAPÍTULO 14 — ENSINO

3 — Distribuição da matrícula no início do ano, segundo níveis de ensino — 1960-74

ANOS	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO			
	Total	Segundo níveis de ensino		
		1º grau	2º grau	3º grau
1960	8 728 631	8 368 285	267 144	93 202
1961	9 205 668	8 805 639	301 137	98 892
1962	10 107 483	9 684 423	335 761	107 299
1963	11 143 244	10 622 434	396 596	124 214
1964	12 252 421	11 670 995	439 040	142 386
1965	12 233 394	11 568 503	509 110	155 781
1966	13 358 712	12 585 190	593 413	180 109
1967	14 285 377	13 384 193	688 302	212 882
1968	15 427 490	14 348 120	801 075	278 295
1969	16 286 604	15 013 508	910 210	342 886
1970	17 323 580	15 894 627	1 003 475	425 478
1971	18 746 911	17 066 093	1 119 421	561 397
1972	20 359 063	(1) 18 370 744	1 299 937	688 382
1973	20 823 643	18 573 193	1 477 650	772 800
1974	21 905 932	19 286 611	1 681 728	937 593

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura
 (1) Excluídos os Municípios de Autazes, Boca do Acre, Canutama, Itapiranga, Jutai, Lábrea, Pauini, Silves, Tapauá, Uruará e Uruçurituba, no Estado do Amazonas, e o Município de Caracaraí e a zona rural do Município de Boa Vista, no Território de Roraima.

Fonte: IBGE, Anuário 1977, Seção II, Capítulo 14, Tabela 3.

Tabela 2. Corpo docente, por níveis de ensino, Brasil, 1961-1978.**2 – Corpo docente, por níveis de ensino – 1961-78**

ANOS	CORPO DOCENTE				ANOS	CORPO DOCENTE			
	Total	Níveis de ensino				Total	Níveis de ensino		
		1.º grau	2.º grau	3.º grau			1.º grau	2.º grau	3.º grau
1961.....	370 262	309 012	38 454	22 796	1970.....	820 347	653 753	112 205	54 389
1962.....	403 493	339 854	38 379	25 260	1971.....	907 808	723 561	123 136	61 111
1963.....	451 705	379 510	43 251	28 944	1972.....	955 170 (1)	770 310	126 582	58 278
1964.....	499 349	423 416	45 771	30 162	1973.....	901 576	699 162	142 854	59 760
1965.....	529 535	446 290	50 119	33 126	1974.....	1 108 077	887 424	156 174	64 479
1966.....	566 753	496 120	54 524	36 109	1975.....	1 122 288	896 652	133 070	92 546
1967.....	603 500	498 728	66 079	38 693	1976.....	1 102 434	881 121	150 550	90 763
1968.....	678 891	555 651	78 634	44 706	1977.....	1 157 262	893 138	168 366	95 758
1969.....	753 511	607 992	96 209	49 310	1978.....	98 172

FORNTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

(1) Exclusivo os municípios de Autazes, Boca do Acre, Canutama, Itapiranga, Jutai, Lábrea, Paulini, Silves, Tapauá, Uruará e Uruçurituba, no Estado do Amazonas, e o Município de Caracará e a zona rural do Município de Boa Vista, no Território de Roraima.

Fonte: IBGE, Anuário 1977, Seção II, Capítulo 14, Tabela 2.

Tabela 3. Pessoas de 5 anos e mais, segundo o sexo e a alfabetização por grupos de idade, Brasil, 1970.

226

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1977

CAPÍTULO 13 — POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL — EVASÃO ESCOLAR**1 — Pessoas de 5 anos e mais, segundo o sexo e a alfabetização, por grupos de idade — 1970**

GRUPOS DE IDADE	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS								
	Totais (1)			Segundo a alfabetização					
				Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
NUMEROS ABSOLUTOS									
5 anos e mais.....	79 305 757	39 310 800	39 994 857	48 821 471	24 849 732	23 971 739	30 424 191	14 425 508	15 998 683
10 anos e mais.....	66 004 330	32 580 846	33 423 484	44 848 108	22 889 036	21 959 072	21 098 428	9 657 476	11 440 952
15 anos e mais.....	54 338 606	26 731 215	27 607 391	36 345 241	18 717 281	17 627 960	17 936 887	7 980 287	9 956 600
5 a 6 anos.....	5 579 784	2 839 232	2 740 552	390 540	193 459	197 081	5 188 264	2 645 320	2 542 944
7 a 9 anos.....	7 721 643	3 890 822	3 830 821	3 582 823	1 767 237	1 815 586	4 137 499	2 122 712	2 014 787
10 a 14 anos.....	11 665 724	5 849 631	5 816 093	8 502 867	4 171 755	4 331 112	3 161 541	1 677 189	1 484 352
15 a 19 anos.....	10 203 492	4 933 891	5 269 601	7 861 107	3 730 383	4 130 724	2 340 342	1 202 409	1 137 933
20 a 24 anos.....	8 422 167	4 063 050	4 359 117	6 231 903	3 047 286	3 184 617	2 187 941	1 014 543	1 173 398
25 a 29 anos.....	6 546 791	3 202 305	3 344 486	4 610 622	2 320 850	2 289 772	1 934 103	879 864	1 054 239
30 a 39 anos.....	10 782 038	5 317 311	5 464 727	7 328 753	3 834 834	3 493 819	3 449 418	1 479 797	1 969 621
40 a 49 anos.....	8 094 393	4 087 591	4 006 802	5 024 994	2 760 183	2 264 811	3 065 771	1 324 532	1 741 239
50 a 59 anos.....	5 354 738	2 703 021	2 651 717	2 962 857	1 691 126	1 271 731	2 389 472	1 010 296	1 379 176
60 a 69 anos.....	3 067 143	1 549 608	1 517 535	1 526 024	893 234	632 790	1 539 226	654 630	884 596
70 anos e mais.....	1 693 495	788 946	904 549	716 639	398 087	320 552	975 852	392 188	583 664
Idade ignorada.....	174 349	85 492	88 857	82 342	43 198	39 144	54 762	22 028	32 734

FORNTE — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

NOTA — Resultados obtidos por processo de amostragem probabilística, a partir de uma amostra de aproximadamente 1,3% da população e dos domicílios.

(1) Inclusive sem declaração de alfabetização.

Fonte: IBGE, Anuário 1977, Seção II, Capítulo 13, Tabela 1.

Tabela 4. Corpo docente no ensino pré-escolar, segundo a dependência administrativa, Brasil, em 1975.

7 — Corpo docente, no ensino de pré-1.º grau, segundo a dependência administrativa, por Unidades da Federação — 1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CORPO DOCENTE				
	Total	Segundo a dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL	23 393	75	6 207	5 479	14 632

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Fonte: IBGE, Anuário 1977, Seção II, Capítulo 14, Tabela 7.

Tabela 5. Matrícula pré-escolar segundo a dependência administrativa e a idade, Brasil, 1973-1975.

582

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1976

5.1.4 — ENSINO PRÉ-ESCOLAR

5.1.4.3 — Matrícula no início do ano, segundo a dependência administrativa e a idade, por Unidades da Federação — 1973-75

(continua)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO									
		Total	Segundo a dependência administrativa				Segundo a idade				
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos
BRASIL	1973	498 824	3 077	160 402	115 461	219 884	7 444	29 404	93 500	163 088	205 388
	1974	529 845	2 188	148 373	123 487	255 817	10 718	29 775	106 477	174 120	208 755
	1975	566 008	1 872	146 654	138 000	279 482	13 094	42 281	116 530	181 695	212 408

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Fonte: IBGE, Anuário 1976, 5. Situação Cultural, 5.1 Ensino, 5.1.4 Ensino Pré-escolar, Tabela 5.1.4.3.

Tabela 6. Corpo docente no ensino de 1º grau, por dependência administrativa, Brasil, em 1975.

11 — Corpo docente, no ensino de 1.º grau, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação — 1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CORPO DOCENTE				
	Total	Dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL	896 652	5 062	531 426	222 650	137 514

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Fonte: IBGE, Anuário 1978, Seção II, Capítulo 14, Tabela 11.

Tabela 7. Matrículas no ensino de 1º grau, por dependência administrativa, Brasil, em 1975.

SEÇÃO II — POPULAÇÃO. E — ENSINO E CULTURA

257

CAPÍTULO 14 — ENSINO

12 — Matrícula no início do ano, no ensino de 1.º grau, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação — 1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MATRÍCULAS NO INÍCIO DO ANO				
	Total	Dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL	19 549 248	294 412	10 823 858	5 918 880	2 512 099

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Fonte: IBGE, Anuário 1978, Seção II, Capítulo 14, Tabela 12.

Tabela 8. Corpo docente no ensino de 2º grau, por dependência administrativa, Brasil, 1975-1977.

212

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1979

CAPÍTULO 19 — ENSINO

20 — Corpo docente no ensino de 2.º grau, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação — 1975-77

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	CORPO DOCENTE				
		Total	Dependência administrativa			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL	1975	133 070	5 411	61 075	5 364	61 220
	1976	150 550	6 115	65 982	7 335	71 118
	1977	168 366	11 317	75 248	6 320	75 481

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Fonte: IBGE, Anuário 1979, Seção II, Capítulo 19, Tabela 20.

Tabela 9. Matrícula em ensino de 2º grau, por dependência administrativa, Brasil, em 1975.

SEÇÃO II — POPULAÇÃO. F — ENSINO E CULTURA

213

CAPÍTULO 19 — ENSINO

21 — Matrícula no início do ano no ensino de 2.º grau, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação — 1975-77

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	MATRÍCULAS NO INÍCIO DO ANO				
		Total	Dependência administrativa			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL	1975	1 935 903	78 880	919 890	60 889	877 036
	1976	2 212 749	82 591	1 024 074	96 289	1 008 795
	1977	2 437 701	84 832	1 153 703	71 652	1 127 414

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Fonte: IBGE, Anuário 1979, Seção II, Capítulo 19, Tabela 21.

Tabela 10. Corpo docente dos cursos de graduação, segundo a dependência administrativa, Brasil, em 1975.

246 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1977

CAPÍTULO 14 — ENSINO

27 — Corpo docente dos cursos de graduação, segundo a dependência administrativa, por Unidades da Federação — 1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CORPO DOCENTE (Professor — estabelecimento)				
	Total	Segundo a dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL	92 546	34 728	15 732	3 312	38 774

FORNTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Fonte: IBGE, Anuário 1977, Seção II, Capítulo 14, Tabela 27.

Tabela 11. Distribuição de matrículas no início do ano, por níveis de ensino, Brasil, 1961-78.

3 — Distribuição da matrícula no início do ano, por níveis de ensino — 1961-78

ANOS	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO				ANOS	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO			
	Total	Níveis de ensino				Total	Níveis de ensino		
		1.º grau	2.º grau	3.º grau			1.º grau	2.º grau	3.º grau
1961.....	9 205 668	8 805 639	301 137	98 892	1970.....	17 323 580	15 894 627	1 003 475	425 478
1962.....	10 107 483	9 664 423	335 761	107 299	1971.....	18 746 911	17 086 093	1 118 421	561 397
1963.....	11 143 244	10 622 434	398 596	124 214	1972.....	20 359 063 (1)	18 370 744	1 299 937	686 382
1964.....	12 252 421	11 670 965	439 040	142 386	1973.....	20 823 843	18 573 193	1 477 650	772 800
1965.....	12 233 394	11 568 503	509 110	155 781	1974.....	21 905 932	19 286 611	1 681 728	937 593
1966.....	13 358 712	12 585 190	593 413	180 109	1975.....	22 557 700	19 549 249	1 935 903	1 072 548
1967.....	14 285 377	13 384 193	688 302	212 882	1976.....	22 832 534	19 523 058	2 212 749	1 096 727
1968.....	15 427 490	14 348 120	801 075	278 295	1977.....	23 965 183	20 368 436	2 437 701	1 159 046
1969.....	16 266 604	15 013 508	910 210	342 886	1978.....	1 225 557

FORNTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.
 (1) Exclusivo os municípios de Autazes, Boca do Acre, Canutama, Itapiranga, Jutai, Lábrea, Pauini, Silves, Tapauá, Uruará e Uruçurituba, no Estado do Amazonas, e o Município de Caracará e a zona rural do Município de Boa Vista, no Território de Roraima.

Fonte: IBGE, Anuário 1979, Seção II, Capítulo 19, Tabela 3.

Tabela 12. Corpo docente dos cursos de pós-graduação, por áreas de ensino, Brasil, em 1975.
35 — Corpo docente dos cursos de pós-graduação, por áreas de ensino, segundo as Unidades da Federação — 1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CORPO DOCENTE (professor-curso)														
	Total	Universidades							Estabelecimentos isolados						
		Total	Áreas de ensino						Total	Áreas de ensino					
			Ciências biológicas e profissões da saúde	Ciências exatas e tecnológicas	Ciências agrárias	Ciências humanas	Letras	Artes		Ciências biológicas e profissões da saúde	Ciências exatas e tecnológicas	Ciências agrárias	Ciências humanas	Letras	Artes
MESTRADO															
BRASIL	8 132	5 529	1 941	1 826	668	955	130	9	603	177	151	17	179	32	47
DOUTORADO															
BRASIL	1 287	1 029	446	337	117	109	20	—	258	131	101	—	26	—	—

FORNTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Fonte: IBGE, Anuário 1978, Seção II, Capítulo 14, Tabela 35.

Tabela 13. Matrículas em cursos de pós-graduação, por área de ensino, Brasil, em 1975.

270

ANUÁRIO ESTADÍSTICO DO BRASIL — 1978

CAPÍTULO 14 — ENSINO

36 — Matrículas em cursos de pós-graduação, por áreas de ensino, segundo as Unidades da Federação — 1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MATRÍCULA EM 30-4														
	Total	Universidades							Estabelecimentos isolados						
		Total	Áreas de ensino						Total	Áreas de ensino					
			Ciências biológicas e profissões da saúde	Ciências exatas e tecnológicas	Ciências agrárias	Ciências humanas	Letras	Artes		Ciências biológicas e profissões da saúde	Ciências exatas e tecnológicas	Ciências agrárias	Ciências humanas	Letras	Artes
MESTRADO															
BRASIL	16 002	14 660	2 623	4 956	936	4 813	1 250	82	1 342	145	365	23	718	81	10
DOUTORADO															
BRASIL	1 258	1 122	325	402	66	251	78	—	136	56	34	—	46	—	—

FORNTE — Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Fonte: IBGE, Anuário 1978, Seção II, Capítulo 14, Tabela 36.

1980 e 1985

Tabela 14. Características de instrução da população de 5 anos ou mais de idade, por condição de alfabetização, Brasil, em 1970 e 1980.

SEÇÃO II — POPULAÇÃO. D — ENSINO E CULTURA

161

CAPÍTULO 12 — CARACTERÍSTICAS DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO

1 — População residente de 5 anos e mais de idade, por condição de alfabetização, segundo a situação do domicílio e grupos de idade — 1970-1980

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS E MAIS DE IDADE							
	1970				1980			
	Total	Condição de alfabetização			Total	Condição de alfabetização		
Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever	Sem declaração	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever	Sem declaração	
TOTAL	79 327 231	47 864 531	30 718 597	744 103	102 579 006	69 703 993	32 731 347	143 666
5 a 9 anos	13 459 508	3 970 669	9 079 684	409 155	14 773 741	4 335 579	10 338 052	100 110
5 e 6 anos	5 625 538	419 734	4 869 582	336 222	6 055 258	394 613	5 585 278	75 367
7 a 9 anos	7 833 970	3 550 935	4 210 102	72 933	8 718 483	3 940 966	4 752 774	24 743
10 anos e mais	65 867 723	43 893 862	21 638 913	334 948	87 805 265	65 368 414	22 393 295	43 556
10 a 14 anos	11 859 119	8 307 091	3 491 936	60 092	14 263 322	10 575 146	3 676 448	11 728
15 a 19 anos	10 253 283	7 735 242	2 487 024	31 017	13 575 971	11 336 501	2 235 370	4 100
20 a 24 anos	8 285 805	6 061 766	2 199 723	24 316	11 513 220	9 709 924	1 799 071	4 225
25 a 29 anos	6 504 069	4 539 332	1 947 390	17 347	9 442 217	7 738 956	1 699 039	4 222
30 a 34 anos	5 664 940	3 876 365	1 772 124	16 451	7 686 290	5 999 500	1 683 251	3 539
35 a 39 anos	5 089 312	3 312 799	1 763 552	12 961	6 352 819	4 664 199	1 685 783	2 837
40 a 44 anos	4 535 592	2 841 376	1 682 965	11 251	5 723 881	4 026 630	1 694 856	2 395
45 a 49 anos	3 546 685	2 106 784	1 431 446	8 455	4 653 393	3 153 248	1 498 207	1 938
50 a 54 anos	2 940 357	1 621 342	1 310 994	8 021	4 109 260	2 654 231	1 453 185	1 844
55 a 59 anos	2 288 375	1 237 373	1 045 336	5 666	3 140 834	1 893 308	1 245 951	1 575
60 a 64 anos	1 791 127	884 543	900 760	5 824	2 445 585	1 354 828	1 089 299	1 458
65 a 69 anos	1 216 510	597 331	614 809	4 370	2 028 926	1 003 359	1 024 476	1 091
70 anos e mais	1 708 571	713 279	943 667	51 625	2 741 506	1 199 192	1 540 498	1 816
Idade ignorada	183 978	59 239	47 187	77 552	128 041	59 392	67 861	788

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas e Inquéritos, Departamento de População, Censos Demográficos.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 12, Tabela 1.

Tabela 15. Alunos conveniados, alunos alfabetizados e clientela atendida nos programas pré-escolar e educação integrada pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, Brasil, em 1985.

32 — Alunos conveniados, alunos alfabetizados e clientela atendida nos programas pré-escolar e educação integrada pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1985

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS CONVENIADOS	ALUNOS ALFABETIZADOS	CLIENTELA ATENDIDA NOS PROGRAMAS	
			Pré-escolar	Educação integrada
BRASIL	763 714	201 203	620 921	399 674

FONTE — Ministério da Educação, Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, Diretoria de Operações.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 13, Tabela 32.

Tabela 16. Funções docentes em exercício no Ensino de 1º grau, por dependência administrativa, Brasil, entre 1983 e 1985.

SEÇÃO II — POPULAÇÃO. D — ENSINO E CULTURA 167

CAPÍTULO 13 — ENSINO

2 — Funções docentes do pessoal em exercício no ensino de 1.º grau, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação — 1983-85

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO NO ENSINO DE 1.º GRAU								
	Total			Dependência administrativa					
	1983 (1)	1984	1985	Pública			Federal		
				1983	1984	1985	1983	1984	1985
BRASIL.....	967 975	(2) 1 022 096	(3) 1 040 566	834 152	882 724	900 845	6 064	5 514	5 034

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO NO ENSINO DE 1.º GRAU								
	Dependência administrativa						Particular		
	Pública			Municipal			1983	1984	1985
	Estadual			1983	1984	1985			
1983	1984	1985	1983	1984	1985				
BRASIL.....	532 397	570 826	592 322	295 691	306 384	303 489	133 823	139 290	139 554

FONTE — Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística de Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação.
NOTAS — 1. Resultados preliminares.
 2. O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.
 (1) Pessoal docente. (2) Inclusive 82 funções docentes, não especificadas por dependência administrativa, sendo 1 no Maranhão, 18 na Paraíba, 60 em Pernambuco e 3 em Santa Catarina. (3) Inclusive 167 funções docentes, sem declaração de dependência, sendo 3 no Pará, 3 em Pernambuco, 3 na Bahia e 158 em Mato Grosso.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 13, Tabela 2.

Tabela 17. Matrícula no Ensino de 1º grau, por dependência administrativa, Brasil, entre 1983 e 1985.

168 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1986

CAPÍTULO 13 — ENSINO

3 — Matrícula inicial no ensino de 1.º grau, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação — 1983-85

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO DE 1.º GRAU								
	Total			Dependência administrativa					
	1983	1984	1985	Pública			Federal		
				1983	1984	1985	1983	1984	1985
BRASIL.....	24 555 789	(1) 24 825 545	(2) 24 769 735	21 311 249	21 799 395	21 776 029	144 624	135 461	116 848

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO DE 1.º GRAU								
	Dependência administrativa						Particular		
	Pública			Municipal			1983	1984	1985
	Estadual			1983	1984	1985			
1983	1984	1985	1983	1984	1985				
BRASIL.....	13 502 835	13 976 128	14 178 371	7 663 790	7 687 806	7 480 810	3 244 540	3 021 906	2 989 266

FONTE — Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística de Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação.
NOTA — Resultados preliminares.
 (1) Inclusive 4.244 matrículas, não especificadas por dependência administrativa, sendo 5 no Maranhão, 423 na Paraíba, 3.744 em Pernambuco e 72 em Santa Catarina. (2) Inclusive 4.441 matrículas, não especificadas por dependência administrativa, sendo 75 no Pará, 94 em Pernambuco, 61 na Bahia e 4.211 em Mato Grosso.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 13, Tabela 3.

Tabela 18. Funções docentes em exercício no Ensino de 2º grau, por dependência administrativa, Brasil, entre 1983 e 1985.

174

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1986

CAPÍTULO 13 — ENSINO

9 — Funções docentes do pessoal em exercício no ensino de 2.º grau, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação — 1983-85

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO NO ENSINO DE 2.º GRAU								
	Total			Dependência administrativa					
	1983 (1)	1984	1985	Pública			Federal		
				1983	1984	1985	1983	1984	1985
BRASIL.....	180 354	214 969	206 111	100 584	127 274	126 957	8 071	7 082	7 760

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO NO ENSINO DE 2.º GRAU								
	Dependência administrativa						Particular		
	Pública			Particular			1983	1984	1985
	Estadual		Municipal	Particular					
1983	1984	1985	1983	1984	1985	1983	1984	1985	
BRASIL.....	82 290	109 208	108 889	10 223	10 984	10 318	79 770	87 695	79 154

FONTE — Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação.

NOTAS — 1. Resultados preliminares.

2. O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.

(1) Pessoal docente.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 13, Tabela 9.

Tabela 19. Matrícula no Ensino de 2º grau, por dependência administrativa, Brasil, entre 1983 e 1985.

SEÇÃO II — POPULAÇÃO. D — ENSINO E CULTURA

175

CAPÍTULO 13 — ENSINO

10 — Matrícula inicial no ensino de 2.º grau, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação — 1983-85

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO DE 2.º GRAU								
	Total			Dependência administrativa					
	1983	1984	1985	Pública			Federal		
				1983	1984	1985	1983	1984	1985
BRASIL.....	2 944 097	2 946 657	3 016 138	1 814 252	1 913 716	2 011 910	101 784	90 254	99 422

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO DE 2.º GRAU								
	Dependência administrativa						Particular		
	Pública			Particular			1983	1984	1985
	Estadual		Municipal	Particular					
1983	1984	1985	1983	1984	1985	1983	1984	1985	
BRASIL.....	1 574 752	1 688 843	1 780 155	137 716	134 619	132 333	1 129 845	1 032 941	1 004 228

FONTE — Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação.

NOTA — Resultados preliminares.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 13, Tabela 10.

Tabela 20. Funções docentes do pessoal em exercício em 30 de abril, dos cursos de graduação em universidades e estabelecimentos isolados, por dependência administrativa, Brasil, entre 1983 e 1985.

SEÇÃO II – POPULAÇÃO, D – ENSINO E CULTURA

187

CAPÍTULO 13 – ENSINO

22 – Funções docentes do pessoal em exercício em 30 de abril, dos cursos de graduação em universidades e estabelecimentos isolados, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação – 1983-85

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO EM 30 DE ABRIL												
		Total	Em universidades						Em estabelecimentos isolados (1)					
			Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa					
				Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular		
BRASIL.....	1983	113 779	69 056	40 276	12 631	1 063	15 086	44 723	2 698	3 703	4 433	33 889		
	1984	113 844	68 739	39 570	13 591	905	14 673	45 105	2 248	3 816	4 115	34 526		
	1985	113 459	69 006	39 751	14 023	856	14 376	44 453	2 336	3 369	4 114	34 634		

FONTE – Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação.

NOTAS – 1. Resultados preliminares.

2. O mesmo professor pode exercer mais de uma função.

(1) Inclusive federações e faculdades integradas.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 13, Tabela 22.

Tabela 21. Matrícula em 30 de abril nos cursos de graduação em universidades e estabelecimentos isolados, por dependência administrativa, Brasil, entre 1983 a 1985.

188

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1986

CAPÍTULO 13 – ENSINO

23 – Matrícula em 30 de abril nos cursos de graduação em universidades e estabelecimentos isolados, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação – 1983-85

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	MATRÍCULA EM 30 DE ABRIL												
		Total	Universidades						Estabelecimentos isolados (1)					
			Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa					
				Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular		
BRASIL.....	1983	1 438 992	687 860	328 044	98 371	17 213	244 232	751 132	12 074	48 826	72 161	618 071		
	1984	1 399 539	672 624	314 194	106 066	17 602	234 762	726 915	12 005	49 947	72 065	592 898		
	1985	(2) 1 367 609	(2) 671 977	(2) 314 102	104 441	15 414	238 020	695 632	12 420	42 375	67 928	572 909		

FONTE – Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação.

NOTA – Resultados preliminares.

(1) Inclusive federações e faculdades integradas. (2) Inclusive 27 matrículas no território de Roraima, extensão da Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 13, Tabela 23.

Tabela 22. Professores permanentes, visitantes e participantes nos cursos de pós-graduação existentes em universidade e estabelecimentos isolados, por dependência administrativa, Brasil, em 1985.

28 – Professores permanentes, visitantes e participantes nos cursos de pós-graduação existentes em universidades e estabelecimentos isolados, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação – 1985

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROFESSORES PERMANENTES, VISITANTES E PARTICIPANTES NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EXISTENTES										
	Total	Em universidades					Em estabelecimentos isolados (1)				
		Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL.....	19 106	16 729	9 182	6 567	-	980	2 377	1 854	-	-	523

FORNTE – Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação.
NOTA – Resultados preliminares.
(1) Inclusive federações e faculdades integradas.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 13, Tabela 28.

Tabela 23. Alunos vinculados aos cursos de pós-graduação existentes em universidade e estabelecimentos isolados, por dependência administrativa, Brasil, em 1985.

SEÇÃO II – POPULAÇÃO. D – ENSINO E CULTURA

193

CAPÍTULO 13 – ENSINO

29 – Alunos vinculados aos cursos de pós-graduação existentes em universidades e estabelecimentos isolados, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação – 1985

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS VINCULADOS AOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO										
	Total	Em universidades					Em estabelecimentos isolados (1)				
		Total	Dependência administrativa				Total	Dependência administrativa			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
	MESTRADO										
BRASIL.....	30 851	27 941	14 337	9 082	-	4 522	2 910	1 585	-	-	1 325
	DOUTORADO										
BRASIL.....	6 875	6 340	1 739	4 169	-	432	535	434	-	-	101

FORNTE – Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação.
NOTA – Resultados preliminares.
(1) Inclusive federações e faculdades integradas.

Fonte: IBGE, Anuário 1986, Seção II, Capítulo 13, Tabela 29.

1991 e 1995

Tabela 24. Condição de alfabetização da população, a partir de 5 anos de idade, Brasil, em 1980-1991.

CARACTERÍSTICAS DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1997

Tabela 2.93 - População residente de 5 anos ou mais de idade, por condição de alfabetização, segundo a situação do domicílio e grupos de idade - 1980/1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE						
	1980				1991		
	Total	Condição de alfabetização			Total	Condição de alfabetização	
		Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Sem declaração		Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever
TOTAL.....	102 579 006	69 703 993	32 731 347	143 666	130 304 361	97 535 783	32 768 578
5 a 9 anos.....	14 773 741	4 335 579	10 338 052	100 110	17 420 159	6 907 149	10 513 010
5 e 6 anos.....	6 055 258	394 613	5 585 278	75 367	6 855 738	745 171	6 110 567
7 a 9 anos.....	8 718 483	3 940 966	4 752 774	24 743	10 564 421	6 161 978	4 402 443
10 anos ou mais.....	87 805 265	65 368 414	22 393 295	43 556	112 884 202	90 628 634	22 255 568
10 a 14 anos.....	14 263 322	10 575 146	3 676 448	11 728	17 047 159	14 024 830	3 022 329
15 a 19 anos.....	13 575 971	11 336 501	2 235 370	4 100	15 017 472	13 207 236	1 810 236
20 a 24 anos.....	11 513 220	9 709 924	1 799 071	4 225	13 564 878	11 912 831	1 652 047
25 a 29 anos.....	9 442 217	7 738 956	1 699 039	4 222	12 638 078	11 033 479	1 604 599
30 a 34 anos.....	7 686 290	5 999 500	1 683 251	3 539	11 063 493	9 519 075	1 544 418
35 a 39 anos.....	6 352 819	4 664 199	1 685 783	2 837	9 463 763	7 860 146	1 603 617
40 a 44 anos.....	5 723 881	4 026 630	1 694 856	2 395	7 834 714	6 124 009	1 710 705
45 a 49 anos.....	4 653 393	3 153 248	1 498 207	1 938	6 124 688	4 517 269	1 607 419
50 a 54 anos.....	4 109 260	2 654 231	1 453 185	1 844	5 165 128	3 621 459	1 543 669
55 a 59 anos.....	3 140 834	1 893 308	1 245 951	1 575	4 242 124	2 827 979	1 414 145
60 a 64 anos.....	2 445 585	1 354 828	1 089 299	1 458	3 636 858	2 281 616	1 355 242
65 a 69 anos.....	2 028 926	1 003 359	1 024 476	1 091	2 776 060	1 582 469	1 193 591
70 anos ou mais.....	2 741 506	1 199 192	1 540 498	1 816	4 309 787	2 116 236	2 193 551
Idade ignorada.....	128 041	59 392	67 861	788	-	-	-

Fonte: Censo demográfico 1980-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1997.

Fonte: IBGE, Anuário 1997, Seção 2, Educação, Características de Instrução da População, Tabela 2.93.

Tabela 25. Funções docentes em exercício na educação pré-escolar, por dependência administrativa, Brasil, 1995-1996.



ENSINO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1997

Tabela 2.108 - Funções docentes do pessoal em exercício em educação pré-escolar, por dependência administrativa e localização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1995-1996

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANO	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO EM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR									
		Em geral		Dependência administrativa e localização							
		Total	Na zona rural	Pública						Particular	
				Federal		Estadual		Municipal		Total	Na zona rural
				Total	Na zona rural	Total	Na zona rural	Total	Na zona rural		
BRASIL.....	1995	282 970	69 586	295	77	46 605	5 537	156 140	62 343	79 930	1 629
	1996	219 517	40 988	194	40	31 900	3 884	120 547	35 732	66 876	1 332

Fonte: Ministério da Educação e do Desporto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais; Sinopse estatística 1996: Brasil, regiões, unidades da federação. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p.35, 1997.

Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Fonte: IBGE, Anuário 1997, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.108.

Tabela 26. Matrícula inicial em educação pré-escolar, Brasil, em 1995-1996.



ENSINO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1997

Tabela 2.109 - Matrícula inicial em educação pré-escolar, por dependência administrativa e localização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1995-1996

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANO	MATRÍCULA INICIAL EM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR									
		Em geral		Dependência administrativa e localização							
		Total	Na zona rural	Pública						Particular	
				Federal		Estadual		Municipal		Total	Na zona rural
				Total	Na zona rural	Total	Na zona rural	Total	Na zona rural		
BRASIL.....	1995	5 749 237	1 206 071	5 553	1 834	1 133 438	108 506	3 227 869	1 060 510	1 382 377	35 221
	1996	4 270 376	647 351	2 477	633	759 187	73 588	2 489 225	546 414	1 019 487	26 716

Fonte: Ministério da Educação e do Desporto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais; Sinopse estatística 1996: Brasil, regiões, unidades da federação. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p.11, 1997.

Fonte: IBGE, Anuário 1997, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.109.

Tabela 27. Funções docentes em exercício no Ensino de 1º grau, por dependência administrativa, Brasil, 1995-1996.



ENSINO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1997

Tabela 2.111 - Funções docentes do pessoal em exercício no ensino de 1º grau, por dependência administrativa e localização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1995-1996

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANO	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO NO ENSINO DE 1º GRAU									
		Em geral		Dependência administrativa e localização							
		Total	Na zona rural	Pública						Particular	
				Federal		Estadual		Municipal		Total	Na zona rural
				Total	Na zona rural	Total	Na zona rural	Total	Na zona rural		
BRASIL.....	1995	1 581 899	275 500	2 178	220	859 838	71 402	488 302	199 810	231 581	4 068
	1996	1 388 247	281 389	2 454	196	700 949	65 816	477 215	211 842	207 629	3 535

Fonte: Ministério da Educação e do Desporto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais; Sinopse estatística 1996: Brasil, regiões, unidades da federação. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p.38, 1997.

Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Fonte: IBGE, Anuário 1997, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.111.

Tabela 28. Matrícula inicial no Ensino de 1º grau, por dependência administrativa, Brasil, 1995-1996.



ENSINO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1997

Tabela 2.112 - Matrícula inicial no ensino de 1º grau, por dependência administrativa e localização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1995-1996

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANO	MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO DE 1º GRAU									
		Em geral		Dependência administrativa e localização							
		Total	Na zona rural	Pública						Particular	
				Federal		Estadual		Municipal		Total	Na zona rural
				Total	Na zona rural	Total	Na zona rural	Total	Na zona rural		
BRASIL.....	1995	32 668 738	5 443 874	31 330	4 876	18 347 733	1 313 969	10 491 096	4 040 817	3 798 579	84 212
	1996	33 131 270	5 743 824	33 564	4 049	18 468 772	1 354 605	10 921 037	4 309 899	3 707 897	75 271

Fonte: Ministério da Educação e do Desporto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais; Sinopse estatística 1996: Brasil, regiões, unidades da federação. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p.13, 1997.

Fonte: IBGE, Anuário 1997, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.112.

Tabela 30. Funções docentes em exercício no Ensino de 2º Grau, por dependência administrativa, Brasil, 1995-1996.



ENSINO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1997

Tabela 2.114 - Funções docentes do pessoal em exercício no ensino de 2º grau, por dependência administrativa e localização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1995-1996

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANO	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO NO ENSINO DE 2º GRAU									
		Em geral		Dependência administrativa e localização							
		Total	Na zona rural	Pública						Particular	
				Federal		Estadual		Municipal		Total	Na zona rural
				Total	Na zona rural	Total	Na zona rural	Total	Na zona rural		
BRASIL.....	1995	333 271	6 038	10 065	962	210 807	3 340	19 923	1 053	92 476	683
	1996	326 827	6 252	10 410	942	202 591	2 990	20 957	1 543	92 869	777

Fonte: Ministério da Educação e do Desporto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais; Sinopse estatística 1996: Brasil, regiões, unidades da federação. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p.38, 1997.

Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Fonte: IBGE, Anuário 1997, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.114.

Tabela 30. Matrícula inicial no Ensino de 2º grau, por dependência administrativa, Brasil, 1995-1996.



ENSINO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1997

Tabela 2.115 - Matrícula inicial no ensino de 2º grau, por dependência administrativa e localização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1995-1996

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANO	MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO DE 2º GRAU									
		Em geral		Dependência administrativa e localização							
		Total	Na zona rural	Pública						Particular	
				Federal		Estadual		Municipal		Total	Na zona rural
				Total	Na zona rural	Total	Na zona rural	Total	Na zona rural		
BRASIL.....	1995	5 371 837	57 124	113 296	10 571	3 806 569	32 200	289 183	7 100	1 162 789	7 253
	1996	5 739 077	63 501	113 091	11 242	4 137 324	31 307	312 143	12 711	1 176 519	8 241

Fonte: Ministério da Educação e do Desporto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais; Sinopse estatística 1996: Brasil, regiões, unidades da federação. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p.13, 1997.

Fonte: IBGE, Anuário 1997, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.115.

Tabela 31. Funções docentes em exercício nos cursos de graduação, por dependência administrativa, Brasil, em 1995, 1996 e 1997.



ENSINO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1998

Tabela 2.105 - Funções docentes do pessoal em exercício nos cursos de graduação em 30 de abril, por natureza e dependência administrativa, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1995-1997

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANO	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM 30 DE ABRIL							
		Total	Universidades				Federações de escolas e faculdades integradas		
			Total	Dependência administrativa			Total	Dependência administrativa	
				Federal	Estadual	Municipal		Particular	Federal
BRASIL.....	1995	145 290	101 134	42 107	22 401	2 899	33 727	12 353	-
	1996	148 320	102 685	40 492	22 911	3 135	36 147	15 725	-
	1997	165 964	118 578	47 214	24 381	3 659	43 324	12 317	-

Fontes: Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1995. Brasília: INEP, 1998; Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1996. Brasília: INEP, 1998; Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1997. Brasília: INEP, 1999.

Fonte: IBGE, Anuário 1998, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.105.

Tabela 32. Matrícula nos cursos de graduação, por dependência administrativa, Brasil, 1995-1997.



ENSINO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1998

Tabela 2.106 - Matrícula nos cursos de graduação em 30 de abril, por natureza e dependência administrativa, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1995-1997

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANO	MATRÍCULA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM 30 DE ABRIL							
		Total	Universidades				Federações de escolas e faculdades integradas		
			Total	Dependência administrativa			Total	Dependência administrativa	
				Federal	Estadual	Municipal		Particular	Federal
BRASIL.....	1995	1 759 703	1 127 932	353 235	201 974	43 370	529 353	193 814	-
	1996	1 868 529	1 209 400	373 880	204 819	47 432	583 269	242 029	-
	1997	1 947 504	1 328 348	382 869	226 149	59 292	660 038	192 667	-

Fontes: Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1995. Brasília: INEP, 1998; Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1996. Brasília: INEP, 1998; Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1997. Brasília: INEP, 1999.

Fonte: IBGE, Anuário 1998, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.106.

Tabela 33. Alunos dos cursos de pós-graduação, por dependência administrativa, Brasil, 1995.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1997

ENSINO

**Tabela 2.129 - Alunos dos cursos de pós-graduação, por dependência administrativa, segundo as áreas de conhecimento - 1995**

ÁREAS DE CONHECIMENTO	ALUNOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO			
	Total	Federal	Estadual	Particular
	MESTRADO			
TOTAL	43 121	22 679	14 674	5 768
	DOUTORADO			
TOTAL	19 482	7 686	10 201	1 708

Fonte: Situação da pós-graduação 1995. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 1996.p.87.

Fonte: IBGE, Anuário 1997, Seção 2, Educação, Ensino, Tabela 2.129.

Anexo – INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Relação de tabelas apresentadas pelo INEP, referentes à dados sobre Educação, encontradas nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica, disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>; e nas Sinopses Estatísticas do Ensino Superior, disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>

Tabela 1. Matrículas em Pré-escola por dependência administrativa, Brasil, em 1995.

1 - MATRÍCULA					
1.1 - ENSINO REGULAR - Matrícula em Pré-Escola, por Dependência Administrativa - 1995					
Unidade da Federação	Matrícula por Dependência Administrativa				
	Pré-escola				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	5.749.234	5.553	1.133.438	3.227.868	1.382.375

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 1995, Tabela 1.1.

Nota: Inclusive as matrículas de Classes de Alfabetização.

Tabela 2. Matrículas no Ensino Fundamental e Médio, por dependência administrativa, Brasil, em 1995.

1 - MATRÍCULA

1.3 - ENSINO REGULAR - Matrícula no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por Dependência Administrativa - 1995

Unidade da Federação	Matrícula por Dependência Administrativa									
	Ensino Fundamental					Ensino Médio				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	32.668.738	31.167	18.347.733	10.491.518	3.798.320	5.374.831	113.312	3.808.326	288.708	1.164.485

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 1995, Tabela 1.3.

Tabela 3. Funções docentes em Pré-escola, por dependência administrativa, Brasil, em 1995.

2 - FUNÇÕES DOCENTES

2.1 - ENSINO REGULAR - Número de Funções Docentes em Pré-Escola, por Dependência Administrativa - 1995

Unidade da Federação	Funções Docentes por Dependência Administrativa				
	Pré-escola				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	282.970	295	46.605	156.140	79.930

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 1995, Tabela 2.1.

Nota: - O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Tabela 4. Funções docentes no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por dependência administrativa, Brasil, em 1995

2 - FUNÇÕES DOCENTES
2.4 - ENSINO REGULAR - Número de Funções Docentes no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por Dependência Administrativa - 1995

Unidade da Federação	Funções Docentes por Dependência Administrativa									
	Ensino Fundamental					Ensino Médio				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	1.409.488	2.219	725.411	473.407	208.451	333.613	10.110	211.033	19.880	92.590

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 1995, Tabela 2.4.

Nota: - O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Tabela 5. Número de funções docentes do Ensino Superior; total, afastadas e em exercício, Brasil, em 30.04.1995.**2 - Recursos Humanos****2.1 - Pessoal Docente****2.1.6 - Número de Funções Docentes Total, Afastadas e em Exercício em 30/04, por Grau de Formação, segundo a Unidade da Federação e Dependência Administrativa - Brasil 1995**

Unidade da Federação/ Dependência Administrativa	Funções Docentes Total	Funções Docentes Afastadas	Funções Docentes em Exercício em 30/04/95					
			Total	Grau de Formação				
				Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil	161.645	16.355	145.290	830	34.243	52.527	34.882	22.808
Federal	51.252	6.766	44.486	67	8.875	10.220	15.272	10.052
Estadual	29.490	3.558	25.932	445	6.026	6.368	5.477	7.616
Municipal	6.183	333	5.850	24	1.028	3.464	1.061	273
Particular	74.720	5.698	69.022	294	18.314	32.475	13.072	4.867

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Superior 1995, Tabela 2.1.6.

Tabela 6. Matrículas no Ensino Superior, por natureza e dependência administrativa, Brasil, em 30.04.1995.**3 – Alunado****3.1 - Matrícula em 30/04 por Natureza e Dependência Administrativa, segundo a Unidade da Federação -1995**

Unidade da Federação	Matrícula em 30/04/95															
	Total Geral	Universidades					Federações de Escolas e Faculdades Integradas					Estabelecimentos Isolados				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	1.759.703	1.127.932	353.235	201.974	43.370	529.353	193.814	0	1.161	4.168	188.485	437.957	14.296	36.080	46.256	341.325

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Superior 1995, Tabela 3.1.

Tabela 7. Matrículas da educação básica, por dependência administrativa, Brasil, em 2018.**MATRÍCULAS****Educação Básica****1.2 – Número de Matrículas da Educação Básica, por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2018**

Região Geográfica	Número de Matrículas da Educação Básica										
	Localização e Dependência Administrativa										
	Total ¹⁻³	Urbana					Rural				
Total		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
Brasil	48.455.867	42.982.279	355.937	15.116.036	18.603.701	8.906.605	5.473.588	55.141	830.380	4.499.423	88.644

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 2018, Tabela 1.2.

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui matrículas do Ensino Regular e/ou EJA.

4 - O número de matrículas do Ensino Regular e/ou EJA considera também as matrículas da Educação Especial em Classes Exclusivas.

Tabela 8. Matrículas da educação básica, por faixa etária, Brasil, em 2018.**MATRÍCULAS****Educação Básica****1.4 – Número de Matrículas da Educação Básica, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2018**

Região Geográfica	Número de Matrículas da Educação Básica											
	Total ¹⁻³	Faixa Etária ⁴										
		Até 3 anos	4 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 anos ou mais
Brasil	48.455.867	3.580.189	5.051.157	13.976.552	11.758.610	8.281.372	1.979.448	1.393.843	612.041	464.691	410.618	947.346

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 2018, Tabela 1.4.

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui matrículas do Ensino Regular e/ou EJA.

4 - A faixa etária é calculada considerando a idade do aluno na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica.

5 - O número de matrículas do Ensino Regular e/ou EJA considera também as matrículas da Educação Especial em Classes Exclusivas.

Tabela 9. Matrículas da educação básica, por Etapa de Ensino, Brasil, em 2018.**MATRÍCULAS****Educação Básica****1.1 – Número de Matrículas da Educação Básica, por Etapa de Ensino, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município- 2018**

Brasil

Total¹⁻⁴**48.455.867**

Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			
Total ⁵	Creche	Pré-Escola	Total ⁶	Anos Iniciais ⁷	Anos Finais ⁸	Total ⁹	Ensino Médio Propedêutico	Ensino Médio Normal/Magistério	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)
8.745.184	3.587.292	5.157.892	27.183.970	15.176.420	12.007.550	7.709.929	7.125.365	78.773	505.791

Total ¹⁰	Educação Profissional Técnica de Nível Médio			
	Total ¹¹	Associada ao Ensino Médio ¹²	Curso Técnico Concomitante	Curso Técnico Subsequente

1.903.230	1.868.917	619.709	354.346	894.862
------------------	------------------	----------------	----------------	----------------

Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC)			Educação de Jovens e Adultos (EJA)			Educação Especial		
Total ¹³	Curso FIC Concomitante	Curso FIC Integrado na Modalidade EJA ¹⁴	Total ¹⁵	Ensino Fundamental ¹⁶	Ensino Médio ¹⁷	Total ¹⁸	Classes Comuns ¹⁹	Classes Exclusivas ²⁰

34.313	21.588	12.725	3.545.988	2.108.155	1.437.833	1.181.276	1.014.661	166.615
---------------	---------------	---------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	----------------

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 2018, Tabela 1.1.

- Notas:
- 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
 - 2 - Não inclui matrículas de turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).
 - 3 - Inclui matrículas do Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA).
 - 4 - O número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.
 - 5 - O total da Educação Infantil inclui matrículas da Creche e da Pré-Escola.
 - 6 - O total do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas de 8 e 9 anos.
 - 7 - O total dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos.
 - 8 - O total dos Anos Finais do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos.
 - 9 - O total do Ensino Médio inclui matrículas do Ensino Médio Propedêutico, Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) e Ensino Médio Normal/Magistério.
 - 10 - O total da Educação Profissional inclui as seguintes Etapas de Ensino Regular e/ou EJA: Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), Ensino Médio Normal/Magistério, Curso Técnico Concomitante e Subsequente, Curso FIC Concomitante, Cursos FIC Integrados à EJA de níveis Fundamental e Médio, EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio).
 - 11 - Inclui matrículas do Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), Ensino Médio Normal/Magistério, Curso Técnico Concomitante e Subsequente e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio) de Ensino Regular e/ou EJA.
 - 12 - Inclui somente matrículas do Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), Ensino Médio Normal/Magistério e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio) de Ensino Regular e/ou EJA.
 - 13 - Inclui matrículas do Curso FIC Concomitante, Cursos FIC Integrados à EJA de níveis Fundamental e Médio e EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano de Ensino Regular e/ou EJA.
 - 14 - Inclui matrículas dos Cursos FIC Integrados à EJA de níveis Fundamental e Médio e EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano de Ensino Regular e/ou EJA.
 - 15 - O total da EJA inclui matrículas nas seguintes Etapas de Ensino: EJA Ensino Fundamental, EJA Ensino Médio, Cursos FIC de níveis Fundamental e Médio, EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio).
 - 16 - Inclui matrículas da EJA Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, Anos Finais, Projovem Urbano e Curso FIC integrado à EJA de nível Fundamental.
 - 17 - Inclui matrículas da EJA Ensino Médio, Curso FIC integrado à EJA de nível Médio e Curso Técnico (Ensino Médio) integrado à EJA.
 - 18 - O total da Educação Especial inclui matrículas em Classes Exclusivas (Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Exclusivas de Ensino Regular e/ou EJA) e de Classes Comuns de Ensino Regular e/ou EJA.

- 19 - Inclui matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de Ensino Regular e/ou EJA.
 20 - Inclui matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Exclusivas de Ensino Regular e/ou EJA.
 21 - O número de matrículas do Ensino Regular e/ou EJA considera também as matrículas da Educação Especial em Classes Exclusivas.

Tabela 10. Docentes da Educação Básica, por etapa de ensino, Brasil, em 2018.

DOCENTES
Educação Básica

2.1 – Número de Docentes da Educação Básica, por Etapa de Ensino, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2018

Região Geográfica	Número de Docentes da Educação Básica																									
	Etapa de Ensino ⁷																									
	Total ¹⁻⁸	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio				Total ¹⁶	Educação Profissional Técnica de Nível Médio				Educação Profissional - Formação			Educação de Jovens e Adultos			Educação Especial			
	Total ¹⁰	Creche	Pré-Escola ¹¹	Total ¹²	Anos Iniciais ¹³	Anos Finais ¹⁴	Total ¹⁵	Ensino Médio Propedêutico	Ensino Médio Normal/Magistério	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)		Total ¹⁷	Associada ao Ensino Médio ¹⁸	Curso Técnico Concomitante	Curso Técnico Subsequente	Curso Técnico Misto (Concomitante e Subsequente)	Total ¹⁹	Curso FIC Concomitante	Curso FIC Integrado na Modalidade EJA ²⁰	Total ²¹	Ensino Fundamental ²²	Ensino Médio ²³	Total ²⁴	Classes Comuns ²⁵	Classes Exclusivas ²⁶	
Brasil	2.226.423	589.893	300.136	329.040	1.400.716	762.884	763.831	513.403	463.976	11.994	58.760	129.396	127.263	72.218	14.924	49.703	17.361	3.286	2.058	1.234	244.799	156.260	121.069	1.228.719	1.208.019	26.263

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 2018, Tabela 2.1.

- Notas: 1 - Os docentes referem-se aos indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica.
 2 - No total do Brasil, os docentes são contados uma única vez, independente se atuam em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município ou Etapa de Ensino.
 3 - No total da Região Geográfica, os docentes são contados uma única vez em cada região, portanto o total não representa a soma das regiões, das unidades da federação, dos municípios ou das Etapas de Ensino, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.
 4 - No total da Unidade da Federação, os docentes são contados uma única vez em cada Unidade da Federação (UF), portanto o total não representa a soma das 27 UFs, dos municípios ou das Etapas de Ensino, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.
 5 - No total do Município, os docentes são contados uma única vez em cada município, portanto o total não representa a soma dos 5.570 municípios ou das Etapas de Ensino, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.
 6 - Não inclui os docentes de turmas de Atividade Complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE).
 7 - Inclui os docentes ativos que atuam no Ensino Regular e/ou EJA.
 8 - Não inclui auxiliares da Educação Infantil.
 9 - Os docentes são contados somente uma vez em cada Etapa de Ensino, independente de atuarem em mais de uma delas.
 10 - O total da Educação Infantil inclui os docentes que atuam em turmas de Creche, Pré-Escola e unificadas.

- 11 - A Pré-Escola da Educação Infantil inclui os docentes que atuam em turmas unificadas.
- 12 - O total do Ensino Fundamental inclui os docentes que atuam em turmas de 8 e 9 anos.
- 13 - O total dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental inclui os docentes que atuam em turmas da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos e em turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental de 8 e 9 anos Multietapa.
- 14 - O total dos Anos Finais do Ensino Fundamental inclui os docentes que atuam em turmas da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos e em turmas de Ensino Fundamental Correção de Fluxo e turmas Multi e Mult 8 e 9 anos.
- 15 - O total do Ensino Médio inclui os docentes que atuam em turmas do Ensino Médio Propedêutico, Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) e Normal/Magistério.
- 16 - O total da Educação Profissional inclui os docentes que atuam nas seguintes Etapas de Ensino: Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), Ensino Médio Normal/Magistério, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso Técnico Misto (Concomitante e Subsequente), Curso FIC Concomitante, Cursos FIC Integrados à EJA de níveis Fundamental e Médio, Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio) e EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano de Ensino Regular e/ou EJA.
- 17 - Inclui os docentes que atuam em turmas do Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), Ensino Médio Normal/Magistério, Curso Técnico Concomitante e Subsequente, Curso Técnico Misto (Concomitante e Subsequente) e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio) de Ensino Regular e/ou EJA.
- 18 - Inclui os docentes que atuam em turmas do Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), Ensino Médio Normal/Magistério e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio) de Ensino Regular e/ou EJA.
- 19 - Inclui os docentes que atuam em turmas do Curso FIC Concomitante, Cursos FIC Integrados à EJA de níveis Fundamental e Médio e EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano de Ensino Regular e/ou EJA.
- 20 - Inclui os docentes que atuam em turmas dos Cursos FIC Integrados à EJA de níveis Fundamental e Médio e EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano de Ensino Regular e/ou EJA.
- 21 - O total da EJA inclui os docentes que atuam em turmas das seguintes Etapas: EJA Ensino Fundamental, EJA Ensino Médio, Cursos FIC de níveis Fundamental e Médio, EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio).
- 22 - Inclui os docentes que atuam em turmas da EJA Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, Cursos FIC de nível Fundamental e EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano.
- 23 - Inclui os docentes que atuam em turmas da EJA Ensino Médio, Cursos FIC de nível Médio e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio).
- 24 - O total da Educação Especial inclui os docentes que atuam em turmas de Classes Exclusivas (Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Exclusivas de Ensino Regular e/ou EJA) e em Classes Comuns do Ensino Regular e/ou EJA.
- 25 - O total das Classes Comuns da Educação Especial inclui os docentes que atuam em turmas que possuam alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de Ensino Regular e/ou EJA.
- 26 - O total das Classes Exclusivas da Educação Especial inclui os docentes que atuam em turmas de Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Exclusivas de Ensino Regular e/ou EJA.
- 27 - O número de docentes do Ensino Regular e/ou EJA considera também os docentes da Educação Especial em Classes Exclusivas.

Tabela 11. Matrículas em cursos de graduação, presenciais e à distância, por organização acadêmica, Brasil, em 2018.

Censo da Educação Superior 2018																									
1.2 - Número de Cursos, Matrículas, Concluintes, Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria																									
Cursos / Matrículas / Concluintes / Vagas / Inscritos / Ingressos / Categoria Administrativa	Total Geral					Universidades					Centros Universitários					Faculdades					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Matrículas	8.450.755	5.689.335	1.628.676	1.098.066	34.678	4.467.694	2.925.198	1.050.688	457.762	34.046	1.906.327	1.250.324	316.078	339.684	241	1.879.228	1.437.601	200.855	240.772	-	197.506	76.212	61.055	59.848	391
Pública	2.077.481	1.261.979	612.427	168.526	34.549	1.735.000	1.132.697	537.152	31.195	33.956	23.851	20.786	1.742	1.121	202	121.124	32.284	12.478	76.362	-	197.506	76.212	61.055	59.848	391
Federal	1.324.984	866.021	355.794	77.308	25.861	1.123.649	786.495	294.510	17.376	25.268	2.276	2.074	-	-	202	1.553	1.240	229	84	-	197.506	76.212	61.055	59.848	391
Estadual	660.854	322.194	241.222	88.750	8.688	578.586	319.000	238.446	12.452	8.688	1.578	790	-	788	-	80.690	2.404	2.776	75.510	-	-	-	-	-	-
Municipal	91.643	73.764	15.411	2.468	-	32.765	27.202	4.196	1.367	-	19.997	17.922	1.742	333	-	38.881	28.640	9.473	768	-	-	-	-	-	-
Privada	6.373.274	4.427.356	1.016.249	929.540	129	2.732.694	1.792.501	513.536	426.567	90	1.882.476	1.229.538	314.336	338.563	39	1.758.104	1.405.317	188.377	164.410	-	-	-	-	-	-

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Superior 2018, Tabela 1.2.

Notas: 1- IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

2 - Não aplicável: corresponde a Área Básica de Cursos na qual não está definido o grau acadêmico.

3- Ingressos Totais = Ingressos por Processos Seletivos - Seleção para Vagas Novas (Vestibular, Enem, Avaliação Seriada e Seleção Simplificada) + Ingressos por Seleção para Vagas de Programas Especiais + Ingressos por Seleção para vagas remanescentes + Ingressos Por Outras Formas

4 - Seleção Simplificada: Entrevista, Avaliação de Currículos e outros

5 - Outras Formas de Ingresso: Englobam processos distintos, não seletivos, que asseguram o ingresso de alunos no ensino superior, tais como Transferência Ex-Ofício, Convênio PEC-G e Decisão Judicial

Tabela 12. Total de docentes em exercício, por organização acadêmica e regime de trabalho, Brasil, 2018.

Censo da Educação Superior 2018																					
2.3 - Número Total de Docentes em Exercício, por Organização Acadêmica e Regime de Trabalho, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2018																					
Unidade da Federação / Categoria Administrativa		Docentes em Exercício																			
		Total Geral				Universidades				Centros Universitários				Faculdades				IF e CEFET			
		Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista
Brasil		384.474	207.953	108.044	68.477	206.436	147.829	38.020	20.587	51.323	14.466	20.825	16.032	102.693	22.574	48.479	31.640	24.022	23.084	720	218
	Pública	173.868	150.071	18.705	5.092	139.713	123.306	14.251	2.156	1.948	1.120	487	341	8.185	2.561	3.247	2.377	24.022	23.084	720	218
	Federal	117.043	108.619	8.091	333	92.261	84.834	7.334	93	350	330	20	-	410	371	17	22	24.022	23.084	720	218
	Estadual	50.385	39.173	8.759	2.453	45.074	37.479	6.456	1.139	141	128	-	13	5.170	1.566	2.303	1.301	-	-	-	-
	Municipal	6.440	2.279	1.855	2.306	2.378	993	461	924	1.457	662	467	328	2.605	624	927	1.054	-	-	-	-
	Privada	210.606	57.882	89.339	63.385	66.723	24.523	23.769	18.431	49.375	13.346	20.338	15.691	94.508	20.013	45.232	29.263	-	-	-	-

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Superior 2018, Tabela 2.3.

Notas: 1- IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

2 - O mesmo docente pode atuar em uma ou mais instituições.

Tabela 13. Docentes, em exercício e afastados, por organização acadêmica e grau de formação, Brasil, 2018.

Censo da Educação Superior 2018																														
2.1 - Número Total de Docentes (Em Exercício e Afastados), por Organização Acadêmica e Grau de Formação, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2018																														
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Docentes (Em Exercício e Afastados)												Docentes (Em Exercício e Afastados)																	
	Total						Universidades						Centro Universitário					Faculdades					IF e CEFET							
	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil	397.893	20	3.982	66.741	156.182	170.968	215.496	6	2.936	21.590	64.603	126.361	52.150	-	41	11.609	27.341	13.159	104.845	12	281	30.390	52.123	22.039	25.402	2	724	3.152	12.115	9.409

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Superior 2018, Tabela 2.1.

Notas: 1- IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.
2 - O mesmo docente pode atuar em uma ou mais instituições.

Anexo – RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

Relação de tabelas correspondentes às pesquisas realizadas na plataforma RAIS. Respeitamos o formato do arquivo (.pdf) baixado da plataforma, onde algumas tabelas são apresentadas divididas em partes para melhor visualização. Cada tabela contém a descrição dos critérios adotados na sua composição segundo pesquisadas na base RAIS. Os dados foram baixados no formato de arquivos de programa Adobe (pdf), que não permitem edição.

Tabela 1. Vínculos de professores no Brasil, em 1985, por faixa etária e UF (parte 1/2)

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
	CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes				
	Faixa Etária				
UF	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39
11 - Rondônia	0	10	1.061	1.840	2.500
12 - Acre	1	7	538	714	1.739
13 - Amazonas	0	18	1.817	2.725	6.701
14 - Roraima	0	2	274	498	818
15 - Pará	1	33	3.993	6.601	14.626
16 - Amapá	0	0	91	125	195
21 - Maranhão	0	16	1.135	2.070	6.145
22 - Piauí	0	15	2.099	4.327	10.896
23 - Ceará	7	237	9.170	13.192	29.206
24 - Rio Grande do Norte	0	37	1.719	1.426	2.186
25 - Paraíba	2	70	3.778	3.827	7.253
26 - Pernambuco	1	47	4.122	5.167	10.408
27 - Alagoas	0	54	3.449	4.609	10.692
28 - Sergipe	1	40	2.484	3.731	7.197
29 - Bahia	12	95	8.570	13.640	35.157
31 - Minas Gerais	5	133	10.841	16.741	58.507
32 - Espírito Santo	1	19	1.577	2.001	4.184
33 - Rio de Janeiro	4	87	10.987	17.182	45.444
35 - São Paulo	61	622	48.890	51.949	135.181
41 - Paraná	16	576	14.299	14.307	33.279
42 - Santa Catarina	16	280	8.602	7.482	9.879
43 - Rio Grande do Sul	3	178	17.629	25.172	59.918
50 - Mato Grosso do Sul	3	42	1.151	1.178	2.229
51 - Mato Grosso	2	65	813	1.325	3.641
52 - Goiás	2	108	5.704	8.125	20.276
53 - Distrito Federal	0	13	2.090	2.855	8.750
{ñ class}	3	23	1.279	1.619	2.504
Total	141	2.827	168.162	214.428	529.511

Tabela 1.1 Vínculos de professores no Brasil, em 1985, por faixa etária e UF (parte 2/2).

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes		Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim			
CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes					
Faixa Etária					
UF	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	{ñ class}	Total
11 - Rondônia	706	165	19	172	6.473
12 - Acre	883	351	48	60	4.341
13 - Amazonas	3.032	907	59	203	15.462
14 - Roraima	247	50	2	12	1.903
15 - Pará	5.883	1.517	91	1.084	33.829
16 - Amapá	55	10	0	18	494
21 - Maranhão	3.276	990	71	84	13.787
22 - Piauí	4.550	1.863	136	79	23.965
23 - Ceará	19.207	9.427	751	523	81.720
24 - Rio Grande do Norte	928	359	9	149	6.813
25 - Paraíba	3.731	1.450	96	213	20.420
26 - Pernambuco	5.509	2.665	255	294	28.468
27 - Alagoas	4.810	1.533	78	195	25.420
28 - Sergipe	2.792	941	50	177	17.413
29 - Bahia	25.886	10.159	925	1.305	95.749
31 - Minas Gerais	36.632	10.768	836	347	134.810
32 - Espírito Santo	1.847	709	33	61	10.432
33 - Rio de Janeiro	27.308	11.003	1.093	650	113.758
35 - São Paulo	78.512	27.868	1.259	600	344.942
41 - Paraná	18.666	5.737	322	293	87.495
42 - Santa Catarina	3.204	1.072	47	165	30.747
43 - Rio Grande do Sul	35.771	8.730	418	251	148.070
50 - Mato Grosso do Sul	889	273	16	67	5.848
51 - Mato Grosso	1.639	612	129	60	8.286
52 - Goiás	9.450	2.593	151	995	47.404
53 - Distrito Federal	5.337	1.627	81	43	20.796
{ñ class}	1.076	464	23	154	7.145
Total	301.826	103.843	6.998	8.254	1.335.990

Consulta realizada em 19/12/2020 às 11:39h

Tabela 2. Vínculos de professores no Brasil, em 2018, por faixa etária e UF (parte 1/2).

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
CBO 2002 Subgrupo igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO. PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE					
	Faixa Etária				
UF	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39
11 - Rondônia	0	7	385	1.494	6.350
12 - Acre	0	0	654	1.365	4.982
13 - Amazonas	0	5	1.254	4.611	22.292
14 - Roraima	0	0	237	723	3.443
15 - Pará	0	12	2.195	7.594	37.130
16 - Amapá	0	16	237	608	2.433
17 - Tocantins	0	2	838	2.183	10.256
21 - Maranhão	0	3	1.465	5.416	30.003
22 - Piauí	0	2	1.046	4.854	21.402
23 - Ceará	0	10	4.333	11.470	40.671
24 - Rio Grande do Norte	0	0	1.348	4.802	17.328
25 - Paraíba	0	1	1.511	4.230	17.475
26 - Pernambuco	0	60	4.118	11.613	45.751
27 - Alagoas	0	1	1.290	3.363	12.601
28 - Sergipe	0	2	819	2.847	11.963
29 - Bahia	0	10	3.562	11.809	69.441
31 - Minas Gerais	0	71	6.148	17.806	79.190
32 - Espírito Santo	0	7	1.252	5.095	22.045
33 - Rio de Janeiro	0	35	10.510	24.556	105.534
35 - São Paulo	1	229	24.951	59.129	260.594
41 - Paraná	0	50	8.963	22.316	73.596
42 - Santa Catarina	2	70	5.459	12.031	44.126
43 - Rio Grande do Sul	2	58	7.429	16.326	68.839
50 - Mato Grosso do Sul	0	6	1.154	3.310	13.048
51 - Mato Grosso	3	29	1.828	4.679	17.548
52 - Goiás	0	37	3.859	9.855	36.914
53 - Distrito Federal	0	16	2.042	5.232	18.421
Total	8	739	98.887	259.317	1.093.376

Tabela 2.1 Vínculos de professores no Brasil, em 2018, por faixa etária e UF (parte 2/2).

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
CBO 2002 Subgrupo igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES; OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE; PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO; PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL; PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO; PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR; PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL; PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE					
Faixa Etária					
UF	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	{ñ class}	Total
11 - Rondônia	7.319	4.765	320	0	20.640
12 - Acre	6.318	3.679	273	0	17.271
13 - Amazonas	27.929	18.980	1.574	0	76.645
14 - Roraima	3.660	2.317	176	0	10.556
15 - Pará	40.985	27.913	2.698	0	118.527
16 - Amapá	3.120	2.488	275	0	9.177
17 - Tocantins	12.863	6.713	297	0	33.152
21 - Maranhão	36.892	22.166	1.928	1	97.874
22 - Piauí	23.615	16.694	1.134	1	68.748
23 - Ceará	45.946	29.959	1.801	0	134.190
24 - Rio Grande do Norte	18.626	14.882	937	0	57.923
25 - Paraíba	18.954	15.052	1.427	1	58.651
26 - Pernambuco	47.898	33.785	3.189	1	146.415
27 - Alagoas	14.845	8.901	577	0	41.578
28 - Sergipe	13.805	8.930	537	0	38.903
29 - Bahia	83.489	55.593	3.911	0	227.815
31 - Minas Gerais	94.291	66.034	4.184	1	267.725
32 - Espírito Santo	23.636	15.611	988	0	68.634
33 - Rio de Janeiro	104.989	90.771	10.976	4	347.375
35 - São Paulo	267.555	212.884	18.483	0	843.826
41 - Paraná	91.357	63.899	4.400	0	264.581
42 - Santa Catarina	43.331	28.268	1.657	0	134.944
43 - Rio Grande do Sul	70.586	58.350	4.577	0	226.167
50 - Mato Grosso do Sul	13.144	8.122	560	0	39.344
51 - Mato Grosso	20.076	12.111	697	0	56.971
52 - Goiás	41.937	25.647	1.712	0	119.961
53 - Distrito Federal	21.678	11.588	1.022	0	59.999
Total	1.198.844	866.102	70.310	9	3.587.592

Consulta realizada em 19/12/2020 às 12:41h

Tabela 3. Vínculos de professores no Brasil, em 1996, por faixa etária e UF (parte 1/2).

RAIS Vínculo Id 1996					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	CBO 94 Grupo Base Igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e Instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes				
	Faixa Etária				
UF	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39
11 - Rondônia	0	14	1,175	2,530	5,691
12 - Acre	0	4	729	1,836	3,629
13 - Amazonas	0	3	1,413	3,137	8,485
14 - Roraima	0	1	48	41	49
15 - Pará	0	24	3,518	8,021	20,408
16 - Amapá	0	7	630	939	1,141
17 - Tocantins	0	9	758	917	1,541
21 - Maranhão	2	18	2,082	3,859	9,174
22 - Piauí	0	18	979	2,952	13,976
23 - Ceará	4	116	6,963	11,097	27,525
24 - Rio Grande do Norte	3	20	1,742	3,923	8,112
25 - Paraíba	3	28	2,079	4,675	12,044
26 - Pernambuco	4	32	5,040	9,395	19,083
27 - Alagoas	1	30	2,438	4,535	12,920
28 - Sergipe	3	13	1,686	3,841	10,439
29 - Bahia	5	45	8,090	17,571	41,844
31 - Minas Gerais	8	207	10,786	21,324	70,473
32 - Espírito Santo	0	21	1,872	3,609	7,884
33 - Rio de Janeiro	7	128	13,528	22,712	59,116
35 - São Paulo	31	881	65,113	94,767	192,422
41 - Paraná	2	194	14,735	22,396	39,941
42 - Santa Catarina	5	207	5,491	9,769	24,418
43 - Rio Grande do Sul	7	110	8,496	21,027	62,336
50 - Mato Grosso do Sul	1	23	1,222	2,091	4,427
51 - Mato Grosso	0	30	1,614	2,850	8,948
52 - Goiás	0	50	3,904	7,854	20,101
53 - Distrito Federal	4	50	3,066	5,243	7,543
{n class}	0	0	13	16	30
Total	90	2,283	169,210	292,927	693,700

Tabela 3.1 Vínculos de professores no Brasil, em 1996, por faixa etária e UF (parte 2/2).

RAIS Vínculo Id 1996					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	CBO 94 Grupo Base Igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes				
	Faixa Etária				
UF	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	(n class)	Total
11 - Rondônia	2,164	421	19	133	12,147
12 - Acre	2,195	726	70	16	9,205
13 - Amazonas	6,410	2,269	70	114	21,901
14 - Roraima	13	2	1	1	156
15 - Pará	15,715	4,257	185	265	52,393
16 - Amapá	418	108	3	38	3,284
17 - Tocantins	699	163	7	132	4,226
21 - Maranhão	6,314	2,339	178	179	24,145
22 - Piauí	13,395	4,762	424	136	36,642
23 - Ceará	24,624	13,584	1,427	226	85,566
24 - Rio Grande do Norte	4,327	1,771	97	38	20,033
25 - Paraíba	7,984	3,295	169	56	30,333
26 - Pernambuco	11,539	4,474	398	236	50,201
27 - Alagoas	11,295	3,238	161	121	34,739
28 - Sergipe	7,216	1,873	113	108	25,292
29 - Bahia	34,632	22,421	3,524	1,137	129,269
31 - Minas Gerais	59,433	21,766	994	428	185,419
32 - Espírito Santo	4,556	1,345	62	17	19,366
33 - Rio de Janeiro	47,421	18,495	1,437	451	163,295
35 - São Paulo	143,506	57,833	3,265	343	558,161
41 - Paraná	30,006	9,995	406	68	117,743
42 - Santa Catarina	16,208	3,461	145	49	59,753
43 - Rio Grande do Sul	52,548	18,839	734	155	164,252
50 - Mato Grosso do Sul	2,604	752	28	20	11,168
51 - Mato Grosso	6,169	1,463	41	79	21,194
52 - Goiás	16,064	4,144	132	129	52,378
53 - Distrito Federal	4,887	1,688	72	21	22,574
(n classe)	13	8	0	11	91
Total	532,355	205,492	14,162	4,707	1,914,926

Consulta realizada em 22/12/2020 às 00:43h

Tabela 4. Vínculos de professores no Brasil, em 2007, por faixa etária e UF (parte 1/2).

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano Igual a 2007				
	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	CBO 2002 Subgrupo Igual a OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE				
	Faixa Etária				
UF	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39
11 - Rondônia	0	34	718	2,673	6,362
12 - Acre	0	1	490	2,003	5,548
13 - Amazonas	1	17	1,714	6,552	17,300
14 - Roraima	0	0	178	595	1,309
15 - Pará	1	44	3,147	11,310	28,267
16 - Amapá	0	8	255	1,107	2,524
17 - Tocantins	0	1	572	2,635	8,892
21 - Maranhão	0	4	2,560	9,614	24,182
22 - Piauí	0	3	1,633	7,829	20,256
23 - Ceará	0	41	7,477	21,141	53,903
24 - Rio Grande do Norte	0	22	1,877	5,564	16,900
25 - Paraíba	0	5	1,483	5,069	14,923
26 - Pernambuco	0	13	5,240	14,756	38,667
27 - Alagoas	0	1	948	3,875	13,011
28 - Sergipe	0	7	1,542	4,582	12,938
29 - Bahia	0	22	8,310	29,239	73,004
31 - Minas Gerais	3	150	12,300	42,357	112,887
32 - Espírito Santo	0	17	1,564	5,560	15,950
33 - Rio de Janeiro	2	146	10,797	27,747	62,842
35 - São Paulo	0	595	39,957	88,689	209,791
41 - Paraná	1	95	6,134	23,690	68,978
42 - Santa Catarina	3	93	5,679	15,167	37,376
43 - Rio Grande do Sul	8	142	6,437	21,692	58,837
50 - Mato Grosso do Sul	0	23	2,046	6,267	13,862
51 - Mato Grosso	4	34	2,417	6,761	18,587
52 - Goiás	0	49	2,951	8,726	20,926
53 - Distrito Federal	1	15	2,087	6,829	19,711
Total	24	1,582	130,513	382,029	977,733

Tabela 4.1 Vínculos de professores no Brasil, em 2007, por faixa etária e UF (parte 2/2).

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano Igual a 2007				
	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	CBO 2002 Subgrupo Igual a OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NAO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, PROFESSORES DE NIVEL MEDIO NA EDUCACAO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR NA EDUCACAO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MEDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE				
Faixa Etária					
UF	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	{n class}	Total
11 - Rondônia	4,811	2,019	108	0	16,725
12 - Acre	4,433	2,319	121	0	14,915
13 - Amazonas	13,672	7,606	375	0	47,237
14 - Roraima	1,581	778	26	0	4,467
15 - Pará	23,494	12,836	440	9	79,548
16 - Amapá	1,762	984	31	0	6,671
17 - Tocantins	7,384	3,431	94	0	23,009
21 - Maranhão	15,025	6,592	371	1	58,349
22 - Piauí	19,088	9,336	360	0	58,505
23 - Ceará	54,408	44,872	6,048	1	187,891
24 - Rio Grande do Norte	20,261	11,155	519	2	56,300
25 - Paraíba	16,962	10,814	657	0	49,913
26 - Pernambuco	39,389	19,899	1,083	0	119,047
27 - Alagoas	9,825	4,111	171	3	31,945
28 - Sergipe	12,825	6,185	229	0	38,308
29 - Bahia	57,267	28,120	1,755	2	197,719
31 - Minas Gerais	121,680	58,566	2,637	2	350,582
32 - Espírito Santo	16,929	8,411	279	0	48,710
33 - Rio de Janeiro	67,029	41,305	3,070	4	212,942
35 - São Paulo	214,838	119,902	6,489	0	680,261
41 - Paraná	62,846	29,053	1,047	2	191,846
42 - Santa Catarina	35,882	14,181	441	1	108,823
43 - Rio Grande do Sul	81,559	42,795	1,985	0	213,455
50 - Mato Grosso do Sul	12,134	6,287	170	1	40,790
51 - Mato Grosso	16,232	7,424	174	0	51,633
52 - Goiás	17,081	7,456	235	0	57,424
53 - Distrito Federal	15,409	6,605	417	0	51,074
Total	963,806	513,042	29,332	28	2,998,089

Consulta realizada em 21/12/2020 às 21:52h

Tabela 5. Total da população empregada no Brasil em 1985, por faixa etária.

RAIS Vínculo Id 1985		
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim	
Faixa Etária		Total
10 A 14		72.244
15 A 17		620.712
18 A 24		4.820.827
25 A 29		3.920.209
30 A 39		5.962.093
40 A 49		3.202.194
50 A 64		1.640.618
65 OU MAIS		111.967
{ñ class}		141.267
Total		20.492.131

Consulta realizada em 25/12/2020 às 23:26h

Tabela 6. Total da população empregada no Brasil em 2018, por faixa etária.

RAIS Vínculo Id		
Seleções vigentes	Ano igual a 2018	
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim	
Faixa Etária		Total
10 A 14		5.063
15 A 17		279.365
18 A 24		6.189.399
25 A 29		6.466.830
30 A 39		14.443.718
40 A 49		10.702.031
50 A 64		7.853.974
65 OU MAIS		690.657
{ñ class}		78
Total		46.631.115

Consulta realizada em 26/12/2020 às 01:00h

Tabela 7. Vínculos de professor no Brasil, em 1985, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
	CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes				
Faixa Etária					
	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39
Faixa Remun Média (SM)					
Até 0,50	48	358	3.718	2.829	3.768
0,51 a 1,00	29	1.105	27.993	24.702	35.999
1,01 a 2,00	30	777	64.487	70.261	117.521
2,01 a 3,00	5	69	22.268	38.010	97.586
3,01 a 4,00	4	13	9.931	22.402	65.382
4,01 a 5,00	1	7	4.224	11.709	43.624
5,01 a 7,00	1	5	3.036	13.148	58.626
7,01 a 10,00	2	3	1.040	5.722	44.165
10,01 a 15,00	0	0	310	3.372	22.072
15,01 a 20,00	0	0	35	433	7.747
Mais de 20,00	0	0	14	62	1.761
{ñ class}	21	490	31.106	21.778	31.260
Total	141	2.827	168.162	214.428	529.511

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
	CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes				
Faixa Etária					
	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	{ñ class}	Total
Faixa Remun Média (SM)					
Até 0,50	1.584	625	47	200	13.177
0,51 a 1,00	16.475	6.546	397	1.267	114.513
1,01 a 2,00	49.097	17.362	1.366	3.102	324.003
2,01 a 3,00	49.349	13.478	783	1.078	222.626
3,01 a 4,00	34.407	9.808	635	520	143.102
4,01 a 5,00	25.280	7.125	447	249	92.666
5,01 a 7,00	38.855	11.705	686	273	126.335
7,01 a 10,00	37.928	11.735	624	149	101.368
10,01 a 15,00	22.859	10.411	593	86	59.703
15,01 a 20,00	7.728	5.461	404	11	21.819
Mais de 20,00	3.954	3.303	500	12	9.606
{ñ class}	14.310	6.284	516	1.307	107.072
Total	301.826	103.843	6.998	8.254	1.335.990

Consulta realizada em 27/12/2020 às 10:19h

Tabela 8. Vínculos de professor no Brasil, em 2018, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (13 faixas de rendimentos).

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
	CBO 2002 Subgrupo igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NAO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, PROFESSORES DE NIVEL MEDIO NA EDUCACAO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR NA EDUCACAO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MEDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE				
Faixa Etária					
	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39
Faixa Remun Média (SM)					
Até 0,50	0	129	3.246	5.148	11.991
0,51 a 1,00	8	347	15.917	24.176	55.998
1,01 a 1,50	0	203	39.915	60.361	142.662
1,51 a 2,00	0	29	17.640	45.935	154.851
2,01 a 3,00	0	7	14.851	61.845	280.158
3,01 a 4,00	0	1	4.168	29.433	167.615
4,01 a 5,00	0	0	1.295	14.116	96.074
5,01 a 7,00	0	0	768	10.193	88.973
7,01 a 10,00	0	0	137	3.828	39.581
10,01 a 15,00	0	0	39	2.263	38.449
15,01 a 20,00	0	0	5	100	7.174
Mais de 20,00	0	0	3	29	1.111
{n class}	0	23	903	1.890	8.739
Total	8	739	98.887	259.317	1.093.376

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
	CBO 2002 Subgrupo igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NAO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, PROFESSORES DE NIVEL MEDIO NA EDUCACAO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR NA EDUCACAO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MEDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE				
Faixa Etária					
	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	{n class}	Total
Faixa Remun Média (SM)					
Até 0,50	7.267	4.349	492	1	32.623
0,51 a 1,00	33.495	18.504	1.767	0	150.212
1,01 a 1,50	92.051	47.805	3.307	2	386.306
1,51 a 2,00	125.148	70.077	4.586	2	418.268
2,01 a 3,00	287.167	176.571	11.450	0	832.049
3,01 a 4,00	215.834	149.112	10.241	1	576.405
4,01 a 5,00	141.982	112.443	7.497	0	373.407
5,01 a 7,00	143.795	123.544	8.834	0	376.107
7,01 a 10,00	73.379	73.974	6.879	1	197.779
10,01 a 15,00	43.760	40.651	5.185	0	130.347
15,01 a 20,00	19.311	20.564	2.839	0	49.993
Mais de 20,00	5.300	18.536	4.674	0	29.653
{n class}	10.355	9.972	2.559	2	34.443
Total	1.198.844	866.102	70.310	9	3.587.592

Consulta realizada em 27/12/2020 às 10:02h

Tabela 9. Distribuição da população empregada em 1985, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (12 faixas de rendimentos).

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	Faixa Etária				
Faixa Remun Média (SM)	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39
Até 0,50	4.344	13.034	19.956	11.672	19.290
0,51 a 1,00	22.986	145.579	513.087	255.813	332.411
1,01 a 2,00	40.318	408.805	2.466.808	1.381.987	1.692.067
2,01 a 3,00	1.930	38.164	1.002.114	786.146	1.018.639
3,01 a 4,00	225	3.607	348.471	452.185	659.834
4,01 a 5,00	108	682	161.314	283.159	455.945
5,01 a 7,00	102	320	122.175	310.260	567.062
7,01 a 10,00	54	140	56.007	200.186	456.277
10,01 a 15,00	0	0	21.326	112.763	337.542
15,01 a 20,00	0	0	3.654	31.901	146.742
Maís de 20,00	0	0	1.638	15.475	134.034
(n class)	2.177	10.381	104.277	78.662	142.250
Total	72.244	620.712	4.820.827	3.920.209	5.962.093

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	Faixa Etária				
Faixa Remun Média (SM)	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	(n class)	Total
Até 0,50	12.194	6.133	393	1.725	88.741
0,51 a 1,00	190.693	111.157	7.712	26.629	1.606.067
1,01 a 2,00	911.055	524.486	34.893	70.313	7.530.732
2,01 a 3,00	508.621	273.554	18.125	15.562	3.662.655
3,01 a 4,00	318.915	152.835	10.100	6.162	1.952.334
4,01 a 5,00	221.824	100.048	5.999	2.916	1.231.995
5,01 a 7,00	284.176	117.572	7.138	2.954	1.411.759
7,01 a 10,00	231.662	90.053	5.806	1.971	1.042.156
10,01 a 15,00	191.139	75.065	5.443	1.597	744.875
15,01 a 20,00	90.326	44.014	3.750	891	321.278
Maís de 20,00	133.908	65.648	5.047	1.758	357.508
(n class)	107.681	80.053	7.561	8.789	541.831
Total	3.202.194	1.640.618	111.967	141.267	20.492.131

Consulta realizada em 02/01/2021 às 00:09h

Tabela 10. Distribuição da população empregada em 2018, por faixa etária e remuneração média em salários-mínimos (13 faixas de rendimentos).

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano Igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	Faixa Etária				
Faixa Remun Média (SM)	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39
Até 0,50	2,006	66,987	82,169	16,834	36,908
0,51 a 1,00	2,950	141,561	542,833	237,082	431,714
1,01 a 1,50	75	59,679	3,061,551	2,267,301	3,846,665
1,51 a 2,00	9	9,161	1,575,118	1,585,680	2,960,314
2,01 a 3,00	1	1,117	664,255	1,231,196	2,918,469
3,01 a 4,00	1	165	149,077	496,549	1,408,770
4,01 a 5,00	0	37	49,693	243,417	805,402
5,01 a 7,00	1	39	26,223	197,839	813,952
7,01 a 10,00	0	20	8,061	96,450	522,556
10,01 a 15,00	0	8	3,693	44,100	350,433
15,01 a 20,00	0	3	630	8,877	117,932
Mais de 20,00	0	11	600	4,981	94,419
{n class}	20	577	23,496	36,524	136,184
Total	5,063	279,365	6,189,399	6,466,830	14,443,718

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano Igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	Faixa Etária				
Faixa Remun Média (SM)	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	{n class}	Total
Até 0,50	26,096	24,831	3,325	1	261,157
0,51 a 1,00	305,489	233,560	23,520	9	1,918,718
1,01 a 1,50	2,584,043	1,741,448	119,990	22	13,680,774
1,51 a 2,00	2,025,160	1,400,725	104,896	14	9,661,077
2,01 a 3,00	2,101,641	1,446,888	112,815	6	8,476,388
3,01 a 4,00	1,054,103	728,529	59,502	6	3,896,702
4,01 a 5,00	615,755	434,348	35,904	1	2,184,557
5,01 a 7,00	694,676	546,351	52,975	2	2,334,058
7,01 a 10,00	482,761	387,745	39,156	2	1,536,751
10,01 a 15,00	320,821	293,918	34,035	1	1,047,009
15,01 a 20,00	142,656	137,118	16,097	0	423,313
Mais de 20,00	151,657	180,767	25,057	0	457,492
{n class}	195,173	297,746	63,385	14	753,119
Total	10,702,031	7,853,974	690,657	78	46,531,115

Consulta realizada em 30/03/2021 às 16:29h

Tabela 11. Distribuição dos professores em 1985, segundo escolaridade e remuneração média em salários-mínimos (1/2).

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
	CBO Subgrupo igual a Professores				
	CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes				
	Escolaridade após 2005				
Faixa Remun Média (SM)	Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo
Até 0,50	71	337	1,048	1,139	1,246
0,51 a 1,00	869	2,949	5,969	5,235	19,216
1,01 a 2,00	10,323	3,070	11,580	10,183	21,138
2,01 a 3,00	5,172	894	1,701	2,303	8,292
3,01 a 4,00	3,734	375	592	1,606	3,509
4,01 a 5,00	2,120	198	412	871	1,680
5,01 a 7,00	4,124	162	600	1,469	1,874
7,01 a 10,00	2,357	153	302	823	766
10,01 a 15,00	0	0	487	355	478
15,01 a 20,00	0	0	34	31	89
Mais de 20,00	0	0	5	2	15
{ñ class}	1,381	6,557	11,548	9,552	7,849
Total	30,151	14,695	34,278	33,569	66,152

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
	CBO Subgrupo igual a Professores				
	CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes				
	Escolaridade após 2005				
Faixa Remun Média (SM)	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	{ñ class}
Até 0,50	779	3,910	1,108	3,428	111
0,51 a 1,00	6,515	41,024	7,473	24,370	893
1,01 a 2,00	9,422	156,026	24,965	73,328	3,968
2,01 a 3,00	3,343	107,283	19,620	72,385	1,633
3,01 a 4,00	1,302	47,010	14,849	69,267	858
4,01 a 5,00	589	23,115	7,802	55,364	515
5,01 a 7,00	814	22,408	7,911	86,131	842
7,01 a 10,00	480	12,729	4,930	78,432	396
10,01 a 15,00	346	6,104	2,153	44,111	5,669
15,01 a 20,00	47	1,792	604	19,100	122
Mais de 20,00	8	299	71	9,165	41
{ñ class}	6,374	33,340	7,627	21,513	1,331
Total	30,019	455,040	99,113	556,594	16,379

Tabela 11.1 Distribuição dos professores em 1985, segundo escolaridade e faixa de rendimentos (2/2).

RAIS Vínculo Id 1985	
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim
	CBO Subgrupo igual a Professores
	CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes
	Escolaridade após 2005
Faixa Remun Média (SM)	Total
Até 0,50	13,177
0,51 a 1,00	114,513
1,01 a 2,00	324,003
2,01 a 3,00	222,626
3,01 a 4,00	143,102
4,01 a 5,00	92,666
5,01 a 7,00	126,335
7,01 a 10,00	101,368
10,01 a 15,00	59,703
15,01 a 20,00	21,819
Mais de 20,00	9,606
{n class}	107,072
Total	1,335,990

Consulta realizada em 31/03/2021 às 18:20h

Tabela 12. Distribuição dos vínculos docentes em 2018, segundo a escolaridade e remuneração média em salários-mínimos (1/2).

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano Igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
CBO 2002 Subgrupo Igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE					
Escolaridade após 2005					
Faixa Remun Média (SM)	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto
Até 0,50	9	18	29	150	251
0,51 a 1,00	127	229	271	1,427	1,392
1,01 a 1,50	478	752	1,371	5,845	4,905
1,51 a 2,00	255	454	724	3,472	2,157
2,01 a 3,00	205	475	641	3,952	2,128
3,01 a 4,00	107	231	394	2,542	1,027
4,01 a 5,00	69	100	161	1,030	585
5,01 a 7,00	66	54	171	639	274
7,01 a 10,00	36	13	64	157	75
10,01 a 15,00	4	1	9	64	12
15,01 a 20,00	1	0	4	1	0
Mais de 20,00	0	0	0	1	0
{n classe}	29	52	93	239	227
Total	1,385	2,379	3,932	19,519	13,033

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano Igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
CBO 2002 Subgrupo Igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE					
Escolaridade após 2005					
Faixa Remun Média (SM)	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
Até 0,50	4,210	1,518	24,625	1,426	387
0,51 a 1,00	28,479	8,276	101,611	6,696	1,704
1,01 a 1,50	115,884	23,044	222,094	9,645	2,288
1,51 a 2,00	74,380	15,401	306,036	12,589	2,800
2,01 a 3,00	101,535	19,759	665,976	31,225	6,153
3,01 a 4,00	48,199	10,415	479,802	27,691	5,997
4,01 a 5,00	25,685	5,401	310,284	24,723	5,369
5,01 a 7,00	19,137	6,694	311,869	28,552	8,651
7,01 a 10,00	7,865	3,467	150,809	26,270	9,023
10,01 a 15,00	1,573	788	76,929	21,555	29,412
15,01 a 20,00	143	43	30,563	5,104	14,134
Mais de 20,00	28	18	18,087	1,492	10,027
{n classe}	3,861	923	24,376	3,509	1,134
Total	430,979	95,747	2,723,061	200,477	97,079

Tabela 12.1 Distribuição dos vínculos docentes em 2018, segundo a escolaridade e a faixa de rendimentos (2/2).

RAIS Vínculo Id	
Seleções vigentes	Ano Igual a 2018
	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim
	CBO 2002 Subgrupo Igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE
	Escolaridade após 2005
Faixa Remun Média (SM)	Total
Até 0,50	32,623
0,51 a 1,00	150,212
1,01 a 1,50	386,306
1,51 a 2,00	418,268
2,01 a 3,00	832,049
3,01 a 4,00	576,405
4,01 a 5,00	373,407
5,01 a 7,00	376,107
7,01 a 10,00	197,779
10,01 a 15,00	130,347
15,01 a 20,00	49,993
Mais de 20,00	29,653
(n classe)	34,443
Total	3,587,592

Consulta realizada em 31/03/2021 às 17:29h

Tabela 13. Distribuição da população empregada em 1985, por escolaridade e remuneração média em salários-mínimos (1/2).

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	Escolaridade após 2005				
Faixa Remun Média (SM)	Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo
Até 0,50	5,077	19,213	18,079	14,049	9,124
0,51 a 1,00	109,509	346,038	350,829	242,985	205,519
1,01 a 2,00	355,157	1,376,036	1,877,632	1,273,176	954,985
2,01 a 3,00	101,980	514,193	832,020	510,255	453,916
3,01 a 4,00	36,899	208,911	410,083	241,534	250,380
4,01 a 5,00	16,974	100,451	237,851	137,919	210,862
5,01 a 7,00	18,814	91,305	233,532	146,917	179,978
7,01 a 10,00	11,197	41,605	128,715	86,350	104,068
10,01 a 15,00	0	0	50,204	42,332	58,438
15,01 a 20,00	0	0	9,714	11,120	20,225
Mais de 20,00	0	0	4,853	7,429	15,877
(n class)	36,946	108,258	108,025	51,575	39,738
Total	692,553	2,806,010	4,261,537	2,765,641	2,503,110

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim				
	Escolaridade após 2005				
Faixa Remun Média (SM)	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	(n class)
Até 0,50	5,576	9,086	1,935	4,218	2,384
0,51 a 1,00	109,361	155,071	20,907	35,775	30,073
1,01 a 2,00	525,706	825,008	114,424	143,515	85,093
2,01 a 3,00	289,961	628,455	139,840	164,052	28,183
3,01 a 4,00	142,967	390,254	95,288	162,078	13,940
4,01 a 5,00	90,434	236,055	62,613	131,595	7,241
5,01 a 7,00	104,648	301,169	91,511	236,459	7,426
7,01 a 10,00	70,753	248,505	85,001	260,009	5,953
10,01 a 15,00	44,078	169,471	68,820	283,494	28,038
15,01 a 20,00	16,946	59,502	31,179	165,319	7,273
Mais de 20,00	14,231	54,273	31,454	223,338	6,053
(n class)	22,575	90,334	12,544	34,980	36,856
Total	1,437,236	3,167,183	755,516	1,844,832	258,513

Tabela 13.1 Distribuição da população empregada em 1985, por escolaridade e remuneração média em salários-mínimos (2/2).

RAIS Vínculo Id 1985		
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 Igual a Sim	
	Escolaridade após 2005	
Faixa Remun Média (SM)		Total
Até 0,50		88,741
0,51 a 1,00		1,606,067
1,01 a 2,00		7,530,732
2,01 a 3,00		3,662,855
3,01 a 4,00		1,952,334
4,01 a 5,00		1,231,995
5,01 a 7,00		1,411,759
7,01 a 10,00		1,042,156
10,01 a 15,00		744,875
15,01 a 20,00		321,278
Mais de 20,00		357,508
{n class}		541,831
Total		20,492,131

Consulta realizada em 31/03/2021 às 17:50h

Tabela 14. Distribuição da população empregada em 2018, por escolaridade e remuneração média em salários-mínimos (13 faixas rendimentos) (1/2).

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
Escolaridade após 2005					
Faixa Remun Média (SM)	Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo
Até 0,50	530	4,614	3,293	16,454	14,909
0,51 a 1,00	12,863	62,765	46,096	100,712	171,280
1,01 a 1,50	66,372	439,845	371,436	817,476	1,443,649
1,51 a 2,00	31,244	265,911	249,567	557,284	1,011,832
2,01 a 3,00	13,522	178,756	198,619	409,453	755,424
3,01 a 4,00	2,440	52,151	64,829	131,808	237,142
4,01 a 5,00	767	16,969	22,193	43,445	85,250
5,01 a 7,00	503	9,842	13,244	29,083	67,615
7,01 a 10,00	312	3,884	6,261	9,241	28,638
10,01 a 15,00	106	1,223	1,939	2,865	10,782
15,01 a 20,00	11	195	401	454	2,711
Mais de 20,00	9	115	189	311	1,664
{n class}	7,319	51,538	55,004	86,503	122,462
Total	135,998	1,087,808	1,033,071	2,205,069	3,953,338

RAIS Vínculo Id					
Seleções vigentes	Ano igual a 2018				
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
Escolaridade após 2005					
Faixa Remun Média (SM)	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado
Até 0,50	80,196	90,719	9,219	39,145	1,641
0,51 a 1,00	257,460	976,089	71,406	210,174	7,959
1,01 a 1,50	1,114,868	8,154,465	438,718	814,689	15,721
1,51 a 2,00	685,232	5,501,638	372,181	960,867	21,096
2,01 a 3,00	437,318	4,251,417	398,205	1,779,638	45,529
3,01 a 4,00	126,968	1,576,008	200,655	1,453,321	42,543
4,01 a 5,00	46,355	746,976	124,768	1,052,440	37,495
5,01 a 7,00	32,439	690,708	114,493	1,311,996	51,089
7,01 a 10,00	13,334	324,846	60,962	1,021,860	52,769
10,01 a 15,00	5,401	127,270	29,914	781,874	48,446
15,01 a 20,00	1,186	32,481	8,225	340,176	18,735
Mais de 20,00	825	19,543	5,889	388,532	22,199
{n class}	54,450	285,225	15,033	69,937	4,339
Total	2,856,032	22,777,385	1,849,668	10,224,649	369,561

Tabela 14.1 Distribuição da população empregada em 2018, por escolaridade e remuneração média em SM (13 faixas rendimentos) (2/2).

RAIS Vínculo Id			
Seleções vigentes	Ano igual a 2018		
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim		
Escolaridade após 2005			
Faixa Remun Média (SM)	Doutorado		Total
Até 0,50	437		261,157
0,51 a 1,00	1,834		1,918,718
1,01 a 1,50	3,535		13,680,774
1,51 a 2,00	4,225		9,661,077
2,01 a 3,00	8,507		8,476,388
3,01 a 4,00	8,837		3,896,702
4,01 a 5,00	7,899		2,184,557
5,01 a 7,00	13,068		2,334,058
7,01 a 10,00	14,644		1,536,751
10,01 a 15,00	37,189		1,047,009
15,01 a 20,00	18,738		423,313
Mais de 20,00	18,216		457,492
{ñ class}	1,309		753,119
Total	138,536		46,631,115

Consulta realizada em 31/03/2021 às 17:45h

Tabela 15. Distribuição dos vínculos docentes em 1985, segundo o sexo e remuneração média em salários-mínimos.

RAIS Vínculo Id 1985				
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim			
	CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes			
Sexo Trabalhador				
Faixa Remun Média (SM)	Masculino	Feminino	Total	
Até 0,50	2,890	10,287	13,177	
0,51 a 1,00	22,836	91,677	114,513	
1,01 a 2,00	52,802	271,201	324,003	
2,01 a 3,00	34,347	188,279	222,626	
3,01 a 4,00	25,948	117,154	143,102	
4,01 a 5,00	17,678	74,988	92,666	
5,01 a 7,00	31,119	95,216	126,335	
7,01 a 10,00	28,391	72,977	101,368	
10,01 a 15,00	24,318	35,385	59,703	
15,01 a 20,00	12,484	9,335	21,819	
Mais de 20,00	7,184	2,422	9,606	
{ñ class}	17,242	89,830	107,072	
Total	277,239	1,058,751	1,335,990	

Consulta realizada em 06/04/2021 às 11:54h

Tabela 16. Distribuição dos vínculos docentes em 2018, segundo o sexo e remuneração média em salários-mínimos (13 faixas de rendimentos).

RAIS Vínculo Id			
Seleções vigentes	Ano igual a 2018		
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim		
	CBO 2002 Subgrupo igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NAO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, PROFESSORES DE NIVEL MEDIO NA EDUCACAO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR NA EDUCACAO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MEDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE		
Sexo Trabalhador			
Faixa Remun Média (SM)	Masculino	Feminino	Total
Até 0,50	14,300	18,323	32,623
0,51 a 1,00	54,123	96,089	150,212
1,01 a 1,50	89,562	296,744	386,306
1,51 a 2,00	104,043	314,225	418,268
2,01 a 3,00	176,176	655,873	832,049
3,01 a 4,00	120,015	456,390	576,405
4,01 a 5,00	78,847	294,560	373,407
5,01 a 7,00	86,997	289,110	376,107
7,01 a 10,00	56,541	141,238	197,779
10,01 a 15,00	55,607	74,740	130,347
15,01 a 20,00	25,833	24,160	49,993
Mais de 20,00	18,144	11,509	29,653
(ñ class)	13,722	20,721	34,443
Total	893,910	2,693,682	3,587,592

Consulta realizada em 06/04/2021 às 12:03h

Tabela 17. Distribuição dos vínculos docentes em 1985, por tipo de vínculo e remuneração média em salários-mínimos.

RAIS Vínculo Id 1985					
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim				
	CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes				
	Tipo Vínculo igual a CLT, Estatutário, Outros, Trabalhador Avulso, Trabalhador Temporário, {ñ class}				
Tipo Vínculo					
Faixa Remun Média (SM)	CLT	Estatutário	Trabalhador Avulso	Trabalhador Temporário	Outros
Até 0,50	9,346	1,468	9	48	2,249
0,51 a 1,00	76,255	28,311	71	218	8,904
1,01 a 2,00	193,198	109,636	83	311	19,011
2,01 a 3,00	80,642	119,711	12	132	21,422
3,01 a 4,00	41,591	83,449	97	94	17,456
4,01 a 5,00	27,185	54,325	1	58	10,894
5,01 a 7,00	38,716	74,663	3	67	12,616
7,01 a 10,00	25,205	73,456	0	27	2,470
10,01 a 15,00	34,060	24,527	0	91	923
15,01 a 20,00	14,643	6,762	0	33	363
Mais de 20,00	4,881	4,394	0	17	306
{ñ class}	57,454	16,867	100	99	31,327
Total	603,176	597,569	376	1,195	127,941

RAIS Vínculo Id 1985		
Seleções vigentes	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim	
	CBO Grupo Base igual a Professores de ciências biológicas e médicas de ensino superior, Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis de ensino superior, Professores de ciências físicas e químicas de ensino superior, Professores de ciências humanas de ensino superior, Professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior, Professores de engenharia e arquitetura, Professores de ensino de 1º grau, Professores de ensino de 2º grau, Professores de ensino especial, Professores de ensino pré-escolar, Professores de ensino superior não-classificados sob outras epígrafes, Professores de línguas e literaturas de ensino superior, Professores de matemática, estatística e ciências afins de ensino superior, Professores e instrutores de formação profissional, Professores não-classificados sob outras epígrafes	
	Tipo Vínculo igual a CLT, Estatutário, Outros, Trabalhador Avulso, Trabalhador Temporário, {ñ class}	
Tipo Vínculo		
Faixa Remun Média (SM)	{ñ class}	Total
Até 0,50	57	13,177
0,51 a 1,00	754	114,513
1,01 a 2,00	1,764	324,003
2,01 a 3,00	707	222,626
3,01 a 4,00	415	143,102
4,01 a 5,00	203	92,666
5,01 a 7,00	270	126,335
7,01 a 10,00	210	101,368
10,01 a 15,00	102	59,703
15,01 a 20,00	18	21,819
Mais de 20,00	8	9,606
{ñ class}	1,225	107,072
Total	5,733	1,335,990

Consulta realizada em 06/04/2021 às 12:27h

Tabela 18. Distribuição dos vínculos docentes em 2018, por tipo de vínculo e remuneração média em salários-mínimos (13 faixas de rendimentos).

RAIS Vínculo Id										
Seleções vigentes	Ano igual a 2018									
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim									
	CBO 2002 Subgrupo igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NAO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, PROFESSORES DE NIVEL MEDIO NA EDUCACAO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR NA EDUCACAO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MEDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE									
Tipo Vínculo										
Faixa Remun Média (SM)	CLT U/ PJ Ind	CLT U/ PF Ind	CLT R/ PJ Ind	CLT R/ PF Ind	Estatutário	Estatutário RGPS	Estatutário não Efetivo	Avulso	Temporário	Aprendiz
Até 0,50	29,513	15	32	3	448	955	832	17	22	112
0,51 a 1,00	114,883	40	72	5	9,862	7,388	9,906	29	291	286
1,01 a 1,50	247,583	76	148	23	53,799	24,920	32,207	22	2,111	11
1,51 a 2,00	168,670	17	116	9	141,098	48,969	33,059	2	812	0
2,01 a 3,00	242,506	18	168	17	393,021	122,796	34,468	21	1,720	1
3,01 a 4,00	120,335	3	91	7	346,441	75,443	13,814	8	250	0
4,01 a 5,00	70,852	0	29	3	249,346	37,588	7,685	8	58	0
5,01 a 7,00	75,183	2	31	0	264,226	28,133	5,047	3	51	0
7,01 a 10,00	48,011	0	11	0	139,950	7,749	1,171	2	28	0
10,01 a 15,00	31,624	1	6	0	95,205	2,422	507	2	9	0
15,01 a 20,00	11,160	0	0	0	38,083	466	65	0	1	0
Mais de 20,00	6,200	0	1	0	23,086	208	15	0	0	0
(ñ class)	25,093	3	8	0	5,298	2,462	939	3	14	2
Total	1,191,613	175	713	67	1,759,863	359,499	139,715	117	5,367	412

RAIS Vínculo Id										
Seleções vigentes	Ano igual a 2018									
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim									
	CBO 2002 Subgrupo igual a INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES, OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NAO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE, PROFESSORES DE NIVEL MEDIO NA EDUCACAO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO, PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR NA EDUCACAO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DO ENSINO MEDIO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL, PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE									
Tipo Vínculo										
Faixa Remun Média (SM)	CLT U/ PJ Determinado	CLT U/ PF Determinado	CLT R/ PJ Determinado	Diretor	Contrat Prazo Determinado	Contrat TMP Determinado	Contrat Lei Estadual	Contrat Lei Municipal	Total	
Até 0,50	269	0	0	2	43	4	40	316	32,623	
0,51 a 1,00	900	0	3	23	1,483	158	690	4,193	150,212	
1,01 a 1,50	3,452	0	5	19	2,421	514	7,724	11,271	386,306	
1,51 a 2,00	2,012	1	4	40	1,860	155	11,725	9,719	418,268	
2,01 a 3,00	3,103	0	6	26	2,515	2,153	17,915	11,595	832,049	
3,01 a 4,00	1,197	0	4	21	594	4,066	9,116	5,015	576,405	
4,01 a 5,00	512	0	0	5	182	3,509	781	2,849	373,407	
5,01 a 7,00	506	0	2	11	109	1,610	387	806	376,107	
7,01 a 10,00	290	0	0	0	81	191	240	55	197,779	
10,01 a 15,00	136	0	0	0	31	359	33	12	130,347	
15,01 a 20,00	39	0	0	0	7	165	6	1	49,993	
Mais de 20,00	23	0	0	0	8	110	2	0	29,653	
(ñ class)	207	0	0	2	34	1	28	349	34,443	
Total	12,646	1	24	149	9,368	12,995	48,687	46,181	3,587,592	

Consulta realizada em 06/04/2021 às 12:33h

Anexo – Administrações Públicas

Anexos Acre

Anexo Acre 1- Professores efetivos e temporários, do Ensino Básico da rede estadual do Acre, de 2013 a 2021.



GOVERNO DO
ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Departamento de Gestão de Pessoas e
Tecnologia da Informação e Processos

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO BÁSICO ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2021																					
ORDEM	MUNICÍPIO	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		TOTAL GERAL	
		ELETIVO	TEMPORÁRIO	ELETIVO	TEMPORÁRIO	ELETIVO	TEMPORÁRIO	ELETIVO	TEMPORÁRIO	ELETIVO	TEMPORÁRIO	ELETIVO	TEMPORÁRIO	ELETIVO	TEMPORÁRIO	ELETIVO	TEMPORÁRIO	ELETIVO	TEMPORÁRIO		
1	ACRELÂNDIA	25	28	25	58	34	58	52	68	27	68	25	84	32	85	34	81	38	88	839	
2	ASSIS BRASIL	13	19	13	78	13	80	11	84	8	100	12	118	12	119	15	32	12	102	834	
3	BRASILEIA	28	57	25	101	54	91	50	92	47	128	50	158	57	140	88	82	81	108	1381	
4	BUJARI	10	54	11	121	21	124	20	124	13	112	13	122	17	138	23	33	23	123	1097	
5	CAPIXABA	9	18	9	42	21	48	18	48	20	51	25	68	23	85	23	33	17	42	565	
6	CRUZEIRO DO SUL	171	428	179	792	343	751	343	724	282	709	307	786	301	785	384	588	398	815	6716	
7	EPITACIOLÂNDIA	31	22	31	77	31	78	27	75	28	81	32	108	33	87	37	32	38	53	892	
8	FEIJÓ	24	39	28	444	58	440	58	450	52	481	53	595	57	601	84	222	70	382	3908	
9	JORDÃO	7	23	2	48	3	54	8	57	5	60	9	70	7	85	11	22	12	47	507	
10	MANOEL LIMA	37	78	37	105	40	141	52	181	59	175	65	211	65	219	71	163	87	188	1950	
11	MANOEL URBANO	18	15	18	44	18	55	18	59	14	67	8	74	10	57	18	28	7	28	545	
12	MAL THAUMATURGO	0	8	0	81	1	87	2	85	3	82	4	88	4	88	5	35	4	81	606	
13	PLÁCIDO DE CASTRO	58	52	58	80	82	71	85	81	80	80	85	197	71	105	74	71	77	83	1308	
14	PORTO ACRE	24	114	24	119	48	125	57	134	43	144	50	177	50	155	55	105	59	114	1593	
15	PORTO WALTER	2	1	3	54	8	84	7	80	5	78	6	84	8	102	8	25	5	85	682	
16	RIO BRANCO	784	1510	785	1777	1142	1850	1231	1839	1105	2052	1088	2149	1037	2418	1285	1858	1218	1988	27260	
17	RODRIGUES ALVES	11	84	12	212	31	230	30	216	28	232	29	277	34	239	41	117	42	174	2024	
18	SANTA ROSA DO PURUS	1	20	1	25	1	28	1	27	0	28	0	38	0	32	1	11	2	21	231	
19	SENHA MADUREIRA	45	148	44	238	53	247	42	224	39	215	48	231	53	273	68	183	89	258	2445	
20	SENADOR GUIOMARD	71	70	75	81	73	135	111	118	108	187	89	175	98	183	112	130	109	152	2055	
21	TARAUACÁ	38	37	40	302	72	317	70	328	58	338	68	382	78	365	90	167	84	305	3177	
22	XAPURI	24	49	24	127	38	128	40	128	32	124	34	150	42	158	32	75	38	130	1353	
TOTAL		1402	2917	1422	4975	2167	5239	2290	5308	2031	5544	2065	6133	2053	6340	2498	3975	2370	5137	63898	

Anexo Acre 2 – Professores licenciados e afastados da rede estadual do Acre, de 2008 a 2018.



Secretaria de Estado Planejamento e Gestão
Diretoria de Modernização e Desenvolvimento Institucional

Página - 1
Data - 08/10/2021

Relatório de Servidores Afastados e Licenciados por Órgão
2008 a 2018

Órgão =>	14 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	SEE	<u>Qtd. Licenças</u>
Ano =>	2008		1
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		1
Ano =>	2007		32
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		32
Ano =>	2008		889
Licença / Afastamento =>	1 TRATAMENTO DE SAUDE		350
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		350
Ano =>	2009		838
Licença / Afastamento =>	1 TRATAMENTO DE SAUDE		502
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		337
Ano =>	2010		1.222
Licença / Afastamento =>	1 TRATAMENTO DE SAUDE		851
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		371
Ano =>	2011		1.298
Licença / Afastamento =>	1 TRATAMENTO DE SAUDE		941
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		268
Ano =>	2012		1.228
Licença / Afastamento =>	1 TRATAMENTO DE SAUDE		903
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		326
Ano =>	2013		1.607
Licença / Afastamento =>	1 TRATAMENTO DE SAUDE		732
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		275
Ano =>	2014		1.417
Licença / Afastamento =>	1 TRATAMENTO DE SAUDE		1.073
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		344
Ano =>	2016		1.612
Licença / Afastamento =>	1 TRATAMENTO DE SAUDE		1.053
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		419
Ano =>	2018		1.334
Licença / Afastamento =>	1 TRATAMENTO DE SAUDE		917
Licença / Afastamento =>	31 TRATAMENTO DE SAUDE - A		417

Anexos Ceará

Anexo Ceará 1 – Docentes efetivos e licenciados para tratamento de saúde da rede pública estadual do Ceará, de 2008 a 2018.

12/11/2021 23:59 <https://ceartransparente.ce.gov.br/platform/tickets/2069580?locale=pt-BR&print=true>
<https://ceartransparente.ce.gov.br/platform/tickets/2069580?locale=pt-BR&print=true> 5/8

Resposta final enviada pelo comitê setorial SIC SEDUC

Em 11/10/2021 às 09:50 Resposta à solicitação (1ª reabertura)

Resposta avaliada pelo cidadão

Prezada Elaine Cristina,

Em atenção a reabertura do protocolo em tela, reiteramos os posicionamentos enviados nos dias 08/09/2021 e 05/10/2021.

De acordo com os registros da Secretaria da Educação do Ceará/ SEDUC (Educação Básica) o número de docentes efetivos nos anos 2008 a 2018, ativos em folha de pagamento, são:

2008: 13051;

2009: 11596;

2010: 12994;

2011: 12361;

2012: 11801;

2013: 11293;

2014: 13459;

2015: 13318;

2016: 13158;

2017: 12724;

2018: 12390;

Sobre a quantidade de servidores em licença saúde nos anos 2008 a 2018, temos:

2008: 1157;

2009: 1155;

2010: 1265;

2011: 1278;

2012: 1309;

2013: 1262;

2014: 1350;

2015: 1505;

2016: 1711;

2017: 1838;

2018: 1857;

Visando a melhoria contínua dos nossos serviços, gostaríamos de sua colaboração no preenchimento da Pesquisa de Satisfação.

Atenciosamente,

Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEDUC.

[SEDUC - Operador setorial SIC] Sandra Marinho

Anexo Ceará 2 – Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Ceará, em 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU-UVA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS-PROGEP
CÉLULA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS-CGRH

DESCRIÇÃO	Efetivos/Estatutário/Jornada de Trabalho					Contrato por Tempo Determinado/Celetista/Jornada de Trabalho						Voluntários/Jornada de Trabalho					
	Homem		Mulher		Total	Substitutos			Temporários			Total	Homem		Mulher		Total
	20 hs	40 hs	20 hs	40 hs		Homem	Mulher	Carga Horária	Homem	Mulher	Carga Horária		20 hs	40 hs	20 hs	40 hs	
Quantos docentes trabalham na instituição?	334				334	2			19			21					
Deste total de docentes, quantos são homens e quantos são mulheres?	199		135		334	1	1		10	9		21					
Quais as jornadas de trabalho e modelos de contratação adotados pela instituição?	10	189	1	134	334			40h			40h						
Quantos docentes atuam em cada modalidade de contratação e jornada?						2		40h	19		40h	21					
A Universidade possui docentes temporários? Se sim, quantos?						2			19			21					
A Universidade possui docentes atuando como voluntários ou em outra modalidade não paga? Se sim, quantos?																	

FONTE: FOLHA DE PAGAMENTO DE JULHO/2021 DA UVA

CÉLULA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS-CGRH, 20/09/2021

Anexos Município do Rio de Janeiro

Anexo mun. RJ 1 – Planilha contendo dados sobre a quantidade de professores I e II e licenças para tratamento de saúde, na rede pública do município do Rio de Janeiro, de 2008 a 2018.

NÚMERO DE PROFESSORES DA SME POR ANO											
SME	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
PROF I	12795	12873	13035	13516	13644	13746	13833	13908	14167	14497	14969
PROF II	18743	20423	20236	20238	20854	20630	20545	20004	19493	18171	17011
TOTAL	31538	34296	34271	35644	36500	37984	34380	33912	33660	32668	31980

NÚMERO DE DIAS DE LICENÇA DOS PROFESSORES DA SME POR ANO																
PROF I	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018					
365 dias ou mais*	110	7%	103	4%	211	6%	284	8%	336	7%	321	2%	298	2%	210	4%
de 321 a 364 dias	363	8%	634	18%	750	11%	783	2%	769	6%	453	7%	463	7%	383	6%
de 281 a 320 dias	750	17%	600	18%	537	17%	675	15%	725	11%	749	11%	749	11%	723	11%
de 241 a 280 dias	1718	46%	1465	39%	1387	39%	1573	39%	1674	24%	1594	23%	1684	25%	1724	23%
de 7 dias	1418	37%	1417	34%	359	2%	353	1%	204	1%	335	6%	374	5%	323	5%
Total de profissionais de Sme	4458		4148		3384		4423		4954		6606		6812		7388	
PROF II	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018					
365 dias ou mais*	199	3%	258	4%	359	7%	507	1%	723	3%	190	3%	233	3%	248	4%
de 321 a 364 dias	512	7%	570	9%	518	10%	504	8%	454	7%	457	6%	444	6%	520	7%
de 281 a 320 dias	1146	16%	1100	17%	827	16%	1087	17%	954	15%	894	12%	808	11%	845	12%
de 241 a 280 dias	3080	43%	2750	36%	1812	35%	2482	36%	2331	36%	1880	25%	2034	29%	2449	29%
de 7 dias	2358	31%	2111	34%	883	12%	2207	34%	2471	38%	3907	54%	3631	51%	3417	49%
Total de profissionais de Sme	7243		6288		5361		6987		6821		7368		7152		6496	

FONTE: SISTEMA ERGON
 OBSERVAÇÕES:
 DATA DA EXTRAÇÃO: Fevereiro / 2022
 * LICENÇA: Os dados compreendem o número de dias de licença por servidor (estratificado pelo CPF). Como alguns servidores têm mais de uma matrícula, há casos de servidores com mais de 365 dias de licença no ano.
 PROF I: atende os anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano). Formação em LF, matemática, ciências, geografia, história, educação física, inglês...
 PROF II: atende os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Formação em Pedagogia, Ensino Médio Normal

Anexo mun. RJ 2 – Professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II, da rede pública municipal do Rio de Janeiro, de 2008 a 2018.

Resposta Protocolo RIO-23603413-2 (Pedido de Acesso à Informação) Externa Caixa de entrada
Transparência RIO <transparenciacarioca.pcrj@gmail.com>

12:05 (há 3 horas)

para mim

Prezado Solicitante,

A Secretaria Municipal de Educação disponibilizou os quantitativos de professores do Ensino Básico: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II ativos (em exercício ou licenciados), por ano, no período de 2008 a 2018, conforme relatórios gerados pelo Sistema Informatizado de Recursos Humanos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (ERGON).

Informou que os professores da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro atendem somente aos alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II.

Esclareceu, ainda, que a realidade dos quantitativos informados se refere à 1º de janeiro de cada ano. Quanto à informação "... a quantidade de licenças médicas utilizadas por esses profissionais, em cada ano...", não foi possível gerar relatórios do Sistema Informatizado de Recursos Humanos que permitissem o tratamento dos dados para consolidação do número de ocorrências de afastamentos por ano.

Solicitamos que seja registrado novo pedido específico que será encaminhado ao setor competente na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento para busca das informações.

ANO (realidade de 1º de janeiro):

QUANTITATIVO DE PROFESSORES QUE ATENDEM À EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL I, ENSINO FUNDAMENTAL II:

2008 35496

2009 36055

2010 35931

2011 36487

2012 40102

2013 38371

2014 42103

2015 41501

2016 40023

2017 41018

2018 39562

FONTE: ERGON

Caso deseje apresentar recurso contra este atendimento específico, favor registrar por meio da Central 1746 em até 10 dias, conforme disposto no artigo 24 do Decreto RIO Nº 44.745/2018.

Atenciosamente,

Coordenadoria Técnica de Transparência

Subsecretaria de Transparência e Governo Digital

SEGOVI • Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Rua Afonso Cavalcanti, 455. Cidade Nova. Tel.: (21) 2976-1984

Anexos Belo Horizonte

Anexo Belo Horizonte 1 – Professores da rede municipal de Educação de Belo Horizonte, de 2008 a 2020.

QUANTITATIVO PROFESSORES RME-BH



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

NÚMERO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE / RME-BH

CARGO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROFESSOR MUNICIPAL	10350	10387	10430	10414	10753	10533	10581	10585	10249	9861	9646	9458	9095	69475
PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	1515	1910	2018	2228	2708	3105	4440	5379	5573	6157	6053	5962	5911	39475
TOTAL	11865	12297	12448	12640	13461	13638	15021	15964	15822	16018	15699	15420	15006	173434

Professor Municipal: servidor concursado para atuar no Ensino Fundamental
Professor para Educação Infantil: servidor concursado para atuar na Educação Infantil
Fonte: Assessoria da Tecnologia de Informação / ASTIN-GESP
Posição em 31/12 de cada ano considerado
Os números apresentados correspondem ao número de professores com lotação em escolas e em unidades de gestão.
Na RME-BH não há contratação temporária de professor

Anexo Belo Horizonte 2 – Professores do Ensino Básico (Professor Municipal e para a Educação Infantil) e licenças médicas utilizadas por estes profissionais da rede pública municipal de Belo Horizonte, de 2008 a 2018.

03/08/2022 18:55 Lei de Acesso à Informação - LAI | Portal de Serviços
<https://servicos.pbh.gov.br/t/6112be14a6cddf3356d0cff03/4>

Prefeitura de Belo Horizonte 17 ago 2021 · 14:16

Órgão/Unidade: DITR - Fase: Confirmação de encerramento Situação: Aguardando resposta do solicitante Informação: Caso deseje recorrer do seu pedido, clique abaixo no botão ATENDER.
Resposta: CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIOSUBCONTROLADORIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Prezado (a) Elaine Cristina Simões Ref.: Manifestação n. 31.00301117/2021-48 Informamos a V.S^a que de acordo com a Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP, segue a resposta referente a quantidade de licenças médicas utilizadas por esses profissionais, em cada ano, entre 2008 e 2018.

Afastamentos de professores no período de 2008 a 2018:

2008 194.861
2009 191.299
2010 168.032
2011 189.410
2012 188.475
2013 205.391
2014 218.910
2015 207.235
2016 216.704
2017 182.637
2018 188.855

Informamos que a Prefeitura de Belo Horizonte não possui em seu quadro professores de ensino superior. Seguem abaixo os quantitativos de cargos do ensino básico, que estavam ocupados nos períodos solicitados, conforme registro no sistema de recursos humanos ArteRH:

Ano Professor(a) Municipal Professor(a) para a Educação Infantil

2008 10.305 1.584
2009 10.360 1.979
2010 10.394 2.082
2011 10.430 2.311
2012 10.743 2.840
2013 10.483 3.108
2014 10.531 4.442
2015 10.537 5.382
2016 10.215 5.577
2017 9.830 6.163
2018 9.619 6.058

Poderá ser interposto recurso no sistema no prazo de 10 (dez) dias, conforme disposto no artigo 13 e seguintes do Decreto nº 14.906/2012. Obrigada por entrar em contato com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Atenciosamente, Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção
ES

03/08/2022 18:20 Lei de Acesso à Informação - LAI | Portal de Serviços
<https://servicos.pbh.gov.br/t/62bcc3d56fb89d67d4f9ce462/3>

Anexo Belo Horizonte 3 - Quantitativo de docentes (pessoas físicas) da rede pública municipal de Belo Horizonte, que foram afastados por licença médica, a cada ano, entre 2017 a 2021.

Prefeitura de Belo Horizonte 3 ago 2022 · 17:17

Órgão/Unidade: DITR - Diretoria de Transparência Fase: Confirmação de encerramento Situação: Aguardando resposta do solicitante Informação: Caso deseje recorrer do seu pedido, clique abaixo no botão ATENDER. Resposta: CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIOSUBCONTROLADORIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Prezada Sra. ELAINE CRISTINA SIMOES, Ref.: 31.00310332/2022-45.

De acordo com a Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGESP, segue o quantitativo de docentes (pessoas físicas) que foram afastados por licença médica, a cada ano, entre 2017 a 2021:

- 2017: 4.857 servidores
- 2018: 4.694 servidores
- 2019: 5.479 servidores
- 2020: 1.287 servidores
- 2021: 3.785 servidores

A DGEP também informa que não há registro eletrônico dos anos anteriores solicitados (2008 a 2016), quando a perícia era realizada pela PBH.

No caso de indeferimento de acesso a informação, poderá ser interposto recurso no sistema no prazo de 10 (dez) dias, conforme disposto no artigo 13 e seguintes do Decreto nº 14.906/2012. Para tal, acessar <https://prefeitura.pbh.gov.br/lei-de-acesso-a-informacao> e clicar em "registrar recurso".-----

-----Ajude-nos a aprimorar o atendimento da Prefeitura de Belo Horizonte às demandas da Lei de Acesso à Informação. Basta clicar no link abaixo e responder a pesquisa de satisfação. (tempo estimado: 01 minuto) Sua participação é muito importante para a PBH. <https://forms.gle/3qUdoQ7zVD8hjH9H7>-----Obrigado por entrar em contato com a Prefeitura de Belo Horizonte. Atenciosamente, Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção

Anexo Belo Horizonte 4 – Aposentadorias, exonerações e demissões de professores da rede pública municipal de Belo Horizonte, de 2009 a 2020.

Desligamentos



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESLIGAMENTOS ANUAIS DE PROFESSORES MUNICIPAL

MOTIVO DESLIGAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
APOSENTADORIA	264	269	282	174	390	390	324	517	428	862	612	303	3436
EXONERAÇÃO	106	118	138	74	152	138	104	99	56	56	82	42	577
DEMISSÃO	12	4	6	1	0	7	3	3	6	1	5	4	29
FALECIMENTO	9	9	13	2	6	1	4	9	4	3	5	8	34
TOTAL	391	400	439	251	548	536	435	628	494	922	704	357	6105

DESLIGAMENTOS ANUAIS DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

MOTIVO DESLIGAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
APOSENTADORIA	2	2	2	1	3	4	3	6	12	76	32	19	152
EXONERAÇÃO	54	83	78	58	120	117	103	162	121	15	66	15	599
DEMISSÃO	1	2	2	0	0	3	0	0	1	1	1	0	6
FALECIMENTO	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	6	5	16

Anexos Minas Gerais

Anexo Minas Gerais 1 – Professores da Educação Básica e do ensino Superior da rede pública estadual de Minas Gerais, de 2009 a 2020.

Nome da Carreira	Situação Funcional	2009/12	2010/12	2011/12	2012/12	2013/12	2014/12	2015/12	2016/12	2017/12	2018/12	2019/12	2020/12
PROFESSOR DE EDUCACAO BASICA	Aposentado	72.434	76.275	80.229	82.774	85.365	92.037	98.814	106.570	113.424	115.913	120.086	118.438
	Efetivo	83.579	78.210	73.514	69.434	72.018	65.452	64.502	71.595	75.173	78.654	74.856	75.712
	Não efetivo	98.255	109.076	115.571	114.976	124.106	119.759	123.954	112.984	99.228	93.801	83.980	73.861
PROFESSOR DE EDUCACAO SUPERIOR	Aposentado	233	243	263	273	280	308	343	394	403	401	422	427
	Efetivo	519	502	493	477	536	529	720	843	1.249	1.401	1.375	1.620
	Não efetivo	1.858	1.960	1.999	1.395	1.640	2.014	2.254	1.828	1.468	1.381	1.477	1.125
Total		256.878	266.266	272.069	269.329	283.945	280.099	290.587	294.214	290.945	291.551	282.196	271.183

Fonte: Armazém SISAP

Anexo Minas Gerais 2 – Professores da Educação Básica e do Ensino Superior ativos e que se licenciaram para tratamento de saúde, da rede pública estadual de Minas Gerais, de 2009 a 2020.

ANO/MÊS	Professor de Educação Básica		Professor de Educação Superior	
	LICENÇA MÉDICA	ATIVO	LICENÇA MÉDICA	ATIVO
2009/12	168.910	15.300	2.372	26
2010/12	172.137	14.164	2.457	23
2011/12	172.853	13.747	2.490	28
2012/12	164.482	16.948	1.871	34
2013/12	174.465	19.648	2.175	42
2014/12	165.310	14.938	2.540	38
2015/12	171.578	15.782	2.973	37
2016/12	169.032	12.913	2.670	32
2017/12	163.035	14.358	2.714	29
2018/12	162.026	13.150	2.780	44
2019/12	151.184	12.187	2.849	50
2020/12	140.326	1.751	2.739	12

Observação:

- Foram considerados como licença médica as seguintes naturezas de afastamento:

DESIG/CONTRATO ADM./ REC. AMPLO EM LS - INSS.

DESIG/CONTRATO ADM./REC.AMPLO LS - ATE 15 DIAS.

LICENCA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

LICENCA PARA TRATAMENTO DE SAUDE - DETERMINACAO JUDICIAL

LICENCA PARA TRATAR DOENCA GRAVE E/OU MOLESTIA CONTAGIOSA

LICENCA POR ACIDENTE NO TRABALHO OU DOENCA PROFISSIONAL

PERICIA MEDICA SOLICITADA PELO SERVIDOR AO INSS.

RESTABELECIMENTO PGTO LS - SITUACAO FUNCIONAL 26

Anexo Minas Gerais 3 – Professores efetivos e contratados da rede pública estadual de Minas Gerais, de 2016 a 2018.

Prezada Cidadã,

Em atenção ao requerimento de V.Sa., informamos o quantitativo solicitado de acordo com os registros no SISAP – Sistema de Administração de Pessoal:

Informamos a V.Sa. que a presente solicitação de dados de anos anteriores se enquadra nos incisos do artigo 16 do Dec. 45.969/12, uma vez que exige a execução de inúmeros arquivos de dados e tratamento das informações.

O Decreto 45.969/12 assim dispõe em seu artigo 16.

“Art. 16. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I – genéricos;

II – desproporcionais ou desarrazoados; ou

III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.”

Sendo assim, informo:	Licença	Total de Servidores
Saúde		
Outubro/ 2018	Efetivo: 7158 Contrato: 6307	Efetivo: 98649 Contrato: 93017
Outubro/ 2017	Efetivo: 6633 Contrato: 4026	Efeito: 98426 Contrato: 99975
Outubro/ 2016	Efeito: 5661 Contrato: 3423	Efeito: 93875 Contrato: 112971

Anexo Minas Gerais 4 – Distribuição de licenças de professores da rede pública estadual de Minas Gerais de acordo com o capítulo diagnóstico da CID-10, de 2011 a 2018.

Minas Gerais

Contagem Rótulos de Coluna								
Rótulos de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	154	148	177	197	225	204	176	173
2	218	219	211	253	260	199	217	203
3	39	46	44	47	44	38	37	31
4	98	108	103	133	134	102	105	94
5	189	193	213	223	213	186	184	182
6	143	140	150	173	177	137	140	130
7	170	172	164	185	186	167	160	166
8	76	71	73	75	81	69	69	67
9	184	201	210	231	215	191	190	181
10	159	159	161	171	172	168	167	156
11	266	255	264	288	271	267	274	261
12	153	152	158	186	172	156	158	156
13	328	356	366	374	375	339	324	313
14	226	231	235	252	259	238	231	243
15	141	142	150	178	161	164	163	169
16	4	3	6	6	8	5	7	7
17	22	15	32	39	34	21	26	31
18	122	125	134	143	147	146	137	149
19	427	423	445	479	485	463	439	449
20	42	51	64	108	106	92	87	76
21	175	177	205	252	226	221	207	209
22								
NULL	1	2	1	1	3	4	1	1
Total Gera	3337	3389	3566	3994	3954	3577	3499	3447

Anexo Minas Gerais 5 – Professores da rede pública estadual de Minas Gerais em ajustamento funcional, de 2011 a 2018.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES EM AJUSTAMENTO FUNCIONAL

Fonte: SISAP

Folha: Novembro/2021

Data: 13/12/2021

Ano	Total de Servidores em Ajustamento Funcional (Dezembro de cada ano)	Quantidade de Servidores com data início do Ajustamento Funcional em cada ano
2011	6.368	1.149
2012	5.909	928
2013	5.123	1.159
2014	4.881	1.280
2015	4.646	1.027
2016	4.403	697
2017	4.221	1.113
2018	3.921	780

Anexo Minas Gerais 6 – Desligamento de professores efetivos e temporários da Educação Básica da rede pública estadual de Minas Gerais, de 2009 a 2020.

Prezada,

A força de trabalho nas Escolas Estaduais de Minas Gerais é composta por cerca de 160.000 professores de Educação Básica, que estão em exercício nas 3.512 escolas estaduais, distribuídas nos 853 municípios do estado.

Os professores temporários são contratados no início do período letivo e têm o vínculo encerrado no final do ano (habitualmente em 31 de dezembro). Em razão disso, os dados abaixo estão separados conforme a situação funcional (efetivos e não efetivos), de modo que os desligamentos dos vínculos temporários não influam na análise dos demais.

SÉRIE HISTÓRICA – DESLIGAMENTO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA EFETIVOS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MG

Situação Funcional	Motivo Desligamento	Ano											
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Professores Efetivos	Aposentadoria	6.157	5.846	6.069	7.037	5.080	5.822	7.853	3.912	3.177	2.323	1.335	340
	Exoneração	667	754	518	617	1.861	1.009	1.092	1.353	2.243	1.680	758	404
	Falecimento	114	139	88	105	120	82	79	93	118	117	89	128
	Total Geral	6.938	6.739	6.675	7.759	7.061	6.913	9.024	5.358	5.538	4.120	2.182	872

SÉRIE HISTÓRICA – DESLIGAMENTO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO EFETIVOS (temporários) – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MG

Situação Funcional	Motivo Desligamento	Ano											
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Professores não Efetivos	Encerramento do vínculo temporário	98.255	109.076	115.571	114.976	124.106	119.759	123.954	106.760	95.159	90.815	81.868	71.826
	Total Geral	98.255	109.076	115.571	114.976	124.106	119.759	123.954	106.760	95.159	90.815	81.868	71.826

Atenciosamente,

Marcus Thadeu Oliveira Campos
Assessoria de Estatística e Informações
Subsecretaria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Anexos Estado de São Paulo

Anexo estado de São Paulo 1 – Professores da rede pública estadual, de 1998 a 2018.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

TOTALIZAÇÃO - SERVIDORES ATIVOS / SEDUC
POPULAÇÃO SELECIONADA: **CLASSES DOCENTES - CARGO DE EXERCÍCIO**
(OBS.: estão incluídos Docentes Afastados/em Licença/Designados para Postos de trabalho)

Fonte: CADASTRO FUNCIONAL DA EDUCAÇÃO
Período selecionado: **ANOS - 1998, 2008 e 2018**
Mês Referência: **NOVEMBRO**

SEDUC/CGRH/DEPLAN/CEPEA

SIC CGRH 3298

Mês/Ano de referência	CLASSES DOCENTES - CARGO DE EXERCÍCIO			TOTAL
	6407 - PEB I	6409 - PEB II	6408 - PROF. II	
Novembro/1998	94.942	100.695	361	195.998
Novembro/2008	57.478	163.098	110	220.686
Novembro/2018	40.867	149.529	15	190.411

SIC 56745206366

26/10/2022-SEDUC/CGRH/DEPLAN/CEPEA

Anexo Estado de São Paulo 2 – Professores da Educação Básica da rede pública estadual de São Paulo que se licenciaram, de 2014 a 2018.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO

DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Demanda: SIC nº 426962211838 - Elaine Cristina Simões_01/09/2022

Quantidade de Professores da Educação Básica I e II, da Secretaria da Educação, que obtiveram licença saúde, através de perícia médica, entre o os anos de 2014 e 2018, com publicação no Diário Oficial.

2014 46.138

2015 49.083

2016 42.171

2017 42.533

2018 37.136

Fonte: DPME_jul/2022

Obs.: Não foram considerados vínculos duplicados referente ao mesmo CPF.

Anexo Estado de São Paulo 3 – Diagnóstico segundo o capítulo da CID-10 das licenças de professores da rede pública estadual de São Paulo, de 2014 a 2018.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SIC nº 57786206370_Elaine Cristina Simões

Quantidade de licenças médicas concedidas para servidores ocupantes dos cargos Professor de Educação Básica I e II, da Secretaria da Educação, referente os anos de 2014 a 2018 por Capítulos da CID-10

CAPÍTULO DA CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4.431	9.175	4.777	3.302	2.150
Capítulo II - Neoplasmas (tumores)	3.728	3.779	3.308	3.468	3.201
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	204	244	230	195	180
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1.236	1.202	1.136	1.027	846
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	40.020	41.818	44.994	49.169	53.157
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	3.086	3.038	3.163	3.155	2.934
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	4.260	4.019	3.842	4.034	3.157
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1.973	2.171	1.836	1.756	1.393
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	4.889	4.711	4.289	4.260	3.630
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	8.782	9.367	9.683	9.536	5.358
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	3.953	4.360	3.992	4.510	3.128
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	626	662	571	622	461
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	22.974	25.096	21.753	24.001	22.687
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	3.386	3.739	3.252	3.562	2.734
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	2.133	2.122	1.880	1.986	1.469
Capítulo XVI - Algumas afecções originadas no período perinatal	8	5	11	16	14
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	72	74	78	100	110
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	2.953	4.046	3.062	3.432	2.470
Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	8.076	8.611	7.819	8.431	7.586
Capítulo XX - Causas externas de morbidade e de mortalidade	73	88	81	115	84
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	14.980	15.451	13.695	13.638	12.290

Quantidade de dias concedidos para servidores ocupantes dos cargos Professor de Educação Básica I e II, da Secretaria da Educação, referente os anos de 2014 a 2018 por Capítulos da CID-10

CAPÍTULO DA CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	37.473	53.809	30.196	21.200	18.006
Capítulo II - Neoplasmas (tumores)	192.628	171.922	170.634	169.098	160.021
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	3.604	4.070	3.368	2.956	3.250
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	30.271	30.288	26.568	20.920	18.258
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	1.409.106	1.412.478	1.493.806	1.574.086	1.641.873
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	106.366	97.837	102.631	96.271	97.369
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	51.707	43.249	40.410	39.197	31.219
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	22.689	23.044	18.469	16.720	13.282
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	130.952	111.069	105.034	101.578	95.050
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	70.889	66.068	61.220	59.167	45.990
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	38.335	42.582	35.480	40.685	32.521
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	4.629	4.931	3.496	3.732	3.516
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	492.132	483.603	431.577	434.719	463.313
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	43.970	46.663	40.662	43.251	40.941
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	29.284	31.334	25.087	25.516	19.713
Capítulo XVI - Algumas afecções originadas no período perinatal	183	166	152	267	184
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	1.576	1.344	1.435	1.985	2.616
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	19.096	39.368	16.289	17.518	15.622
Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	182.800	187.807	172.419	181.568	181.176
Capítulo XX - Causas externas de morbidade e de mortalidade	748	703	683	1.156	973
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	268.305	239.564	215.775	211.387	173.175

Fonte: DPMS, julho/2020

Anexos Curitiba

Anexo Curitiba 1 – Docentes da rede pública municipal de Curitiba, quantidade de licenças e de dias em licença para tratamento de saúde, de 2008 a 2018.

Fonte: NGPE / PMC PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO na SME 2008 a 2018

Qtidade de servidores	Qtidade de LTS	Qtidade de dias em LTS
2008	10365	20936
2009	10569	22084
2010	10728	25573
2011	10744	22739
2012	11876	25864
2013	12007	29011
2014	12622	29207
2015	12498	28731
2016	12305	31486
2017	11673	29675
2018	11546	29483

Anexo Curitiba 2 – Professores da rede pública municipal de Curitiba com afastamento por licença médica, conforme quantidade de dias, de 2008 a 2018.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAL**

PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO COM AFASTAMENTO POR LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE NO PERÍODO 2008 - 2018

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
QTDE TOTAL DE SERVIDORES*	10494	10604	10882	10789	11915	11994	12751	12665	11978	11350	11429
QTDE SERVIDORES COM AFASTAMENTO DE 01 OU MAIS DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	6283	6394	6398	5877	5678	5714	5474	5596	5782	5139	4735
SERVIDORES COM MENOS DE 50 DIAS AFASTADO POR ANO	5805	5869	5882	5335	5114	5138	4945	5044	5276	4583	4230
SERVIDORES AFASTADOS POR PERÍODO DE 50 A 99 DIAS POR ANO	251	274	243	268	295	301	265	300	304	329	259
SERVIDORES AFASTADOS POR PERÍODO DE 100 A 299 DIAS POR ANO	185	206	211	221	229	219	218	223	169	191	206
SERVIDORES COM MAIS DE 300 DIAS AFASTADO POR ANO	42	45	62	53	40	56	46	29	33	36	40

* Utilizado como referência o mês de dezembro.

Anexo Curitiba 3 – Professores afastados por transtornos mentais e comportamentais da rede pública municipal de Curitiba, em 2018.

Total de professores afastados, em 2018, por transtornos mentais e comportamentais Capítulo V (F00-F99)

Cargo	Professores afastados em 2018
Professor de Educação Infantil	627
Profissional do Magistério	982

GRUPOS CID F	Profissional do Magistério
F41	443
F32	393
F31	149
F33	130
F43	113
F39	24
F34	12
F51	9
F40	6
F45	5
F06	5
F10	4
F14	4
F42	3
F38	3
F25	2
F19	2
F50	2
F44	2
F60	1
F63	1
F29	1
F30	1
F79	1
F62	1
F91	1
F99	1
F09	1
F03	1

Anexo Curitiba 4 – Professores readaptados da Educação Básica da rede pública municipal de Curitiba, de 2008 a 2018.

Professores de Educação Infantil e Profissionais do Magistério readaptados/readequados, no período de 2008 a 2018

CARGO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Professor de Educação Infantil								20	105	38	30	193
Profissional do Magistério	2	38	33	49	60	99	72	86	33	46	29	517
TOTAL GERAL	2	38	33	49	60	99	72	106	138	84	59	740

Anexos Município de São Paulo

Anexo município de São Paulo 1 – Resposta com dados sobre a quantidade de profissionais e de licenciados da rede pública municipal de São Paulo, 2008 a 2018.

18/06/2022 20:34

Portal da Transparência - Sistema e-SIC

[Vá para o menu](#) | [Vá para o conteúdo](#)

Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão - e-SIC

Menu

Início
Registrar Pedido
Consultar Pedido
Dados Cadastrais
Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	044206
Iniciado por:	Elaine Cristina Simões
Data de abertura:	09/12/2019
Órgão:	SME - Secretaria Municipal de Educação
Forma de recebimento da resposta:	E-mail

Descrição da solicitação: Sou doutoranda em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. A fim de elucidar o perfil epidemiológico dos professores que atuam nos municípios brasileiros, colho os dados referentes ao: 1- o número de escolas da rede pública municipal, incluindo as escolas de administração direta e conveniada, distribuídas segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Adultos), durante cada ano, no período de 2008 a 2018; 2- o número de professores em efetivo exercício, durante cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Adultos); 3- o número de novos professores contratados em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Adultos); 4- o número de professores aposentados em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Adultos); 5- o número de professores em licença médica em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Adultos); 6- o número de professores em licença médica em cada ano, no período de 2008 a 2018, distribuídos segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Adultos); 7- o número de matrículas na rede pública municipal, em cada ano, no período de 2008 a 2018, incluindo as escolas de administração direta e conveniada, distribuídas segundo os níveis de ensino (Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos). Estou a disposição, Elaine Cristina Simões
Doutoranda em Saúde Pública – Universidade de São Paulo

Resposta do pedido

Data Resposta:	08/01/2020
Resposta:	Prezada solicitante, Encaminhamos arquivos anexos em atendimento à sua solicitação. Atenciosamente, Pedro Ruber Jehu Chefe de Gabinete Secretaria Municipal de Educação

Anexos

Nome Arquivo	Dt. Upload	
44206_ANEXO I - 44206.PDF	08/01/2020 16:00:33	Visualizar
44206_ANEXO II - 44206_PLANILHA.XLSX	08/01/2020 16:00:53	Visualizar

Situação

Situação:	Finalizado
Prazo de atendimento:	29/12/2019

Anexo Município de São Paulo 2 – Docentes ativos e com eventos de licença médica da rede pública municipal de São Paulo, de 2008 a 2018.

e-SIC 60387 - Quantidade de docentes ativos e eventos de licenças médicas - 2008 a 2018

ANO	DOCENTES ATIVOS (POSIÇÃO DE 31/12) ¹	DOCENTES EM LICENÇA MÉDICA (POSIÇÃO DE 31/12) ²	EVENTOS DE LICENÇAS MÉDICAS ^{3, 4}
2008	52.764	1.074	55.860
2009	57.077	1.591	61.818
2010	59.748	1.425	73.582
2011	60.106	1.702	83.219
2012	61.202	1.650	85.499
2013	61.265	2.047	96.393
2014	62.747	2.245	95.521
2015	63.054	2.148	109.383
2016	63.224	2.219	107.243
2017	63.429	1.895	107.515
2018	64.173	1.582	107.307

FONTE: Sistema Integrado de Gestão de Pessoas e Competências, consulta em 13/09/2021

OBSERVAÇÕES:

- 1) A quantidade de docentes ativos refere-se ao dia 31/12 de cada ano.
- 2) O número de docentes em licença médica é relativo ao dia 31/12 de cada ano.
- 3) Constam todos os eventos de licenças médicas/por motivo de doença com data de início nos respectivos anos.
- 4) Um mesmo docente pode ter mais de um evento de licença médica/por motivo de doença ao ano.

Anexo Município de São Paulo 3 - Diagnóstico de Licenças de professores da rede pública municipal de São Paulo, de 2008 a 2017.



COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR - COGESS
Divisão de Epidemiologia e Informação

Distribuição dos eventos de licenças médicas concedidas por diagnóstico conforme Classificação Internacional de Doenças, Professor PMSP, 2008-2017

DIAGNÓSTICO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ap. circulatório	1.374	1.485	1.675	1.563	1.755	1.913	1.487	1.777	1.655	1.905
Ap. digestivo	1.224	1.484	1.841	2.379	3.095	3.544	3.403	4.797	4.667	4.519
Ap. geniturinário	1.065	1.052	1.378	1.578	1.867	2.137	1.820	2.817	2.562	2.854
Ap. respiratório	3.140	4.848	4.535	5.375	5.227	7.216	5.203	7.206	7.558	7.868
Causas externas	5.386	4.538	5.233	5.066	4.943	6.112	5.450	5.102	5.659	5.929
Convalescença	8.414	8.572	9.854	11.643	13.160	13.165	13.368	15.648	15.097	17.807
D. da pele	379	316	371	439	463	592	530	677	552	653
D. do sangue	88	76	83	90	82	80	142	115	140	134
D. endócrinas	383	380	386	363	442	457	331	467	401	502
Gravidez, parto e puerpério	1.398	1.449	1.333	1.235	1.631	1.490	1.472	1.735	1.607	1.859
Infeciosas	815	821	1.206	1.354	1.637	1.981	2.223	3.781	3.010	2.758
Lesões	2.089	2.239	2.593	2.718	2.978	3.002	2.381	3.062	2.854	3.297
Malformações	14	37	30	17	25	41	37	44	51	41
Mental	12.915	14.152	15.917	15.193	16.121	15.442	15.411	19.116	18.146	19.766
Neoplasias	867	937	1.078	1.073	1.068	877	829	998	1.059	1.148
Olhos e anexos	2.118	1.947	2.437	6.313	3.407	3.342	2.469	2.956	2.846	3.400
Osteomuscular	7.595	7.394	8.866	9.340	10.940	12.037	10.590	13.769	12.502	14.967
Ouvido e hipófise	517	653	736	701	818	873	832	1.178	1.138	1.117
Sinais e sintomas	1.250	1.389	1.556	1.794	2.258	2.911	2.563	3.530	3.327	4.031
Sist. nervoso	764	896	908	1.008	1.091	1.215	1.092	1.471	1.336	1.829
Não Identificado	2	8	8	6	14	7	3	4	4	11
Total	51.797	54.673	62.024	69.248	73.022	78.434	71.636	90.250	86.171	96.395

Fonte: SIGPEC, Agosto/2018

Anexo Município de São Paulo 4 – Readaptações entre professores da rede pública municipal de São Paulo de 2014 a 2018.



**CIDADE DE
SÃO PAULO
GESTÃO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEGES
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR - COGESS

Número de Professores Readaptados 2014 - 2018				
Ano	Definitivo	Duplo	Temporário	Total
2014	1.814	41	4.330	6.185
2015	1.955	46	4.635	6.636
2016	1.964	46	4.853	6.863
2017	2.119	54	5.184	7.357
2018	2.434	60	5.475	7.969

Fonte: SIGPEC Jun/2022

Anexo Município de São Paulo 5 - Diagnóstico de Readaptações de professores da rede pública municipal de São Paulo, de 2008 a 2017.



COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR - COGESS
Divisão de Epidemiologia e Informação

Distribuição das readaptações funcionais concedidas por diagnóstico conforme Classificação Internacional de Doenças, Professor PMSP, 2008-2017

DIAGNÓSTICO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ap. circulatório	135	137	141	155	179	173	174	147	160	163
Ap. digestivo	18	15	18	19	24	21	20	28	29	30
Ap. geniturinário	9	5	9	7	10	16	11	13	14	11
Ap. respiratório	489	486	520	580	628	642	651	654	687	655
Causas externas	3	3	10	14	14	17	29	24	26	30
Convalescença	7	7	7	7	9	8	7	4	7	21
D. da pele	8	8	10	8	9	9	10	8	7	7
D. do sangue	1	3	5	4	4	2	1	1	1	1
D. endócrinas	21	23	18	19	18	13	11	11	8	5
Infecciosas	15	14	11	15	17	20	19	20	19	21
Lesões	58	68	114	173	205	226	328	350	399	402
Malformações	3	4	3	1	3	3	3	2	5	5
Mental	1.465	1.583	1.842	2.182	2.472	2.728	2.868	3.105	3.098	3.202
Neoplasias	69	78	89	98	108	126	134	143	135	146
Olhos e anexos	35	40	40	36	44	59	68	70	66	62
Osteomuscular	1.098	1.163	1.239	1.374	1.509	1.633	1.674	1.684	1.734	1.777
Ouvido e hipófise	65	69	75	91	87	92	92	106	106	104
Sinais e sintomas	33	37	41	39	46	47	48	48	47	48
Sist. nervoso	145	148	154	159	165	178	184	192	208	200
Não Identificado	16	15	12	11	10	8	6	5	5	5
Total	3.693	3.906	4.358	4.992	5.561	6.021	6.338	6.615	6.761	6.895

Fonte: SIGPEC, Agosto/2018

Anexo Município de São Paulo 6 - Aposentadorias de professores da rede pública municipal de São Paulo, de 2008 a 2018.

e-SIC 66546 - Docentes aposentados por tipo de aposentadoria - 2008 a 2018

ANO	COMPULSORIA	INVALIDEZ	TEMPO DE CONTRIBUICAO OU DE SERVICIO
2008	200	812	11.934
2009	221	845	12.772
2010	254	886	13.966
2011	276	957	15.005
2012	300	1.062	16.264
2013	316	1.168	17.616
2014	334	1.230	19.853
2015	346	1.280	21.847
2016	336	1.308	23.867
2017	326	1.335	26.638
2018	315	1.369	28.256

FONTE: Sistema Integrado de Gestão de Pessoas e Competências (SIGPEC), pesquisa em 13/07/2022

OBSERVAÇÃO:

Considerados docentes da Administração Direta aposentados, posição de 31/12 de cada ano.

Anexo Município de São Paulo 7 – Diagnósticos das Aposentadorias por invalidez de professores da rede pública municipal de São Paulo, de 2008 a 2017.



COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR - COGESS
Divisão de Epidemiologia e Informação

Distribuição das aposentadorias por invalidez concedidas por diagnóstico conforme Classificação Internacional de Doenças, Professor PMSP, 2008-2017

DIAGNÓSTICO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ap. circulatório	1	5	3	6	6	5	3	2	3	3
Ap. digestivo			1		1	1				
Ap. geniturinário	3	1		2	2	3	4	3	3	4
Ap. respiratório		2	2	1	3	2	2			4
Causas externas					2					
Convalescença	1			2		1	1	1		1
D. da pele			1							
D. do sangue								2		
D. endócrinas										
Infeciosas	1	4	1	2	2	1	1	2	2	
Lesões						2	1			
Malformações										
Mental	2	21	53	60	81	76	56	41	24	20
Neoplasias	5	8	6	8	21	11	12	13	10	9
Olhos e anexos	1	1	4	6	2	8	2	13	2	5
Osteomuscular	5	3	4	6	16	19	9	10	8	6
Sinais e sintomas					2		1			
Sist. nervoso	1	10	10	12	15	12	12	5	5	9
Total	20	55	85	105	153	141	104	92	57	61

Fonte: SIGPEC, Agosto/2018

Anexo Município de São Paulo 8 – Diagnósticos de Aposentadorias por Acidente de Trabalho de professores da rede pública municipal de São Paulo, de 2009 a 2015.



COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR - COGESS
Divisão de Epidemiologia e Informação

Distribuição das aposentadorias por invalidez de acidente do trabalho concedidas por diagnóstico conforme Classificação Internacional de Doenças, Professor PMSP, 2008-2017

DIAGNÓSTICO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ap. circulatório							
Ap. digestivo							
Ap. geniturinário							
Ap. respiratório							
Causas externas	3	2	4	3	2	2	1
Convalescença							
D. da pele							
D. do sangue							
D. endócrinas							
Infeciosas							
Lesões							
Malformações							
Mental							
Neoplasias							
Olhos e anexos							
Osteomuscular							
Sinais e sintomas							
Sist. nervoso							
Total	3	2	4	3	2	2	1

Fonte: SIGPEC, Agosto/2018

Apêndice

APÊNDICE

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE TCLE E DE RESPONSABILIDADE SOBRE OS DADOS DOS PARTICIPANTES

Solicitamos a dispensa do TCLE, assegurando nosso compromisso com o sigilo e confidencialidade dos dados pessoais dos participantes, conforme estabelecido pela Resolução CNS No 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Neste projeto estudaremos dados ocupacionais referentes à categoria docente no Brasil, Estados e Municípios. Os dados serão coletados a partir de fontes de dados abertos ou solicitados a instituições como: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)) e Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. No Brasil, em 2019, trabalharam 2.212.018 docentes, segundo o resumo estatístico do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Esta pesquisa se dirige ao estudo descritivo de eventos ocupacionais e trabalhistas incidentes sobre a categoria docente como um todo e não serão estudadas particularidades dos indivíduos que a compõem. Não solicitaremos, utilizaremos ou apresentaremos dados pessoais dos participantes. Em nosso estudo não faremos contatos com os participantes.

São Paulo, 20 de março de 2020.

Elaine Cristina Simões
Doutoranda em Saúde Pública – FSP/USP

CURRÍCULOS LATTES



Elaine Cristina Simões

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6248467804119305>

ID Lattes: 6248467804119305

Última atualização do currículo em 18/11/2022

Doutoranda em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo (FSP-USP). Mestre em Ciências, Saúde Pública / Epidemiologia, pela FSP-USP (2014). Graduada e Licenciada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1987). Psicóloga da Prefeitura Municipal de São Paulo (1990-2020), e do Hospital Servidor Público Municipal (HSPM). Coordenadora de programas de estágio em Psicologia do HSPM (2003 a 2014). Membro do Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-HSPM, 2009-2020, Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-HSPM, entre 2016 e 2020. Experiência na área de Psicologia (Clínica e Hospitalar) com ênfase em Saúde Mental (psicodinâmica, psicopatologia, psicoterapia individual e grupal, avaliação psicológica), e na coordenação e acompanhamento de estágios em psicologia. Na área de Saúde do Trabalhador, desenvolve estudo de aspectos psicológicos e sintomas relacionados ao contexto ocupacional de grupos profissionais. Revisora de artigos em revistas científicas. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Elaine Cristina Simões
Nome em citações bibliográficas	SIMÕES, E. C.; SIMÕES, ELAINE CRISTINA
Lattes ID	http://lattes.cnpq.br/6248467804119305
Orcid ID	https://orcid.org/0000-0002-2469-4794

Endereço

Endereço Profissional	Hospital do Servidor Público Municipal, Seção técnica de Psiquiatria e Psicologia de Adultos. Rua Castro Alves - lado par Aclimação 01532000 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 33977977 URL da Homepage: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/hospital_do_servidor_publico_municipal/
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2017	Doutorado em andamento em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP-USP, Brasil. Título: Trabalho e Saúde do Professores em Estados e Capitais do Brasil Orientador: Maria Regina Alves Cardoso.
2012 - 2014	Mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP-USP, Brasil. Título: Investigação de esgotamento físico e emocional (burnout) entre professores usuários de um hospital público do município de São Paulo , Ano de Obtenção: 2014. Orientador: Profª. Drª, Maria Regina Alves Cardoso. Palavras-chave: saúde e trabalho; avaliação psicológica. Grande área: Ciências da Saúde Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Epidemiologia. Setores de atividade: Atividades de atenção à saúde humana.
2019 - 2021	Especialização em em Processos didáticos pedagógicos para cursos na modalidade à distância.. (Carga Horária: 960h). Universidade Virtual do Estado de São Paulo, UNIVESP, Brasil. Título: Concepções e Práticas em EaD: o ponto de vista dos professores no modelo da UNIVESP.
1982 - 1987	Orientador: Agnaldo Arroko. Graduação em Psicologia - Formação de Psicólogo. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.



Maria Regina Alves Cardoso


Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2554853704952225>

ID Lattes: 2554853704952225

Última atualização do currículo em 04/04/2022

Possui graduação em Odontologia pela Universidade de São Paulo (1979), Mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1990), Doutorado em Epidemiologia pela University of London (1997) e Livre-Docência pela Universidade de São Paulo (2007). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Epidemiologia. Coordena o Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia (PPG-Epi) da Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo desde agosto de 2015 e coordena o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública - USP desde outubro de 2015. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Epidemiologia, atuando principalmente em temas de Epidemiologia Ambiental. (Texto informado pelo autor)


Identificação

Nome	Maria Regina Alves Cardoso
Nome em citações bibliográficas	CARDOSO, MARIA-REGINA ALVES;Cardoso MR;CARDOSO, M. R.;Cardoso, Maria Regina A.;Cardoso, M. Regina A.;Cardoso, M R A;Cardoso, Maria Regina Alves;Cardoso, Maria Regina;Cardoso, Maria R.A.;Cardoso, M.-R.;Cardoso, Maria-Regina A.;CARDOSO, M. R. A.;Cardoso RM;CARDOSO, M.-R. A.;Hepatitis Study Group;Grupo Colaborativo do Estudo Brasileiro Multicêntrico de Surfactante;CARDOSO, MARIA REGINA A;ALVES CARDOSO, MARIAREGINA;ALVES CARDOSO, MARIA REGINA;CARDOSO, MARIA R A
Lattes ID	 http://lattes.cnpq.br/2554853704952225

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Epidemiologia. Avenida Dr. Arnaldo 715 Cerqueira Cesar 01246-904 - Sao Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30617777 Fax: (11) 30812108 URL da Homepage: http://fsp.usp.br
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

1991 - 1996	Doutorado em Epidemiologia. University of London, UL, Inglaterra. Título: Indoor environmental risk factors for lower respiratory diseases in young children in São Paulo, Brazil, Ano de obtenção: 1997. Orientador: Simon Nicholas Cousens. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: doenças respiratórias; criança; fatores de risco; fatores ambientais. Grande área: Ciências da Saúde Setores de atividade: Saúde Humana.
1984 - 1990	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Comparação entre três métodos de amostragem que visam à estimação da cobertura vacinal, Ano de Obtenção: 1991. Orientador:  Jair Lício Ferreira Santos. Palavras-chave: amostragem; probabilidade; cobertura vacinal. Grande área: Ciências da Saúde Setores de atividade: Saúde Humana.
1983 - 1983	Especialização em Especialização Em Odontologia Em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
1983 - 1983	Especialização em Especialização Em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
1976 - 1979	